

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

WALTER FRANCISCO FIGUEIREDO LOWANDE

OS SENTIDOS DA PRESERVAÇÃO:
história da arquitetura e práticas preservacionistas em são paulo (1937-1986)

**MARIANA
2010**

WALTER FRANCISCO FIGUEIREDO LOWANDE

OS SENTIDOS DA PRESERVAÇÃO

História da arquitetura e práticas preservacionistas em São Paulo (1937-1986)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Ricardo da Mata

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e _____ pela comissão julgadora em ___/___/2010.

MARIANA
2010

WALTER FRANCISCO FIGUEIREDO LOWANDE

OS SENTIDOS DA PRESERVAÇÃO
História da arquitetura e práticas preservacionistas em São Paulo (1937-1986)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof(a). Dr(a). Nome do Orientador, Instituição

1º Examinador: _____
Prof(a). Dr(a). Nome do Examinador, Instituição

2º Examinador: _____
Prof(a). Dr(a). Nome do Examinador, Instituição

Mariana, ____ de _____ de 2010.

Dedico este trabalho à Therezinha e à Nayhara.

AGRADECIMENTOS

Ao longo destes dois anos de trabalho (que não foram exclusivamente dedicados a esta dissertação), pude contar com a colaboração, consciente ou inconsciente, de inúmeras pessoas (poderia citar até um cachorro), além de algumas instituições. Por isso, por mais que eu deseje o contrário, essas páginas serão também palco de algumas injustiças, que deverão ser imputadas a uma atividade mnemônica arbitrária, incapaz de, num esforço sintético como esse, abarcar todos aqueles que deveriam ser mencionados.

Iniciarei estes agradecimentos pelas instituições cujo apoio foi fundamental para a conclusão deste trabalho. Em seguida, dirigirei a atenção aos indivíduos de quem não poderia deixar de lembrar nestas páginas.

Em primeiro lugar, é forçoso mencionar a Universidade Federal de Ouro Preto de uma maneira mais ampla. Desde que ingressei nessa instituição, pude contar com ampla assistência estudantil, diversas formas de subsídio financeiro e excelência no ensino, o que não se perdeu (pelo contrário, foi ampliado) no período em que cursei esta pós-graduação, não obstante os aspectos paliativos que também se encontram presentes nas recentes políticas de expansão do ensino superior brasileiro.

De forma mais específica, devo agradecer ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFOP, situado na cidade de Mariana, de longe a unidade acadêmica mais charmosa dentre as que compõem a referida Universidade. Além dos incontáveis laços que este espaço sócio-cultural possibilitou-me concretizar, devo mencionar as condições infra-estruturais favoráveis oferecidas, conseguidas por meio de muita luta de discentes, docentes e corpo administrativo, a exemplo sua expressiva biblioteca (que, na maioria dos casos, não me deixou na mão em momentos importantes), laboratórios e equipamentos de informática, salas de aula, auditório etc. Não poderia esquecer do quadro docente e de servidores do ICHS, cujos componentes, longe de criarem empecilhos à atividade acadêmica de seus alunos, sempre se mostraram, até onde me cabe relatar, extremamente solícitos em sanar nossas dificuldades e empenhados em cumprir com seus respectivos deveres.

Com relação ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por mais que se trate de uma relação de “venda” de força de trabalho cujo direito foi arduamente conquistado, e, além disso, por mais que tal instituição não se empenhe em oferecer incentivos básicos à qualificação profissional, devo agradecê-lo por algumas contribuições, sobretudo no que diz respeito aos magistrados e, em especial, aos serventuários da Comarca de Ouro Preto, esses sim, merecedores dos meus mais sinceros agradecimentos. Isso por terem me proporcionado todo o apoio possível, dentro dos limites institucionais impostos, para que pudesse levar a cabo este trabalho. Poderia citar as diversas folgas, legais, diga-se de passagem, permitidas, não obstante a enorme carga de trabalho, para que pudesse participar de eventos acadêmicos e apresentar os resultados de minhas pesquisas diante da comunidade acadêmica; o apoio dos colegas de trabalho nestes momentos em que minhas obrigações momentaneamente foram transferidas às suas já pesadas atribuições; ao incentivo moral prestado por meus companheiros de jornada e, por fim, à inestimável amizade que os mesmos permitiram-me usufruir.

Dentre as instituições que merecem meus agradecimentos, devo ainda mencionar o Programa de Pós-Graduação do Departamento de História e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, pelo incentivo financeiro para a participação em importantes eventos de divulgação científica.

Gostaria ainda de mencionar uma instituição, cuja abertura foi fundamental para a consecução dos objetivos desta pesquisa. Refiro-me à 9ª Superintendência Regional do IPHAN em São Paulo, SP. Lá fui atenciosamente recebido pela bibliotecária Tatiana Salciotto, responsável pela Biblioteca Luís Saia, que, ao lado do seu estagiário, Carlos Eduardo, permitiu-me tomar contato com uma série de testemunhos da vida intelectual desse arquiteto, expressos nas anotações saídas de seu próprio punho e imortalizadas naqueles livros agora tão bem protegidos. Antes mesmo que eu lá aportasse, esses funcionários muito já haviam contribuído para minha pesquisa por meio do penoso trabalho de proteção, catalogação e fichamento previamente realizado.

Nesta mesma instituição conheci o historiador Jaelson Bitran Trindade, que se tornou um importante interlocutor desta pesquisa, sobretudo nos aspectos relativos à atuação profissional, intelectual e pessoal de Luís Saia. Mostrando-se interessado por este trabalho desde as primeiras palavras que trocamos na sede do IPHAN paulista, situada na Rua Baronesa de Itu, em Higienópolis, devo agradecer a inestimável contribuição que continuou prestando ao longo desta pesquisa, seja nas agradáveis conversas ocorridas em Fortaleza, CE, quando da realização do Simpósio Nacional História da Anpuh – cuja mesa redonda de que participei mostrou o quão avançadas andam as pesquisas em torno das práticas preservacionistas nacionais –, seja nos diversos e-mails que, posteriormente, continuou me enviando com valiosos materiais e dados, todos extremamente úteis e esclarecedores.

Ainda em São Paulo, fui também bem recebido pelos funcionários da FAU-USP, especialmente em sua biblioteca e no LAP, onde o Prof. Nestor Goulart Reis Filho cedeu-me entrevista pessoal. A este arquiteto/cientista social/historiador agradeço pela particular atenção, paciência, bom humor e boa vontade e pelo valioso material com o qual me brindou em seu relato.

Tendo já iniciado os agradecimentos individuais, continuo com mais alguns nomes. Primeiramente, os professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFOP, em especial aqueles cujas disciplinas cursei: Prof. Dr. Valdeci Lopes Araújo, Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio, Prof. Dr. Fábio Faversoni e Prof. Dr. Sérgio Ricardo da Mata, que me orientou neste trabalho. Mesmo sem talvez o saber, a qualidade das discussões teóricas e metodológicas travadas nessas disciplinas, tanto em brilhantes exposições quanto em produtivos debates travados com meus competentes colegas de mestrado, foi fundamental para a feição final tomada por esta dissertação.

Tendo em vista que citei meu orientador, aproveito para desde já agradecê-lo de forma especial. O rigor, objetividade, clareza e respeito de suas observações sobre meus escritos, por muitas vezes indigestos e confusos, foram essenciais para que este trabalho não se perdesse e se tornasse o mais próximo possível de uma metódica investigação acadêmica. Cabe ainda fazer uma alusão acerca do sempre rápido e interessado retorno de suas considerações, o que constantemente me deixou mais confiante com relação aos resultados deste trabalho, via de regra rodeado de dificuldades acessórias (a falta de tempo sendo uma de suas principais representantes). Almejando expor algumas de minhas ideias, acabei conhecendo muitas outras com ele.

Agradeço também à solicitude da Rejane, que de pronto aceitou conferir e corrigir a tradução do resumo apresentado nesta dissertação.

Não poderia deixar de mencionar meus amigos marianenses e ouropretanos, muitos deles também mestrandos, pois nos momentos de incertezas eles sempre se mostraram um refrigerio para a alma com sua inestimável companhia, regada invariavelmente a cerveja, samba, bossa e rock n' roll.

Agradeço sempre e especialmente a duas mulheres que têm prestado incomensurável apoio à minha existência. A primeira é minha noiva, Nayhara, com quem há quase sete anos

tenho dividido minhas alegrias e angústias. Além de ter se mostrado ótima revisora gramatical, ela tem indicado de maneira segura os rumos que tenho tomado em minha vida, dos quais essa dissertação compõe um dos capítulos (dos mais dramáticos, diga-se de passagem). Agradeço a paciência e amor (que constantemente desejo retribuir) com que tem suportado esses dois anos de pesquisas.

A outra mulher é minha mãe, Therezinha, que desde sempre tem investido com inenarrável amor em minha formação, tomada em sua acepção mais ampla. Professora primária aposentada dos quadros do funcionalismo mineiro (infelizmente cada vez mais subvalorizado em função de odiosas políticas neoliberais), muitas vezes se sacrificou para que seus dois filhos (no meu caso, sem poder contar com a ajuda de meu pai, falecido precocemente) adquirissem um montante de capital cultural suficiente a fim de superar as difíceis condições de existência pelas quais passou. Espero, portanto, que esta dissertação de mestrado seja mais um fruto do esforço e dedicação dessa heroica mulher, que em sua humildade e amor investiu em sua prole (daí o sentido da palavra *proletário*) as merecidas conquistas que as duras condições objetivas de existência lhe negaram.

A essas duas mulheres dedico esta dissertação.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. *Os sentidos da preservação: história da arquitetura e práticas preservacionistas em São Paulo (1937-1983)*. 2010. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010.

RESUMO

Este trabalho trata das práticas preservacionistas nacionais a partir de uma abordagem historiográfica. Seu objetivo é investigar como duas estratégias narrativas distintas, que visaram conferir sentido à noção de “evolução da arquitetura brasileira”, lograram instituir inovações no seio das práticas preservacionistas nacionais, em dois diferentes períodos de sua trajetória. O primeiro deles se refere à atuação do arquiteto paulista Luís Saia, entre os anos de 1937 e 1975, quando, por intermédio da noção de “evolução regional paulista”, conseguiu inserir no rol dos monumentos tombados pelo IPHAN uma série de edifícios que diriam respeito à contribuição paulista para a construção da nacionalidade. O segundo período diz respeito à atuação de outro arquiteto paulista, Nestor Goulart Reis Filho, cuja noção de “evolução urbana” mostrou-se eficaz num contexto em que as práticas preservacionistas se deparavam com novas demandas sociais, econômicas e culturais. Desse modo, um dos objetivos deste trabalho é sugerir, primeiramente, por meio de um recorte temporal e espacial específico, que os órgãos responsáveis pelas práticas preservacionistas nacionais caracterizaram-se muito mais pelo acordo entre dissensos que pela imposição de consensos, de modo que, ao contrário do que se tem afirmado, o que deve ser analisado é como indivíduos subordinados à órgãos como o IPHAN puderam agir, consoante suas aspirações pessoais e diante das limitações impostas por um consenso mínimo (ou seja, frente ao acordo em torno da existência de uma linha evolutiva nacional a indicar os rumos da modernização). Em segundo lugar, a análise de dois conjuntos de ações individuais mostrará o papel destacado da produção historiográfica no âmbito das práticas preservacionistas nacionais. Sendo uma prática que carece de um sentido legitimador, a salvaguarda de bens históricos, artísticos e culturais encontrou na produção historiográfica uma ferramenta eficaz de orientação de condutas por meio da constituição narrativa de sentido. Assim, mais que uma “história intelectual paralela”, a produção historiográfica teve um papel central nos órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio cultural nacional. São analisadas, no intuito de comprovar essas duas hipóteses centrais, as principais obras de história da arquitetura produzida por Saia e Reis Filho, respectivamente *Morada paulista* e *Quadro da arquitetura no Brasil*, com especial atenção ao modo como a noção de evolução da arquitetura é interpretada por cada um deles. Tenciona-se mostrar quais elementos formativos e intelectuais particulares motivaram ações dotadas de interesses específicos nos órgãos preservacionistas por parte desses autores, como foi construído narrativamente sentido para as noções de “evolução regional paulista” e “evolução urbana” e, por fim, como esse tipo de ação provocou alterações nas práticas dos principais órgãos preservacionistas regionais e locais, a exemplo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT).

Palavras-chave: produção historiográfica. práticas preservacionistas. evolução da arquitetura brasileira.

ABSTRACT

This work deals with the national preservationist practices from a historiographical approach. Its objective is to investigate how two different narrative strategies, which aimed give a meaning to the notion of “evolution of Brazilian architecture”, managed to introduce innovations into the national preservationist practices in two different periods of its career. The first one refers to the acting of architect Luis Saia, between the years 1937 and 1975 when, through the concept of “regional development in São Paulo State”, he got to put into the rank of monuments registered by IPHAN a series of buildings that would relate the contribution of São Paulo for the construction of nationality. The second period refers to the acting of another architect, Nestor Goulart Reis Filho, whose notion of “urban development” was effective in a setting where preservationist practices were confronted with new social, economic and cultural demands. Thus, one objective of this paper is, firstly, suggest, through a profile of time and space specific, that the departments responsible for national preservationist practices were characterized by much more agreement between dissents than by imposing of consensus, so that, in opposition to what has been stated, what should be analyzed is how people who was subordinate to departments as IPHAN could act, according to their personal aspirations and the limitations imposed by a minimal consensus (i.e., opposite to the agreement about the existence of a national evolutionary line for indicate the direction of modernization). Second, the analysis of two sets of personal actions will show the highlighted role of historiographical production into the national preservationist practices. Being one practice that requires a legitimating sense, the safeguard of historical, artistic and cultural properties has found in the historiographical production an effective tool of orientation for its actions through the establishment of a narrative of sense. Thus, more than a “parallel intellectual history”, historiographical production played a central role in departments responsible for the protection of national cultural heritage. In order to prove these two central assumptions, the main works of architecture history produced by Saia and Reis Filho, respectively *Morada paulista* and *Quadro da arquitetura no Brasil*, will be analyzed, with a special attention to how the notion of architecture evolution is being interpreted for each author. It is intended to show which formative and private intellectual elements have motivated actions endowed with specifics interests in preservationist departments by these authors, how was constructed into the narrative the sense for the notions of “regional development in São Paulo” and “urban development” and, finally, how this kind of action has rose changes in practices of main regional and local preservationist departments, such as the Nacional Institute of Historical and Artistic Heritage (IPHAN) and of the Historical, Artistic, Archaeological and Touristic Heritage of the State of São Paulo (CONDEPHAAT).

Keywords: historiographical production. preservationists practices. Brazilian architectural evolution

LISTA DE SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
CNPU	Comissão Nacional de Política Urbana
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CONDEPHAAT	Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo
CPC-USP	Comissão de Patrimônio Cultural da Universidade de São Paulo
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1946-1970)
ELSP	Escola Livre de Sociologia Paulista
EMURB	Empresa Municipal de Urbanização
FAU-USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FFCL-USP	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (1990-1994)
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1970-1979; 1994-?)
LAP	Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação
MAC	Museu de Arte Contemporânea
MAM	Museu de Arte Moderna
MASP	Museu de Arte de São Paulo
OEA	Organização dos Estados Americanos
PCH	Programa Cidades Históricas
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937-1946)
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979-1990)
TBC	Teatro Brasileiro de Comédia
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 AS PRÁTICAS PRESERVACIONISTAS NACIONAIS: ABORDAGENS ESTABELECIDAS E NOVAS PERSPECTIVAS	25
2.1 NOTAS SOBRE A LITERATURA ACADÊMICA RECENTE ACERCA DAS PRÁTICAS PRESERVACIONISTAS NACIONAIS: A HISTÓRIA DE UMA FORMAÇÃO DISCURSIVA HEGEMÔNICA.....	25
2.1.1 Normatividade e apresentação de identidade.....	26
2.1.2 Campo e formação discursiva hegemônica.....	31
2.1.3 As práticas do SPHAN.....	37
2.1.4 A tímida hipótese de uma diversidade discursiva.....	46
2.2 AÇÃO INDIVIDUAL, LINGUAGENS E PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA.....	49
2.2.1 Ação individual.....	50
2.2.2 A linguagem.....	53
2.2.3 Produção historiográfica.....	61
3 LUÍS SAIA E A EVOLUÇÃO REGIONAL PAULISTA: A HISTÓRIA DA ARQUITETURA VISTA POR UM ÂNGULO PARTICULAR (1938-1975)	67
3.1 INSERÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL.....	67
3.2 CONTEXTO INTELECTUAL DE FORMAÇÃO.....	74
3.2.1 A Escola Politécnica de São Paulo.....	76
3.2.2 O Integralismo.....	78
3.2.3 O marxismo: comunismo sem “carteirinha de partido”.....	79
3.2.4 A arquitetura moderna.....	82
3.2.5 Historiografia brasileira.....	84
3.2.6 O Departamento de Cultura e a Sociedade de Etnologia e Folclore.....	89
3.3 MORADA PAULISTA: EVOLUÇÃO REGIONAL E ARQUITETURA.....	92
3.3.1 A estrutura de <i>Morada paulista</i>	93
3.3.2 As fontes.....	102
3.3.3 A relação com os valores.....	107
3.3.3.1 O patrimônio.....	108

3.3.3.2 O planejamento urbano.....	110
3.3.3.3 A docência.....	111
3.3.4 O sentido.....	113
3.4 AS PRÁTICAS PRESERVACIONISTAS.....	118
3.4.1 A “proto-história” do SPHAN em São Paulo.....	119
3.4.2 O SPHAN em São Paulo.....	121
3.4.3 O CONDEPHAAT.....	128
3.5 CONCLUSÃO.....	131
4 NESTOR GOULART REIS FILHO E A “EVOLUÇÃO URBANA”: AS NOVAS DEMANDAS DO PATRIMÔNIO PAULISTA (1964-1986).....	133
4.1 INSERÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL.....	134
4.2 CONTEXTO INTELECTUAL DE FORMAÇÃO.....	141
4.2.1 Os anos 1950 em São Paulo.....	141
4.2.2 A FAU e o SPHAN.....	142
4.2.3 O curso de Ciências Sociais da USP.....	145
4.2.4 A historiografia.....	147
4.3 QUADRO DA ARQUITETURA NO BRASIL.....	150
4.3.1 <i>Evolução Urbana do Brasil: 1500/1720</i>.....	151
4.3.2 A estrutura de <i>Quadro da arquitetura no Brasil</i>.....	154
4.3.2.1 A arquitetura e o lote.....	155
4.3.2.2 A arquitetura novecentista.....	159
4.3.2.3 O “patrimônio de cultura”.....	161
4.3.3 As fontes.....	163
4.3.4 A relação com os valores.....	166
4.3.5 O sentido.....	170
4.4 AS PRÁTICAS PRESERVACIONISTAS.....	174
4.4.1 O contexto.....	175
4.4.2 A criação de um órgão estadual e o CONDEPHAAT.....	178
4.4.2.1 Os primeiros anos no CONDEPHAAT (1969-1975).....	178
4.4.2.2 O Curso de Conservação e Restauo (1974).....	180
4.4.2.3 A presidência do CONDEPHAAT (1975-1980).....	183
4.4.2.4 Instituições alternativas.....	187

4.5 CONCLUSÃO.....	189
5 CONCLUSÃO.....	192
BIBLIOGRAFIA.....	196

1 INTRODUÇÃO

A fim de orientar preliminarmente o leitor disposto a conhecer os resultados obtidos nesta dissertação, adotarei a estratégia de expor, desde já, as limitações que ela apresenta. Deste modo minora-se o risco de que a presente pesquisa seja julgada, a princípio, a partir de uma expectativa que transcenda suas possibilidades.

Começo pela temática na qual se insere. Trata-se de um campo de estudos hoje já bastante em voga, cada vez mais explorado por historiadores *stricto sensu*.¹ Refiro-me aos trabalhos sobre o que chamarei aqui de “práticas preservacionistas nacionais”. Acredito que oferecer uma definição suficientemente esclarecedora para este campo seja mais útil que a menção aos inúmeros nomes que o mesmo tem recebido por seus autores: ele abarca as pesquisas que se relacionam, de maneira genérica, às diversas práticas ligadas às políticas públicas de proteção de “bens culturais”. Assim, tem-se tentado compreender quais os motivos que levaram à criação de instituições responsáveis pela salvaguarda de determinados bens, apropriados pelo poder público e investidos de valores “nacionais”, bem como as amplas consequências destas políticas públicas. Acredito que o interesse despertado por este âmbito específico de atuação se deve à relação que guarda com as tentativas de construção de uma memória e identidade nacionais, ponto de encontro das preocupações de inúmeros historiadores da cultura e da sociedade brasileira.

O presente trabalho guarda as mesmas preocupações. Todavia, o olhar que dirige procura enxergar aspectos até então despercebidos dentro deste campo de estudos. Em primeiro lugar, é a produção historiográfica que se afigura como principal alvo de investigações. Isso se dá de tal modo que seria possível indagar-se se não se trata de um trabalho inserido nesse outro campo temático, quanto mais quando se considera que a história da historiografia tem alcançado, claramente, estatuto de disciplina autônoma. No entanto, as questões que pretendo responder neste trabalho emergem das práticas preservacionistas em si, sendo que a história da historiografia cumpre aqui o papel de fornecedora dos métodos propícios para o alcance das respostas almejadas.

E quais seriam, afinal, os problemas que nortearam esta pesquisa? Em primeiro lugar,

¹ A partir de uma rápida investigação, é possível citar o nome de alguns historiadores que, no âmbito universitário, têm trabalhado atualmente com este recorte temático, para além dos autores cujas obras analisaremos mais detidamente: Paulo Knauss de Mendonça (UFF), Regina Helena Alves da Silva (UFMG), Fábio José Martins de Lima (UFJF), Marcos Tognon (Unicamp), Cristina Meneguello (Unicamp), Célia Reis Camargo (Unesp). É necessário ainda afirmar que esta lista nem de longe esgota os historiadores preocupados com as práticas preservacionistas nacionais.

indaga-se sobre o papel da historiografia na orientação das ações preservacionistas operadas no âmbito do poder público brasileiro, que é tomado em seus níveis federal, regional e local. Dada a importância central da constituição de narrativas para a orientação de condutas dotadas de significado e para a construção de identidades, investigar a produção historiográfica relacionada a órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN² – e o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo – o CONDEPHAAT – (apenas para citar os que serão privilegiados neste trabalho) mostra-se tarefa tão importante quanto (ou mesmo mais importante que) a análise dos próprios processos de tombamento, muito embora estes não possam ser olvidados numa análise como a que se pretende intentar nas páginas seguintes.

Em segundo lugar, a produção historiográfica possui um caráter de ação individual dentro de um contexto social. Desse modo, um determinado tema ou objeto que careça de sentido certamente será trabalhado por autores cujos pontos de vista podem ser discordantes em alguns aspectos. Muito embora os historiadores cujas obras serão aqui analisadas assumam papéis institucionais em certa medida previamente prescritos, não é possível ignorar que as narrativas que produzem são frutos de formações e origens específicas. Dessa forma, os instrumentos que esses autores fornecem para a orientação das práticas preservacionistas (ou seja, obras historiográficas) oferecem significados e sentidos diversos. Tem-se assim um segundo problema: em que medida essas ações individuais contribuíram para a orientação das ações efetivadas dentro dos órgãos preservacionistas para além de seus consensos mínimos? Tais órgãos caracterizaram-se pela imposição de consensos ou pela acomodação de dissensos?

Acredito, portanto, que não é possível contemplar o tema das práticas preservacionistas nacionais sem considerar suas diversas possibilidades de inserção e atuação. Para além das práticas institucionalizadas “de cima para baixo”, há uma série de ações em alguns momentos inovadoras que contribuíram, “de baixo para cima”, para a conformação do “patrimônio” que hoje conhecemos.

Essas disputas, ocorridas por intermédio de apresentações historiográficas em determinados pontos discordantes, podem ser melhor observadas pela seleção de um objeto específico. No caso desta pesquisa, a visada foi dirigida para a noção de “evolução da arquitetura nacional”. A partir da década de 1930 (sobretudo depois de *Casa-grande & senzala e Sobrados e mucambos*, ambos de Gilberto Freyre) a arquitetura residencial, ou

² Utilizarei essa sigla quando não for me referir a um momento específico dos mais de 72 anos desta instituição, que já foi Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (o SPHAN, que vigorou entre 1937 e 1946), Diretoria (DPHAN, entre 1946 e 1970), Instituto (IPHAN, entre 1970 e 1979), Secretaria (SPHAN, entre 1979 e 1990), Instituto novamente, só que Brasileiro do Patrimônio Cultural (o IBPC, de 1990 a 1994), e por fim e outra vez, Instituto (IPHAN de 1994 até o momento da escrita desta nota).

simplesmente “casa”, tornou-se objeto privilegiado para a compreensão de uma suposta “essência nacional”. No entanto, essa essência só poderia ser demonstrada por sua permanência no tempo, nem que para isso fosse necessário perceber a “evolução” sofrida pela “nacionalidade” no período que medeia os primeiros contatos dos portugueses com os trópicos e a contemporaneidade. Essa foi exatamente a tarefa a que os historiadores em questão tiveram que se lançar, ou seja, dotar a arquitetura preservada de uma “importância cultural” necessariamente ligada a uma nacionalidade cujo sentido devia ser demonstrado de forma mais racional possível.

Tem-se dado assim muito destaque a esta instância temporal da nacionalidade. O tema privilegiado pelos estudos ligados às práticas preservacionistas é a forma pela qual a intelectualidade modernista teria construído uma ideia de nação centrada na linha evolutiva que ligaria a tradição à modernidade. Com o intuito de romper com um passado imediato, dominado por uma elite agrária inimiga dos novos ideais industriais, urbanos e modernizadores, os intelectuais que emergiram da recente burguesia industrial passaram a desautorizar seus opositores mediante uma construção temporal relativa à formação nacional. Apenas seriam legítimas as ideias autenticamente nacionais, ou seja, identificadas como herdeiras de uma tradição de raízes coloniais. A “missão” dos intelectuais modernos seria, portanto, romper com qualquer tipo de imitação europeia (situação reinante em quase todo o século XIX, segundo eles), mediante o resgate de uma tradição em vias de se perder. Toda manifestação cultural nacional deveria ser uma reinvenção da tradição (que seria, portanto, reutilizada de forma original), único caminho para uma modernização bem sucedida. Até a década de 1960, esse foi, de fato, o consenso mínimo que permeou a ação institucional do IPHAN.

No entanto, a instância espacial ou “territorial” das práticas preservacionistas ainda não tem recebido a mesma atenção.³ É deste aspecto que emergem as principais disputas em torno da definição da nacionalidade. Nordestinos, cariocas, paulistas, mineiros, gaúchos etc. têm se confrontado por todo esse período no intuito de garantir para suas respectivas regiões o maior quinhão de um legado nacional ainda em construção. As disputas não foram mais ferrenhas apenas porque os contentores tiveram que dividir o mesmo espaço e as mesmas ferramentas, ou seja, os órgãos públicos e o consenso a respeito da existência de uma “linha evolutiva” da nacionalidade. Independentemente de haverem sido os senhores de engenho, os bandeirantes ou os mineradores (para ficarmos apenas com os três mitos mais conhecidos de

³ Talvez a única exceção seja TRINDADE, Jaelson Bitran. A investigação histórica no IPHAN em São Paulo: uma abordagem territorial. *Revista do IPHAN*. N. 34 [Brasília, 2010], no prelo.

nossa nacionalidade) os “verdadeiros” criadores de um “novo mundo nos trópicos” com o qual passaríamos a nos identificar, todos tiveram que se unir a fim de combater um inimigo comum, ou seja, a elite intelectual tradicional, cujos parâmetros de progresso ainda eram buscados no Velho Continente por meio da simples cópia de suas manifestações culturais.

Foi por esse motivo que optei por um recorte espacial específico, ou seja, textos de história da arquitetura residencial brasileira produzidos no estado de São Paulo. Deste modo tem-se mais uma limitação deste trabalho, que deve ser justificada. O primeiro motivo de tal recorte é o próprio caráter deste trabalho. Seria impensável tratar de toda a diversidade regional interessada na construção de uma identidade (ainda que pelo restrito viés das práticas preservacionistas) numa dissertação acadêmica. Mas essa limitação não impede que seja possível alcançar um resultado importante. A análise da ação individual de sujeitos ligados às práticas preservacionistas paulistas, por meio da investigação de suas respectivas produções historiográficas, abre caminho para que as reais condições de atuação nos órgãos preservacionistas nacionais, regionais e locais sejam melhor conhecidas. Em outras palavras, instituições como o IPHAN poderão ser vistas como espaço de constantes disputas por políticas públicas favoráveis a interesses específicos e, cada vez menos, como aparelho impositor de uma visão de nacionalidade unívoca.

Além disso, mesmo tomando a obra de apenas dois autores paulistas (analisando-as à luz da efetividade que alcançaram em seus respectivos espaços de atuação), será possível perceber que nem ao menos a “região” poderá ser tomada como palco de uma espécie de “unidade discursiva”. As inovações nas práticas preservacionistas podem ser, como será demonstrado, diretamente ligadas às ações individuais dos autores que serão estudados. A produção historiográfica será privilegiada na análise dessas ações (tomada ela mesma como um tipo específico de ação) em face do papel central que ocupa na orientação das condutas ligadas às políticas públicas de preservação cultural, e a noção de “evolução arquitetônica”, como principal objeto de disputas, norteará essa análise das diversidades discursivas e práticas no âmbito do “Patrimônio”.⁴

Desta forma, optei por analisar as obras historiográficas (e suas respectivas efetivações práticas) de Luís Saia e Nestor Goulart Reis Filho, especialmente *Morada paulista*,⁵ do primeiro, e *Quadro da arquitetura no Brasil*,⁶ do último. A ação de Saia foi de suma

⁴ Em alguns momentos propícios “patrimônio” será aqui grafado com inicial maiúscula, tendo em vista ter se tornado um nome próprio para os autores paulistas, sobretudo os que serão aqui estudados. “Patrimônio” tornou-se uma espécie de vulgo para a regional paulista do IPHAN, muito provavelmente no intuito de se reforçar a personalidade individual do órgão ante o restante do conjunto institucional.

⁵ SAIA, Luís. *Morada Paulista*. 1ª reimpr. da 3ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 2005.

⁶ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 5ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 1983.

importância para que a regional paulista do IPHAN adquirisse personalidade própria (marcada pela individualidade deste arquiteto e pelos anseios de toda uma intelectualidade paulista) ante o nível federal da instituição, alcançando relativo sucesso na preservação de objetos representativos de uma “face paulista” da nacionalidade. Reis Filho, por sua vez, teve papel fundamental para que os órgãos preservacionistas paulistas mantivessem sua destacada posição no cenário nacional diante de determinadas mudanças que forçosamente se observavam no país e no mundo.

Demarcado o espaço, faz-se necessário recortar também o tempo. Em se tratando das práticas preservacionistas nacionais, trabalharei com um lapso temporal relativamente longo, ou seja, entre os anos de 1937 e 1986. Dentro deste período, a trajetória dos dois autores enfocados se cruzaram e as políticas preservacionistas conheceram diversas alterações. Luís Saia viveu até 1975 e, durante 38 anos de atuação junto ao IPHAN, sua figura orientou firmemente as práticas preservacionistas paulistas (mesmo no período inicial que medeia os anos de 1937 e 1945, quando foi uma espécie de “braço direito” de Mário de Andrade nesse órgão). Após sua morte, fatores diversos possibilitaram a ocorrência de algumas mudanças nas práticas preservacionistas, o que não se deu anteriormente devido ao fato de que muitas delas não haviam encontrado as condições objetivas de implementação, não obstante terem sido vislumbradas por Saia.

Se, entre o final da década de 1960 e o ano da morte de Saia, temas como proteção de conjuntos urbanos, descentralização das práticas de preservação cultural e revisão das concepções processuais relativas à formação nacional e regional encontravam cada vez mais espaço no campo dos debates intelectuais, foi a partir de 1975 que eles se depararam com as condições objetivas necessárias para que fossem implementados. Reis Filho ocupou posição destacada nesse processo por pelo menos dois motivos. Em primeiro lugar, foi responsável pela construção de uma história da arquitetura que se coadunava perfeitamente com os padrões de racionalidade pregados principalmente pela “Escola Sociológica Paulista”, na vertente predominante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – a FFCL-USP. Em segundo lugar, este arquiteto/sociólogo⁷ tomou a frente de diversos órgãos (paulistas e federais), que, para além do IPHAN, passaram a se ocupar dos bens culturais. Em 1986 tomou a frente de órgãos como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) e a Comissão de Patrimônio Cultural da USP (CPC), mostrando-se um expressivo representante de um momento em que se percebia claramente a pulverização dos

⁷ Reis Filho graduou-se em arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e em ciências sociais pela FFCL-USP, embora tenha se destacado na verdade como historiador da arquitetura e do urbanismo do Brasil.

órgãos responsáveis pelas práticas preservacionistas nacionais.

Mas as ações preservacionistas paulistas não possuem uma historicidade autônoma. Elas foram apenas relativamente independentes das decisões tomadas inicialmente no Rio de Janeiro e, posteriormente, em Brasília. Assim, é necessário que a análise das ações preservacionistas em São Paulo considere o contexto mais amplo no qual se inseriram.

Para a consideração deste contexto ampliado, dispõe-se atualmente de uma literatura acadêmica bastante extensa, cuja produção, no entanto, oferece uma concepção processual das práticas preservacionistas em alguns pontos problemática. No intuito de dar conta das “ideias” que nortearam as práticas preservacionistas nacionais, especialistas estabeleceram dois grandes “blocos históricos”, que funcionariam sobre a base intelectual proporcionada por dois dos mais expressivos diretores da história do IPHAN: Rodrigo Melo Franco de Andrade (junto com seu amigo e subordinado Lucio Costa) e Aloísio Magalhães. Embora esse ponto de vista tenha contribuído significativamente para a compreensão e desnaturalização das políticas de salvaguarda dos bens culturais nacionais, ele tem sido responsável também por encobrir uma realidade muito mais diversificada e complexa.

Um exemplo disso é o quase esquecimento a que tem sido relegada a gestão de Renato Soeiro (1967-1979) junto ao IPHAN (então DPHAN). Considerado menos carismático e expressivo que Melo Franco e Magalhães, Soeiro tem sido retratado na história das práticas preservacionistas nacionais como o diretor responsável por um período de “transição” entre uma “fase heroica” do IPHAN e outra, quase que “revolucionária”. No entanto, a abertura que foi então proporcionada e as alterações introduzidas no órgão durante a gestão de Soeiro foram fundamentais para a rediscussão de uma série de aspectos relativos a práticas preservacionistas solidamente institucionalizadas. Isso foi possível em função de um maior intercâmbio com órgãos internacionais como a Unesco e a OEA, da descentralização das ações do IPHAN (com a criação, por exemplo, de órgãos estaduais como o CONDEPHAAT, em São Paulo), da discussão de novas formas de financiamento e da contribuição do patrimônio preservado como forma de geração de recursos às populações locais etc. Deste modo, trata-se de uma configuração histórica específica, dotada de profundo significado para a compreensão das práticas preservacionistas seja num nível regional ou nacional.

Feitas tais considerações, será possível agora demarcar melhor como a historicidade das práticas preservacionistas nacionais estará presente neste trabalho. Com esta demarcação, poderei também apresentar desde já os capítulos que compõem essa dissertação.

No primeiro capítulo tratarei, em maiores detalhes, da literatura acadêmica a que há pouco fiz menção para, em seguida, situar em relação a ela o instrumental teórico-

metodológico deste trabalho. A historicidade das práticas preservacionistas não ficará clara nesse capítulo, até mesmo porque ele será dedicado à discussão de pressupostos analíticos. Além disso, a forma como tem sido tratada a “trajetória” do IPHAN, ou seja, privilegiando-se uma análise estrutural da história deste órgão, contribui ainda mais para uma certa confusão a este respeito. Procura-se constituir uma narrativa que explique os insucessos do IPHAN no presente, contudo, o que se apresenta em geral são duas “formações discursivas” separadas por uma espécie de hiato. O que deveria ser um processo se torna uma sucessão de duas estruturas, analisadas “funcionalisticamente”. Destitui-se o processo histórico de seus elementos dialéticos, privilegiando a imposição de um consenso como explicação da permanência ao invés de mostrar o embate e convivência de dissensos. Perde-se a sensação da historicidade ao optar-se por construções que se afastam daquilo que se poderia chamar “realidade histórica”.

O segundo capítulo será uma tentativa de entender melhor as práticas preservacionistas paulistas ocorridas entre os anos de 1937 e 1975. Ele o fará por intermédio da análise da história da arquitetura produzida por Luís Saia e sua efetivação, tanto no âmbito da institucionalização de formas de conduta específicas do órgão paulista quanto dos próprios tombamentos. O objeto escolhido para esta análise foi a noção de “evolução regional paulista” conforme empregada para conferir sentido à arquitetura e à formação regional do estado de São Paulo. Deste modo, trata-se de um período relativamente longo, no qual os esforços por parte de Saia e da regional paulista, de forma geral, no sentido de assegurar o lugar da “cultura paulista” dentro do conjunto dos bens culturais representativos da identidade e da memória da Nação, foram concomitantes ao processo de estabilização e institucionalização, no nível federal, dos procedimentos relativos aos tombamentos, restauração e proteção do patrimônio cultural brasileiro. Não apenas concomitantes, pois não se trata de um processo paralelo, mas em constante e obrigatório diálogo com o nível federal. Essa “relação dialética” em alguns momentos foi realmente de oposição, mas, em muitos outros, foi de concordância, aceitação ou mesmo contribuição.

O terceiro e último capítulo procederá de forma semelhante, tratando, no entanto, da produção historiográfica de Reis Filho e sua respectiva efetivação nas práticas preservacionistas paulistas e nacionais. Será focado o período entre 1969 e 1986, no qual ainda faz-se sentir a influência da ação de Saia. Todavia, soma-se a isso uma série de novas demandas que, caso não houvessem sido resolvidas a contento, ameaçariam a posição confortável conquistada pelos arquitetos no importante campo de atuação representado pelas políticas públicas de proteção de bens culturais. Será investigado então como a noção de

“evolução urbana” passou a orientar, através da produção historiográfica deste autor, as práticas preservacionistas num contexto em que novos grupos e atores passaram a se interessar vigorosamente por este campo de ação.

Com relação às fontes empregadas nesta pesquisa, é forçoso dizer que foi necessário ir além da literatura disponível. Como o alvo também foi a efetivação do sentido narrado nas práticas preservacionistas, foi necessário buscar dados que pudessem tornar mais claras, portanto, a efetividade das ações analisadas. Na 9ª Superintendência Regional do IPHAN tomei contato principalmente com a Biblioteca Luís Saia e, na FAU-USP, pude entrevistar pessoalmente Nestor Goulart Reis Filho. Além disso, procurei em relatórios sobre o conjunto dos tombamentos paulistas e em correspondências trocadas no âmbito do trabalho informações mais detalhadas sobre as práticas profissionais desses autores. Não busquei informações diretamente em atas de conselhos, pareceres e demais documentos institucionais por julgar que já existe uma literatura suficientemente consistente a este respeito, inclusive para a atuação específica dos órgãos paulistas. Todavia, em um futuro trabalho de maior fôlego, esse tipo de documentação poderá ser empregada para o esclarecimento de aspectos pontuais.

Esclarecidos todos os pontos tratados acima, resta ainda uma última explicação, relativa ao emprego do conceito de “patrimônio”. Como qualquer conceito ou noção inseridos num campo de acirradas disputas por poder ou autoridade, este conceito comporta atualmente uma significativa polissemia. Não dispomos ainda de um trabalho historiográfico que contemple a contento este tema. Ainda está por ser produzida no Brasil uma história do conceito de patrimônio, dotada da amplitude necessária e que não se prenda exclusivamente às políticas públicas encarregadas deste domínio.⁸

Infelizmente, será impossível tratar aqui o conceito de patrimônio de tal forma que fornecesse uma ferramenta analítica inequívoca para esta investigação, ou seja, em toda a amplitude que alcançou neste país e em suas relações com as proposições estrangeiras. Isto seria, sem dúvida, trabalho para uma outra dissertação. Por outro lado, não basta apenas escolher arbitrariamente um significado e aplicá-lo como mais uma ferramenta para a compreensão dos objetos enfocados. Lida-se aqui com um recorte temporal relativamente amplo, que comporta pelo menos dois significados distintos para o conceito. Neste ponto, os trabalhos que têm se debruçado sobre as políticas públicas de proteção de bens culturais são de grande valia, pois contribuem de forma significativa para a distinção das duas acepções

⁸ Para a realidade europeia, há o trabalho de CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3ª ed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

predominantes ao longo destes anos.

A imagem de um processo dialético é bastante útil para que compreendamos suficientemente a história do conceito no período restrito aqui focado. Ao longo deste espaço de tempo podem ser destacados dois significados coexistentes. Seria possível, esquematicamente, denominá-los “significado restrito” e “significado amplo” de patrimônio. Podemos notar nesse processo dois momentos de maior estabilidade intermediados por um período de disputa entre os dois significados.

O primeiro período, que se passou mais ou menos entre o início da atuação de Luís Saia e o final da década de 1960, tenderia a se iniciar com o significado amplo de patrimônio, tendo em vista o esforço teórico de Mário de Andrade no sentido de defini-lo como conjunto das manifestações artísticas eruditas e populares nacionais. Não obstante tratar-se de um patrimônio “artístico”, e não “cultural” (conceito, este sim, bastante abrangente), a definição mariodeandradeana possuía um viés folclorístico e etnográfico mesclado à concepção erudita e acadêmica de arte, abarcando, deste modo, a quase totalidade dos artefatos e saberes ditos populares somada à arte dita erudita. No entanto, em virtude de contingências de natureza diversa, acabou por prevalecer uma acepção restrita de patrimônio, “histórico e artístico”. Embora, em tese, este patrimônio fosse também ambiental e arqueológico, a presença maciça de arquitetos no SPHAN e os instrumentos centralizadores do Estado Novo acabaram por garantir uma ênfase no patrimônio arquitetônico, que ficou conhecido posteriormente, numa denominação irônica, como “patrimônio pedra e cal”. Não cabe mencionar todos os fatores que contribuíram para a vitória momentânea dessa definição bastante restrita, mas não é demais mencionar a autoridade conquistada pelos arquitetos modernos junto ao governo (sobretudo Lucio Costa), o importante papel da “casa” como objeto privilegiado para o estudo dos costumes e cultura dos brasileiros e, por conseguinte, para a compreensão da “essência” de nossa nacionalidade (desnecessário mencionar novamente o peso de obra de Gilberto Freyre no que diz respeito a este aspecto) e a centralização dos aparatos administrativos do SPHAN nas mãos dos indivíduos que assim pensavam o patrimônio. Imperou por um bom tempo, portanto (até pelo menos meados da década de 1970) uma concepção de patrimônio relativa aos bens materiais (predominantemente arquitetônicos) que pudessem indicar por onde a evolução nacional andou no passado. Era como se se recolhesse as migalhas de um pão já não mais comestível que, no entanto, fossem úteis para indicar o caminho da modernidade.

Não obstante o predomínio dessa acepção estrita, continuou a existir, ainda que de forma subjacente, a definição lata de patrimônio. Em São Paulo ela foi mitigada pelas diretrizes e orçamentos governamentais. Entretanto, se era para se trabalhar apenas com

arquitetura, deixando num segundo plano registros fonográficos e filmicos, artefatos produzidos pelas populações nativas, mulatas e mamelucas etc., que essa arquitetura abarcasse uma formação cultural, social e econômica de uma região dotada de claro significado para a compreensão de um processo mais amplo, ou seja, o nacional, conforme imaginava o arquiteto Luís Saia. Neste ponto, o conceito de patrimônio perde sua eficácia explicativa no que tange às práticas preservacionistas. É por isso que faz-se necessário lançar mão de outro, ou seja, da noção de “evolução arquitetônica” nas variadas formas que assumiu.

O conceito lato de patrimônio somente passou a ser empregado com mais eficácia quando, em finais da década de 1970, diversos grupos, e não mais apenas os arquitetos, passaram a perceber o potencial da “guarda” da definição de patrimônio para o fortalecimento de identidades grupais. Arquitetos, historiadores, antropólogos, sociólogos (e até mesmo *designers*), brancos, negros, mulatos, mamelucos, descendentes de imigrantes de forma geral, trabalhadores de diversas áreas, enfim, uma infinidade de grupos passou a desejar uma representatividade no baú de nossa nacionalidade. Estes atores tiveram condições de perceber que, sem uma representação no conjunto dos bens tombados, não seria possível provar que eles também eram brasileiros e, por conseguinte, teriam direito de participar politicamente de seus próprios rumos. Todavia, esses grupos não possuíam edifícios íntegros que mostrassem que eles também eram brasileiros. O legado cultural de seus antepassados baseava-se em saberes e fazeres repassados de pais para filhos, produtos tradicionais que ainda hoje sustentam famílias, manifestações culturais que ainda definiam seus grupos locais e que, por sua incomensurável diversidade, poderiam dotar a nação de mais um valor: o da pluralidade.

O grupo liderado por Aloísio Magalhães acabou encontrando soluções que em tese dariam conta de um conceito de patrimônio bastante ampliado. Este conceito abrangia todas as manifestações culturais nacionais, principalmente aquelas ditas “vivas”, cuja manutenção seria essencial para que grupos sociais específicos continuassem existindo e se desenvolvendo social e economicamente, sem que com isso se perdesse o novo valor nacional da diversidade. No entanto, o conceito restrito de patrimônio histórico e artístico continuaria exercendo uma grande influência, uma vez que, por meio dele, institucionalizaram-se práticas, como a do tombamento, que dificilmente seriam abandonadas.

Contudo, antes que essa definição ampliada do conceito de patrimônio se tornasse a “politicamente correta”, houve um período de discussões e inovações que possibilitou a existência desse “novo ciclo”. As “missões” da Unesco que por aqui aportaram, os encontros de governadores em que ficou definida a necessidade de divisão das responsabilidades preservacionistas com os estados e municípios, do diálogo entre órgãos públicos e

universidades, de novas fontes de financiamento, da discussão sobre as relações do turismo e do desenvolvimento com o patrimônio, as discussões envolvendo a preservação de conjuntos urbanos etc., todos estes fatores foram fundamentais para que as práticas preservacionistas nacionais fossem rediscutidas. Ainda que durante esse período o patrimônio tenha continuado aquele de “pedra e cal”, não é possível sustentar que não houveram mudanças nas atuação dos órgãos responsáveis pela preservação de bens culturais.

Mais uma vez é uma outra noção que permitirá, portanto, compreender as alterações havidas nas práticas preservacionistas. Enquanto ainda se iniciava a rediscussão do conceito de patrimônio em função de uma série de novas demandas, a noção de “evolução urbana” já solucionava uma série de problemas, dentre eles o dos tombamentos de conjuntos arquitetônicos e urbanísticos. Mais uma vez é a história da arquitetura que fornece sentido a uma noção consistente o bastante para continuar orientando as condutas no âmbito preservacionista. Isto se deu a partir de fins da década de 1960 e 1970, estendendo-se ainda adiante, quando o uso do novo conceito de “bem cultural” ainda se via estrangido pelo “velho” conceito de patrimônio histórico e artístico, solidamente estabelecido durante anos de atuação do IPHAN.

Esta explanação foi necessária pelo fato de que em vários momentos o termo patrimônio aparecerá neste texto. No entanto, este conceito não ocupa posição central neste trabalho. Pretendo demonstrar que a noção de evolução arquitetônica, nas variadas formas que assume ao longo da história das práticas preservacionistas nacionais (sendo que aqui abordo apenas duas delas), é tão ou mais importante que o conceito de patrimônio para a compreensão das práticas preservacionistas nacionais. Deste modo, escava-se um veio ainda inexplorado no campo, na esperança de que as indagações colocadas no início desta introdução possam ser respondidas. A disciplina que permite alcançar esses objetos (as noções de evolução arquitetônica em suas diversas feições onomasiológicas e semasiológicas) é, sem dúvida, a história da historiografia, desde que essa forma específica de linguagem seja encarada como uma forma de ação individual efetuada num contexto social específico.

2 AS PRÁTICAS PRESERVACIONISTAS NACIONAIS: ABORDAGENS ESTABELECIDAS E NOVAS PERSPECTIVAS

Neste capítulo pretendo situar minha perspectiva analítica em relação a uma série de textos que versam sobre a história das práticas preservacionistas nacionais. Com esse intuito o dividi em duas seções. Na primeira apresentarei, de forma um tanto instrumental, um conjunto de obras que têm tratado desta temática a partir da década de 1990. Na outra tratarei dos pressupostos teórico-metodológicos que me auxiliarão na tentativa de propor uma nova abordagem para o assunto.

2.1 NOTAS SOBRE A LITERATURA ACADÊMICA RECENTE ACERCA DAS PRÁTICAS PRESERVACIONISTAS NACIONAIS: A HISTÓRIA DE UMA FORMAÇÃO DISCURSIVA HEGEMÔNICA

Deixo inicialmente claro que não tenho a pretensão de esgotar neste capítulo tudo o que foi escrito sobre a história do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – o IPHAN. Tampouco desejo diminuir a contribuição que os trabalhos a serem analisados prestaram para uma compreensão mais precisa acerca das práticas preservacionistas nacionais. Na verdade, destacarei alguns pontos de um conjunto significativo de textos sobre a história das práticas preservacionistas nacionais (enfocada sobretudo a partir da história do IPHAN), a fim de me situar em relação a eles. Assim, poderei também, por meio desses trabalhos, caracterizar sucintamente aquilo que se constituiu como o principal órgão dentre os que se preocuparam com a definição de uma arquitetura nacional.

Farei antes algumas considerações sobre esse conjunto de textos, destacando nele dois aspectos importantes para a sua compreensão. Em seguida, mostrarei, de forma mais detalhada, quais os principais pressupostos analíticos presentes em algumas de suas obras mais significativas.

2.1.1 Normatividade e apresentação de identidade

Um primeiro aspecto dessa produção se relaciona ao seu “caráter normativo”. A maioria de seus autores se liga, atualmente, de uma forma ou de outra, às instituições responsáveis pelas práticas preservacionistas nacionais. A “normatividade” desses textos diz respeito à organização de um material empírico específico, relativo às práticas preservacionistas pretéritas, cujo intuito é orientar ou legitimar essas práticas, de acordo com novos interesses, no presente. De um lado, dá-se ênfase ao rigor ético e científico que invariavelmente teria embasado as práticas do IPHAN, seja no período de Rodrigo Melo Franco de Andrade ou no de Aloísio Magalhães – o que justificaria o empenho em perpetuar tais práticas em face da seriedade com a qual o órgão sempre encarou a memória nacional. De outro lado, denuncia-se uma série de mecanismos elitistas de imposição de um discurso, consolidados num período identificado com a atuação de atores específicos, e contrapõe-se este discurso a um outro, mais “democrático” e que somente não teria sido implementado em função das amarras institucionais criadas pelo primeiro grupo.

Em outras palavras, a literatura acadêmica que tem narrado a história das práticas preservacionistas nacionais identifica pontos positivos e negativos de uma “trajetória” de caráter unilinear. Destaca-se uma série de atributos existentes nas práticas preservacionistas da assim chamada “fase heroica”, que deveriam ser evitados ou superados no presente, e, por outro lado, toma-se como modelo um conjunto de características propostas pelo grupo que representa os anseios preservacionistas dos atores que, atualmente, narram a história do IPHAN (a exemplo das propostas do Centro Nacional de Referência Cultural – o CNRC). As perspectivas regionais pouco ou nada são mencionadas em suas especificidades ou no que diz respeito às suas contribuições.

O segundo aspecto a ser destacado é o fato de que essa literatura acadêmica está interessada na “apresentação de uma identidade”. Esta expressão refere-se a um aspecto essencial no que diz respeito à narração das histórias individuais e coletivas. Indagando-se por qual motivo escrevemos nossa história e a dos outros “sempre de novo”, Hermann Lübbe responde o seguinte: *“porque la presentación de la identidad propia e ajena es una función de nuestra historia a través de la cual, al modificarla, obtenemos nuestra propia identidad”*.⁹ E *identidade*, para o grupo de autores cujas obras são agora analisadas, significa uma forma de conduta legitimada historicamente.

⁹ LÜBBE, Hermann. *Filosofía práctica y teoría de la historia*. Barcelona: Editorial Alfa, 1983, p. 129.

Esses autores, de uma forma ou de outra, pretendem definir, como vimos, um perfil de atuação para o órgão no presente. Este “perfil institucional” pressupõe a definição de práticas preservacionistas que são consideradas mais adequadas à “gestão” da memória e identidade nacionais. Os autores que escrevem a história do IPHAN, ao ocuparem os papéis institucionais herdados por este órgão, devem se identificar com algum conjunto de práticas. Ora, não há identidade sem história, conforme propõe Lübbe.¹⁰ Por outro lado, também não há identidade sem a existência de um “outro”. A produção historiográfica permite aqui, portanto, que estes autores assumam determinados papéis institucionais que se legitimam em detrimento de outros. Tais papéis somente podem ser apresentados historicamente, e a historiografia se mostra, portanto, um instrumento necessário para se efetivar este conjunto de práticas preservacionistas.

Deste modo, delimita-se, por exemplo, um período ao qual é dado o nome de “fase heroica”. Nele teria sido realizado um trabalho hercúleo de identificação de nosso patrimônio e de preservação do mesmo. Por outro lado, por uma série de princípios e critérios considerados “equivocados”, ele seria palco também da construção de uma imagem branca, elitista e católica do passado nacional. Há, portanto, uma necessária identificação com uma série de características que indicam um papel institucional específico (o pertencimento ao IPHAN – órgão possuidor de uma identidade, e, por conseguinte, de uma história própria – demonstrado e legitimado pelo “rigor ético” e “científico” no trato do passado nacional), ao mesmo tempo em que há a identificação de um grupo com um conjunto de práticas em oposição a outro, já desgastado pelo tempo, dentro da própria instituição (o que acaba criando uma dicotomia do tipo “discurso do grupo de Melo Franco de Andrade” *versus* o do “grupo de Magalhães”).

No entanto, não creio que seja pertinente classificar apressadamente esta literatura acadêmica como sendo uma “produção historiográfica”. Em primeiro lugar, trata-se de um conjunto limitado de textos, que, todavia, representam bem, ao meu ver, o tipo de análises que têm sido realizadas sobre as práticas preservacionistas nacionais, além de se ter demonstrado muito influente no campo.¹¹ Em segundo lugar, normatividade e constituição de identidade não são suficientes para que se possa falar em historiografia, muito embora sejam

¹⁰ Ibid., p. 109 et. seq.

¹¹ Além do grande número de publicações destes autores dentro do âmbito do próprio IPHAN, pode ser notada tal influência em textos que tratam das práticas preservacionistas num nível local, a exemplo de GONÇALVES, Cristiane Souza. *Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007, e RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969-1987*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado: CONDEPHAAT: FAPESP, 2000.

fundamentais para esta prática.¹²

De qualquer forma, ao almejar definir identidades e orientar determinadas condutas presentes, os autores em questão acabaram construindo e supervalorizando determinadas unidades discursivas, fazendo com que elas fossem tomadas como as únicas possíveis dentro dos períodos estanques atribuídos ao IPHAN. A fim de proporcionar uma aproximação com aquilo que os trabalhos ora analisados propõem, “formação discursiva” deverá ser aqui compreendida como um conjunto de normas ou conhecimentos suficientemente cristalizados a ponto de orientar univocamente determinadas condutas individuais, prescritas aos atores que vieram a aceitar os papéis que lhes foram disponibilizados dentro da “instituição” a que se submeteram.

A primeira destas formações discursivas, que teria sido conformada principalmente por autores canonizados pela história institucional produzida pelo próprio IPHAN (a exemplo de Melo Franco de Andrade e Lucio Costa, entre outros, menos significativos), refere-se a uma “fase heroica” do órgão, que teria tido seu momento áureo nos primeiros anos após sua criação, tombando e protegendo um grande número de monumentos arquitetônicos ameaçados de destruição e institucionalizando uma série de saberes sobre, por exemplo, o “processo civilizatório nacional”, a “verdadeira arquitetura nacional” etc. Esta formação discursiva teria assim produzido uma visão elitista, portuguesa e católica da nação e, como se não bastasse, privilegiado um patrimônio de “pedra e cal” (forma pejorativa de se aludir à arquitetura colonial preservada – sobretudo mineira, urbana e “barroca” – em detrimento das outras manifestações culturais).

Com o fim da “era Melo Franco de Andrade” tais práticas tradicionais sofreriam um certo arrefecimento, até que então surgisse o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), liderado por Magalhães. Este grupo teria proposto uma forma renovada de se encarar o patrimônio cultural nacional, amparada em noções mais abrangentes como, por exemplo, a de “bem cultural”.¹³ Sua preocupação seria diversa daquela que teria norteado o trabalho do grupo de Melo Franco de Andrade, para o qual a preservação de artefatos culturais

¹² Seguindo o raciocínio de Rüsen, deveríamos ainda levar em conta três aspectos que definem a pretensão de veracidade ou de credibilidade da história: sua *pertinência empírica, normativa e narrativa* (RÜSEN, Jörn. *História Viva*. Brasília: Unb, 2007).

¹³ Segundo Joaquim Falcão, “sua noção de bens culturais se opôs à noção de patrimônio histórico e, ao mesmo tempo, a incorporou. Opôs-se na medida em que a noção de patrimônio foi, historicamente, apropriada e reduzida à noção de preservação do patrimônio de pedra e cal. De preservação arquitetônica dos monumentos da etnia branca e sua elite civil, militar ou eclesiástica. Incorporou-o na medida em que patrimônio histórico passou a ser a espécie, e bens culturais, o gênero. Trata-se, portanto, de conceito mais abrangente, que incorpora o bem ecológico, a tecnologia, a arte, o fazer e o saber. Das elites e do povo também. Da etnia branca e também da negra e da indígena. Pois, como gostava de dizer: ‘a cultura brasileira não é eliminatória, é somatória’ (MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997, p. 22-23).

deveria estagná-los no tempo, almejando assim apontar um momento do “processo civilizatório” nacional, cuja linha evolutiva deveria ser resgatada no presente a fim de se construir uma modernidade nacional autêntica. O CNRC, pelo contrário, buscaria um passado “vivo”, no qual se pudesse visualizar e compreender uma “trajetória”, ou seja, um desenvolvimento natural, de determinadas práticas culturais autenticamente nacionais. Portanto, ao invés de “congelar” tais manifestações culturais, as novas formas de intervenção proporião dotá-las de condições para que se desenvolvessem em sua trajetória natural, valorizando sua heterogeneidade como forma autêntica de lidar com problemas locais.

Creio ser necessário deixar claro, de antemão, que essa construção histórica, dentro da qual a história do IPHAN é narrada como a sucessão unilinear de dois grandes “períodos”, não pode ser considerada satisfatória. É preciso considerar um período intermediário, representado principalmente pela gestão de Renato Soeiro junto ao órgão, no qual problemas como os relativos aos conjuntos urbanos, ao desenvolvimento turístico e econômico e à descentralização da proteção dos bens culturais trouxeram profundas alterações nas condutas preservacionistas nacionais. Além disso, é preciso considerar a diversidade de atores envolvidos, sobretudo no que tange às realidades regionais, e suas respectivas contribuições para a atuação do órgão federal. Este trabalho pretende, ainda que de forma limitada, contribuir com a iluminação desses aspectos, até então ainda pouco privilegiados.

Antes de analisar mais detidamente a literatura acadêmica em questão, cabe ainda uma consideração a seu respeito. Acima mencionei que estes autores se ligam, de uma forma ou de outra, aos órgãos preservacionistas nacionais. Todos os textos que serão apresentados foram escritos a partir da década de 1990, ainda que as discussões das quais surgiram lhe sejam anteriores.

Nesse período, as práticas preservacionistas nacionais passaram por algumas dificuldades. Em 1990, as atividades da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foram paralisadas pelo governo Collor e seu Conselho Consultivo dissolvido, sendo que as atividades só seriam retomadas em 1992. Além do mais, havia a percepção de que, não obstante a reformulação de critérios pela qual havia passado o órgão sob a orientação de Aloísio Magalhães, pouco ou nada havia mudado nas práticas em si, dadas as limitações do instrumento do tombamento.¹⁴ Impunha-se, portanto, uma análise detida dos problemas do órgão, o que demandou um olhar retrospectivo sobre as práticas do IPHAN, no qual ressaltou-se determinadas qualidades e identificou-se certos vícios. Todos os autores a

¹⁴ Cf. FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro; UFRJ: IPHAN: 1997, especialmente o capítulo 5.

serem analisados produziram textos deste tipo pelo IPHAN, que organizou inclusive um número inteiro de sua famosa *Revista*, agora re-estilizada, com este intuito.¹⁵

Este conjunto de intelectuais é formado por cientistas sociais dos mais variados campos, sendo que a maioria deles tem ou teve ligação com órgãos tais como o próprio IPHAN e CNRC, além da Universidade de Brasília, que teve um importante papel na discussão deste novo paradigma acerca da cultura nacional.¹⁶ Pode-se dizer, *grosso modo*, que todos eles se preocupam, cada um a seu modo, em caracterizar a “formação discursiva hegemônica”, nos dizeres de Mariza Velozo Motta Santos,¹⁷ que teria fundamentado as práticas preservacionistas, principalmente, no período em que o SPHAN foi comandado por Melo Franco de Andrade.

De forma geral, estes trabalhos procuram identificar nos discursos sobre o patrimônio cultural nacional de certos autores, como os dos já mencionados Melo Franco de Andrade e Lucio Costa, os problemas de suas práticas preservacionistas. Encontra-se, assim, com base num conjunto limitado de textos e de fontes (sobretudo nos tombamentos), uma formação discursiva hegemônica que teria ditado os rumos da preservação patrimonial no Brasil. A ideia de uma “trajetória”¹⁸ composta por duas grandes formações discursivas, conforme proposta por Aloísio Magalhães na sua formulação da trajetória institucional do IPHAN, é assim preservada.

Veremos que, embora tal identificação seja valiosa e de fato nos ajude a compreender a forma pela qual se deu a prática de proteção do que foram considerados os bens culturais da nação, ela omite, salvo algumas exceções, o que talvez seja a própria condição de existência do IPHAN ao longo desses seus mais de setenta anos: a capacidade de comportar diversos discursos ao mesmo tempo, ou seja, de acomodar o dissenso em torno de um consenso mínimo.

¹⁵ Vejamos alguns exemplos da forma pela qual vêm sendo organizados os números atuais da *Revista*. Embora trate do tema “cidadania”, a *Revista* de número 24 (1996), da qual extraí alguns dos textos a serem aqui analisados, apresenta uma série de artigos relacionados com esta “preocupação diagnóstica”. Na *Revista* nº 26 (1997), por sua vez, foram publicados uma série de textos exemplares de seu passado, na ocasião dos 60 anos do órgão. Por fim, o seu número 30 (2002), dedicado a Mário de Andrade, propõe em seus textos um modelo de preservação inspirado nas ideias do polígrafo paulista, resgate pretendido desde a gestão de Aloísio Magalhães.

¹⁶ O CNRC contou inicialmente com o apoio do Ministério da Indústria e Comércio e da Fundação Unb, que cedeu um espaço no *campus* para instalação deste grupo de trabalho.

¹⁷ SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a academia SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. [Brasília], n. 24, p. 77-95, 1996.

¹⁸ A presença da noção de “trajetória” nos discursos de Aloísio Magalhães é enfatizada em MAGALHÃES, op. cit., publicação na qual pode ser encontrada a definição desta noção segundo o próprio *designer* pernambucano.

2.1.2 Campo e formação discursiva hegemônica

Deter-me-ei agora na análise dos principais aspectos ligados a essa literatura acadêmica que, ao longo da década de 1990, consolidou-se na investigação das práticas sedimentadas de preservação patrimonial.

Como já foi apontado, o principal ponto em comum entre esses autores se refere à identificação de uma unidade discursiva dentro do SPHAN. Para tanto, são utilizados conceitos como “formação discursiva” e “campo”, que, no caso destes trabalhos, apontam mais para uma imposição de um consenso do que para a acomodação de dissensos. Veremos que tais conceitos são ora utilizados mediante definições explícitas, com referências aos autores por elas responsáveis, ora tomados como senso comum, naturalizando-os de forma a inclusive prejudicar sua eficácia explicativa.

Para a antropóloga Mariza Veloso Motta Santos, conforme sustenta em seu artigo “Nasce a Academia SPHAN”,¹⁹ trata-se da “institucionalização de um lugar de fala, que permite a emergência de uma *formação discursiva* específica”.²⁰ Esta noção de “formação discursiva”, segundo a autora, foi tomada emprestada de Michel Foucault, e, embora não seja explicitamente utilizada pelos demais autores, representa bem os pressupostos analíticos envolvidos nestas explicações. Tratar-se-ia de uma formação discursiva constituída através do tempo, que, aos poucos, teria se institucionalizado, diferenciado e complexificado. Santos ainda utiliza o quadro teórico proposto por Bourdieu ao afirmar, por exemplo, que “é a singularidade do grupo que integra a Academia SPHAN, ao construir uma formação discursiva – que na sua dinâmica simbólica é arbitrária e coercitiva no que diz respeito aos valores em *performance* –, e que, sobretudo, impõe e faz valer um ‘princípio de divisão legítima do mundo social’”.²¹ Assim, vencida a luta dos arquitetos modernos (cujo líder e principal expoente foi, sem dúvida, Lucio Costa) contra os neocoloniais (representados principalmente por José Mariano Filho e Ricardo Severo), “a Academia SPHAN nasce ancorada numa ideia básica que é o *registro da nação*, cuja face era preciso tornar visível, como no romantismo, mas através da identificação de uma tradição cultural que tivesse uma duração no tempo, cujo passado era preciso alcançar, e que tivesse uma visibilidade no espaço, cuja configuração e moldura era preciso estabelecer”.²²

¹⁹ SANTOS, op. cit.

²⁰ Ibid, p. 77, grifo meu.

²¹ Ibid., p. 78.

²² Ibid., p. 78.

Em artigo intitulado “O cidadão moderno”,²³ o arquiteto Lauro Cavalcanti identifica este discurso hegemônico (nas suas palavras: “vencedor”), com o do grupo de arquitetos modernos, que, como vimos, teve sua principal figura na pessoa de Lucio Costa. Inspirados principalmente no pensamento de Le Corbusier, estes profissionais teriam se apegado à “crença quase ilimitada nos poderes da ciência e, no caso da arquitetura, na capacidade de esta mudar a condição e comportamento dos indivíduos através do espaço”.²⁴ Além disso, a arquitetura moderna, de acordo com Le Corbusier e também Walter Gropius, traduziria um momento de ruptura com o passado – mas com um passado imediato, representado pelos arquitetos “academicistas”, a exemplo dos chamados neocoloniais. Segundo Cavalcanti, “no campo da arquitetura a ‘vitória’ dos modernos se dá mediante uma vinculação histórica e uma vinculação ética; ao assumirem os polos do passado e do futuro, logram se colocar, em uma perspectiva evolucionista, *como a natural depuração e herdeiros de toda uma tradição construtiva brasileira*”.²⁵ Desta forma, em função de uma série de afinidades discursivas entre governo e intelectuais, sobretudo arquitetos, estes teriam percebido no serviço público a melhor forma de intervenção na sociedade. Comprovariam estas afirmações o “predomínio massivo de arquitetos” no SPHAN e o privilégio dado ao “patrimônio pedra e cal” nos primeiros números da revista editada por este órgão.

Muito semelhante à opinião de Cavalcanti é a da crítica literária Maria Cecília Londres Fonseca, conforme expressa em seu livro *O patrimônio em processo*:

durante o Estado Novo, os modernistas gozavam de franca hegemonia no meio intelectual e conseguiram resolver razoavelmente bem, naquele momento, a dicotomia entre o que consideravam seu papel de homens de cultura a serviço do ‘interesse público’ e sua inserção na administração de um governo autoritário, mantendo junto ao MEC e ao governo federal um invejável grau de autonomia.²⁶

A temática do patrimônio surge “assentada nas bases do modernismo” e, para estes modernistas, Minas seria o polo irradiador da civilização nacional.²⁷ De Minas também surgiriam os principais articuladores da rede intelectual na qual consistiria o SPHAN. Segundo Fonseca,

havia entre os mineiros um sentido de constituírem uma elite intelectual e com a vocação do espírito público. Predominavam neles valores como o rigor, a

²³ CAVALCANTI, Lauro. O cidadão moderno. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. [Brasília], n. 24, p. 106-115, 1996.

²⁴ *Ibid.*, p. 106.

²⁵ *Ibid.*, p. 113.

²⁶ FONSECA. *Op. cit.*, 1997, p. 15.

²⁷ Sobre o papel de Minas enquanto berço da civilização nacional para os modernistas, cf. FONSECA, *op. cit.*, 1997, p. 99.

sobriedade, a honestidade intelectual e moral, e sobretudo o senso de dever. Tudo isso matizado pelo *humour*, em Carlos Drummond de Andrade, e pela habilidade política, em Capanema. Nesse sentido, Rodrigo Melo Franco de Andrade talvez fosse o mais ‘mineiro’ entre os mineiros, e era considerado por todos o líder natural do grupo.²⁸

Portanto, teria sido fundamental a privilegiada posição política de Gustavo Capanema e sua adesão ao ideário modernista, o que teria possibilitado a inserção dos arquitetos modernos no tecido do SPHAN. O discurso a justificar ou legitimar os tombamentos do SPHAN seria o que emanaria do parco conjunto de seus dirigentes. Assim, foram privilegiados os remanescentes da arte e arquitetura colonial brasileira, o que se justificou ou pela iminência da perda ou por critérios puramente estéticos, numa clara hierarquia em que sobressaía-se o barroco e, em menor grau, o neoclássico, e que alijava o eclético e o neocolonial. Embora o rigor dos estudos e das pesquisas visasse auferir legitimidade a este discurso, sua distância em relação à opinião pública teria elevado ao primeiro plano desta função a autoridade intelectual e moral de seus agentes, pela qual Rodrigo Melo Franco de Andrade teria sempre zelado. Enfim, tal unidade discursiva seria possível em função da coesão da equipe reunida “em torno de um projeto”.²⁹

Num texto posterior Fonseca parece radicalizar esta posição. Segundo a autora,

ao ser criado o SPHAN, em 1937, já estavam dadas as condições políticas e simbólicas para a hegemonia dos modernistas no ministério Capanema em tudo que se referia ao trato dos monumentos: foi através de seus projetos que o ministro ‘descobriu’ a arquitetura e pôde exercer um papel de mecenas do que havia de mais avançado nas artes; e foi graças à eficácia de suas ideias que não foi difícil afastar e se contrapor a outros grupos com pretensão a ocupar o campo”.³⁰

Fonseca se apropria explicitamente do conceito de “campo”, conforme proposto por Bourdieu, e, desta forma, podemos assim interpretar, os modernistas se tornariam o grupo que, dentro do campo cultural, deteria o poder simbólico de “produção do senso comum”, ou o “monopólio da *nomeação* legítima como imposição oficial”.³¹ Lucio Costa surge para a autora como o “teórico” deste grupo. Ele teria universalizado os princípios de sua “boa” ou “verdadeira” arquitetura, inserindo-a no melhor da tradição ocidental. A identificação de tais princípios no período no qual se teria fundado a arquitetura genuinamente brasileira – séculos XVII e XVIII –, além do prestígio das duas principais figuras do SPHAN – Melo Franco de

²⁸ Ibid., p. 100.

²⁹ Ibid., p. 139.

³⁰ Idem. A invenção do patrimônio e a memória nacional. In BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista, SP: Ed. Universidade de São Francisco, 2001, p. 94.

³¹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 146.

Andrade e Lucio Costa – teria naturalizado uma prática de tombamentos “imposta sem maiores contestações”.³²

Seguindo um raciocínio semelhante, a historiadora Márcia Regina Romeiro Chuva vincula o discurso dominante do SPHAN também aos modernistas, mas considera que chamar este grupo simplesmente de “modernista” não é suficiente,

pois os debates em torno da ‘criação da nação’, que estiveram presentes no modernismo dos anos 20, e foram incorporados às malhas do Estado após 1930, acabaram por evidenciar diferenças cruciais entre as várias correntes que se formaram, constituindo grupos por vezes antagônicos em relação às suas visões de mundo e ao projeto de nação em disputa.³³

O grupo de intelectuais modernistas que compôs o SPHAN teria sido formado pelo que Rodrigo Melo Franco de Andrade denominou “quarta corrente”, representante da “vertente universalista e cosmopolita do modernismo mineiro”,³⁴ e que teria se formado inicialmente em torno da *Revista do Brasil*. Surgem então como principais construtores desse discurso o próprio Melo Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade e Lucio Costa. Melo Franco de Andrade articulava os critérios que afirmariam o pertencimento da arte nacional, e, por conseguinte, do próprio país, ao mundo das nações modernas. Drummond, por sua vez, partilharia desta posição, pois, para ele, “a inserção no mundo civilizado se daria, principalmente, pela identificação de uma arte brasileira que pudesse se enquadrar na classificação tradicional da história da arte no mundo ocidental”.³⁵ Por fim, Lucio Costa, com as suas “Razões da nova arquitetura”,³⁶ teria criado a possibilidade concreta de inserção da produção artística nacional na história da arte universal (ocidental). Um primeiro passo seria a institucionalização da arquitetura da “escola carioca”, “com a formulação de um discurso perfeitamente enquadrado nas questões mais presentes daquele momento, até mesmo no que diz respeito à recuperação da tradição, sempre de acordo com sua visão de mundo moderna”.³⁷

Dessa forma, a posição desse arquiteto se mostra, para a autora, fundamental para as práticas preservacionistas nacionais. Costa se tornaria “o principal mentor” do modernismo em arquitetura no Brasil, ao formular uma fala apropriada à categoria e ao criar, através do

³² FONSECA, op. cit., 2001, p. 97.

³³ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi*, v. 4, n. 7, jul.-dez. p. 313-333, 2003, p. 314.

³⁴ *Ibid.*, p. 315.

³⁵ *Ibid.*, p. 317.

³⁶ COSTA, Lucio. Razões da nova arquitetura (1936). In: XAVIER, Alberto (org.). *Lucio Costa: sobre arquitetura*. Porto Alegre, Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.

³⁷ CHUVA, op. cit., p. 319.

SPHAN, um mercado de trabalho privilegiado, dentro do Estado, para os arquitetos “modernos”. Por outro lado, esta notável autoridade garantiria o prestígio internacional às práticas preservacionistas nacionais, algo almejado por Melo Franco de Andrade. Além disso, segundo a autora, “a genialidade de Lucio Costa construía, assim, a genealogia da ‘boa arquitetura’, universal, em que a produção brasileira se enquadrava, na origem e na atualidade”.³⁸ Portanto, de acordo com Chuva, o discurso hegemônico do SPHAN teria sido formulado a partir da “invenção” de um patrimônio cultural, notadamente arquitetônico e barroco, que inseriria o Brasil na história da civilização ocidental.

Em trabalho mais recente, intitulado *A retórica da perda*, o antropólogo José Reginaldo dos Santos Gonçalves analisa o percurso institucional do IPHAN como sendo composto por dois discursos hegemônicos:

ao longo dos últimos cinquenta anos, é possível identificar duas grandes narrativas por meio das quais as políticas oficiais de patrimônio cultural do Estado brasileiro são culturalmente inventadas. A primeira, associada ao nome de Rodrigo Melo Franco de Andrade e ao antigo SPHAN [...] foi hegemônica desde 1937, ano da criação do SPHAN, até, aproximadamente, a segunda metade da década de 70. A segunda está associada ao nome de Aloísio de Magalhães e ao processo de renovação ideológica e institucional da política oficial de patrimônio cultural que, sob sua liderança, se desenvolveu desde os anos 70.³⁹

Seguindo uma tradição intelectual contemporânea, que encara os discursos como atos de fala visando determinados efeitos, Gonçalves afirma que “a autoridade cultural desses intelectuais é adquirida na medida em que persuadem sua audiência, seu público, de que eles são capazes de ‘representar’, por intermédio de seu discurso e de sua prática à frente da política oficial de patrimônio, de maneira mais ‘autêntica’, a identidade cultural da nação”.⁴⁰

Desta forma, o autor também procura interpretar as políticas preservacionistas nacionais a partir do discurso de apenas dois de seus atores. Todavia, a meu ver, Gonçalves o faz com base numa ancoragem teórica que lhe permite apontar, a partir da obra de Rodrigo Melo Franco de Andrade e da de Aloísio Magalhães, determinadas constantes dentro destas políticas preservacionistas. Depreende-se, desta forma, da leitura de seu texto, que a nação é algo “imaginado” (uma “comunidade”, de acordo com Benedict Anderson) e “objetificado”⁴¹ nos discursos sobre o patrimônio. O patrimônio seria então um conjunto de bens “autênticos”, representantes “verdadeiros” de uma “trajetória” ou “evolução” cultural (ou “civilizatória”) da

³⁸ Ibid., p. 328.

³⁹ GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002, p. 38.

⁴⁰ Ibid., p. 38.

⁴¹ Para maiores detalhes a respeito da noção de “objetificação cultural” na obra do autor, cf. Ibid., p. 14-16.

nação. O que auferiria legitimidade a este discurso seria a iminência da perda destes bens (para Melo Franco de Andrade, o desaparecimento ou ruína do patrimônio móvel e imóvel; para Magalhães, a homogeneização cultural).

Por fim, podemos identificar no artigo “Por uma sócio-história do Estado no Brasil”, produzido pela historiadora Sônia Regina de Mendonça, uma formulação teórica que nos permite compreender os pressupostos adotados por boa parte da historiografia supracitada. A autora emprega conceitos gramscianos como o de “hegemonia”, “desde que desnaturalizados mediante a introdução de um certo viés subjetivista, específico a uma dada vertente da sociologia do conhecimento, a qual, longe de considerar o indivíduo como mero suporte das estruturas sociais, privilegia-o enquanto sujeito, passível de uma apreensão construtivista”.⁴² No entanto, a autora dá um destaque privilegiado à noção de *habitus* em sua formulação, conforme elaborada por Bourdieu:

por outro lado, uma análise sócio-histórica de extração construtivista implica em reconhecer a existência tanto de uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação – que alguns autores denominam *habitus* – via de regra adquiridos junto aos sistemas de ensino [...], quanto de uma gênese social das próprias estruturas sociais, sejam elas grupos ou classes”.⁴³

Desta forma, a partir de um modelo de constituição do Estado brasileiro a partir da década de 1930 (no qual é identificada uma hipertrofia e uma imposição de exacerbada centralidade do Estado), Mendonça constata que “é, pois, sobretudo no âmbito das agências consagradas à produção, preservação e reprodução cultural que todas essas premissas adquirem maior visibilidade e qualificação: quem fala o quê, de que lugar e para quem?”.⁴⁴ Haveria, portanto, dentro destas “agências”, responsáveis pela gestão dos bens culturais da nação (dentre as quais o SPHAN figuraria como principal representante), uma constante luta pelo poder de “nomear” e “classificar” a realidade, com destaque para a posição dos indivíduos dentro destas agências, detentores de *habitus* e *capitais* específicos. Com a supressão da luta partidária, uma parcela da elite intelectual brasileira teria se alojado no tecido do Estado e, munida do aparelho simbólico institucionalizado estatal, passaria a deter este “poder simbólico de nomeação da realidade”.

A autora, por fim, acaba menosprezando as diversas possibilidades de ação dos atores individuais dentro dos aparelhos estatais, pois, quando estes se ligam ao poder público,

⁴² MENDONÇA, Sônia Regina de. Por uma sócio-história do Estado no Brasil. In: CHUVA, Márcia (org.). *A Invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995, p. 73-74.

⁴³ Ibid., p. 74.

⁴⁴ Ibid., p. 71.

tornam-se “funcionários”:

operando estratégias como essa que, permanentemente, constroem e reconstróem a realidade social mediante a conservação ou rejeição de esquemas classificatórios, tornados ‘velhos’ ou ‘modernos’, segundo suas posições e/ou interesses, os agentes encastelados nos órgãos públicos em geral, adquirem, quer se queira ou não – o que é sempre objeto de polêmica quando referido aos elementos ligados à gestão cultural – o estatuto de funcionários. E, nessa condição, eles se veem dotados de uma outra solidariedade, diversa daquela conferida pela força dos *habitus*, proveniente de sua própria vinculação ao aparelho. Trata-se de uma solidariedade que é proporcionalmente maior, quanto menor for o capital social ou cultural previamente detido pelo agente, que passa, assim, a ter no aparelho o seu *leit-motiv*. Nessa posição eles convertem-se em autores do chamado ‘argumento das autoridades’ que, expresso no discurso oficial, deixa de pertencer-lhes enquanto sujeitos intelectuais, a despeito de terem nele imprimido suas marcas.⁴⁵

2. 1. 3 As práticas do SPHAN

Além das tentativas, por parte da literatura apresentada, de definição do discurso que teria embasado a ação do SPHAN em sua fase “heroica”⁴⁶ (ainda que em alguns momentos tenha sido mencionado o período relativo à gestão de Aloísio Magalhães, que também é identificado a um outro discurso unívoco), vimos, ainda que somente de passagem, alguns elementos relacionados a esse discurso e ao próprio SPHAN. Como exemplos desses elementos, tem-se a pretensão de rigor “científico”, ao lado do “ético”, com o qual se procurava dotar a prática preservacionista do SPHAN; a autonomia gozada por este órgão junto ao Estado; e, além disso, o recurso à identificação do período “moderno” a uma tradição autêntica, ligação temporal sempre possibilitada por uma noção de “processo civilizatório”, “evolução” ou “trajetória”. Veremos então que estas tentativas de identificação de uma formação discursiva hegemônica acabaram por clarificar um conjunto de práticas de fato existentes na atuação do SPHAN, além de demonstrar os motivos de sua eficácia.

O SPHAN, algumas vezes tratado como uma “academia”⁴⁷, estruturou-se em torno de

⁴⁵ Ibid., p. 78-79.

⁴⁶ Embora estes autores se referiam a um embate com outros grupos, como na querela entre modernos e neocoloniais, disputa esta que começa a se delinear quando Lucio Costa assume a diretoria da Escola Nacional de Belas Artes, não podemos dizer que tais disputas, segundo os autores até agora apresentados, se davam dentro do SPHAN. Trata-se, segundo eles, de uma luta pela ocupação dos principais postos públicos ligados à gestão dos bens culturais. Vencida a disputa inicial, ter-se-ia uma luta entre discurso hegemônico do SPHAN *versus* discursos vencidos e aliados aos postos menos relevantes, e não disputas dentro do próprio órgão.

⁴⁷ Cf. SANTOS, op. cit., CAVALCANTI, op. cit., e RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: as origens, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1936-1967*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1991. Sobre a expressão “Academia SPHAN”, cunhada por Mariza Santos, cf.

um conjunto de intelectuais que se responsabilizaram pela rigorosa identificação do patrimônio histórico e artístico da nação. O rigor científico pretendido nos estudos e pesquisas destes intelectuais conferiu autoridade à prática preservacionista do SPHAN e consolidou uma produção intelectual que até hoje é referência na área de história da arte e arquitetura brasileiras. Os processos de tombamento sempre se faziam acompanhar de criteriosos relatórios.⁴⁸ Passou-se a exigir um levantamento de fontes variadas que pudessem atestar a autenticidade do bem a ser tombado.⁴⁹

Para José Reginaldo Gonçalves, o rigor científico, ou “objetividade”, do discurso dos funcionários do SPHAN (o autor refere-se especificamente a Rodrigo Melo Franco de Andrade) é uma estratégia adotada para narrar “uma obra de civilização”. Segundo Gonçalves, Melo Franco

é um personagem da história que é narrada, descrevendo seu papel como o de um herdeiro de uma ‘tradição’ que deve ser resgatada, defendida e preservada contra os riscos de esquecimento e perda definitiva. Essa ‘tradição’ é vista como um objeto de conhecimento científico, histórico, e, ao mesmo tempo, como uma fonte de autenticidade pessoal e coletiva. Ela tem de ser descrita e explicada em termos científicos, racionais, ao mesmo tempo em que deve ser resgatada e defendida como a fonte da identidade cultural brasileira.⁵⁰

O caráter científico do discurso dos funcionários do SPHAN seria uma forma de demonstrar, portanto, seriedade com relação ao resgate da tradição nacional. O passado deixa de ser encarado de forma simplista, romântica, para se tornar um sério projeto de futuro.

Neste ponto, as publicações do SPHAN adquiriram especial importância. Os artigos publicados na *Revista*, por exemplo, “informaram nitidamente” alguns casos de tombamento.⁵¹ Na introdução escrita por Rodrigo Melo Franco de Andrade para o nº 1 das *Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, de autoria de Gilberto Freyre e intitulado *Mucambos do Nordeste*, o diretor do Serviço escreve o seguinte:

o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se empenhará no sentido de impedir que a literatura empática ou sentimental, peculiar a certo gênero de amadores, se insinue nestas publicações. Por este meio, não interessa divulgar páginas literárias, ainda que brilhantes. O que interessa é divulgar pesquisas seguras, estudos sérios e trabalhos honestos e bem documentados acerca do patrimônio

FONSECA, op. cit., 1997, p. 124. Silvana Rubino refere-se mais especificamente, por sua vez, a um “clima universitário” (RUBINO, op. cit., 172).

⁴⁸ FONSECA, op. cit., 1997, p. 122.

⁴⁹ SANTOS, op. cit., p. 90.

⁵⁰ GONÇALVES, op. cit., 2002, p. 43.

⁵¹ Cf. RUBINO, op. cit., p. 119. A autora refere-se especificamente aos primeiros tombamentos, dentre os quais foram alvo de análises pela pesquisa a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, PE, a de São Francisco Xavier e a dos Jesuítas, RJ, o Seminário de Belém em Cachoeira, BA, e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, MG.

histórico e artístico do Brasil.⁵²

Esta postura acompanhou de fato os trabalhos publicados pelo SPHAN, marcados pelo rigor metodológico de seus artigos. A apropriação de conceitos advindos das ciências sociais, como, por exemplo, em relação ao próprio Gilberto Freyre,⁵³ também contribuiriam para incrementar o caráter científico destes trabalhos. Mais especificamente a respeito da *Revista*, Silvana Rubino afirma o seguinte: “na *RSPHAN* [Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional] o debate sobre a nacionalidade, a tradição e a modernidade brasileira ganharam a dimensão escrita sobre o que se tomba ou deve tomba. Pois a publicação ao mesmo tempo informou o que se deveria preservar e explicou o que se estava preservando”.⁵⁴ A autora ainda escreve que estes artigos “passam a ser sobreinvestimentos simbólicos sobre os bens (antes) quaisquer”.⁵⁵

Ao lado da pretensão de rigor científico, havia, segundo estes autores, a preocupação de caráter ético. De acordo com Fonseca, um dos pontos positivos da “fase heroica” do SPHAN foi a criação de um “padrão ético” de atuação no serviço público brasileiro. Segundo a autora, “a noção de cidadania implícita nos projetos dos intelectuais que compunham a pequena equipe do SPHAN era de que atuavam a serviço do interesse maior da nação, acima de interesses particulares ou do governo”.⁵⁶ O grande exemplo deste “padrão ético” seria a própria figura de Melo Franco de Andrade:

a autoridade de Rodrigo para falar e agir em nome do ‘patrimônio histórico e artístico’ brasileiro é modelada através de sua atitude de renúncia em relação a sua vida privada e em relação a outros caminhos que poderia ter seguido em sua vida pública. Assim, sua vida pessoal é narrada por companheiros de trabalho e por amigos como totalmente dedicada ao Sphan e à ‘causa’ do patrimônio brasileiro. Desse modo, sua vida, assim como ‘sua’ instituição, são consideradas ‘exemplares’.⁵⁷

Há uma declaração de Aloísio Magalhães que também denota a ideia de uma vida dedicada à causa do patrimônio. Num depoimento sobre o *designer* pernambucano, José Laurentino Melo afirma o seguinte: “em conversa, dias antes de assumir a direção do ainda Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, um Aloísio intelectualmente maduro e sereno se

⁵² FREYRE, Gilberto. *Mucambos do Nordeste*. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, [1937] (Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 1), p. 16.

⁵³ Cf. RUBINO, op. cit., e Idem. Entre o CIAM e o SPHAN: diálogos entre Lucio Costa e Gilberto Freyre. In VOLFZON, Ethel et. al.(orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

⁵⁴ Idem. Op. cit., 1991, p. 184.

⁵⁵ Ibid., 193.

⁵⁶ FONSECA, Maria Cecília Londres. A política federal de preservação nos anos 70 e 80. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Op. cit., 1996, p. 155.

⁵⁷ GONÇALVES, op. cit., 2002, p. 47.

perguntava com naturalidade se toda a sua vida até aquele momento não fora uma preparação para o cumprimento da tarefa que lhe estava reservada dali por diante”.⁵⁸

Portanto, esse rigor científico e ético é associado à ideia de seriedade com relação ao passado. A adoção desta postura por parte dos funcionários do SPHAN legitimaria a ocupação dos cargos disponíveis neste órgão. No entanto, esta “atuação a serviço da nação, acima de interesses particulares e governamentais”, aponta para uma característica peculiar do SPHAN em relação aos demais órgãos estatais deste período: a relativa autonomia de que gozava. Para Fonseca, tratava-se de uma “autonomia fraca”, em troca de uma não interferência nos assuntos do governo, e que poderia ser interpretada como “sinal do pouco interesse político que o serviço tinha para o governo federal, na medida em que constituía um recurso bastante limitado – dadas as características da sociedade brasileira da época – para a mobilização popular”.⁵⁹ Desta forma, ter-se-ia uma espécie de pacto. Por um lado, o governo cooptaria a elite intelectual, que passava a ter acesso aos quadros governamentais e ficava abrigada das imposições ideológicas do governo de Vargas. Por outro lado, estes intelectuais modernos teriam uma possibilidade real de intervenção no mundo social, ou, como prefere Ricardo Benzaquen Araújo, “a inclinação utópica dos modernos articula-se com uma redefinição vanguardista do Estado”.⁶⁰

Cavalcanti sustenta a mesma posição, pois, segundo ele, “a ida para a repartição deixa transparecer a crença moderna de que era o Estado o lugar da renovação e da vanguarda naquele momento, assim como o vislumbre da possibilidade de aplicar na realidade ideias de reinterpretação ou reinvenção de um país que estava sendo praticado nas páginas de seus livros”.⁶¹ No entanto, discorda da tese da cooptação: “a baixa remuneração percebida obrigava a que tivessem outras atividades de modo a completar o seu orçamento; tal fato repele a hipótese vulgar mais extensamente difundida de que o Estado Novo haveria cooptado os intelectuais através de suas contratações”.⁶² Num outro trabalho, Cavalcanti expõe de forma

⁵⁸ MAGALHÃES, op. cit., p. 33.

⁵⁹ FONSECA, op. cit., 1997, p. 136.

⁶⁰ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Nas asas da razão: ética e estética na obra de Lucio Costa. In NOBRE, Ana Luiza et. al. (Orgs.). *Um Modo de ser moderno*. Lucio Costa e a crítica contemporânea. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 67.

⁶¹ CAVALCANTI, op. cit., 1996, p. 111.

⁶² *Ibid.*, p. 111. Trabalhando com uma perspectiva mais ampla, Sérgio Miceli analisa o problema da cooptação de intelectuais pelo Estado a partir da análise das alterações pelas quais passou mercado intelectual entre o final da Primeira República e o Estado Novo. Miceli propõe então a seguinte hipótese: “se na Primeira República o recrutamento dos intelectuais se realizava em função da rede de relações sociais que estavam em condições de mobilizar e as diversas tarefas de que se incumbiam estavam quase inteiramente a reboque das demandas privadas ou das instituições e organizações da classe dominante, a cooptação das novas categorias de intelectuais continua dependente do capital de relações sociais mas passa cada vez mais a sofrer a mediação exercida por trunfos escolares e culturais cujo peso é tanto maior quanto mais se acentua a concorrência no interior do campo intelectual” (MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*

mais clara o que pensa sobre esta relação entre governo e SPHAN:

Acredito, entretanto, também, que se a possibilidade de estilos tão diversos, em um período de ‘fechamento’ político, aponta para um não-monolitismo do Estado, os métodos de ação utilizados para a concretização das formas, tanto no caso do Ministério da Fazenda quanto no da Educação e Saúde, através da anulação de concursos públicos e de convite pessoal pelos titulares dos ministérios, indicam uma utilização monolítica dos instrumentos de poder. Para o domínio do seu campo os ‘modernos’ possuíam um discurso arquitetonicamente fundado e um elo com o campo da burocracia; o movimento de autonomização se dá, em aparente paradoxo, com métodos políticos pouco autônomos e com um forte papel da ação humana individual.⁶³

Em outras palavras, o grupo de arquitetos modernos teria se apoderado de “seu campo” por intermédio de uma rede de relações com o “campo da burocracia”, e, a partir daí, conquistado uma determinada autonomia dentro da estrutura governamental, tendo, para isso, portanto, utilizado meios pouco autônomos, em dependência dos grupos que já se encontravam no poder.

Passando para um outro ponto característico das práticas do SPHAN, uma contribuição bastante específica dos autores ligados à antropologia é a análise do tombamento como um rito social, uma espécie de “momento mágico”, através do qual um bem adquire um *status* bastante diverso do original. Tais hipóteses procuram desnaturalizar a memória construída pelo SPHAN. Segundo Rubino,

se o tombamento não é a totalidade do trabalho de preservação, é o momento mágico da classificação: é quando se fixa o que antes estava solto, quando se destaca e se discretiza o que antes era parte de um contínuo. Ao ganhar um número de inscrição, o bem ganha uma segunda existência: passa a fazer parte do modelo reduzido de um país virtual.⁶⁴

A autora fala até mesmo em um “totemismo cultural”.⁶⁵ José Reginaldo Gonçalves, por sua vez, defende que o tombamento é uma estratégia de “apropriação da cultura nacional”.⁶⁶

Na mesma linha de pensamento, Mariza Santos acrescenta que “esse ato mágico de nomear o mundo real, de dar-lhe substância simbólica, só adquire eficácia social se exercido por um sujeito (indivíduo/grupo) possuidor de autoridade reconhecida, o que faz sobrepor, por

(1920-1945). São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1979, p. xix).

⁶³ CAVALCANTI, Lauro. Encontro moderno: volta futura ao passado. In CHUVA, Márcia. Op. cit., 1995, p. 42-43.

⁶⁴ RUBINO, op. cit., 1991, p. 110.

⁶⁵ Cf. Ibid., p. 110-111. A partir desta terminologia, mesclada com as hipóteses weberianas sobre a racionalização do poder hierocrático, Rubino classifica inclusive Mário de Andrade como sendo o “profeta” deste grupo e Melo Franco de Andrade o “sacerdote”.

⁶⁶ GONÇALVES, op. cit.

seu turno, uma nuance de sacralidade aos atos exercidos”.⁶⁷ O SPHAN, de acordo com esta autora, teria sido organizado na forma de uma “academia”, de modo a criar um lugar de fala que conferisse a seus próprios membros a autoridade de que necessitariam para “nomear a realidade nacional”. Assim, a criação do “Conselho Consultivo”⁶⁸ surgiria como uma “estratégia simbólica”. Possuía, portanto, todo um caráter ritualístico, de modo a constituir um “discurso performativo”. Segundo a autora,

sua própria composição já o qualifica como um órgão altamente técnico, cuja característica principal consistia em procurar exhibir publicamente que seus membros possuíam um saber consagrado, um conhecimento acima de qualquer suspeita, uma erudição humanista universalista e, acima de tudo, apresentavam uma honorabilidade exemplar.⁶⁹

As atas do conselho tornar-se-iam uma “espécie de culminação desse processo de nomeação simbólica dos objetos móveis e imóveis”,⁷⁰ onde se institucionalizariam os discursos sobre a nacionalidade, dada a autoridade dessas reuniões no que tange à sua capacidade de *criar* o real. As atas seriam, assim, uma espécie de materialização da autoridade do conselho consultivo, que se manifestaria no poder de inscrição nos Livros do Tombo e na transformação do *status* dos bens tombados, pois estes passavam então à categoria de *monumento*, com toda a proteção legal de que passariam a dispor.

Um outro elemento que seria responsável por esta materialização da nacionalidade seria a “retórica do patrimônio”. Segundo Santos,

cada conselheiro mantém diante de si e dos outros, a mesma atitude: a de quem conhece o objeto sobre o qual fala, o que implicava poder de enunciação sobre o mesmo. [...] Observa-se que este discurso é todo sustentado por categorias de cunho universalizante, como *cidadão* e *bem público*, que constituem um dos fundamentos da retórica do patrimônio.⁷¹

Gonçalves, por sua vez, interpreta esta retórica, que denomina “retórica da perda”, como sendo uma estratégia de objetificação cultural de uma memória e identidades nacionais, que seria possibilitada ante a iminência da perda dos bens autênticos representativos da cultura nacional.⁷²

Além disso, Fonseca destaca a coesão entre o grupo que compunha o Conselho

⁶⁷ SANTOS, op. cit., p. 79.

⁶⁸ Sobre o papel e as atribuições deste conselho, cf. *ibid.*, p. 82 e GONÇALVES, op. cit., 2002, p. 66.

⁶⁹ SANTOS, op. cit., p. 82.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 82.

⁷¹ *Ibid.*, p. 83.

⁷² GONÇALVES, op. cit., 2002.

Consultivo do SPHAN, onde as decisões costumavam ser tomadas por unanimidade, salvo algumas exceções. Não obstante a composição heterogênea do conselho, seu perfil era predominantemente conservador, além das afinidades intelectuais que possuíam entre si:

do ponto de vista de um projeto intelectual – enquanto tomada de posição relativamente a uma concepção de história e de arte – os integrantes do SPHAN, mais ou menos afinados com o credo modernista, propunham a re-elaboração do que seria a tradição cultural brasileira, recusando tanto a cópia (neo) quanto a mistura (ecletismo) de estilos pretéritos.⁷³

Com base nestas afinidades intelectuais, além das qualificações técnicas e pessoais, de acordo com a autora, os componentes do Conselho foram arregimentados principalmente por Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lucio Costa, considerado o “teórico do grupo”.⁷⁴

Por fim, tem-se a relação daquilo que é considerado o “discurso do SPHAN” com o passado. A ideia de uma evolução da cultura nacional (ora chamada de “processo civilizatório”, ora de “trajetória”) se mostra um pressuposto presente até mesmo, a meu ver, nestes autores cuja produção analiso. A preocupação com uma “tradição” nacional esteve, na verdade, intimamente relacionada com um desejo de “modernização” (sobretudo na fase de Melo Franco de Andrade), ou de “desenvolvimento” (Aloísio Magalhães). Assim, o SPHAN, e quem nele se tivesse alojado, legitimar-se-ia como construtor do futuro da nação pela única via possível, ou seja, através do conhecimento de seu passado.

Gonçalves destaca a construção de uma identidade (do próprio grupo que se estende à nação⁷⁵) através da “redescoberta” de seu passado. O autor trata da questão, em relação aos anos 1920 e 1930, da seguinte forma:

aqueles intelectuais *identificados* com o Modernismo e associados ao regime político do Estado Novo concebiam a si mesmos como uma elite cultural e política cuja missão era ‘modernizar’ ou ‘civilizar’ o Brasil, elevando o país ao plano das nações europeias mais avançadas. No entanto, é importante frisar que tal projeto estava associado ao reconhecimento da necessidade de produzir uma *imagem singularizada do Brasil* como cultura e como parte da moderna civilização ocidental. O problema principal era, assim, não simplesmente imitar a Europa, mas *identificar* e afirmar uma cultura brasileira autêntica, ainda que isto fosse feito através do vocabulário das vanguardas modernistas europeias. Muitos propunham a valorização do ‘tradicional’ e do ‘regional’ na construção de uma *imagem nacionalista singular do Brasil*. Acreditavam que, para *identificar ou ‘redescobrir’ o Brasil*, o país teria de retornar aos seus mais ‘autênticos’ valores nacionais, os quais estavam supostamente

⁷³ FONSECA, op. cit., 1997, p. 129.

⁷⁴ Ibid., p. 130.

⁷⁵ Este é também o argumento de Pedro Puntoni, numa análise que faz da relação entre a obra de Gilberto Freyre e Lucio Costa (PUNTONI, Pedro. A casa e a memória: Gilberto Freyre e a noção de patrimônio histórico nacional. In: FALCÃO, J. e ARAÚJO, R. M. B. de. (orgs.). *O Imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Colégio do Brasil; UniverCidade; Fundação Roberto Marinho; Topbooks, 2001).

fundados no passado.⁷⁶

Vimos anteriormente que Márcia Chuva também destacou, no discurso do SPHAN, a proteção das características universais da cultura nacional, identificáveis em sua tradição artística, sobretudo no barroco mineiro. Além disso, dois outros pontos podem ser destacados.

Em primeiro lugar, essa atenção ao passado está também exposta, como também já foi analisado, no pensamento de Magalhães, na medida em que se preocupa com uma “trajetória” da nação. No entanto, segundo Gonçalves, “diferentemente de Rodrigo, seu propósito não é ‘civilizar’ o Brasil preservando uma ‘tradição’, mas revelar a diversidade da cultura brasileira e assegurar que ela seja levada em conta no processo de desenvolvimento”.⁷⁷

Em segundo lugar, afirma-se que o passado não era preocupação apenas do SPHAN, mas de toda uma elite intelectual preocupada com este “acertar de ponteiros” com a Europa. Ricardo Luiz de Souza, por exemplo, fornece elementos que sustentam esta afirmação ao analisar como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre buscaram solucionar o problema da construção de uma nação moderna recorrendo à tradição para a definição de uma identidade nacional.⁷⁸ Otília Beatriz Fiori Arantes relaciona esta questão com os textos que enfocaram, neste período, a problemática da formação nacional. Segundo ela,

‘formação’ é propósito construtivo, deliberado, das elites dirigentes e cultivadas, de dotar o país de linhas evolutivas que culminem no funcionamento coerente de um sistema cultural local, tendo por modelo e parâmetro crítico a relativa organicidade da vida cultural europeia no que concerne à sua capacidade de incidir (e formalizar) no campo de forças constituídas pela sociedade moderna. Supõem portanto o ideal de seriação, concatenação, continuidade, tradição, em contra-parte à barafunda de nossa vida mental, em que nada se segue de nada, nada acumula que não seja logo decapitado por intromissão de alguma coisa prestigiosa porém extrínseca ao quadro de contradições locais que arduamente se estava procurando reconstruir.⁷⁹

Os intelectuais que compuseram o SPHAN comungariam destas preocupações. O patrimônio histórico e artístico a ser preservado relacionar-se-ia intimamente, portanto, com os ideais modernistas da intelectualidade brasileira. Apoiada no trabalho de Antônio Cândido, Fonseca interpreta este modernismo em oposição ao contexto cultural com o qual se contrapôs. Desta forma, o escritor modernista procuraria se diferenciar de seus antecessores

⁷⁶ GONÇALVES, op. cit., p. 41 (grifos meus).

⁷⁷ Ibid., p. 51.

⁷⁸ Cf. SOUZA, Ricardo Luiz de. *Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

⁷⁹ ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Esquema de Lucio Costa. In: NOBRE, Ana Luiza et. al. (Orgs.). Op. cit., p. 96.

(cujo potencial crítico havia se perdido em função de uma subordinação aos interesses externos) mediante uma concepção de arte como um campo autônomo. Em contato com as vanguardas europeias, esses autores perceberam que a modernidade somente poderia ser alcançada no Brasil, de forma “autêntica”, embasada numa tradição ainda por se encontrar ou construir. A cultura brasileira somente poderia contribuir com a história universal da civilização, colocando o país em pé de igualdade com as nações europeias, caso encontrasse em suas manifestações específicas traços dessa universalidade. E essa busca se operaria no passado, por intermédio de uma tradição que deveria, assim, ser preservada e estudada. Lucio Costa teria percorrido este caminho, por exemplo, na arquitetura. A autora conclui, desta forma, que “a temática do patrimônio surge, portanto, no Brasil, assentada em dois pressupostos do Modernismo, enquanto expressão da modernidade: o caráter ao mesmo tempo universal e particular das autênticas expressões artísticas e a autonomia relativa da esfera cultural em relação às outras esferas da vida social”.⁸⁰

Há, neste ponto, um certo consenso entre esses autores, cujas interpretações sobre a dinâmica do SPHAN foram até aqui apresentadas. Santos, por exemplo, afirma que

o fato é que a Academia SPHAN nasce ancorada numa ideia básica que é o *registro da nação*, cuja face era preciso tornar visível; não através da incorporação de traços da natureza, como no romantismo, mas através da identificação de uma tradição cultural que tivesse uma duração no tempo, cujo passado era preciso alcançar, e que tivesse uma visibilidade no espaço, cuja configuração e moldura era preciso estabelecer.⁸¹

Cavalcanti, que atribui papel central aos arquitetos modernos dentro do SPHAN, por sua vez, escreve o seguinte: “no campo da arquitetura a ‘vitória’ dos modernos se dá por meio de uma vinculação histórica e de uma vinculação ética; ao assumirem os polos do passado e do futuro, logram se colocar, em uma perspectiva evolucionista, como a natural depuração e herdeiros de toda uma tradição construtiva brasileira”.⁸² Para Rubino, no entanto, haveria sim uma ruptura com o passado por parte dos modernistas, mas uma ruptura com o passado recente: “não se trata, aqui, de manifestações modernas independentes do passado, mas que, no esforço de se demarcar do passado que a gerou, constroem outro. Contra o passado recente, um salto para trás, para o passado mais legítimo, onde se pode descobrir e inventar inclusive uma modernidade *avant la lettre*”.⁸³

⁸⁰ FONSECA, op. cit., 1997, p. 98-99.

⁸¹ SANTOS, op. cit., 1996, p. 78.

⁸² CAVALCANTI, op. cit., p. 113.

⁸³ RUBINO, op. cit., 1991, p. 115.

2.1.4 A tímida hipótese de uma diversidade discursiva

Com o que foi acima demonstrado não pretendo negar a existência de um conjunto de práticas sedimentadas em torno de um consenso. É impossível se pensar num órgão cuja função é organizar uma série de ações coordenadas sem que exista um acordo mínimo entre os indivíduos que neles atuam. Contudo, ao defender o predomínio exacerbado de uma formação discursiva hegemônica no SPHAN, cuja univocidade teria moldado as práticas preservacionistas nacionais, estas análises obscurecem um problema fundamental para a história da instituição: como um órgão, tão frágil, como bem afirma Fonseca,⁸⁴ dependente de alianças políticas, poderia ter sustentado uma prática unívoca por mais de sete décadas, quanto mais em meio à complexa dinâmica dos grupos dirigentes no país durante este mesmo período? Somente uma prática cultural capaz de abrigar variadas posições discursivas, moldável às diversas conjunturas políticas, sociais, econômicas e mesmo linguísticas ou culturais seria capaz de tal façanha.

No entanto, esta vertente interpretativa que relaciona a história do IPHAN a formações discursivas hegemônicas tem predominado nesta área de estudos, e os poucos atrevimentos que se contrapõem a esta postura são ainda muito tímidos.

Dos autores acima mencionados, apenas a antropóloga Silvana Rubino sugeriu uma via alternativa para a interpretação dos dados oferecidos pelo conjunto dos bens tombados.⁸⁵ Em primeiro lugar, de acordo com a autora, os primeiros tombamentos do SPHAN (215 bens somente em 1938, o que demonstra o caráter de urgência no qual foi fundado o Serviço) foram realizados sem uma definição muito clara de seus critérios. Neste período, os tombamentos teriam sido efetivados com base em critérios ainda pouco claros: consoante informações trazidas pelos artigos publicados na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; em respeito à demanda, anterior a 1937 (período denominado pelos próprios atores do SPHAN como sendo sua “proto-história”⁸⁶), apresentada pelos Estados; em função dos “fatos memoráveis”, que remetem a eventos e personagens; e, por fim, em face da urgência dos tombamentos ante a destruição do bem.

Se, por um lado, este período inicial do SPHAN demonstra a inexistência de uma

⁸⁴ Cf. FONSECA, op. cit., 1997.

⁸⁵ RUBINO, op. cit., 1991. Posteriormente a autora publicou outros trabalhos embasados na pesquisa realizada em sua dissertação de mestrado, a exemplo de idem, Mapa do Brasil Passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. [Brasília], n. 24, p. 97-105, 1996; idem. A memória de Mário. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. [Brasília], n. 30, p. 138-155, 2002; e idem. Op. cit., 2003.

⁸⁶ A respeito deste período anterior à criação do SPHAN, cf. RUBINO, op. cit., 1991, p. 21.

unidade discursiva clara a informar os critérios do tombamento, por outro, torna-se, segundo autora, a origem de um processo cujo ápice seriam as práticas consolidadas deste órgão. Assim, “a cristalização dessas noções nesse primeiro tempo de atividades terminou marcando profundamente o perfil do SPHAN e suas realizações posteriores”.⁸⁷ Disso sucede que, para a pergunta sobre “o que significa para o SPHAN termos como ‘*fato memorável*’ ou ‘*valor etnográfico*?’”, encontrar-se-ia a resposta “no conjunto que o SPHAN elegeu, no trabalho que o tombamento definiu e delimitou o ‘*conjunto de bens móveis e imóveis*’ do Brasil”.⁸⁸ Deste conjunto, deduzir-se-ia um “mapa do Brasil passado” em que predominariam os bens imóveis, que deveria ser imputado, segundo a autora, ao “domínio dos arquitetos na instituição, mas também à visão de passado calcado em bens arquitetônicos que dominou, justificada inclusive por Mário de Andrade e Gilberto Freyre”.⁸⁹ Dentre estes bens, haveria uma nítida hierarquia interna, “onde se evidencia a predominância do bem imóvel religioso, seguido pelo urbano”.⁹⁰

No entanto, a predominância de um tipo de bem, que corresponde a um conjunto específico de valores, não exclui ainda um acordo que possibilite a inserção de grupos variados num mesmo aparelho institucionalizado de ação cultural. Dizer que o patrimônio é o retrato de uma minoria branca, católica e representante da elite política e econômica nacional seria, como sugere a própria autora, tomar “a parte pelo todo”. Os 41 bens paulistas tombados, ainda que de encontro aos 165 bens mineiros, atestam, mais que uma vitória absoluta de determinado grupo, um espaço de negociação entre vários deles, ainda que todos eles sejam pertencentes à “elite”. Há que se questionar se a própria autora, ao valorizar as hierarquias entre os bens tombados, não superestima ela própria a parte em detrimento do todo.

Em segundo lugar, a respeito da *Revista do SPHAN*, Rubino afirma o seguinte:

a revista abrigou discursos díspares, que, mais do que fossem lineares e consensuais, evidenciam o rosto da instituição, ou melhor, nos oferecem mais uma possível história do SPHAN, que é intelectual, para além dos vários decretos e dos sólidos tombamentos. A revista comporta diferenças que podemos chamar de embates: opiniões autorais discrepantes, sobretudo sobre a originalidade ou não de nosso patrimônio. Em outras palavras: na *RSPHAN* o debate sobre a nacionalidade, a tradição e a modernidade brasileira ganham a dimensão escrita sobre o que se tomba ou deve tomba. Pois a publicação ao mesmo tempo informou o que se deveria preservar e explicou o que se estava preservando. E sobre estes bens já não tão prévios, instaurou uma outra dimensão.⁹¹

Rubino desenvolve esta argumentação discorrendo sobre as colaborações à *Revista* de autores

⁸⁷ Ibid., p. 120.

⁸⁸ Ibid., p. 107.

⁸⁹ Ibid., p. 128.

⁹⁰ Ibid., p. 131.

⁹¹ Ibid., p. 184.

possuidores de pontos de vista bastante variados, como o próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade, Watsh Rodrigues, Joaquim Cardozo, Lucio Costa e, principalmente, Gilberto Freyre, esboçando, assim, uma “história intelectual” do SPHAN.

Depreende-se, portanto, das afirmações da autora, que, se não podemos, no final das contas, encontrar uma representatividade cultural mais ampla nos bens tombados, a *Revista* teria sido um espaço para o embate entre diversas vozes. Tem-se, assim, uma história das práticas do SPHAN e outra, intelectual. Rubino ainda afirma:

a eficácia e a durabilidade do SPHAN, assim como a permanência de seu diretor por 31 anos só foram viáveis pela construção de uma intersecção, de um espaço de possibilidades entre os modernismos de Mário, de Rodrigo, de Capanema, do grupo ligado aos CIAM,^[92] do tradicionalismo parnasiano de Godofredo Filho e de outros funcionários, da hegemonia, pretensa ou não, do Museu Nacional”.⁹³

Creio que Rubino toca então num ponto fundamental para a compreensão da dinâmica institucional do SPHAN, ao perceber a irrealidade de uma formação discursiva que domina as outras e que sobre elas se impõem, como que numa trama oculta que visa impor uma espécie de falsa consciência sobre o patrimônio cultural, forjando, assim, uma nação sob a perspectiva de uma elite dominante. O SPHAN teria sido um palco no qual atuaram diversos atores, cada um com uma visão de nação e de patrimônio específica. Se o patrimônio preservado tem uma feição predominante, isso se deve, segundo a autora, mormente à cristalização dos critérios adotados desde o início da instituição e ao grupo que compunha o Conselho Consultivo, responsável pelo “momento mágico do tombamento”. Contudo, acredito que a história do SPHAN não possa ser assim dividida em duas, cada uma com sua própria dinâmica, como se houvesse um SPHAN burocrático e outro intelectual. Para propor uma explicação alternativa é necessário buscar um objeto de análise para além dos tombamentos.

Vimos, portanto, ainda que sucintamente, os principais pontos tratados por um conjunto de textos relativamente recentes dedicados à análise das políticas preservacionistas nacionais. O objetivo dessa exposição foi, na verdade, elaborar um quadro que permitisse demarcar a posição desta pesquisa. Dessa forma, foi possível apontar a ênfase dada ao peso da construção de uma formação discursiva hegemônica na institucionalização das práticas preservacionistas levadas a cabo pelo SPHAN, hipótese notadamente presente nessa literatura

⁹² Esta sigla designa o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Fundado em 1928, por um grupo de arquitetos modernos que se reuniam inicialmente na Suíça, no castelo de La Sarraz Vaud (dentre eles Le Corbusier, que redigiu a famosa “Carta de Atenas”), propunha uma série de princípios arquitetônicos e urbanísticos que influenciaram em grande medida os arquitetos “modernos” brasileiros, sobretudo Lucio Costa.

⁹³ Ibid., 196.

acadêmica.

2.2 AÇÃO INDIVIDUAL, LINGUAGENS E PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Para apreender as práticas preservacionistas nacionais nestes aspectos que lhes são essencialmente importantes, ou seja, percebê-las como um espaço de atuação individual e modificação social, é preciso, como foi mencionado, dirigir a atenção a outras ferramentas que não apenas o instrumento jurídico do tombamento. Faz-se necessário, portanto, voltar a reflexão para algumas *mudanças*, ocasionadas por disputas que ocorreram no interior das práticas (fragilmente) institucionalizadas no âmbito do IPHAN. Deste modo, torna-se possível repensar a historicidade dessas práticas, o que vinha sendo dificultado, a meu ver, pela aplicação de uma perspectiva analítica que confere pouco significado à inovação das realidades institucionais. E um objeto privilegiado para a percepção dessas mudanças são, sem dúvida, os embates pelo sentido ocorridos em torno da definição de conceitos ou noções-chaves para a orientação das condutas efetivadas no IPHAN e em outros órgãos preservacionistas, a exemplo da noção de “evolução da arquitetura brasileira”.

Nestas próximas subseções proporei uma abordagem alternativa à que foi realizada pela literatura acadêmica apresentada nas páginas anteriores. Como já foi mencionado, este trabalho enfatizará diversidade a discursiva presente no IPHAN e, o que é mais importante, como a atuação de sujeitos individuais contribuiu para determinadas *alterações* ou *inovações* das práticas de preservação cultural nacionais, o que será sustentado a partir da análise da obra de dois arquitetos/historiadores, Luís Saia e Nestor Goulart Reis filho, ligados a esse órgão. Privilegiar-se-á, portanto, a perspectiva histórica, processual, em detrimento da estrutural, muito embora não seja possível saber como as coisas mudam antes de entender como elas funcionam.

Tratarei, a seguir, de três aspectos que considero importantes para o esclarecimento da viabilidade de uma abordagem alternativa tal qual a que pretendo levar adiante. Na verdade, esses aspectos são um mesmo, que, por se apresentarem à percepção em diferentes níveis, requerem reflexões específicas. Refiro-me às ações individuais, à linguagem e à historiografia.

2.2.1 A ação individual

Pelo menos desde a obra de Georg Simmel a ação individual tem sido posta em destaque nas ciências sociais. No entanto, foi Max Weber, através do que se costuma chamar sua “sociologia compreensiva”, quem forneceu talvez a maior contribuição metodológica para este tipo de análise. Segundo Alfred Schütz

Weber reduce todas las clases de relaciones y estructuras sociales, todas las objetivaciones culturales, todos los dominios del espíritu objetivo, a las formas más elementales de conducta individual. Todos los complejos fenómenos del mundo social retienen sin duda su significado, pero éste es precisamente el que los individuos implicados atribuyen a sus propios actos. La acción del individuo y el significado a que esta apunta son lo único sujeto a la comprensión. Además, sólo mediante tal comprensión de la acción individual puede la ciencia social acceder al significado de cada relación y estructura social, puesto que éstas están, en último análisis, constituidas por la acción del individuo en el mundo social.⁹⁴

No entanto, Weber não tratou teoricamente dessas questões, e, deste ponto de vista, somente podemos ter acesso a uma análise mais profunda acerca da ação individual por intermédio de seus comentadores posteriores.

Schütz propõe uma reflexão sobre o problema do significado subjetivo da ação. Em primeiro lugar, ao contrário de Weber, este autor escreve que seria incorreto afirmar que realmente existam condutas destituídas de significado.⁹⁵ O que ocorre é um variável grau de clareza com o qual captamos o significado da conduta do outro.

Em segundo lugar, a compreensão do significado da ação do outro é um problema de perspectiva.⁹⁶ Faz muita diferença se tento compreender a ação de um indivíduo que conversa comigo numa situação face-a-face, a ação de um grupo de indivíduos que pouco conheço e que agem distante de mim, a ação de um grupo de pessoas anônimas da qual tomo conhecimento pelo jornal ou ainda a ação de meus contemporâneos, meus antepassados ou mesmo meus sucessores. Além disso, o significado subjetivo da ação ou expressão para o ator não tem que ser igual à sua conduta externa percebida por mim como observador. Uma total penetração empática na mente do outro é algo inconcebível. Só tenho acesso ao significado subjetivo da ação de outra pessoa por meio de suas “expressões” ou “objetivações”, que são, por sua vez, meras “indicações” do significado “apontado” pelo ator que produz o objeto em questão.

⁹⁴ SCHÜLTZ, Alfred. *Fenomenologia del mundo social*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1972, p. 36.

⁹⁵ Weber traça uma distinção entre conduta afetiva e tradicional (ambas carentes de significado) e conduta significativa Ibid., p. 47-49.

⁹⁶ Segundo Schütz, Weber não trata, em absoluto, deste problema (Cf. Ibid, p. 49).

Por fim, Schütz nota que não podemos interpretar o significado subjetivo de uma conduta apenas a observando.⁹⁷ Os *motivos* não podem ser compreendidos a partir de um “instantâneo” separado do contexto. Posso, portanto, compreender a minha conduta ou a de outro como *resultado* de experiências passadas ou como *expectativa* de experiências futuras, ou melhor, como um meio de atingir um fim desejado. O motivo, ou o “sentido”, encontra-se, portanto, sempre fora do lapso temporal da conduta.

Significado indica, portanto, “*una cierta manera de dirigir la mirada hacia un aspecto de una vivencia que nos pertenece*”.⁹⁸ Assim, os significados das ações ou das condutas são captados de acordo com o grau de atenção que lhes é dirigido. Percebemos um mundo composto por objetos, ou melhor, objetivações, que, por sua simples existência, são dotados de significação. No entanto, vivemos em meio a tais objetos sem nos perguntarmos sobre seu significado até que este se torne para nós um problema. Podemos então tomar duas atitudes em relação ao mundo cotidiano. A primeira seria aceitar as “objetividades ideais” dos objetos e levar a vida como que “automaticamente”. A segunda se dá quando “atribuo significado” a um destes objetos (expressões, artefatos ou ações), no sentido de separá-lo dos demais por ser para mim, por exemplo, problemático. Para sanar tal problema, tento, portanto, compreender a *gênese* de seu significado. E isto se torna possível por que todo objeto possui, segundo o autor, uma unidade intencional composta por uma série de estratos que o constituiria.⁹⁹

Acredito, enfim, que defender a fluidez e a polissemia dos significados disponíveis à compreensão da ação dos indivíduos (desde que dirijamos a atenção a tais significados, problematizando-os e não apenas os tomando em suas “objetividades ideais”) não exclui o que foi sustentado por Schütz, ou seja, que o significado da ação nos é, e somente é, acessível por meio de objetivações. Por outro lado, o fato de uma conduta ou expressão serem objetivações não implica que sejam necessariamente compreensíveis com base num

⁹⁷ Weber distingue dois níveis de compreensão. O primeiro é o que chama de “compreensão observacional direta” do significado subjetivo de uma ação. Ele se dá, por exemplo, quando compreendemos que uma pessoa está com raiva ao notarmos suas expressões faciais. O segundo é a “compreensão explicativa” ou “motivacional”, que consiste em localizar um ato num contexto de significação inteligível e mais inclusivo. Neste caso, o ato é colocado numa trama mais ampla de significado, num “curso de ação” ou “sequencia motivacional”.

⁹⁸ Ibid., p. 71.

⁹⁹ O autor se apoia em Husserl ao fazer tal afirmação. No entanto, uma análise pormenorizada desta questão excederia os limites deste trabalho. Sobre o problema dos motivos presentes nas ações individuais, a necessidade de sua interpretação é defendida por Thomas Burger. De acordo com este autor, embora haja “pressões” do grupo para que ajamos com base em um complexo de significados consensualmente compreensível, é o ator que decide qual o significado ele deseja impor à sua ação, podendo ela ser ou consensual ou puramente subjetiva (neste último caso, duas são as situações possíveis: ou não sou compreendido ou forneço um novo significado para os complexos de significados sobre as ações humanas de minha comunidade). Cf. BURGER, Thomas. Max Weber Interpretative Sociology, the understanding of actions and motives, and a Weberian view of man. In *Sociological Inquiry*. V. 47 n. 2, p. 127-132, s.d.

determinado complexo de significações inter-relacionais. Uma impossibilidade de compreensão, que pode demonstrar uma inovação nos complexos de significados estabelecidos, apresenta especial interesse para o historiador, uma vez que, possivelmente, está a indicar o surgimento de significados sociais alternativos aos preexistentes.

Peter Berger e Thomas Luckmann também tomam como pressuposto a centralidade da ação individual para explicação dos fenômenos sociais. Segundo eles, “o mundo da vida cotidiana não somente é tomado como uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada de sentido que imprimem em suas vidas, mas é um mundo que se origina na ação dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles”.¹⁰⁰

Um outro autor que sustenta a centralidade da ação individual para a compreensão da realidade social é John Elster. Segundo ele, “a unidade elementar da vida social é a ação humana individual. Explicar instituições e mudança social é mostrar como elas surgem como resultado da ação e interação de indivíduos. Essa visão, com frequência chamada de individualismo metodológico, é, na minha opinião, trivialmente verdadeira”.¹⁰¹ Para este autor, as ações são explicadas por oportunidades, desejos e crenças, e nem sempre são racionais, o que o leva então a uma minuciosa análise de como estes fatores interagem nas escolhas que os indivíduos fazem. Poderia ainda citar os trabalhos de Edward Said,¹⁰² Michel Crozier¹⁰³ e Raymond Boudon,¹⁰⁴ entre outros, que demonstram a aplicabilidade do individualismo metodológico na análise de diferentes recortes da realidade social.

Analisar a realidade histórica a partir das ações individuais não significa, contudo, colocar o indivíduo numa posição de centralidade absoluta, como se a dinâmica social estivesse exclusivamente na dependência de sua vontade subjetiva. Uma ação individual e suas motivações somente podem ser compreendidas a partir de um contexto objetivo, que abrange contextos formativos, inserções sociais e institucionais, redes profissionais e afetivas etc. O que deve ficar entendido é que qualquer alteração num conjunto de normas institucionalizadas depende, em primeiro lugar, da ação do indivíduo (que pode se tornar uma ou mais ações coordenadas, com variados níveis de racionalidade) e, em seguida, das condições objetivas de sua efetivação. As mudanças e aberturas ocorridas nas práticas

¹⁰⁰ BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 18ª ed. – Petrópolis: Vozes, 1985, p. 35-36.

¹⁰¹ ELSTER, John. *Peças e engrenagens das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumora, 1994, p. 29.

¹⁰² SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹⁰³ CROZIER, Michel. *O fenômeno burocrático: ensaio sobre as tendências burocráticas dos sistemas de organização modernos e suas relações, na França, com o sistema social e cultural*. Editora Universidade de Brasília, 1981.

¹⁰⁴ BOUDON, Raymond [dir.]. *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

preservacionistas nacionais somente podem ser compreendidas como fruto da ação de indivíduos (devendo ser considerada, portanto, a diversidade de origens e interesses) combinada a condições favoráveis de efetivação. O papel da perspicácia do sujeito, relativo ao grau de racionalidade necessário para que sua ação surta os efeitos almejados, é algo variável e relativo, que deve ser medido em cada caso específico e concreto.

No caso em questão, várias visões do patrimônio se mostram em conflito dentro de uma única instituição, que se sustenta ao longo do tempo mais pela flexibilidade em abrigar diversos discursos que pela força de uma única formação discursiva hegemônica. É óbvio que existe um consenso mínimo, de forma a deixar claro intersubjetivamente os papéis institucionais a serem ocupados por cada ator social. No entanto, tais papéis estão sempre em disputa, e, quanto mais autoridade um papel conferir a um ator e quanto mais este ator for apto a problematizar a realidade objetiva que se lhe apresenta, mais chances há de se alterar complexos de significados almejando privilegiar interesses e crenças individuais.¹⁰⁵

2.2.2 A linguagem

Será possível agora tratar de um nível intermediário de especificidade das ações humanas, uma vez que alguns de seus fundamentos foram abordados. Refiro-me à linguagem e às possibilidades que oferece à ação humana no meio social.

Ao tratar deste problema, estarei invadindo um campo tradicionalmente ocupado por outros especialistas, tais como filósofos, psicólogos e, obviamente, linguistas. Não me aventurarei em reconstituir a trajetória das discussões relativas à linguagem, que remetem pelo menos à Antiguidade Clássica, até porque, como afirma Patrick Charaudeau “há tantos percursos históricos quantos forem os sujeitos que teorizam”.¹⁰⁶ No entanto, embora haja o risco de incorrer em deslizes em função do desconhecimento do terreno, creio que sejam necessárias algumas considerações sobre a linguagem conforme estudada no campo da linguística.

Creio que, atualmente, a tendência mais vigorosa nesse campo de investigação, especialmente na análise do discurso, é a que considera o caráter pragmático da linguagem.

¹⁰⁵ O papel dos atores individuais na consolidação de institucionalizações alternativas encontra acolhida nas proposições contidas em BERGER; LUCKMANN, op. cit., 1985 e EISENSTADT, S. N. & RONIGER, L. *Patrons, clients and friends: interpersonal relations and the structure of trust in society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

¹⁰⁶ CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 15.

Este interesse pode ser definido por um de seus maiores estudiosos contemporâneos:

de modo muito grosseiro, seria possível ver na reflexão pragmática um esforço para repensar a ruptura entre o lógico e o retórico, ou, quando ela se torna mais deliberadamente linguística, para repensar a ruptura entre a estrutura gramatical e sua utilização. Em outras palavras, existe pragmática linguística quando se considera que a utilização da linguagem, sua apropriação por um enunciado que se dirige a um interlocutor num contexto determinado, não se acrescenta de fora a um enunciado de direito auto-suficiente, mas quando a estrutura da linguagem é radicalmente condicionada pelo fato de ser a linguagem mobilizada por enunciações singulares e produzir um certo efeito dentro de um certo contexto, verbal e não verbal.¹⁰⁷

Dessa forma, o enunciado deixa de ser visto como uma unidade que por si só possui um significado. As atenções se voltam para o contexto histórico social em que determinado *ato de linguagem* foi proferido ou escrito. A linguagem passa a ser vista como uma ação capaz de produzir efeitos.

Ainda de acordo com Dominique Maingueneau, teria sido com Austin que esta “dimensão *ilocutória*” (ou *ilocucionária*) da língua haveria passado para o centro das atenções dos estudos linguísticos preocupados com a análise discursiva. Segundo o autor,

o ‘ilocutório’ é portanto um conceito mais abrangente que o ‘performativo’. O que se chama de ‘sentido’ de um enunciado associa dois componentes: ao lado do *conteúdo proposicional*, de seu valor descritivo [...] existe uma *força ilocutória* que indica que tipo de ato de linguagem é realizado quando se enuncia, como ele deve ser recebido pelo destinatário: pode se tratar de uma súplica, de uma ameaça, de uma sugestão, etc. Falar é, portanto, comunicar igualmente o fato de que estamos nos comunicando, integrar na enunciação a maneira como esta deve ser apreendida pelo destinatário. A interpretação do enunciado só se remata, o ato de linguagem só é bem sucedido quando o destinatário reconhece a intenção associada convencionalmente à sua enunciação.¹⁰⁸

Outro aspecto da linguagem que se tornou importante nestas análises foi seu caráter “institucionalizado”, algo que Saussure já teria apontado. Segundo Maingueneau, quando Saussure definia a língua como uma instituição, “encarava-a como um ‘tesouro’ de signos transmitidos de geração em geração, remetendo a atividade da linguagem à ‘palavra’; a pragmática mantém a ideia de que a língua é uma instituição, mas confere-lhe outro relevo [...] Nessa perspectiva, *falar e mostrar que se tem o direito de falar como se está falando não são separáveis*”.¹⁰⁹

Maingueneau ainda afirma, seguindo Austin, que a linguagem aparece “como uma

¹⁰⁷ MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 3.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 7-8.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 17.

instituição que permite realizar atos que só adquirem sentido dentro dela”.¹¹⁰ Fica claro nesta afirmação que uma relação intersubjetiva entre o falante e o ouvinte somente é possível através de processos de sedimentação da linguagem. Em outras palavras, eu e o sujeito com que falo precisamos ter interiorizado uma mesma linguagem objetivada para que ele interprete o que digo exatamente como quero que ele interprete. Isso inclui não somente as palavras que profiro, mas o modo como falo e o *lugar* de onde falo.

Não podemos nos esquecer de que Michel Foucault já havia trabalhado com esta problemática ao se deter especificamente naquilo que chamou de “ordem do discurso”. Para o filósofo, possuímos um desejo de verdade, cuja satisfação não se pode dar da maneira como gostaríamos:

eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso: não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz.¹¹¹

No entanto, para ele, o poder e a autoridade que a verdade, ou pelo menos uma aparência desta, poderia oferecer a um discurso somente se dá a partir de caminhos previamente institucionalizados. Em outras palavras, poderíamos dizer que a função destas instituições é conferir poder a um discurso, auferindo-lhe autoridade a partir de alguns procedimentos: “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.¹¹²

Além disso, por outro lado, o discurso somente se daria a partir de normas já institucionalizadas: “é sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos”.¹¹³ Deve-se ainda observar que, para Foucault, “essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção”.¹¹⁴

As duas perspectivas apresentadas são extremamente úteis para a compreensão crítica

¹¹⁰ Ibid., p. 18.

¹¹¹ Op. cit., p. 7.

¹¹² Op. cit., p. 8-9.

¹¹³ Op. cit., p. 35.

¹¹⁴ Op. cit., p. 18.

do funcionamento da linguagem em dado contexto sócio-histórico. Trata-se, portanto, de um instrumental que permite apontar qual ato de linguagem pode ser, dentro de um contexto específico, mais amplamente compreendido e, portanto, eficaz, e, além disso, mostrar quais são os grupos que melhor se beneficiam desse aparato institucionalizado. Todavia, quando se trata de analisar a linguagem numa perspectiva histórica, tais aportes metodológicos têm sua eficácia reduzida. Uma vez que a linguagem institucionalizada é tida como algo que coage a ação humana (só podemos ser compreendidos e respeitados se nos submetemos à “ordem do discurso”), sobra pouco espaço para as inovações e, portanto, para as mudanças. Esquece-se assim de um nível mais elementar do ato de linguagem, que também é uma ação individual, e que, como tal, pode produzir mudanças. Deste modo, sem o devido cuidado, corre-se o risco de autonomizar a linguagem de forma que pareça que esta aja, e não os homens. Pode então parecer que os indivíduos são meros fantoches nas mãos de um contexto linguístico que determina suas ações.

No entanto, não podemos afirmar que a *mudança* tenha sido desprezada nos estudos dedicados à linguagem. O contexto sócio-histórico e o caráter institucionalizado da linguagem, encarada como transformadora, produtora de efeitos, aparecem como centrais na proposição teórica de Eni Orlandi. Segundo a autora,

a definição que se coloca como ponto de partida é a que caracteriza a linguagem como transformadora. Ação sobre a natureza e ação concertada com o homem. Não é, pois, ação no sentido, geral, em que a pragmática a considera. Para os objetivos da análise do discurso é preciso que esse compromisso pragmático da linguagem seja mais especificamente marcado pelo conceito de social e histórico. Um compromisso que coloque a capacidade de linguagem na constituição da própria condição da espécie, já que o homem não é isolável nem de seus produtos (cultura), nem da natureza. Daí consideram a linguagem como interação, vista esta na perspectiva em que se define a relação necessária entre homem e realidade natural e social.¹¹⁵

Orlandi considera então que não existe um sentido hierarquicamente superior aos outros. Segundo a autora, “não há um centro e suas margens, há só margens”.¹¹⁶ No entanto, haveria a dominância de um destes sentidos, que se sedimentaria através de um processo de institucionalização. O sentido legitimado (literal) se fixaria então como o centro, sem, contudo, perder a relação com os outros sentidos (implícitos). Assim, num mesmo processo de constituição da linguagem, existiriam um *processo parafrástico* (que “permite a produção do mesmo sentido sob várias de suas formas”) e um *processo polissêmico* (“responsável pelo fato

¹¹⁵ ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988, p. 17.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 20.

de que são sempre possíveis sentidos diferentes, múltiplos”).¹¹⁷ Assim,

esta tensão entre o mesmo e o diferente é que constitui as várias instâncias da linguagem. Aí se situa a relação entre a variação, a multiplicidade inerente à linguagem e a sua contenção (institucional). Expressa-se assim o conflito entre o garantido, o institucionalizado, o legitimado, e aquilo que, no domínio do múltiplo, tem de se garantir, se legitimar, se institucionalizar. A polissemia é o conceito que permite a tematização do deslocamento daquilo que na linguagem representa o garantido, o sedimentado. Esta tensão básica, vista na perspectiva do discurso, é a que existe entre o texto e o contexto histórico-social: porque a linguagem é sócio-historicamente constituída, ela muda; pela mesma razão, ela se mantém a mesma. Essa é sua ambiguidade.¹¹⁸

No campo da historiografia, é possível encontrar uma perspectiva que admite a mudança no âmbito da linguagem. John Pocock também a concebe como passível de ser utilizada para “fazer alguma coisa”, como polissêmica e institucionalizada. No entanto, a respeito da objeção relativa ao problema da intencionalidade dos atos de fala (numa polêmica travada com Quentin Skinner¹¹⁹), Pocock defende que

ela [ou seja, a objeção] questiona não apenas que as intenções possam existir antes de ser articuladas em um texto, como também que se possa dizer que elas existem independentemente da linguagem em que o texto está construído. O autor habita um mundo historicamente determinado, que é apreensível somente por meios disponíveis graças a uma série de linguagens historicamente constituídas. Os modos de discurso disponíveis dão-lhe as intenções que ele pode ter, ao proporcionar-lhe os únicos meios de que ele poderá efetuar-las.¹²⁰

Pocock afirma que um contexto linguístico pode apresentar um alto grau de complexidade. Este contexto linguístico, de acordo com o historiador, determinaria os atos de fala de um autor, que seria então “tanto um expropriador, tomando a linguagem de outros e usando-a para seus próprios fins, quanto o inovador que atua sobre a linguagem de maneira a induzir momentâneas ou duradouras mudanças na forma como ela é usada”.¹²¹ As linguagens seriam tanto contínuas quanto transformáveis, e os autores teriam pouco controle sobre tais alterações.

De acordo com a perspectiva de Pocock, os atores não têm, portanto, nenhum controle das inovações a serem institucionalizadas alternativamente no campo da linguagem. No entanto, os atores sabem o que falam. Sabem também que o que falam é importante para a

¹¹⁷ Ibid., p. 20.

¹¹⁸ Ibid., p. 20.

¹¹⁹ Uma espécie de réplica a esta objeção pode ser encontrada em SKINNER, Quentin. *Visions of politics: regarding method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, especialmente no capítulo intitulado “Interpretation and the understanding of speech acts”.

¹²⁰ POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003, p. 27-28.

¹²¹ Ibid., p. 29.

orientação de determinadas condutas. Sendo assim, falam (agem) racionalmente e procuram assim produzir efeitos (algumas vezes mudanças) nas condutas que procuram orientar por meio da utilização de determinados tipos de linguagem. Se as consequências alcançadas são ou não condizentes com suas intenções ou motivações, ou seja, são limitadas, isso depende da análise dos fatores objetivos ligados a essas ações. Retirar assim a responsabilidade dos sujeitos é, no mínimo, arriscado.

Orlandi, por sua vez, considera a linguagem como ação transformadora, influenciada grandemente por uma perspectiva marxista. No entanto, enquanto a autora acerta em considerar o aspecto polissêmico da linguagem, resta, a meu ver, considerar com maior interesse o papel da ação individual nesses processos constitutivos. É necessário considerar como o indivíduo pode modificar determinado contexto linguístico ou social ou, o que é até mais provável, ser tolhido por eles em função de interesses mais bem “aparelhados”.

Há que se notar também que, enquanto determinados signos possuem significados mais sedimentados e, portanto, mais arbitrários, sofrendo menos questionamentos, problematizações ou quase nunca sofrendo uma atividade reflexiva, outros, pela função que cumprem no mundo social, são alvos de constantes disputas. Deste modo, palavras como “copo”, “cadeira”, “lâmpada” etc. dificilmente sofrerão re-semantizações ou serão alvo de discussões em torno de seus respectivos significados, embora não deixem de ser polissêmicos. Outro é o caso de noções ou conceitos, cujos significados, em grande parte, estão diretamente ligados a disputas pela “nomeação da realidade” ou pela “orientação de condutas”. Segundo Reinhart Koselleck, “a batalha semântica para definir, manter ou impor posições políticas e sociais em virtude das definições está presente, sem dúvida, em todas as épocas de crise registradas em fontes escritas”.¹²² Este é o caso de conceitos como “história”, “classes” e “memória”, por exemplo, ou de noções como “evolução da arquitetura brasileira”.

Creio ser mais pertinente, portanto, definir a linguagem como um complexo de signos e significados portador de diferentes níveis de consenso e sedimentação. Somente assim é possível analisar determinadas mudanças semasiológicas e onomasiológicas ocorridas, num relativamente curto espaço de tempo, em conceitos e noções centrais para a orientação das condutas concernentes às práticas preservacionistas nacionais. Embora este caráter polissêmico da linguagem certamente esteja claro em outros contextos, não é assim que ela tem sido encarada, por exemplo, nos textos que foram apresentados no início deste capítulo. Para eles, como vimos, considera-se mais importante a análise dos “consensos”, ou seja, das

¹²² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 102.

“formações discursivas” supostamente sedimentadas ou institucionalizadas.

Em segundo lugar, a linguagem não pode ser desvinculada da ação individual. Para tanto, deve-se também entendê-la como um conjunto de “significados subjetivos objetivados”. Ora, a objetivação se dá a partir de uma ação ou expressão individual. A linguagem nos está disponível como objetos a serem interpretados e interiorizados. A partir do contato que temos com estes objetos, podemos nós mesmos exteriorizar nossa subjetividade de forma a contribuir com os complexos de significados existentes.

No entanto, é impossível que percebamos, na realidade cotidiana, essa pluralidade de significados individuais atribuída aos objetos, vez que essa reflexividade demanda esforço e tempo. Possivelmente só podemos dirigir esta atenção para um objeto de cada vez. Precisamos obter um conjunto mínimo de conhecimentos e tipificações básicas para lidarmos com a infinidade de outros objetos que se nos impõem à sobrevivência na vida diária.

Essa relação da linguagem com a realidade da vida cotidiana e com a atividade individual e social foi tratada em pormenores por Peter Berger e Thomas Luckmann. Este último, preocupado com a forma pela qual se reconstroem as realidades sociais, afirma que esta reconstrução é *comunicativa*. Para Luckmann, os indivíduos “comuns” (em oposição aos “teóricos”) são os primeiros a se defrontarem com o problema do significado da ação humana. Eles vão, assim, constituindo, aos poucos, *tipificações* que lhes auxiliarão tanto no seu próprio agir (de forma que este seja compreensível para as outras pessoas) quanto na compreensão da ação dos outros indivíduos. Estas tipificações são construídas tanto com base na própria experiência do indivíduo quanto a partir de “modelos de ação”, que constituem complexos de significados disponíveis aos atores.¹²³ Por serem úteis a diversas pessoas, essas tipificações, intersubjetivamente compreensíveis, já fazem ou passam a fazer parte de *sistemas* de signos ou de línguas. Tais sistemas são constituídos por significados estabilizados e adquirem assim um caráter anônimo, pois podem se aplicar a qualquer pessoa (ou a um *tipo* de pessoas, também anônimas¹²⁴). As línguas são, desta forma, “sedimentos de inumeráveis ações significativas passadas”, e, “*desde el punto de vista empírico, la experiencia subjetiva es una experiencia histórica, lo que significa que incluso las soluciones ‘nuevas’ a los problemas de la vida social también forman siempre parte de una ‘tradición’ preexistente de significado, es decir, de una lengua dada*”.¹²⁵ Por fim, as tipificações de significados subjetivos se articulam

¹²³ Embora Luckmann não trate disso neste texto, entendo que o indivíduo pode ser tanto coagido a utilizar um destes complexos – seja esta coação física ou simbólica – quanto optar, mediante livre escolha, por um deles, dependendo das condições sociais concretas.

¹²⁴ Isto também é mais bem elaborado em BERGER; LUCKMANN, op. cit.

¹²⁵ LUCKMANN, Thomas. Nueva sociología del conocimiento. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. S.I. 1996, p. 8.

em línguas históricas e são formuladas em narrativas e outros tipos de “reconstruções comunicativas”. Conclui-se, portanto, que, para nós, os “analistas”, o significado das ações individuais deve ser buscado nestes sistemas de tipificações de significados subjetivos, que são constituídos, por sua vez, *comunicativamente*, ou, para usar um termo mais comum, *intersubjetivamente*.

Creio que este modelo é perfeitamente válido, desde que se considere que tais “sistemas de tipificação de significados subjetivos” possuem, como vimos, tensões inerentes e diferentes graus de cristalização. Além disso, embora sejam múltiplos os significados dos objetos, talvez tantos quanto o número de indivíduos que com eles se deparam e sobre eles refletem, existe sempre um consenso, uma intersubjetividade mínima, que possibilita a institucionalização de certas ações e o estabelecimento de determinados papéis. Seria o caso, por exemplo, das noções de “trajetória” ou “evolução” (entendida de forma mais genérica), constantemente empregadas nos textos sobre o patrimônio.

Portanto, seguindo Berger e Luckmann, podemos afirmar que a língua é um conjunto de objetivações humanas, frutos da ação individual. Segundo estes autores,

a expressividade humana é capaz de objetivações, isto é, manifesta-se em produtos da atividade humana que estão ao dispor tanto dos produtores quanto dos outros homens, como elementos que são de um mundo comum. Estas objetivações servem de índices mais ou menos duradouros dos processos subjetivos de seus produtores, permitindo que se estendam além da situação face a face em que podem ser diretamente apreendidos”.¹²⁶

A significação, isto é, “a produção humana de sinais”, seria um caso especial e importante das objetivações. A linguagem deve então ser concebida não só como um “complexo de significados”, mas como um “complexo de significados e sinais”:

a linguagem, que pode aqui ser definida como sistema de sinais vocais, é o mais importante sistema de sinais da sociedade humana. Seu fundamento, naturalmente, encontra-se na capacidade intrínseca do organismo humano de expressividade vocal, mas só podemos começar a falar de linguagem quando as expressões vocais tornam-se capazes de se destacarem dos estados subjetivos imediatos ‘aqui e agora’. Não é ainda linguagem se rosno, grunho, uivo ou assobio, embora estas expressões vocais sejam capazes de se tornarem linguísticas, na medida em que se integram em um sistema de sinais objetivamente praticável. As objetivações comuns da vida cotidiana são mantidas primordialmente pela significação linguística. A vida cotidiana é sobretudo a vida com a linguagem, e por meio dela, de que participo com meus semelhantes. A compreensão da linguagem é por isso essencial para minha compreensão da realidade da vida cotidiana.¹²⁷

¹²⁶ BERGER; LUCMANN, op. cit., p. 53.

¹²⁷ Ibid., p. 55-56.

Embora Berger e Luckmann estejam pensando em uma forma específica de linguagem, ou seja, a “cotidiana”, sua reflexão nos remete aos fundamentos desse tipo de ação de um modo mais geral. É importante que tenhamos isso em mente a fim de lidar com o tipo de linguagem específico em que repousa o objeto deste trabalho, ou seja, a produção historiográfica.

2.2.3 Produção historiográfica

Já foi mostrado, por intermédio da análise da literatura especializada nas práticas preservacionistas nacionais, que essas se ligaram diretamente aos anseios da intelectualidade modernista brasileira. Uma das atividades primordiais de um órgão como o IPHAN foi (e tem sido) proteger determinados bens culturais dotados de um valor de “autenticidade”, capazes de atestar uma certa identidade cultural nacional. De fato, não há identidade sem história, sem construção de sentido, pois *“la identidad de los sujetos puede ser representada plenamente sólo a través de sus historias porque esta identidad, en su presencia sincrónica, contiene siempre más de lo que, a partir de las condiciones actuales, pudiera ser comprensible”*.¹²⁸ Desse modo, um tipo específico de linguagem, ou seja, a produção historiográfica, adquire um papel fundamental nas práticas dos órgãos responsáveis pela preservação de bens culturais.

Além disso, órgãos como o IPHAN serviram a um projeto mais amplo de modernização do Estado. Almejou-se uma modernização “autêntica”, amparada em valores cuja legitimidade deveria ser buscada na tradição. A brasilidade ou essência nacional estaria “aí”, ao nosso redor, há séculos, bastando ser valorizada e salvaguardada a fim de orientar as ações no sentido de modernizar o país sem abandonar suas raízes. A historiografia também se mostra, neste ponto, de fundamental importância. Segundo Jörn Rüsen, as histórias “servem para esclarecer processos temporais em contextos abrangentes de uma apresentação que articula o passado, o presente e o futuro em um construto significativo que funciona como referência prática de orientação no tempo”.¹²⁹ No entanto, não bastaria narrar uma história: esta necessitaria de instrumentos que assegurassem sua veracidade, pois lidava-se com os rumos do país.

Não podemos, portanto, seguir a proposição de Silvana Rubino, que separa as práticas

¹²⁸ LÜBBE, op. cit., p. 112.

¹²⁹ RÜSEN, Jörn. *História Viva*. Brasília: Unb, 2007, p. 22.

preservacionistas da produção intelectual. Tende-se, em geral, a tratar o tombamento como momento mais importante das práticas preservacionistas. No entanto, parto aqui de um pressuposto inverso: os tombamentos objetivam as histórias que se embatem pela construção de uma memória e identidade nacionais. Se estas histórias, apresentadas principalmente em forma de historiografia, são múltiplas (sem deixarem de ser oficiais), os tombamentos devem também ser diversificados. Dessa forma, estes tombamentos atestam os diversos sentidos atribuídos ao “processo civilizatório” ou à “trajetória” nacional, pensados mormente em termos evolutivos. E este efeito prático da linguagem historiográfica se manifesta mais cedo ou mais tarde, diretamente na instituição federal ou nas instituições alternativas (como as surgidas no estado de São Paulo).

Em face da abrangência temporal abarcada por este trabalho, foi necessário optar por uma forma de abordagem do material historiográfico que pudesse servir a diferentes contextos de produção. Por esse motivo, as considerações que se seguem baseiam-se, em grande medida, nas proposições “meta-teóricas” apresentadas por Jörn Rüsen.¹³⁰

Em primeiro lugar, deve-se, portanto, levar em conta que a historiografia, além de sua função identitária, é um meio de conferir sentido às ações presentes pela organização da consciência histórica. A história é produzida quando carecemos de sentido para levar a cabo determinadas ações no presente. Tais ações, por seu turno, dependem também de nossa capacidade relativa à identificação de tipologias relacionadas a grupos identitários, tanto aqueles aos quais pertencemos quanto aos que pertencem os outros, e esta identidade só é percebida historicamente. A fim de suprir essa carência de sentido, a historiografia pode oferecer uma forma eficaz de se produzir um conhecimento que se pretende válido, dotado de racionalidade e amparado em critérios de cientificidade. Tem-se então uma importante questão a ser respondida por quem intente uma análise enquadrada no campo da história da historiografia: *quais* carências de sentido levaram à produção dos textos de história abordados? Esse é o “nível normativo” da produção historiográfica, que lhe dá ensejo e para o qual a mesma se destina.

Em segundo lugar, é necessário que se indague sobre *como* se procurou sanar as carências de sentido referidas acima. Em outras palavras, com essa indagação propõe-se investigar se comparecem no texto os princípios de regulação metódica que garantem a

¹³⁰ Sobretudo em Idem, *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001. Não obstante Angela Maria de Castro Gomes haver oferecido um instrumental eficaz e interessante no intuito de se compreender o que podia ser considerado historiografia no período abarcado pelo Estado Novo, os limites cronológicos de seu trabalho aconselharam que, aqui, fossem buscados instrumentos metodológicos de validade mais ampla. Cf. GOMES, Angela Maria de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

validade do que se escreve sobre o passado histórico, ou, o que também é perfeitamente possível, se tais princípios são deixados de lado em favor de formas historiográficas menos rígidas. Desse modo, para além do nível prático da produção historiográfica, relacionado à constituição de sentido e delimitação de identidades ligadas à orientação de determinadas condutas, devemos também dirigir o olhar em direção a alguns aspectos específicos, próprios da historiografia (embora alguns deles possam comparecer em outras formas de linguagem escrita). Tais aspectos se referem ao modo pelo qual a produção historiográfica se fundamenta metodicamente a fim de orientar condutas e delimitar identidades.

O primeiro aspecto que se relaciona com a atividade metódica de produção historiográfica surge da seguinte questão: *ela é pertinente do ponto de vista empírico?* As histórias narradas e que se pretendem válidas buscam primeiramente comprovar, por intermédio da relação com a experiência, que as coisas se passaram de acordo com o que é narrado. Com este intuito, são selecionadas “fontes” que, mediante critérios fundamentados, forneçam credibilidade à argumentação de que se lança mão. Essas fontes adquirem caráter de “verdade” a partir do momento em que podem ser verificadas pelos leitores (não que os mesmos de fato as verifiquem, o que pode inclusive fazer com que, em alguns casos, fontes forjadas também sejam consideradas verídicas). A produção historiográfica depende, portanto, da *experiência*, entendida como “instância autenticadora da validade de sentenças empíricas”, ou seja, “apenas o que pode ou deve ser reconhecido, por qualquer um, como um dado empírico”.¹³¹ Além disso, a validade do material empírico selecionado permite que ele seja “destacado” de seu contexto de significação ou importância cultural e de sentido, a ponto de ser utilizado (e aprimorado ou negado) por outras narrativas.

Um segundo aspecto emana da seguinte questão: *ela é pertinente do ponto de vista de sua “importância cultural”*¹³²? Esta indagação relaciona-se com os valores que conduzem à seleção de um passado significativo, ou seja, dotado de importância para a orientação da ação no presente. O passado a ser narrado depende da perspectiva de quem o narra. Tal perspectiva ancora-se em valores, ligados à posição ocupada na sociedade pelo historiador (e, portanto, às exigências institucionais que deve seguir, ao que se quer, pode ou deve ser mudado, aos laços profissionais e afetivos que possui, às implicações éticas do que escreve etc.), que, quando explicitados, permitem seu relacionamento com outros valores.

Terceira questão indicadora de um aspecto metódico da historiografia: *ela é pertinente*

¹³¹ Rüsen, *Razão histórica*, op. cit., p. 101.

¹³² Optei pelo conceito weberiano de “importância cultural” ao invés do de “significado”, pois este último presta-se a confusões com o conceito de “sentido”, utilizado em geral na língua portuguesa como seu sinônimo.

no que se refere ao sentido? O que define esse campo do conhecimento a que chamamos “história” são as *ideias* que conferem um sentido temporal ao conjunto de fontes com o qual se trabalha. Tais ideias são construtos abstratos, que, tomados isoladamente, podem ser chamados de *teoria*, cuja função é sistematizar o material empírico e, dessa forma, orientar temporalmente a conduta dos indivíduos no presente. Ora, são justamente tais ideias ou teorias que nos permitem organizar temporalmente a experiência que temos do tempo em nossa consciência. As identidades são assim estabilizadas pela demonstração das permanências e rupturas de um fluxo temporal.

Esses três “níveis metódicos” de produção historiográfica se originam, repito, de uma função prática ou normativa inicial, ou seja, de uma “carência” de sentido para a ação ou de delimitação de identidades. Deste modo, após a análise desses níveis, faz-se necessário um confronto com o efeito prático posterior alcançado pela produção historiográfica. Ela volta, portanto, ao nível do qual se originou, ou seja, o “prático” ou “normativo”. Poderíamos, desse modo, compreender a prática historiográfica como uma espécie de atividade circular: ela emana da vida prática, dos “interesses humanos” (carências de orientação no tempo), alcança um nível “científico” ou “metódico”, no qual terá que lidar com as ideias (“perspectivas orientadoras da experiência do passado”), “métodos” (“regras de pesquisa empírica”) e “formas” (“de apresentação historiográfica”), para, por fim, tentar orientar novamente a ação dos indivíduos na vida prática, satisfazendo ou não as intenções normativas que lhe deram motivo.¹³³

Pelo que foi acima exposto, fica claro que uma análise historiográfica não pode ser condicionada ao nível textual. Uma análise puramente “formal” desprezaria o caráter prático e normativo da produção historiográfica, que, no caso da história da arquitetura brasileira (sobretudo a que será aqui abordada) possui um papel fundamental. Serão considerados aqui, portanto, os elementos ligados às motivações objetivamente disponíveis para a compreensão da ação (historiográfica) dos sujeitos enfocados, a formatação historiográfica na qual tais ações se conformaram e, por fim, os efeitos práticos que elas tiveram nos contextos institucionais abordados.

Foram estes pressupostos metodológicos que condicionaram a estruturação dos dois capítulos seguintes. No entanto, cabe ainda um esclarecimento acerca do objeto de investigação propriamente dito. A noção de “evolução da arquitetura brasileira” se mostrou um elemento importante para a compreensão dos embates ocorridos em torno das práticas preservacionistas nacionais. A constituição narrativa de sentido para essa noção, que aparece

¹³³ Rösen oferece um interessante diagrama circular a esse respeito em *Idem, Razão histórica*, op. cit., p. 35.

com diferentes formatos em cada um dos autores cujas obras serão analisadas, foram fundamentais para o posicionamento dos mesmos em relação ao patrimônio cultural brasileiro e para a definição das práticas institucionais criadas para sua proteção.

No capítulo relativo a Luís Saia, é a noção de “evolução regional paulista” que polariza a narrativa, enquanto que no capítulo dedicado a Nestor Goulart Reis Filho o mesmo papel é ocupado pela noção de “evolução urbana”. Se fossem tomadas as obras de outros arquitetos/historiadores preocupados em narrar a história da arquitetura nacional e regional (a exemplo de Carlos Lemos e Sylvio de Vasconcellos, ou mesmo Lucio Costa), notar-se-ia que a ideia de uma “evolução arquitetônica” é essencial para que as feições construtivas de um determinado passado, selecionado como a origem das características peculiares de um povo, sejam ligadas ao presente e ao futuro. A maneira preferida de “conectar” um “tipo” residencial característico pretérito, retirado dos traços mais recorrentes do conjunto de restos arquitetônicos existentes ou de seus vestígios, a uma ideia de tempo que pretende orientar uma série de condutas no presente a fim de se construir um futuro racionalmente imaginado, tem sido, sem dúvida, a defesa de que a arquitetura “evolui”. Trata-se, portanto, de uma “noção” de evolução da arquitetura, uma vez que é frequentemente utilizada sem uma sistematização mais rigorosa. É exatamente essa sua relativa “frouxidão” que lhe permite receber variadas feições, de acordo com as características formativas e normativas de seus autores.

Deste modo, inicio os capítulos com a apresentação de um pequeno quadro relativo à vida profissional e intelectual dos autores. Assim é possível contextualizar melhor suas respectivas trajetórias a fim de que, na seção posterior, seja realizada uma investigação mais aprofundada acerca de seus contextos intelectuais de formação, ou seja, relativa às leituras por eles realizadas e aos autores que conheceram e com quem aprenderam, dialogaram ou conflitaram.

Em seguida, serão abordadas as obras historiográficas escolhidas em função da percepção que oferecem acerca das “noções-chave” desta pesquisa. Inicialmente será feita uma apresentação da estrutura da obra selecionada para que, posteriormente, sejam-lhe analisadas as fontes, as relações com os valores e a construção do sentido. Deste modo serão contemplados todos os aspectos metódicos da constituição narrativa de sentido conforme detalhados logo acima.

Por fim, e talvez o mais importante, tentarei mostrar como essas diferentes apresentações historiográficas em torno da noção de “evolução da arquitetura” de fato orientaram as condutas relativas às práticas preservacionistas ao alcance dos autores em

questão. Tratarei, portanto, da atuação dos dois arquitetos enfocados junto aos órgãos preservacionistas e das inovações que estas instituições passaram então a apresentar. Isso será feito à luz do sentido histórico por eles construídos narrativamente e de suas respectivas acepções e formas relativas à noção de “evolução da arquitetura”.

3 LUÍS SAIA E A EVOLUÇÃO REGIONAL PAULISTA: A HISTÓRIA DA ARQUITETURA VISTA POR UM ÂNGULO PARTICULAR (1938-1975)

Imagino que o indivíduo menos afeito a discussões acadêmicas, guiando-se pelo senso comum, deva imaginar que a preservação de edifícios antigos seja obra de saudosistas preocupados com a salvaguarda das tradições de um povo. Certamente essa pessoa se espantaria ao saber que, em São Paulo, essa atividade deve muito a um arquiteto socialista muito simpático ao materialismo dialético.

Na verdade, essas afirmações podem causar espanto até mesmo em pessoas versadas no tema. Isso deve ser imputado à pouca atenção dada até então aos aspectos que serão abordados neste capítulo. Utilizando o instrumental fornecido pela história da historiografia, tentarei mostrar a centralidade da noção de “evolução regional paulista” para as práticas preservacionistas paulistas no período ora abordado, noção esta construída historiograficamente, ou seja, através da escrita de uma história da arquitetura particular, pensada pelo arquiteto Luís Saia.

Para tanto, tratarei inicialmente da formação desse arquiteto, seja através de sua inserção acadêmica e profissional, seja por intermédio de suas leituras e demais referências intelectuais e formativas. Em seguida, realizarei uma análise historiográfica de *Morada paulista*, sua obra mais conhecida e significativa. Por fim, tentarei mostrar os efeitos dessa ação (ou seja, da produção historiográfica de Luís Saia) no âmbito das práticas preservacionistas paulistas.

3.1 INSERÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL

Para tratar desse assunto, abordarei inicialmente os aspectos intelectuais e profissionais relativos à trajetória de Luís Saia. O intuito desta esquematização será familiarizar o leitor menos afeito a esses dados, além de, desde já, situar os limites dos quais serão retirados os elementos para a compreensão do objeto trabalhado.

Filho de imigrantes italianos, Luís Saia nasceu em São Carlos, cidade do interior

paulista, em 1911. Posteriormente seguiu para Campinas com sua família, quando ingressou no famoso “Ginásio de Campinas”, fundado em 1869 com o nome de “Colégio Culto à Ciência”. Fruto da iniciativa privada da elite republicana campineira (em que se destacava Campos Salles, um dos fundadores da “Sociedade Culto à Ciência”), almejava-se construir por meio desse colégio um símbolo do movimento republicano que então ganhava força. Em 1894 o Culto à Ciência passou para as mãos do Estado e começaram a ser exigidos exames de seleção aos candidatos interessados em suas vagas. Embora o agora “ginásio” continuasse a formar, sobretudo, os filhos das elites agrícolas locais, abriu-se a possibilidade de ingresso de alunos “estranhos” aos quadros tracionais, principalmente aos filhos de imigrantes que então passaram a povoar Campinas. Sua grade curricular, elaborada principalmente por elementos seduzidos pelo progresso científico e social (conforme os receituários positivista e evolucionista então predominantes), privilegiava a formação na área de ciências exatas e oferecia, além disso, uma densa formação cívica e humanística, nos moldes dos projetos republicanos daquela época.¹³⁴ Em currículo composto pelo próprio Luís Saia, datado de 1974 e em papel timbrado no qual se vê escrito “Serviço Público Federal”, o arquiteto mostra ter estudado nessa escola “até o 5º ano”.¹³⁵ Além de ter adquirido nesse espaço sócio-cultural uma sólida formação, que lhe possibilitou o acesso a outro centro elitista de formação, ou seja, a Escola Politécnica do Estado de São, certamente lhe despertou o respeito e admiração pelas questões nacionais, que o acompanhariam por toda sua vida profissional e intelectual.

Em 1932 ingressou no curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica da capital paulista, que em 1934 se tornaria uma unidade acadêmica da Universidade de São Paulo. Concluiu o curso apenas em 1948. Segundo depoimento fornecido pelo arquiteto Nestor Goulart Reis Filho, “o Luís Saia estava, naquele momento [da criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, ou seja, em 1948], se formando na Escola Politécnica, levou uns quatorze anos para se formar, às vezes trancava matrícula, ficou sempre repetindo matérias de áreas técnicas, que ele não estava muito interessado e se aflitava um pouco”.¹³⁶ Essa discordância em relação à matriz curricular da “Poli” pode ser também verificada na relação que Saia guardava com seus professores, que já foi notada por alguns autores e acabou

¹³⁴ Estes dados foram retirados de CANTUÁRIA, Adriana Lech. *A Escola pública e a competência escolar: o caso do Colégio Culto à Ciência*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2000.

¹³⁵ Este currículo foi encontrado em uma das pastas pessoais do arquiteto Antônio Gameiro, que trabalhou ao lado de Luís Saia por vários anos e permitiu, gentilmente, que o historiador Jaelson Bitran Trindade o digitalizasse a fim de servir como fonte deste trabalho.

¹³⁶ Entrevista cedida por Nestor Goulart Reis Filho em 09 de junho de 2009.

gerando dificuldades institucionais entre este arquiteto e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP – a FAU.¹³⁷

Esta insatisfação com a formação profissional então oferecida aos arquitetos (que continuou preocupando Saia até os últimos anos de sua vida¹³⁸) possivelmente o levou a procurar, por sua própria conta, caminhos formativos não subordinados diretamente à academia. Talvez o mais importante para sua trajetória tenha sido a participação no Curso de Etnografia realizado, em 1936, no Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo. Este curso foi providenciado pelo então Diretor do DC, Mário de Andrade, que estava preocupado em dotar as pesquisas sobre os aspectos da cultura popular nacional de uma postura mais consistentemente científica, para o que seria necessário formar folcloristas e etnógrafos “práticos”, portadores de um instrumental metodológico eficaz para realização de pesquisas de campo. Com esta intenção, Mário de Andrade convidou Dina Lévi-Strauss, ex-assistente do *Musée de L’Homme*, em Paris, para ministrar o Curso de Etnografia. A partir deste curso, que teve a duração de 6 meses, foi formada então a *Sociedade de Etnologia e Folclore*, composta principalmente pelos alunos do Curso de Etnografia.¹³⁹

Luís Saia teve uma atuação efetiva na SEF, demonstrando uma formação etnográfica que, em geral, não é levada em conta nos estudos a seu respeito ou relativos à ação preservacionista da regional paulista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – o SPHAN. Chefiou, em 1938, a “Missão de Pesquisas Folclóricas”, enviada ao Norte e Nordeste do país para recolhimento de material fotográfico, fonográfico e fílmico, além da coleta de material variado sobre as manifestações culturais daquela região.¹⁴⁰ Além da

¹³⁷ Na entrevista supracitada, Reis Filho se recorda que Saia não teve acesso à FAU, pois a mesma era dominada, após a saída de Anhaia de Mello, por “velhos professores” da Escola Politécnica (além do fato de Saia ser comunista). Antônio Luís Dias de Andrade relata uma eventual insatisfação com Anhaia de Mello (ANDRADE, Antônio Luís Dias de. Comentário. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 60 anos: A revista*. [Brasília], n. 26, p. 68-69, 1997, p. 68) e Sílvia Ficher ainda se refere às suas desavenças com Prestes Maia, famoso urbanista, professor da Escola Politécnica e prefeito de São Paulo por vários anos (FICHER, Sílvia. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Fapesp: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 338).

¹³⁸ Cf. Meditação melancólica. *Morada paulista*. Op. cit., 2005 (artigo ampliado em 1972).

¹³⁹ A ideia da Sociedade foi lançada por Mário de Andrade num almoço em homenagem a Dina Lévi-Strauss, que então se despedia do país. Entre seus sócios-fundadores, além de Dina Lévi-Strauss e Mário de Andrade, podemos destacar o próprio Claude Lévi-Strauss (que também participou da Sociedade de Sociologia), Emílio Willems, Ernani Silva Bruno, Fábio Prado (então prefeito de São Paulo), Luís Saia, Mario Wagner Vieira da Cunha, Oneyda Alvarenga, Paulo Duarte, Plínio Ayrosa, Roger Bastide e Sérgio Milliet, entre outros. Para mais informações sobre a atuação da SEF, Cf. AMOROSO, Marta. *Sociedade de Etnografia e Folclore (1936-1939). Modernismo e Antropologia*. In: CENTRO DE CULTURA DE SÃO PAULO. *Catálogo da Sociedade de Etnografia e Folclore*. São Paulo, 1993. Disponível em <http://www.centrocultural.sp.gov.br/livros/pdfs/sef.pdf>. Acesso em 08.06.2001.

¹⁴⁰ Chefiada em campo com Luís Saia, a Missão foi coordenada pela musicóloga Oneyda Alvarenga, então chefe da Discoteca Municipal, e contou, também em campo, com o apoio do maestro Martin Brauner, do

experiência em viagens de pesquisa, de grande importância para o arquiteto quando de sua posterior atuação no SPHAN, a Missão lhe forneceu material para a publicação do artigo “Escultura popular brasileira”,¹⁴¹ que não foi o único trabalho possibilitado por sua atuação na SEF. Saia proferiu, nas reuniões dessa Sociedade, as comunicações “Um caso de arquitetura popular”,¹⁴² “Notas de uma viagem a Bertiooga”¹⁴³ e ainda apresentou, junto a Mário de Andrade, Edmundo Krug e Dalmo Belfort de Mattos, informações sobre festas do Estado de São Paulo.¹⁴⁴

Foi, muito provavelmente, da intensa atividade de Luís Saia na Sociedade de Etnologia e Folclore e, por extensão, no Departamento de Cultura, que surgiu uma relação de mútua admiração e respeito pessoal, intelectual e profissional entre o arquiteto e Mário de Andrade. Esta proximidade, que pode ser claramente notada nas cartas enviadas a Rodrigo Melo Franco de Andrade pelo polígrafo paulista,¹⁴⁵ levará Saia ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – o SPHAN. Sobre a contratação deste último, temos a interessante correspondência de Mário de Andrade relatando o problema a Rodrigo Melo Franco:

quanto à indicação dum indivíduo pro SPHAN matutei duas horas e depois mais tempo matutei dialogando com o Sérgio Milliet. É difícil... Me diga uma coisa: o fulano é contratado, contrato precário, seis meses, quanto tempo? Pode-se retirar o cargo a qualquer tempo? No caso de ser possível experimentar e não dando certo retirar o cargo, poderia propor um rapaz bastante inteligente, estudante de engenharia, dedicado à arquitetura tradicional, não passadista: Luís Saia. Tem o defeito de ser integralista. Serviria havendo este complexo de inferioridade? Sei que é ativo e como vivo em contato com ele, poderia orientá-lo bem.¹⁴⁶

A partir de então Mário de Andrade, Luís Saia, o historiador Nuto Sant'Anna (que também fazia parte do Departamento de Cultura) e o fotógrafo, também de São Carlos, Hugo Graesser, o “Germano”, saíram a inventariar os bens passíveis de tombamento no Estado de São Paulo, em viagens realizadas em automóveis cedidos pela prefeitura paulistana.¹⁴⁷

Fruto dessas viagens foram três artigos enviados para os primeiros números da *Revista*

técnico em gravações Benedicto Pacheco e do auxiliar Antônio Ladeira.

¹⁴¹ SAIA, Luís. Escultura popular brasileira. *A Gazeta*, São Paulo, 1944. Apud FICHER. Op. cit.

¹⁴² Boletim da SEF nº 1, doc. 287, p. 2, apud CENTRO DE CULTURA DE SÃO PAULO. Op. cit.

¹⁴³ Boletim da SEF nº 3, doc. 287, p. 8, apud *ibid.*

¹⁴⁴ MATTOS, Dalmo Belfort de. A etnografia e a cruz. In: Boletim da SEF nº 4, doc. 287, p. 10, apud *ibid.*

¹⁴⁵ ANDRADE, Mário de. *Cartas de trabalho*: Correspondências com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 65 (carta de 6 de abril de 1937).

¹⁴⁷ Mário de Andrade relata esse período de atuação em carta escrita a Rodrigo M. F. De Andrade em 23 de maio de 1937. (*Ibid.*, p. 66).

do SPHAN. Na *Revista* nº 1, foram publicados “A Capela de Santo Antônio”, assinado por Mário de Andrade (que conta com a colaboração ativa de Luís Saia), e “A Igreja dos Remédios”, de Nuto Sant’Ana.¹⁴⁸ Na *Revista* nº 3, de 1939, Saia publica também o célebre artigo “O alpendre nas Capelas Brasileiras”,¹⁴⁹ escrito a partir das pesquisas em torno do tombamento da Igreja de São Miguel Arcanjo na capital paulista, no qual trava grande polêmica com Gilberto Freyre acerca do tema.

Já em fins de 1937 e início de 1938, Mário de Andrade começa a tratar com Rodrigo Melo Franco sobre sua substituição na regional paulista do SPHAN. Isso se deveu ao fato de que passou a ser defesa, na gestão de Fábio Prado, a acumulação de cargos tal qual vinha ocorrendo com Mário de Andrade (que pede demissão do SPHAN em janeiro de 1938). Este sugere, num primeiro momento, o nome de Paulo Duarte,¹⁵⁰ mas é o de Luís Saia, já cogitado anteriormente,¹⁵¹ que prevalece. Acreditamos que esta indecisão se deveu a uma série de fatores. Certamente o nome de Paulo Duarte não foi aceito em função de sua ligação com a elite política paulista. Por outro lado, contra Saia pesavam sua postura ideológica (então integralista) e sua inexperiência.¹⁵²

A fim de contornar o “mal da juventude”, foi proposto a Luís Saia a apresentação de um trabalho sobre a Aldeia de Carapicuíba.¹⁵³ Convencido Rodrigo Melo Franco do potencial do jovem Saia em função da qualidade do trabalho, a atuação da regional paulista até 1975, sobretudo após 1945, norteou-se pela ação individual deste engenheiro-arquiteto, a ponto de o mesmo Victor Hugo Mori, então superintendente da 9ª Superintendência do IPHAN em São Paulo, afirmar que “Saia era o IPHAN e o IPHAN era Luís Saia”.¹⁵⁴ A partir de então Saia dedicou boa parte de sua vida profissional e intelectual à preservação dos bens culturais paulistas e nacionais, tendo atuado também no CONDEPHAAT (entre 1969 e 1975),

¹⁴⁸ SANT’ANNA, Nuto. A Igreja dos Remédios. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 1, p. 127-138. Rio de Janeiro, 1937. Em bilhete rápido de 25 de junho de 1937, encaminhado a Rodrigo Melo Franco, Mário diz o seguinte: “Artigos irão dia 30. Um só histórico Nuto Sant’Ana. Outro, um estudo sobre igreja S. Antônio, do município de S. Roque, com engenharia dentro, feito por mim e Luís Saia”. ANDRADE. Op. cit. p. 73.

¹⁴⁹ SAIA, Luís. O alpendre nas capelas brasileiras. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 3. Rio de Janeiro, 1939.

¹⁵⁰ Carta de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco datada de 26 de janeiro de 1938. ANDRADE. Op. cit. pp. 129-130.

¹⁵¹ Carta de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco datada de 01 de novembro de 1937. Ibid. p. 109.

¹⁵² Cf. LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira; MORI, Victor Hugo; ALAMBERT, Clara Correia d’. *Patrimônio: 70 anos em São Paulo*. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2008, p. 28.

¹⁵³ O próprio Saia apresenta uma justificativa para a produção deste trabalho: “em 1937, quando auxiliar de Mário de Andrade e candidato à chefia regional do então Serviço do PHAN, a fim de suprir a falha de não ser ainda arquiteto diplomado, realizei um estudo sistemático da aldeia de Carapicuíba”. SAIA, Luís. *Morada paulista*. op. cit., 2005, p. 20.

¹⁵⁴ Ibid., p. 30.

elaborado projetos de lei e participado de importantes encontros nacionais, como os de Salvador (1971), nos quais deixou também sua marca.¹⁵⁵

As atividades de Saia, no entanto, não se restringiram ao âmbito do Patrimônio. Além da atuação no campo arquitetônico, esse arquiteto também se destacou na área do planejamento urbano.¹⁵⁶ Sobre o plano diretor para Águas de Lindóia, Amanda Cristina Franco nos mostra como o mesmo possuiu caráter inovador para as cidades brasileiras de então.¹⁵⁷ No entanto, um levantamento mais completo das atividades de Luís Saia na área do planejamento urbano encontra-se exposto na dissertação de Juliana Costa Mota, sobre os planos diretores elaborados para Goiânia na década de 1950.¹⁵⁸ De acordo com a autora, a atuação urbanística de Saia se restringiu quase totalmente ao âmbito do Instituto dos Arquitetos do Brasil – o IAB –, e sua ação neste âmbito não alcançou maior amplitude em função de, no mesmo período, atuarem Anhaia Melo e Prestes Maia, que eram “figuras centrais do Urbanismo em São Paulo e tinham grande destaque no quadro urbanístico nacional”.¹⁵⁹

Dentre outras participações em atividades culturais,¹⁶⁰ é interessante destacar aqui a atuação na Comissão de História nas comemorações do 4º centenário de São Paulo, tendo realizado, além de levantamentos urbanos (dos quais participaram, na qualidade de estagiários, Nestor Goulart Reis Filho e outros alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP), a restauração da atual “Casa do Bandeirante” no Butantã, segundo ele, a pedido de Guilherme de Almeida, então presidente da Comissão do Centenário.¹⁶¹

¹⁵⁵ Saia também destaca em seu currículo a colaboração na elaboração do Anteprojeto da Lei do SPAN assinada por Mário de Andrade, a participação nas Comissões, designadas em 1951 e 1957, para o estudo de Projeto de Lei para a criação do “Patrimônio Regional”, na Comissão incumbida do estudo e restauração e destinação do Palácio Campos Elíseos, no Conselho de Cultura e Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural da Prefeitura de São Paulo.

¹⁵⁶ Sylvia Ficher arrola suas atividades neste setor: “paralelamente, de 1950 em diante dedicou-se ao planejamento urbano, tendo realizado planos diretores para São José do Rio Preto, Lins, Águas de Lindóia e Goiânia. Em 1954, preparou o ‘Código de Uso Lícito da Terra’, projeto apresentado à Assembléia Legislativa; em 1955 realizou o ‘Relatório Preliminar para o Planejamento do Estado de São Paulo’”. FICHER. Op. cit., p. 339, entre outras atividades mencionadas em seu próprio currículo.

¹⁵⁷ FRANCO, A. C. Entre o Racional e o Pitoresco: O Plano Diretor de Luis Saia para Águas de Lindóia, 1956. In: V Seminário Nacional DOCOMOMO. São Carlos. Anais do V Seminário Nacional DOCOMOMO, 2003.

¹⁵⁸ MOTA, Juliana Costa. *Planos diretores de Goiânia, década de 60: a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilhelm no campo do planejamento urbano*. Dissertação (mestrado). – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2004.

¹⁵⁹ Ibid., p. 88.

¹⁶⁰ De acordo com seu currículo, Saia foi membro do Conselho do Museu de Arte Moderna de São Paulo, do Júri de seleção da 1ª Bienal de Arquitetura, do Conselho da Fundação Álvares Penteado, da Comissão de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, da Comissão de seleção para a Bienal de Veneza (1960), da Comissão de Exposição do Barroco da Fundação Álvares Penteado e da Comissão Estadual para o estudo do Museu do Ferro. Saia omite, salvo em poucas exceções, as datas relativas a estas atuações.

¹⁶¹ SAIA, Luís. *Morada paulista*. Op. cit, 2005. Sobre as relações entre identidade paulista e esta obra de restauração, cf. SODRÉ, João Clark A. A casa bandeirista de Luís Saia no IV Centenário de São Paulo: Restauração e Preservação da Identidade Paulista. In: V Seminário Nacional DOCOMOMO. São Carlos.

Por fim, caberia ainda destacar a atividade docente de Luís Saia. Ele coordenou, em 1974, juntamente com o próprio Reis Filho e Ulpiano Bezerra de Menezes, o “Curso de Especialização em Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos”, promovido pelo IPHAN em parceria com o CONDEPHAAT e a USP. Muito embora Reis Filho relate que Saia nunca tenha lecionado na FAU como professor dos quadros da USP, Ficher afirma que, em 1951, o engenheiro-arquiteto foi professor da cadeira “Arquitetura no Brasil” e, em 1955, “realizou uma prova de títulos, mas não assumiu o cargo devido a algum incidente nunca esclarecido e que sempre o magoou”.¹⁶² Muito provavelmente esse “incidente” diz respeito às desavenças entre Saia e os professores da “Poli” que então dominavam a FAU. Foi também professor livre-docente da Escola de Arquitetura de Minas Gerais (hoje pertencente à UFMG), onde fez amizade com o arquiteto e historiador Sylvio de Vasconcellos (responsável também à época pela regional mineira do SPHAN), dentre outras atividades didáticas esparsas.¹⁶³ Juliana Mota destaca ainda os cursos de planejamento que ministrou junto ao Instituto dos Arquitetos do Brasil.¹⁶⁴

Todavia, afora a atuação pedagógica institucional, podemos julgar, a partir do depoimento de Reis Filho, que sua contribuição para a formação dos arquitetos paulistas extrapolou os limites das salas de aula:

[Luís Saia] levou uma série de alunos do primeiro ano para trabalharem com ele no IPHAN para fazer levantamento de arquitetura, desenhar arquitetura do século XVII e XVIII, e ele não se interessava pela arquitetura do XIX, que considerava acadêmica, e como tal não interessava. [...] O IPHAN era para nós a única fonte teórica, de apoio teórico para o estudo do moderno e do tradicional, não no século XIX, que era rejeitado. Então nós ficamos numa situação ainda de maior dependência em relação ao SPHAN. Então uma parte nos vinha através do Luís Saia, e a outra parte através das leituras e das atividades dos pesquisadores do Rio, o Lucio Costa à frente.

Saia possui uma extensa e dispersa produção bibliográfica. Dentre os livros propriamente historiográficos é possível citar *Fontes primárias para o estudo das habitações*,

Anais do V Seminário Nacional DOCOMOMO, 2003. De acordo com Saia, essa casa foi “convertida numa discutida e esdrúxula Casa do Bandeirante, cujo recheio é – coisas de política – quase totalmente mineiro”. SAIA, Op. cit., 2005, p. 62 (nota 2).

¹⁶² FICHER. Op. cit., p. 339.

¹⁶³ Organizou o Curso Especial de Planejamento, na Faculdade de Arquitetura Mackenzie, e o Curso Extensivo de Planejamento, no IAB/SP, além de ter lecionado nas faculdades de Arquitetura de Salvador, Porto Alegre e Recife (FICHER. Op. cit., p. 339).

¹⁶⁴ Mota destaca o “Curso de Planejamento” (dezembro de 1955), “Curso Complementar de Planejamento e Urbanismo” (julho 1957), “Curso de Geografia e Urbanismo” (março de 1958) e “Curso Intensivo de Planejamento e Urbanismo” (junho de 1958). Seu currículo pessoal ainda menciona esses e mais alguns cursos na área de planejamento.

das vias de comunicações e dos aglomerados urbanos de São Paulo no século XVII (1948), *A casa bandeirista* (1954), *Notas sobre a evolução da Morada Paulista* (1957) e *Morada Paulista* (1972 [1995 e 2005]). Dentre os artigos, “O alpendre nas capelas brasileiras” (1939), “Uma relíquia de nosso patrimônio histórico” (1940), “Notas sobre a arquitetura rural paulista no segundo século” (1944), “A fase heróica da arquitetura contemporânea já foi esgotada há alguns anos” (1954), “O ciclo ferroviário” (1955), “Economia de sobremesa” (1955), “Arquitetura paulista” (1959), “Considerações sobre uma residência” (1961), “Morada seiscentista do Tatuapé” (1968), “Escultura popular em madeira (1974), “Evolução Urbana de São Luís do Paraitinga” (1974) etc.¹⁶⁵ Há também, na década de 1950, sobretudo, uma série de artigos escritos sobre planejamento urbano.

3.2 CONTEXTO INTELECTUAL DE FORMAÇÃO

*Modernismo, cultura popular, sociologia, socialismo, regeneração do Brasil, tensão entre direita-esquerda – tudo isso surgiu ligado ao nacionalismo e ao profundo interesse pelas coisas brasileiras.*¹⁶⁶

Enquadrar Luís Saia em algum rótulo intelectual seria algo delicado, assim como o seria para a grande maioria dos intelectuais de sua época.¹⁶⁷ O período em que o arquiteto transita do integralismo para o materialismo histórico, ou seja, entre as décadas de 1930 e 1940, foi de grande confusão ideológica e de crise identitária para a *intelligentsia* nacional, o que se somou a um sentimento geral de “missão”, como se os rumos do país estivessem nas mãos desses “homens de cultura”.

Boa parte da intelectualidade nacional encontrou no Estado, após a “Revolução de 1930”, um espaço privilegiado de atuação. Esses intelectuais viam passando diante de seus olhos a marcha do tempo, apontando para a necessidade de uma urgente ação que direcionasse corretamente uma modernização que era percebida como inevitável, tendo em vista que,

¹⁶⁵ Uma listagem mais completa encontra-se em FICHER. Op. cit., além de em seu próprio currículo pessoal.

¹⁶⁶ PONTES, Heloisa. Entrevista com Antonio Candido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 16, n. 47, Out. 2001, p. 9. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092001000300001&lng=en&nrm=iso> Acesso em 03.04.2010.

¹⁶⁷ As considerações que seguem nesses parágrafos são inspiradas principalmente em LAHUERTA, Milton. *Elitismo, autonomia, populismo: os intelectuais na transição dos anos 40*. (Dissertação de Mestrado). Campinas, SP: Unicamp, 1992.

conduzida unicamente pelos anseios do capital, esse processo histórico reproduziria no país os efeitos catastróficos observados no cenário europeu. Após a Primeira Guerra Mundial, um clima anti-liberal possibilitou dois movimentos coincidentes: uma confusa polarização ideológica opondo direita e esquerda, e aquilo que Milton Lahuerta denomina “revolução passiva”, ou seja, um consenso em torno de uma significativa alteração político-administrativa comandada pelo Estado, legitimada por uma postura nacionalista, organicista e modernizadora.

Se num primeiro momento o Estado Novo acaba se impondo, pelo consenso ou pela coerção, como única via de atuação para os intelectuais brasileiros, a partir de 1942, quando o governo se posiciona internacionalmente ao declarar guerra ao “Eixo”, essa intelectualidade se vê num momento de crise em face do que Lahuerta considera uma conjuntura de “transição”. Desse modo, o período que compreende os anos de 1942 e 1945 correspondeu a uma crise identitária por parte dos intelectuais, pois o governo, que até então havia abrigado os ideais de modernização dessa nova intelectualidade urbana, passava agora por um momento de abertura liberalizante. Por um lado, os que eram “oposicionistas” tiveram que dar o braço a torcer ao governo, que tomou uma postura satisfatória à maioria ao se opor ao “Eixo”; por outro, os colaboradores do governo, satisfeitos com o centralismo da máquina administrativa estatal, tiveram que enfrentar algumas incertezas frente à nova posição adotada por Vargas e, no nível internacional, ao fracasso dos regimes totalitários e ao sucesso da União Soviética. Foi neste período, ao que tudo indica, que Luís Saia foi atraído pelo materialismo histórico como teoria privilegiada para a compreensão dos processos sociais e sua ação diante deles. Nesse momento, além disso, a esquerda nacional se encontrava cindida em diversas facções, o que é interessante para a compreensão do caldo cultural que orientou as ações desse autor.

Tentarei, dessa forma, mostrar como Saia tomou contato com essas diversas correntes de pensamento, levando em conta um contexto intelectual mais geral. Partirei do ano de 1932, no qual o arquiteto se posiciona, primeiramente, a favor da Ação Integralista Brasileira. Ao final, espero demonstrar que esta busca por referenciais ideológicos ou teóricos correspondeu mais a uma necessidade de orientação de ações que visaram compreender a realidade regional paulista, para a qual se mostrou fundamental a compreensão de processos mais amplos, nos níveis nacional e internacional, a fim de conduzir corretamente um processo de modernização que, dessa forma, poderia ser benéfico tanto para São Paulo quanto para o Brasil, de um modo

geral.

3.2.1 A Escola Politécnica de São Paulo

Antes de tratar das opções ideológicas de Luís Saia, creio ser necessário aprofundar um pouco mais a análise acerca dos anos em que esse arquiteto passou na Escola Politécnica de São Paulo, pois nessa instituição de ensino ele teve contato com conhecimentos teóricos e práticos que lhe seriam de grande valia em sua vida profissional.

No mesmo ano em que ingressava na Ação Integralista Brasileira, Saia é admitido no curso de engenheiro-arquiteto da Politécnica. Com relação ao ensino oferecido nesta instituição, dispõe-se atualmente de um quadro bastante completo graças ao trabalho realizado no livro *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*, de Sylvia Ficher.¹⁶⁸ No entanto, o curso de engenheiro-arquiteto era ministrado em cinco anos, e Saia demorou quatorze para se formar. Fica assim difícil estabelecer com precisão quais professores teriam fornecido os elementos posteriormente utilizados pelo arquiteto em seu trabalho no IPHAN, mesmo sendo possível montar um quadro relativamente fechado das possibilidades.

Obviamente a formação na Politécnica munuiu Luís Saia de um substancial conhecimento técnico, o qual foi empregado com autoridade em suas minuciosas análises relativas aos “restos” arquitetônicos tombados pelo IPHAN em São Paulo. O arquiteto iniciou-se nos conhecimentos sobre geologia por intermédio da cadeira “Mineralogia, Geologia e Petrografia”, ministrada por Moraes Rego no 3º ano do curso, o mesmo valendo para o campo da economia na cátedra “Economia Política. Estatística Aplicada. Organizações Administrativas” (os professores podendo ser Castro Barbosa, João Carlos Fairbanks ou mesmo Carlos Alberto Vanzolini). Cabe ainda destacar o conhecimento adquirido por Saia no que diz respeito aos estilos arquitetônicos em voga a partir de fins do século XIX e repassados pelos professores da “Poli” (sendo o principal professor das cadeiras de História da Arquitetura o arquiteto Alexandre Albuquerque). No entanto, as críticas dirigidas ao ecletismo foram por certo possibilitadas por outras fontes.

Todavia, creio que o principal nome a ser destacado seja o de Anhaia Mello.¹⁶⁹ Saia

¹⁶⁸ FICHER. Op. cit.

¹⁶⁹ Sobre a atuação desse arquiteto, cf. FICHER, Sylvia. Op. cit.

também teve aulas com Prestes Maia,¹⁷⁰ com quem possuía, notoriamente, mais desavenças que concordâncias (situação que se prolongaria pela vida profissional de Saia), mas cujas aulas, de alguma forma, devem ter-lhe sido proveitosas, pois que se tornou (caso ainda não o fosse) um reconhecido desenhista (Prestes Maia ministrava as principais “aulas”¹⁷¹ de desenho). Embora Prestes Maia tenha se destacado no urbanismo nacional, foi Anhaia Mello quem trouxe com mais vigor este campo do conhecimento para o âmbito acadêmico.¹⁷²

Como notou Juliana Mota, o contato com Anhaia Mello marcou profundamente a atividade de Luís Saia na área do planejamento urbano. No entanto, creio que possamos ir além e atribuir a Anhaia Mello um papel importante na percepção que seus alunos passaram a ter não só da cidade, mas, por extensão, da sociedade. Interessante a este respeito é o seguinte depoimento do arquiteto Vilanova Artigas:

Anhaia Mello só tratava de questões de urbanismo. A preocupação teórica não era com a estética do edifício, porém com a problemática da cidade, ardente debate em torno da problemática da cidade (...) [Os engenheiros da “Poli”] nunca o caracterizaram como revoltoso, coisa que ele nunca foi, mas seria interessante buscar na estrutura de seu pensamento as raízes do que nós podemos chamar de urbanismo independente, de caráter local e descolonizador.¹⁷³

Além disso, Anhaia Mello ainda pode ser caracterizado como o introdutor das discussões sobre as vanguardas arquitetônicas modernas na Politécnica.¹⁷⁴

Depreende-se então que, já na sua juventude acadêmica, Saia pôde ter contato com todo um arcabouço teórico que teve um importante papel na análise da realidade e do qual lançou mão adiante. Além do mais, essa formação “engenherática”, como diria o próprio arquiteto, diferente daquela proposta nas escolas de belas-artes,¹⁷⁵ como aquela na qual se formou Lucio Costa, provavelmente possibilitou ao arquiteto paulista uma formação mais “científica”, “racional”, e menos “formalista”, “idealista”, distinção que, em alguns aspectos, pode ser estendida para a regional paulista em relação à direção central do SPHAN no Rio de Janeiro.

¹⁷⁰ Para mais detalhes sobre esse arquiteto, cf. *Ibid.*, pp. 154-166, e MOTA, Carlos Guilherme. *Da cidade ibero-americana: temas, problemas e historiografia*. Disponível em <http://www.aedificandi.com.br/aedificandi/N%C3%BAmero%201/1_especial_da_cidade_iberoamericana.pdf> Acesso em 27.03.2010.

¹⁷¹ Havia na Politécnica uma diferenciação entre “cadeiras” e “aulas”, sendo que estas últimas possuíam um caráter mais prático. Cf. FICHER, Op. cit.

¹⁷² MOTA, Juliana. Op. cit., p. 87.

¹⁷³ Apud FICHER. Op. cit., p. 150.

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 151.

¹⁷⁵ Cf. *Ibid.*

3.2.2 O integralismo

É difícil precisar o que levou Luís Saia a se tornar um arquiteto preocupado com os rumos da nação, muito embora esse sentimento permeasse, como já foi mencionado, boa parte da intelectualidade da época. Sua primeira opção foi a adesão à Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1932. O arquiteto já dava mostras de uma atitude “rebelde”, manifesta no desejo de estudar a nação a fundo a fim de melhorá-la. Muito embora tal atitude pudesse também sugerir uma simpatia por uma ideologia autoritária de cunho fascista, é possível relativizar essa impressão a partir do relato do jornalista Mário Mazzei:

minha geração foi muito integralista. Sentíamos muito as injustiças sociais, mas não fomos comunistas, porque o Partido Comunista não era ainda muito importante. Pertenci a uma *facção integralista antifascista* que incluía Ernani Silva Bruno, Luís Saia, Roland Corbusier, Constantino Ianni.¹⁷⁶

Embora esse relato não seja suficiente para esclarecer o que de fato seria um “integralista antifascista”, nos permite ao menos perceber que o integralismo afigurou-se também, à época, como um dos poucos espaços de ação política existentes à época para a juventude “rebelde” de então.

Luíis Saia participou, ao lado de Ernani Silva Bruno (ambos se tornariam membros, mais adiante, da Sociedade de Etnologia e Folclore) da “Assembleia de Fundação da Sociedade de Estudos Políticos”, realizada no dia 12 de março de 1932. Saia, então com 21 anos, ouviu um discurso proferido por Plínio Salgado, no qual exortava os que estavam ali presentes a “estudar os problemas nacionais” e traçar, “em consequência desses estudos, os rumos definitivos de uma política salvadora”.¹⁷⁷ O “Manifesto de outubro” pregava, dentre outras coisas, a luta contra a influência estrangeira, considerando brasileiras todas as origens étnicas encontráveis no território nacional, desde que demonstrassem interesse no “engrandecimento da nação”. Nota-se assim um tom bastante ufanista que, no entanto, incentivava a análise dos problemas nacionais, o que provavelmente atraiu Luís Saia.

Quando ingressou no SPHAN, em 1937, Saia ainda se mantinha fiel a esta postura ideológica, conforme se pode depreender da correspondência trocada entre Mário de Andrade

¹⁷⁶ Itálicos meus. Disponível em <http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=175&breadcrumb=1&Artigo_ID=2631&IDCategoria=2676&reftype=1> Acesso em 25.03.2010.

¹⁷⁷ “Manifesto de 7 de outubro de 1932” e “Apêndice Histórico sobre o manifesto de outubro” disponíveis em <<http://www.integralismo.org.br/novo/?cont=75>> Acesso em 24.01.2010.

e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Dentre os possíveis fatores que conduziram o arquiteto à AIB, seria possível entrever uma precoce preocupação com a análise dos problemas da nação e o caráter nacionalista do arquiteto. Imbuído dessas e de outras preocupações, menos acessíveis por intermédio das fontes encontradas, Saia procurou, em 1936, ao Curso de Etnologia e Folclore oferecido pelo Departamento de Cultura do Município de São Paulo.

3.2.3 O marxismo: comunismo sem “carteirinha de partido”

O pensamento marxista adquiriu um importante papel na formulação da noção de “evolução regional paulista” proposta por Luís Saia. Deste modo, convém investigar em que condições o arquiteto tomou contato com o arcabouço teórico marxista, a fim de que seja possível uma correta avaliação do “sentido” que Saia emprestou à arquitetura paulista.

Inicialmente, a migração da direita para esquerda não foi algo incomum naquela primeira metade do século XX brasileiro. A adesão inicial a ideologias nacionalistas e autoritárias não seria empecilho inexorável ao contato com os textos marxistas. O próprio Plínio Salgado chegou a confessar que, em meados da década de 1920, suas leituras e as de seus companheiros eram “todas marxistas”.¹⁷⁸ De fato, o conhecimento da literatura marxista pelos integralistas não deveria mesmo causar surpresa, haja vista que os mesmos necessitariam se armar a fim de combater o comunismo, ainda que o distorcendo propositalmente. Por outro lado, Antônio Cândido também já teve oportunidade de lembrar o quanto era comum ao espírito rebelde da época a migração da direita para esquerda.¹⁷⁹

Conforme demonstra Leandro Konder, o marxismo alcançou, no Brasil, no início da década de 1930, um grande distanciamento em relação às discussões originais propostas por Karl Marx, sobretudo no que diz respeito à dialética.¹⁸⁰ De acordo com Konder, a noção de

¹⁷⁸ KONDER, Leandro. *A Derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 158.

¹⁷⁹ CÂNDIDO, Antônio. O significado de *Raízes do Brasil*. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹⁸⁰ KONDER. Op. cit. A re-elaboração deste conceito, realizada a partir das leituras que Marx fez da obra de Hegel, é fundamental, dentro do arcabouço teórico marxiano, para a compreensão da ação revolucionária. Assim, a perspectiva marxista se diferenciaria da hegeliana por propor “não só uma reavaliação do papel do *trabalho material* na auto-criação e na autotransformação do ser humano” como também por exigir “uma reavaliação do papel dos *trabalhadores* como força material capaz de, nas condições atuais, dar prosseguimento à autotransformação histórica da humanidade” (Ibid. p. 5-6). Trata-se, em suma, de uma concepção filosófica na qual cabe ao sujeito (a classe trabalhadora, ou proletária, no caso do “modo de

dialética, tal qual a utilizada por Marx, teria sofrido duas “derrotas” até que chegasse à década de 1930 brasileira, sendo que uma delas teria se dado no nível internacional, e a outra, no nível nacional.

A primeira derrota da dialética, internacional, diz respeito à tentativa empreendida por Engels no intuito de defender o caráter materialista do conceito marxista. Esse empreendimento o teria levado a uma “naturalização” do conceito, abrindo as portas para uma interpretação “objetivista” do mesmo (reduzindo o papel da criatividade do sujeito para a ação revolucionária) e para o caráter “reformista” adquirido pela Segunda Internacional¹⁸¹ (na qual predominaram interpretações pautadas, principalmente, pelo evolucionismo biológico, tão em voga à época, enfatizando a dimensão da continuidade da história).

Em seguida, ainda no nível internacional, o conceito de dialética, conforme empregado por Marx, sofreria um golpe ainda mais profundo: após a tomada do poder na Rússia, graças à bem sucedida união entre teoria e prática empreendida por Lênin, Stálin, seu sucessor, impôs uma versão dogmática do marxismo, o “marxismo-leninismo”, submetendo assim a criatividade revolucionária dos sujeitos à vontade da burocracia soviética. A teoria marxista seria menosprezada ante a constante demonstração do sucesso prático do partido comunista russo, propondo, em seu lugar, um rígido “etapismo”, no qual a ação criativa do sujeito ante um mundo em constante mutação seria, propositalmente, esquecida.

Ainda segundo Konder, seria este marxismo, o “marxismo-leninismo”, que teria chegado ao Brasil até inícios da década de 1930. Outros fatores teriam contribuído para a “segunda derrota” que a dialética marxista sofreria, agora em território nacional. Primeiramente, a dificuldade de difusão dos textos de Marx no Brasil era enorme, existindo, nesse período, ainda poucas traduções de suas obras para o português (a própria compreensão correta acerca da dialética e da concepção de história marxista, na Europa, via-se prejudicada pelo fato de que muitos textos fundamentais escritos por Marx não haviam sido publicados¹⁸²). Em seguida, além das imposições do Partido Comunista russo, que levavam a uma ênfase da prática (segundo a cartilha “marxista-leninista”) em detrimento da teoria, haveria, no Brasil, segundo Konder, uma “subestimação da teoria”, favorecida pela grande

produção capitalista”) a compreensão dos elementos contraditórios da sociedade no presente (o que se dá mediante uma análise histórica do desenvolvimento das relações de produção) visando uma intervenção revolucionária, cujo objetivo principal seria interromper a exploração do homem pelo homem.

¹⁸¹ Ricardo Musse chega às mesmas conclusões partindo da análise do livro *História e consciência de classe*, de Georg Lukács (MUSSE, Ricardo. A dialética como discurso do método. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 17, n. 1, junho de 2005, pp. 367-389).

¹⁸² O principal deles seria, segundo Josep Fontana, *A ideologia alemã*, publicado apenas em 1932. FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

influência exercida por ideais positivistas e evolucionistas no país, somada ainda ao predomínio da retórica nos debates políticos e intelectuais em detrimento da especulação filosófica e teórica.

As leituras marxistas de Luís Saia se deram, provavelmente, alguns anos depois daqueles estudados por Konder, mais especificamente no início da década de 1940. Em 1943 o arquiteto já demonstra sua simpatia pelo materialismo histórico num relato publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*.¹⁸³ Neste depoimento, relativo à sua “visão de mundo”, Saia declara que para ter tal visão e agir socialmente não seria necessário “carteirinha de partido”.

Luís Saia se interessou portanto pelo materialismo histórico na medida em que este lhe possibilitou a compreensão da realidade social paulista e sua ação em relação à ela, realidade que para esse arquiteto seria processual e dialética. Dessa forma, nunca se mostrou preso a dogmatismos e sempre esteve aberto às contribuições teóricas e historiográficas que lhe permitissem uma compreensão ao mesmo tempo ampla e específica da realidade paulista. É difícil mapear as leituras marxistas realizadas por Luís Saia e, mais ainda, o que de fato foi utilizado em sua obra, visto que em momento algum isso é explicitado pelo autor. Por esse motivo, a investigação desse aspecto crucial para a compreensão da noção de “evolução regional paulista” fica limitada, neste ponto específico, por algumas inferências que não podem sair do campo hipotético.

A partir de 1923 já se encontrava disponível uma tradução do *Manifesto Comunista*, realizada por Octávio Brandão e publicada no jornal operário carioca “Voz Cosmopolita”. No entanto, conforme aponta Edgar Carone, “apesar da existência de alguns ensaios escritos na década de 1930, é na seguinte que se dá uma maior expansão da literatura marxista”.¹⁸⁴ Em São Paulo, as primeiras obras marxistas foram traduzidas e publicadas pelo grupo trotskista dissidente do PCB composto por Mário Pedrosa, Aristides Lobo e Lívio Xavier, que fundaram a Editora Unitas (os primeiros livros editados foram *ABC do Comunismo*, de Nicolau Bukharin [1933] e *O Estado e a revolução*, de Lênin [1934]). Em 1935 Caio Prado Júnior traduziu e publicou, pelas Edições Caramuru, *Tratado do materialismo histórico*, também de Bukharin.¹⁸⁵ Não é possível afirmar com certeza se Saia tomou contato com o materialismo

¹⁸³ Dois anos depois esse e uma série de outros depoimentos, que saíram no jornal *O Estado de S. Paulo* sob o título *Plataforma da nova geração*, foram publicados, com o mesmo nome, pelo historiador Mário Neme. (NEME, Mário [org.]. *Plataforma da Nova Geração*. Porto Alegre: Globo, 1945).

¹⁸⁴ CARONE, Edgar. “Notícias sobre ‘brasilianas’”. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*. Universidade Estadual Paulista, Ano I, Vol. I, n. 1, 1976, p. 212.

¹⁸⁵ “Este livro teve divulgação mundial e gerou significativa polêmica com alguns dos principais quadros da *Intelligentsia* do marxismo europeu nas décadas de 1920 e 1930, formuladas como duras críticas à natureza positivista do marxismo bukharinista, pela sua tentativa de ‘melhorar’ o marxismo, pelo fato do pensador

histórico através destes livros, embora intelectuais bastante próximos a Saia, a exemplo de Antônio Cândido e Mário de Andrade, tenham se aproximado do marxismo via Bukharin.¹⁸⁶

É possível afirmar com certeza que Saia leu o livro *Dialectique de la nature*, de Friedrich Engels (a Biblioteca Luís Saia conta com a edição de 1955 deste livro, profusamente fichada pelo arquiteto) e *O Capital*, de Marx (Saia trouxe da Argentina uma edição, de 1960, em 5 volumes, da editora *Fondo de Cultura Económica*).¹⁸⁷ O arquiteto também leu (e fichou) o livro *Introdução à lógica dialética*, de Eli de Gortari, numa edição de 1960. No entanto, Saia já poderia ter acesso, nesse período, às publicações de Georg Lukács e Antônio Gramsci, que desde a década de 1920 se preocupavam em superar o reformismo hegemônico da Segunda Internacional mediante uma retomada da dialética marxista.¹⁸⁸ Além disso, segundo C. F. Cardoso, “a partir da década de 1950 e, mais ainda, do decênio seguinte, um grande debate teórico e metodológico entre marxistas de muitos países iniciou nova fase, muito mais crítica e aberta ao trabalho criador do que a anterior”.¹⁸⁹

3.2.4 A arquitetura moderna

Versando sobre a formação profissional em arquitetura, Saia afirma o seguinte:

ninguém nos convence que o Aleijadinho era apenas um mulato artisticamente dotado e com profundo sentimento plástico; inteligente, dotado e muito culto, isso sim. Ninguém pode afirmar que Corbusier, Frank Lloyd Wright ou Lucio Costa sejam apenas fruto de inteligências privilegiadas, senso artístico notável e bossa profissional; além de inteligentes e artisticamente capazes, esses artistas dignificam

bolchevique buscar uma aproximação metodológica com as ciências sociais acadêmicas, principalmente aquelas centradas pelas proposições da reflexão sociológica durkheimiana (PINTO, João Alberto da Costa. Caio Prado Júnior: a derrota do marxismo no Brasil. *Revista Espaço Acadêmico*. N. 70, março/2007. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/070/70esp_pinto.htm#_ftnref2> Acesso em 08.06.2010.).

¹⁸⁶ A título de exemplo, seria possível citar alguns nomes de importantes intelectuais paulistas que se iniciaram no marxismo (ainda que não necessariamente tenham se tornado marxistas) pelas leituras de Bukharin: Caio Prado Júnior (PINTO, Op. cit.) Antônio Cândido (PONTES. Op. cit.), Mário de Andrade (KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros & marxismo*. Belo Horizonte: oficina dos livros, 1991).

¹⁸⁷ De acordo com informações do historiador Jaelson Britran Trindade, é possível inclusive encontrar a nota fiscal dessa importante aquisição.

¹⁸⁸ Sobre a historiografia marxista, vide CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Hector Perez. *Os métodos da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981. Mais especificamente acerca da crítica empreendida à *Dialética da natureza* por Lukács, especialmente em seu *História e consciência de classe*, cf. MUSSE. *Op. cit.*

¹⁸⁹ CARDOSO; BRIGNOLI. *Op. cit.*

sua obra e sua atuação profissional com um preparo minucioso e continuado, com o apuro constante de seus conhecimentos, com a audiência permanente das realidades sociais, com a atualização do seu aparelhamento mental, sempre em consonância com a estrutura íntima da comunidade em que vivem.¹⁹⁰

Tem-se neste trecho uma importante chave para a compreensão do relacionamento de Luís Saia com o modernismo arquitetônico. Este movimento, representado no Brasil sobretudo pela figura de Lucio Costa, lançou mão, em suas mais bem acabadas expressões, de uma análise mais ampla da realidade construtiva, investigando aspectos históricos, sociais e culturais que pudessem responder com mais eficácia aos problemas arquitetônicos contemporâneos. É perceptível, portanto, uma imbricação entre prática e teoria tão ao gosto da análise dialética empregada por Saia. Esse arquiteto aderiu aos preceitos da arquitetura moderna brasileira, principalmente pelo “racionalismo” que esta pregava, ou seja, a investigação das condições reais de vida que conduziriam a uma “saúde plástica perfeita”, ou, em outras palavras, a um correto equilíbrio entre forma e função. Saia critica, isso sim, um outro “modernismo”, praticado em São Paulo, sobretudo a partir da década de 1950.¹⁹¹

Assim, por caminhos em certa medida diversos, Luís Saia e Lucio Costa (e a arquitetura moderna por ele “liderada”) acabaram por se encontrar. Todavia, ao menos um ponto de partida foi comum: a crença numa nação brasileira dotada de historicidade. E essa coincidência conduziu a percepções temporais da nação muito semelhantes, ou seja, algo que pode ser unificado numa linha evolutiva dotada de momentos de originalidade e de “submissão” cultural. Assim, o século XIX era visto como um momento em que o Brasil estava na dependência de outras potências econômicas europeias, sobretudo a Inglaterra do ponto de vista econômico e a França do ponto de vista cultural, que teria interrompido um longo período de experimentação e de criação de formas originais de organização cultural e social. Seria um dever dos arquitetos colaborar com o reatar desse fio evolutivo rompido, atuando

¹⁹⁰ SAIA. *Morada paulista*. Op. cit., 2005, p. 261.

¹⁹¹ “A pesquisa desesperada dessa interpretação unicamente através da forma – o que leva a arquitetura modernista de São Paulo a uma exploração incansável e inútil de combinações dos elementos da linguagem plástica que incidentalmente serviram a alguns projetos nacionais mais reuissidos [neologismo a partir do verbo francês *réussir*, que significa “ser bem sucedido”] (rampas, pilotis, *brise-soleil* etc.) – sobre constituir uma preocupação amazonicamente alheia à substância do verdadeiro problema, representa um desmentido à respeitável lição da arquitetura tradicional, cuja ‘inteligência’ e temática expressional souberam, mesmo nos momentos de atividade criadora mais discreta, manter-se num alto nível de respeito próprio, resolvendo, sem pretensões, os problemas que lhes eram propostos pela comunidade (...) Se cada época e cada comunidade têm uma temática expressiva e uma intenção peculiar, é evidente teimosia pretender repetir experiências plásticas destituindo-as de senso e de funcionalidade, especialmente quando essas experiências não representam – como não representam no caso particular de São Paulo atual – a única e mais importante contribuição para a solução dos legítimos problemas regionais”. SAIA, Luís Saia. *Morada paulista*, op. cit., p. 262.

nas diversas frentes relacionadas com a modificação dos espaços de vida e convivência.

Dentre as correntes modernas internacionais que mais influenciaram Luís Saia, é forçoso destacar o “funcionalismo orgânico” de Frank Lloyd Wright, “o racionalismo empírico” de Alvar Aalto e a estética funcionalista moderna da Bauhaus, sobretudo no que diz respeito à obra de Walter Gropius, a respeito da qual chegou a escrever um artigo, intitulado “Gropius – o arquiteto no fundo do posso”,¹⁹² além do próprio Le Corbusier. A interação entre construção e terreno conforme pregada por Wright pode facilmente ser notada, por exemplo, na restauração do Sítio Santo Antônio, no município de São Roque.

3.2.5. Historiografia brasileira

Na tentativa de compreender o processo histórico nacional Saia pôde contar com uma ampla tradição historiográfica. Com relação à fase anterior da produção historiográfica nacional (e nacionalista), ligada à produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é possível encontrar na Biblioteca Luís Saia uma grande quantidade de obras de Varnhagen, Martius, Capistrano de Abreu e, principalmente, Afonso de E. Taunay e Alfredo Ellis Jr., que dedicaram vários estudos à história bandeirante. Tais obras comparecem na pesquisa de Luís Saia, em geral, como fornecedoras de dados empíricos a confirmar seus argumentos.

É na década de 1930, no entanto, que a historiografia brasileira dará um salto qualitativo no que diz respeito às grandes interpretações da história nacional. *Casa-Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936), de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, inovaram neste debate trazendo à baila a análise da cultura material e tratando de forma diferenciada problemas como a contribuição da miscigenação para a formação nacional, tema este que já vinha sendo trabalhado, de forma menos consistente, por autores como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e outros.

Essa literatura não escapou a Luís Saia, adquirindo, pelo contrário, importante papel em sua obra. Em nota de rodapé, o arquiteto afirma que

¹⁹² Essa informação pode ser encontrada em seu currículo profissional elaborado em 1974, que indica que esse artigo foi publicado em 1962 pela Publicação DAFAM, nº 2.

na década de 30, os interessados no estudo dos problemas brasileiros eram presas, quando não de um pretensão universalismo palavroso, do saudosismo aristocratizante dos Oliveira Vianna e do ‘nacionalismo’ de Ricardo Severo. Dois livros, *Casa Grande e Senzala* e *Raízes do Brasil*, respectivamente de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, contribuíram demais como tábua de salvação.¹⁹³

Como se não bastasse haver assim “se comprometido”, tendo se mostrado, portanto, também “salvo” por estes dois autores, não é difícil encontrar em sua obra e trajetória elementos que comprovem o contato de Saia com o pensamento de Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.¹⁹⁴ Com relação ao primeiro, ao menos o artigo sobre “O alpendre nas capelas brasileiras” indica uma leitura atenta da obra do intelectual pernambucano. Além disso, a refutação de um ponto específico da obra do intelectual pernambucano não significa uma discordância completa em relação ao seu pensamento. No que toca a Sérgio Buarque de Holanda, a proximidade é ainda maior. Esse historiador paulista teve papel importante nas políticas culturais paulistas desse período, envolvendo-se diretamente o Departamento de Cultura ao lado da USP, e, por conseguinte, com Mário de Andrade. Seria, portanto, de se estranhar que as hipóteses do historiador paulista não tivessem sido notadas por Saia.

Com relação aos aspectos que Saia mais aproveitou dessa historiografia “moderna”, é possível destacar ao menos três deles: 1) uma certa noção de processo histórico nacional, 2) a cultura material como fonte privilegiada e 3) a miscigenação como fator explicativo importante para a formação nacional (embora em *Raízes do Brasil* ela não possua papel tão fundamental quanto em *Casa-grande & senzala*).

Essa noção de processo histórico nacional não esteve presente somente na obra desses historiadores, mas, de uma forma geral, permeou todo o pensamento modernista nesta sua fase mais nacionalista, sobretudo em função de uma busca por originalidade e destaque entre as demais nações. É possível definir esta noção a partir da identificação de uma “essência” ou “*ethos*” existente por todo um período da história nacional, no qual teria predominado uma organização rural da sociedade e sobre o qual repousaria a originalidade de nossa civilização. Este período de formação nacional original seria interrompido bruscamente por uma série de valores “importados” em função de uma explosão urbana ocorrida a partir do século XIX. O

¹⁹³ SAIA, Luís. *Morada paulista*, op. cit., p. 63 (nota 3).

¹⁹⁴ Muito embora fosse perfeitamente possível ligar a obra de Luís Saia à de Caio Prado Jr. (outro grande intérprete da história nacional) sobretudo pela perspectiva dialética de matriz engelsiana adotada por este último, não pude encontrar maiores dados que indicassem mais uma troca de influências do que uma coincidência de paradigmas, não obstante tenha ficado clara a proximidade do arquiteto em relação à Universidade de São Paulo.

papel de todos estes intelectuais modernistas seria, *grosso modo*, resgatar essa originalidade e conciliá-la com a modernização do país, única forma de retirá-lo de uma posição subordinada ante as demais nações.

Essa mesma ideia de processo encontra-se presente nas interpretações de Luís Saia, até porque a noção de “formação nacional” adquiriu, naquele período, um certo caráter de irrefutabilidade ante a qualidade dos trabalhos de intérpretes como Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. No entanto, a perspectiva dialética conferiu à análise do arquiteto um importante grau de originalidade. O processo evolutivo paulista teria, portanto, suas próprias qualidades e contradições internas e não poderia ser reduzido ao modelo nordestino, embora guardasse com aqueles uma série de conexões ditadas por fatores mais abrangentes. São Paulo não conheceria, por exemplo, uma sociedade rural como a nordestina, tendo em vista que a “tese” abrigada foi a da negação do binômio rural-urbano. Além disso, a produção em larga escala não logrou êxito na capitania do sul, assentando o poder patriarcal muito mais no poderio bélico, baseado no apresamento aborígene, que na monocultura voltada para a exportação. Talvez aqui Sérgio Buarque de Holanda tenha fornecido dados mais interessantes à pesquisa de Luís Saia, uma vez que trabalhou mais diretamente com estas especificidades paulistas, tendo produzido, em seguida, importantes trabalhos nesta linha, como *Monções* e *Caminhos e fronteiras*.

Essa tradição historiográfica também ampliou o rol de fontes trabalhadas. Na obra de Gilberto Freyre a casa se torna um documento privilegiado para a compreensão da formação nacional, fato este que ajudou a legitimar no SPHAN, ao menos em sua “primeira fase”, uma preocupação mais imediata com o patrimônio edificado. Por outro lado, as relações sociais e a formação cultural que teriam se dado neste meio demandaram fontes alternativas para sua compreensão, o que colocou esta historiografia brasileira em pé de igualdade, em termos de avanços metodológicos, com o que vinha sendo produzido de melhor nos países de maior tradição historiográfica. Freyre lança mão, assim, de uma infinidade de fontes para compreender, sobretudo em *Casa-Grande & Senzala*, a vida rural nacional e as bases que, a partir dela, teriam sido lançadas para nossa formação cultural. Essa espécie de “gênero de vida” (organizado patriarcalmente, com base na agro-exportação escravista e gerador de soluções culturais mestiças) teria conformado nossas características essenciais, que seriam contrapostas, em seguida (sobretudo em *Sobrados e Mucambos*), a uma vida urbana, na qual a adoção de normas de conduta exógenas haveriam deteriorado uma forma mais “ecologicada”,

como diria Luís Saia, de responder às imposições do meio natural.

Na obra de Sérgio Buarque de Holanda também fica claro que nossas “raízes” seriam rurais, bem como que a antinomia “rural-urbano”, desencadeada com o traslado da corte para a colônia, teria gerado importantes consequências sobre nossa vida cultural. No entanto, sua obra não gravita, como em Freyre, em torno de somente um “objeto material” (a casa). Fica antes dispersa em vários aspectos de nossa “cultura material” (dentre os quais não deixam de figurar as habitações, numa posição menos privilegiada, no entanto) ligando-se mais a um objeto que, a partir da década de 1970 poderia ser facilmente identificado, *mutatis mutandis*, às “mentalidades”.

Luís Saia também tomou a arquitetura como objeto privilegiado para a compreensão da evolução regional paulista e nacional. Para ele, a casa bandeirista, por exemplo, é a expressão de um modo de vida mestiço e organizado socialmente com base em fórmulas de origens feudais. No entanto, a análise do arquiteto paulista transcende o espaço da casa, estendendo-se a uma ocupação mais ampla do território e relacionando-se a um processo de divisão internacional do trabalho. Essa análise é possibilitada pela perspectiva dialética da qual parte Saia, que lhe permite analisar diferentes processos (o da evolução arquitetônica, o da evolução regional paulista, o da formação nacional e o da divisão internacional do trabalho), tanto em suas características e contradições internas como nas conexões que guardam entre si. Desta forma, para Luís Saia “a expressão casa-grande, (...) legítima no Nordeste, nunca fez praça em São Paulo”.¹⁹⁵ Isso significa que, para Luís Saia, o binômio “casa-grande e senzala” não fornecerá a chave explicativa ideal para a compreensão da nação como um todo: ele apenas comporá, como um processo específico e com um conjunto de outros processos (do qual também faz parte o da evolução da casa paulista) um processo mais amplo, ou seja, o da formação nacional.¹⁹⁶ Isso se torna perfeitamente possível a partir da perspectiva dialética da qual Saia se apropriou a fim de conferir sentido à evolução regional paulista.

Contudo, o arquiteto se aproxima em grande medida destes dois autores pelo tema elegido. Em última instância, a Nação era a preocupação geral destes intelectuais. Quando a casa passa a ser uma espécie de artefato para a investigação da formação nacional, o olhar a ela dirigido foca aspectos mais profundos que a materialidade da construção. Procura-se

¹⁹⁵ SAIA, *Morada paulista*, op. cit., p. 63 (nota 3).

¹⁹⁶ Não obstante Freyre já rebata críticas como esta no prefácio que escreve à 2ª edição de *Casa-grande & Senzala*.

desvendar o que os aspectos construtivos podem dizer acerca dos processos de formação e organização originais da nação.

Por fim, tem-se a questão da miscigenação, que se tornou um ponto importante no argumento de Luís Saia. Pela forma como é empregado no texto do arquiteto, é possível afirmar que sua definição de arquitetura paulista só pôde ser levada a cabo em função da tentativa anterior, intentada pela historiografia modernista, em definir um conceito não racista (mais cultural que biológico) de miscigenação. A esse respeito é providencial a seguinte passagem, retirada de *Morada paulista*:

é claro que o antipelagismo e o imediatismo biológico da mestiçagem levaram os colonos a um nível de interpretação das condições naturais, cuja extraordinária eficácia operativa somente poderia ser explicada pela intimidade ecológica que ocorreu em São Paulo e que resultou em tamanha importância nacional na atividade dos bandeirantes.¹⁹⁷

Ora, para Sérgio Buarque de Holanda o mameluco também foi “inventado” a fim de dar conta de uma forma de civilização que dependeu de dificultosas jornadas sertão à dentro, para as quais a população autóctone já estava plenamente adaptada em função do longo convívio com o meio tropical. Assim o português teria procriado e criado o mameluco, dotado tanto de características genéticas (o pé achatado, por exemplo, que facilitaria as extensas caminhadas no “mato”) quanto culturais, aprendidas com suas mães índias. Esses novos traços “raciais” (entendidos mais em termos de adaptação cultural ao meio) possibilitariam enfim as “bandeiras”, que, por sua vez, foram fundamentais para o domínio colonial sobre faixas mais extensas que o litoral ocupado.

No entanto, o próprio Sérgio Buarque de Holanda se inspirou em Gilberto Freyre (embora as referências ao escritor pernambucano deixem de comparecer em *Raízes do Brasil* a partir de sua 2ª edição) ao elencar como fator explicativo para a formação nacional a miscigenação cultural. Não há uma definição clara para o conceito de “miscigenação” em *Raízes do Brasil*. Cristalina, todavia, é a aplicação deste conceito em suas interpretações, que permitem antever uma matriz muito semelhante à empregada por Freyre.¹⁹⁸

¹⁹⁷ SAIA, Luís. *Morada paulista*, op. cit., p. 228.

¹⁹⁸ Essa conceitualização está claramente expressa em *Casa-Grande & Senzala*, escrito três anos antes, sobretudo no “Prefácio à primeira edição”, no qual, em extensa nota de rodapé, Freyre arrola o longo percurso a partir do qual aprendeu a “considerar fundamental a diferença entre raça e cultura”, na qual “assenta todo o plano deste ensaio”. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 8ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954, V. 1, p. 18 (nota 3). Ricardo Benzaquen de Araújo foi talvez quem primeiro tenha lembrado essa origem neolamarckiana do conceito freyreano, conforme exposto em ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-Grande &*

É possível assim supor que Freyre, Holanda e Saia partissem todos, portanto, de uma mesma definição de miscigenação. Essa definição se mostrou a mais eficaz para o discurso nacionalista dos últimos 80 anos, parecendo se deslocar cada vez mais do âmbito intelectual (com o qual guarda uma relação ambivalente desde as investidas da “Escola Sociológica Paulista”) para o senso comum, argumento este que mereceria um trabalho à parte. Saia também conheceu o trabalho de Roger Bastide, com quem conviveu na Sociedade de Etnologia e Folclore e cuja obra demonstra não só o encantamento deste antropólogo com a cultura mestiça brasileira, mas também uma sofisticada definição para o conceito de miscigenação.¹⁹⁹ No entanto, conforme exposto, o arquiteto se apropriou mais claramente de uma concepção de mestiçagem que mais se assemelha à empregada por Freyre e Holanda, preocupando-se, sobretudo, em demonstrar como a casa bandeirista foi uma solução mestiça para o modo de vida peculiar paulista. No entanto, não são apenas os contatos culturais e étnicos que explicam a conformação arquitetônica da casa bandeirista, mas, igualmente, fatores diversos como as relações sociais e de produção e o terreno, por exemplo (fatores que, de maneira alguma, passaram despercebidos por esses outros dois autores).

3.2.6 O Departamento de Cultura e a Sociedade de Etnologia e Folclore

Além dessa fecunda leitura do que então havia de mais sofisticado em termos de historiografia nacional (e da proximidade com seus autores), é de extrema importância que seja considerada a imersão de Luís Saia numa rede intelectual mais ampla. Se considerarmos que esta rede gravitava principalmente em torno da figura de Mário de Andrade, deveremos notar o quão privilegiada foi a posição deste arquiteto, que, ao lado de Oneyda Alvarenga, foi um de seus amigos e interlocutores mais próximos. Na seção que tratou da biografia de Saia, tive a oportunidade de mencionar como esta rede intelectual se estruturou em torno do Departamento de Cultura e, mais especificamente, da Sociedade de Etnologia e Folclore. Seria interessante mostrar agora, de forma sintética, que tipo de trabalho foi produzido por

Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

¹⁹⁹ Dentre as obras de Bastide encontráveis na Biblioteca Luís Saia, duas delas contam com o seu autógrafo para Luís Saia: *Imagens do Nordeste místico em branco e preto* e *Arte e sociedade*. Sobre os problemas tocados pela obra de Bastide, dentre eles o da miscigenação, há a interessante introdução de QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de [org.]. *Roger Bastide: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

este grupo.

Passada a ruptura inicial com a estética parnasiana, rompimento representado emblematicamente pelo Movimento Modernista de 1922, cujo principal instrumento foi uma apropriação das propostas vanguardistas europeias, essa nova geração de intelectuais passou a adotar, em seguida, de forma geral, uma postura mais nacionalista (a exemplo das posteriores movimentos “antropofágico”, “verde-amarelo”, “pau-brasil” etc.). Tal fato se prende certamente a um desejo de cristalização do movimento modernista, que corria o risco de ser considerado um novo “modismo” tão logo fosse acusado de tratar-se apenas de mais uma imitação europeia. Surge assim a necessidade de demonstrar a autenticidade do modernismo nacional. Para tanto, bastaria mostrar que essa estética sempre esteve presente aqui, diante de nossos olhos, ou seja, que existiria uma cultura nacional autêntica como que por debaixo de um “velho e empoeirado tapete europeu” lançado por uma já ultrapassada elite. Esse movimento se deu não só em termos literários, mas também arquitetônicos, pictóricos, historiográficos, musicais etc.

Esta postura é sem dúvida melhor representada no Estado de São Paulo pela figura de Mário de Andrade. Já em 1919, interessado em arte religiosa brasileira, este *polígrafo*²⁰⁰ viaja a Minas Gerais, oportunidade em que recolhe o material que servirá para a escrita da conferência “A arte religiosa no Brasil”. Cinco anos depois, retorna ao Estado, ao lado de Blaise de Cendrars, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral. Já em 1928, viaja ainda para o Nordeste, recolhendo de forma algo diletante um extenso material sobre cultura popular. Se, inicialmente, estas pesquisas visavam “documentar material popular para servir de inspiração aos compositores eruditos”,²⁰¹ Mário de Andrade logo perceberá a necessidade de se trabalhar cientificamente todos estes dados dispersos, de modo a fixar uma identidade artística nacional. Além disso, tratar-se-ia de uma tarefa urgente, pois, segundo acreditavam, com a rápida expansão urbana e industrial que passava a ser testemunhada por sua geração, todo esse documentário estaria em vias de se perder. Essa será a tônica do trabalho desenvolvido junto

²⁰⁰ Um exemplo da complexidade com a qual se depara o estudioso ao tentar definir o campo de atuação de Mário de Andrade na área da cultura é o multifacetado número da *Revista do IPHAN* (instituição que ultimamente tem se interessado muito pela figura mítica deste intelectual). Especialistas em artes plásticas, literatura, folclore, música, direito, museologia, história intelectual etc. “disputam”, como representantes de seus respectivos campos, o caráter precursor do intelectual, sendo todos os trabalhos igualmente relevantes e bem fundamentados. Assim, talvez até mesmo a qualificação “polígrafo” seja insuficiente, vez que a atuação política e artística são igualmente relevantes em todos estes âmbitos. (Cf. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: IPHAN, n. 30, 2002).

²⁰¹ BATISTA, Marta Rosseti. Introdução. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: IPHAN, n. 30, p. 06-24, 2002, p. 12.

ao Departamento de Cultura, para o qual foi fundamental a amizade com os políticos e intelectuais paulistas Fábio Prado e Paulo Duarte (além do contexto político criado pelo interventor Armando Salles).

Aproveitando-se da política de apoio intelectual estrangeiro adotada nos primeiros anos de construção da USP, Mário de Andrade convida então Dina Lévi-Strauss (companheira de Claude Lévi-Strauss) para conduzir o já mencionado Curso de Etnografia. Esse curso espelharia o desejo de Mário de Andrade em formar pesquisadores de campo com forte embasamento científico. Esizabeth Travassos menciona os textos arrolados por Dina Lévi-Strauss nas “Instruções folclóricas” do *Boletim da Sociedade de Etnografia e Folclore: “Mélanges d’histoire des religions*, de Hubert e Mauss, textos metodológicos do folclorista finlandês Kaarle Krohn e os do francês Saintyves”.²⁰² Marta Amoroso se recorda ainda das notas das aulas do *Curso de Etnografia* elaboradas pela etnógrafa,

que dialogavam com os paradigmas da moderna investigação antropológica desenvolvidos nos centros de investigação da época. Dina utilizava tratados clássicos de antropologia (Tylor, Fraezer, Rivers) associados à produção norte-americana de Franz Boas e do grupo de pesquisadores ligados a ele (A. L. Kroeber, R. Lowie), além de monografias fundamentais de antropologia social (C. Wissler, P. Radin, A. Metroux, B. Malinowski, C. G. Seligman, Junot, W. H. Rivers), que ofereciam um panorama amplo da disciplina desenvolvida naquele momento nas academias europeias e norte-americanas, a partir da pesquisa realizada na América do Norte, América do Sul, Melanésia, África do Sul e Índia.²⁰³

Este caldo de conhecimento não pode ser tomado como acessório para a compreensão da atuação de Luís Saia no “Patrimônio”. Aluno do Curso de Etnografia, participou ativamente, como mostrei no início deste capítulo, da Sociedade de Etnografia e Folclore, o que se depreende pela apresentação de várias comunicações (que não se restringiram à arquitetura), amparadas em pesquisas de campo metodicamente guiadas de acordo com as aulas ministradas por Dina Lévi-Strauss. A Missão de Pesquisas Folclóricas chefiada em campo por Luís Saia também “levou à risca” essas recomendações metodológicas de pesquisa etnográfica,²⁰⁴ o que não foi abandonado no SPHAN, tanto no que diz respeito ao método de realização de inventários dos bens a serem tombados como no caso específico do tombamento da Aldeia de Carapicuíba, para o qual foi utilizado todo esse conhecimento etnográfico.

Além disso, esse saber antropológico e folclorístico forneceu claramente ferramentas

²⁰² TRAVASSOS, Elizabeth. Mário e o Folclore. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: IPHAN, n. 30, p. 90-109, 2002, p. 93.

²⁰³ AMOROSO. Op. cit., p. 67-68.

²⁰⁴ AMOROSO. Op. cit., p. 70.

metodológicas essenciais à narrativa histórica produzida pelo arquiteto. Em primeiro lugar, fica claro um interesse pela produção cultural popular, esboçada, como mostrei, logo no início de *Morada paulista*. Mesmo que não seja possível, pela ausência de fontes, analisar as técnicas construtivas populares, são as práticas cotidianas, organização social e cultural e as características psicológicas gerais de um povo que fornecem os elementos para a compreensão da evolução arquitetônica (e geral) paulista. O relacionamento de múltiplos aspectos da realidade social num recorte sincrônico (economia, cultura, política, ecologia etc.) fazem lembrar o conceito de “fato social total” de Marcel Mauss, presentes nas aulas de Dina Lévi-Strauss, desde que não nos esqueçamos da solução diacrônica oferecida pela dialética marxista. Da mesma forma, percebe-se que Saia teve contato com a obra de Franz Boas através do Curso de Etnografia, o que reforça a constatação da apropriação de um conceito de “raça” mais relacionado à cultura que à biologia, tão importante nas interpretações do arquiteto.²⁰⁵

3.3 MORADA PAULISTA: EVOLUÇÃO REGIONAL E ARQUITETURA

A atuação de Luís Saia no âmbito das práticas preservacionistas paulistas foi marcada pelo conceito de “evolução regional paulista”, para o qual forneceu ele próprio uma interpretação bastante particular. Tal interpretação pode ser encontrada de forma bastante proveitosa em seu *Morada paulista*. Para uma correta interpretação do significado dessa obra, pretendo abordá-la como um trabalho historiográfico, e não como fonte para a análise de arquitetura.

A história da arquitetura residencial tem sido posta, ao menos no Brasil, a serviço de arquitetos, e desconheço algum esforço anterior, no campo da história da historiografia, de tratamento desse material.²⁰⁶ Desse modo, os poucos trabalhos críticos significativos que se debruçaram sobre as proposições de Luís Saia se referem às restaurações que empreendeu

²⁰⁵ Pode ser encontrado na Biblioteca Luís Saia o livro de BOAS, Franz. *Race, language and culture*. New York: Macmillan, 1948 (306 / B 662 r)

²⁰⁶ Há, no entanto, um artigo, de autoria de Carlos Guilherme Mota, no qual interpreta-se um período da história paulista com base na periodização proposta por Luís Saia. Cf. MOTA, Carlos Guilherme. São Paulo no século XIX (1822-1889): esboço de interpretação. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo, v. 4, n. 1, p. 9-16, 2004. Uma abordagem do trabalho de Luís sob uma perspectiva historiográfica logo poderá ser encontrada no ainda inédito TRINDADE, Jaelson Bitran. Op. cit.

quando esteve no comando da regional paulista do IPHAN. Tais apontamentos limitam-se, no entanto, a destacar falhas metodológicas relativas a aspectos arquitetônicos específicos das construções restauradas. Quando muito, referem-se à submissão de seus critérios a um esquema teórico que, *a priori*, teria determinado suas práticas restauradoras. Este esquema teórico não é, contudo, analisado, a meu ver, de forma satisfatória.²⁰⁷

Apresentarei, primeiramente, algumas considerações acerca da estrutura de *Morada paulista*, realizando uma espécie de descrição daqueles capítulos que mais diretamente interessarão ao objeto aqui focado. Pretendo com isso facilitar o relacionamento do texto real com a análise que pretendo levar a efeito posteriormente. Com esta estruturação original em mãos, a qual sempre que necessário poderá ser retomada, terei mais liberdade em realizar um esforço analítico, ou seja, separar suas partes constituintes a fim de melhor visualizar a imbricada rede de relacionamentos que dão vida ao texto.

Em seguida, esboçarei uma análise historiográfica seguindo os critérios metodológicos expostos no início deste trabalho. Desta forma, considerarei os aspectos empíricos, a relação com os valores e o sentido presentes na obra enfocada, de acordo com o arcabouço metodológico apresentado no capítulo anterior.

3.3.1 A estrutura de *Morada paulista*

É importante, antes de tudo, saber *por quem* o livro foi estruturado. Não basta, todavia, apontar rapidamente que pelo próprio Luís Saia. Creio que não seja imprudente dizer que raros são os indivíduos cujas ações podem ser julgadas, ao longo de toda sua vida, pelos mesmos critérios. É corriqueiro lermos em estudos mais detidos sobre determinados autores a menção a duas ou mais fases de suas obras. Tem-se assim o “Friedrich Engels tardio” ou o “Gilberto Freyre de *Casa-Grande & Senzala*”. Não acredito que seja diferente com Saia. É óbvio que há diferenças na obra do “jovem engenheiro” apontado por Mário de Andrade e o experimentado arquiteto da década de 1950 em diante, tomado em grande medida por preocupações de ordem urbanística. E foi este último quem organizou, em 1972, o livro

²⁰⁷ Cf. LEMOS, Carlos. *Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999; Idem. Introdução aos monumentos arquitetônicos paulistas. In LEMOS; MORI; ALAMBERT. Op. cit., ANDRADE, Antônio Luís Dias de. O nariz torcido de Lucio Costa. *Sinopses*. São Paulo, n. 18, p. 5-17, dez. 1992 e GONÇALVES. Op. cit.

Morada paulista.

De acordo com o próprio Luís Saia, tudo partiu de uma série de artigos publicados, em 1956, na Revista *Acrópole*, sobre a “evolução da arquitetura residencial paulista” (“Arquitetura de circunstância”, “*Intermezzo* roceiro”, “Economia de sobremesa” e “Ciclo ferroviário”). Segundo ele, “nessa época estava empenhado em recolocar certos problemas de planejamento, armando cursos de extensão, elaborando projetos de lei sobre reforma urbana e organizando a Comissão de Planejamento do IAB de São Paulo”.²⁰⁸ Somados aos artigos sobre geologia, pedologia e edafologia, aqueles artigos foram republicados pela *Acrópole* sob o título “Notas sobre revolução da morada paulista”.

Morada paulista foi então organizado a partir daquelas “Notas”, com o acréscimo de outros artigos sobre a mesma temática. Pode-se dizer, além disso, que o livro foi estruturado pela noção de “evolução regional paulista”, tendo como objeto a arquitetura residencial daquele Estado.

Selecionados os artigos (escritos entre 1945 e 1963), o livro foi então dividido em duas partes: “Notas sobre a evolução da morada paulista” (suprime-se o “r” de revolução) e “Notas relacionadas com a tectônica demográfica de São Paulo”.

Antecedendo os artigos reunidos na primeira parte do livro, Saia escreve uma “Nota prévia”, de grande valor para a interpretação de sua postura na escrita dos artigos ordenados em seguida. Foi provavelmente elaborado por ocasião da publicação do livro. Contrapõe-se o significado da arquitetura paulista ao da arquitetura oitocentista mineira e baiana e explicitam-se os tipos de fonte utilizados, apontando sua validade e limitações.

O próximo capítulo, intitulado “Quadro geral dos monumentos paulistas”, refere-se a uma palestra “destinada a divulgar os esforços no sentido de proteção do patrimônio histórico e artístico de São Paulo”.²⁰⁹ Esse capítulo funciona, no livro, como uma “preliminar” de cunho teórico, na qual são expostos os períodos da evolução regional paulista bem como as “teses” principais e ancilares de cada um deles, além daquelas teses ou hipóteses (a que chama de “negadas”) que foram preteridas em detrimento de soluções mais recomendadas ao modo de vida que se instalou no planalto paulista. Esse capítulo é de suma importância para a compreensão da forma como Saia atribui sentido para sua narrativa. Para exemplificar o quadro proposto por Luís Saia, talvez seja útil a elaboração de uma tabela (*Tabela 1*).

²⁰⁸ SAIA. *Morada paulista*, op. cit., p. 7.

²⁰⁹ Ibid. p. 8.

Tabela 1 - Esquema de periodização utilizado por Luís Saia

Período	Construções típicas	Tese principal	Teses ancilares
Primeiro período: 1500-1554.	Poucos vestígios materiais.	Exploração mercantilista (tese negada pelas condições topográficas e pedológicas do litoral santista) - “Toda a ação se realiza como um fenômeno de impacto entre a coisa europeia e o ambiente americano” (p. 25-26).	a) penetração territorial (guerra e conquista à europeia); b) sediação simbólica de São Paulo no planalto (influência indígena).
Segundo período: 1554-1611 (ano do estabelecimento de Parnaíba e Mogi das Cruzes).	Ausência de vestígios materiais.	Mestiçagem - “Mestiçagem de tudo, de gente, de técnica militar, de dieta alimentar, de linguagem, de estilo de vida” (p. 27).	Ação dessacralizadora, “fundada na montagem de uma estrutura social de caráter feudal-militar”. <u>Tese negada</u> : “A teoria do baluarte cercado, destinado a explicitar o sentido apossador da colonização portuguesa, se opôs a solução biológica prática e o retorno às formas já obsoletas do feudalismo e da organização primitiva da sociedade” (28-9).
Terceiro período: 1611-1727: “se inicia quando surgem os resultados das dissensões entre colonos e quando alguns destes se estabelecem de modo a criar os novos pontos focais da gente paulista”.	Habitações da classe dirigente (solução mestiça tendo a faixa fronteira como principal característica).	Negação do binário “urbano rural” (domínio das teses colonas sobre as teses jesuíticas).	Distribuição dos colonos por um território relativamente vasto, em forma concêntrica a partir do “centro” (Piratininga), com um raio de aproximadamente 50 km.
Quarto período: 1727-1765 (restauração da capitania com o Morgado de Mateus).	Habitações do litoral norte de São Paulo (engenhos de cana-de-açúcar).	Falta de uma propositura econômica “capaz de dar-lhe individualidade definida e própria, com temática autônoma e diretrizes próprias de desenvolvimento”.	
Quinto período: 1765-1834 (Morgado de Mateus).	Construções e instalações que, “ou representam a repercussão de soluções abstratas impostas ao sabor das circunstâncias (...) ou estão irremediavelmente marcadas pela insubstância que procede da pobreza e da dependência”.	De um lado, representa a “relativa vitalidade surgida com a restauração da Capitania e como decorrência das pretensões militaristas do Morgado de Mateus”, de outro, “um ralo sopra longínquo das idéias que varriam o pensamento europeu, desobstruindo-o das formas estruturais medievais e preparando-o para o amadurecimento do capitalismo e advento do imperialismo”.	
Sexto período: do Ato Adicional (1834) até a crise (1929).	<i>Conjunto</i> das instalações, que resultara desta fase da formação paulista, como documentário mais decisivo desta época (ausência de monumentos característicos); existência de “uma ou outra peça” que, “quer pela singularidade do seu valor arquitetônico, quer pelo significado histórico eventualmente expresso”, merece uma “atenção especial”.	Instituição do binário urbano/rural, “sob o qual se efetuou a ocupação territorial, demográfica e econômica” de São Paulo.	Elevado número de pessoas exigido pela técnica tradicional de cultura, beneficiamento, transporte e comercialização do café: a) conquista territorial por faixas sucessivas e a cultura extensiva; b) distribuição das cidades em rosários estendidos ao longo dos espigões; c) rede ferroviária em forma dendrítica; d) formação de zonas centralizadas em cidades-chave; e) hipodamização do traçado urbano; f) tratamento artesanal dos problemas técnicos: 1. condicionamento das soluções de equipamento às formas de implantação urbana adotadas; 2. monopólio dos serviços públicos fundamentais; 3. importação dos estilos.
7º Período: 1929-1945.		Metropolização de São Paulo, como contradição fundamental da economia do café.	a) policultura, seguida das primeiras tentativas de regionalização da produção; b) transformação das estruturas urbanas e superação do traçado hipodâmico; c) estouro da organização dos serviços públicos; d) industrialização.
8º Período: 1945-?		Montagem de uma nova estrutura econômico-social, baseada na industrialização.	a) implantação de um sistema industrial a partir da base metropolitana (nova negação do binômio urbano-rural); b) complementação do esquema viário; c) explicitação do zoneamento funcional; d) tratamento tecnológico dos problemas de equipamento urbano e regional; e) planejamento urbano e regional.

Em “Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século”, Saia trata detidamente do terceiro período da evolução regional paulista. Estas “notas” foram originalmente publicadas na *Revista do SPHAN* nº 8,²¹⁰ sob encomenda de Rodrigo Melo

²¹⁰ Embora o próprio Luís Saia afirme que os textos reunidos em *Morada paulista* foram escritos entre 1945 e

Franco de Andrade, “e visavam fundamentar as iniciativas de tombamento e proteção dos exemplares de morada da época das bandeiras, inventariadas pelo então Serviço do PHAN”.²¹¹ Neste artigo, Saia pretende definir a solução arquitetônica típica do bandeirante,²¹² amparando-se, para tanto, em doze exemplares.²¹³

Para a análise deste programa, Luís Saia lançou mão, por um lado, de um rico aparato técnico que dará conta tanto da datação das residências quanto de minúcias construtivas, relativas à técnica de taipa de pilão, à amarração do madeirame, à pintura das paredes e das madeiras, às parcas decorações etc. Por outro lado, o arquiteto buscou em fatores macro-estruturais explicações com as quais o detalhamento técnico não pode arcar.

Assim, a distribuição territorial destas residências se prenderia a uma estrutura econômica de caráter “feudal-militar”, baseada mais no apresamento da população indígena que na economia de subsistência (o que explicaria, por exemplo, a pouca preocupação com o tamanho das propriedades).

A estrutura social do período, com o patriarca ocupando posição capital, explica, para Luís Saia, a divisão dos espaços das construções bandeiristas, que se dividem em duas zonas principais: a “faixa fronteira” e a zona da família. A primeira conta com um alpendre central (também chamado de “pretório”), com uma capela, de um lado, e com um quarto de hóspedes, do outro lado. Caracterizar-se-ia por ser o espaço de convivência com o mundo exterior, no qual o senhor daria ordens e receberia seus convidados. Esse espaço estabelece também uma clara divisão social: somente a família assistiria à missa dentro da capela (ou dentro da própria sala da casa), ficando escravos e agregados abrigados sob o telhado do alpendre. Por sua vez, o interior da residência, que possui uma sala central ladeada por alguns quartos, seria o espaço no qual a família ficaria apartada do mundo exterior.

1963, e, em nota de rodapé, à p. 61 de seu livro, escreva novamente que o trabalho foi publicado em 1945, vemos estampada na folha de rosto da referida *Revista* o ano de 1944.

²¹¹ SAIA. *Morada paulista*, op. cit., p. 8.

²¹² “De um modo geral, assim se poderia presumir o programa tipo da residência dos fazendeiros seiscentistas: 1) inteira separação da família e trabalho; 2) criação de uma faixa composta de alpendre-capela-quarto de hóspedes; 3) residência familiar. Em consequência do partido adotado, surge o esquema construtivo: a) escolha de uma plataforma plana; b) desenvolvimento da planta dentro de um retângulo; c) paredes de taipa constituindo ao mesmo tempo vedação e estrutura; d) aproveitamento dos forros de quartos para compartimentos de uso variável; e) telhado de quatro águas com cobertura de telhas de canal; f) separação entre a família e os demais, por intermédio de uma faixa onde ficam a capela, o quarto de hóspedes e alpendre; g) desenvolvimento da parte da família em torno de uma sala”. *Ibid.*, p. 107-109.

²¹³ Em São Paulo, as sedes das antigas fazendas localizadas nos bairros de Santana, Tatuapé, Jabaquara e Caxingui, e nas proximidades do distrito de Santo Amaro; em Itapeverica da Serra, a casa do sítio do Calu; em Cotia, as casas dos sítios do Padre Ignácio e Mandu; em São Roque, as casas dos sítios Santo Antônio, Querubim e São Romão; e em Sorocaba, uma antiga casa de fazenda nas imediações da cidade (Cf. *Ibid.*, p. 62-63).

Participam ainda da explicação proposta por Luís Saia fatores de ordem cultural e mesmo psicológica. O alpendre posterior dessas residências, bem como a ausência de cozinha, indicaria “uma influência marcada dos costumes indígenas na maneira de cozinhar dos colonos”,²¹⁴ ou seja, do lado de fora da habitação, sobre trempes de madeira, utilizando jiraus etc. Os vales, por sua vez, teriam sido evitados, pois os ares dos locais muito baixos costumavam ser enfermicos, segundo orientações das Leis das Índias. A influência erudita também teria contribuído para a escolha do partido: Saia inaugura aqui a tese da influência paladiana (relativa ao arquiteto renascentista italiano Paládio) nas construções paulistas. Estas construções ainda refletiriam “a psicologia do seu dono, não apenas quanto à forma, mas, também, quanto à construção, não permitindo liberdades de acréscimo ou modificações”.²¹⁵

Saia ainda encontra espaço nesse capítulo para discorrer acerca do próximo passo da evolução da morada paulista. As habitações construídas para além desta circunscrição territorial inicial já se referem a outro período e apontam para a evolução destas residências: “em geral, o partido adotado nas outras residências rurais do século XVIII e XIX se prende a razões diversas das que justificam e explicam as residências seiscentistas”.²¹⁶ Esse tema será mais detidamente trabalhado, no entanto, no artigo “Arquitetura de circunstância”.

O próximo capítulo, intitulado “Casa bandeirista”, foi redigido, como já mencionei anteriormente, para “explicar” a Casa Bandeirista, monumento restaurado pelo 4º Distrito da DPHAN, sob supervisão de Luís Saia, em 1957, por ocasião das comemorações do 4º centenário da capital paulista. Percebe-se claramente neste texto três partes distintas. A primeira trata da conformação da sociedade bandeirista em suas especificidades. A segunda relaciona o período áureo da sociedade bandeirista com sua arquitetura. A terceira refere-se especificamente à casa do Butantã, que então era restaurada como símbolo paulista.

Conforme aponte, Saia salienta as especificidades da configuração da sociedade paulista no período bandeirista. Defende mesmo uma clara autonomia dos paulistas em relação à coroa. Forma-se naquele território uma sociedade específica, fruto de um isolamento do restante dos domínios metropolitanos; no entanto, não se trata de um isolamento geográfico (Saia, na esteira de Sérgio Buarque de Holanda,²¹⁷ estava ciente das inúmeras ligações estabelecidas pelos bandeirantes, inclusive com as possessões espanholas), mas de

²¹⁴ Ibid., p. 79.

²¹⁵ Ibid., p. 109.

²¹⁶ Ibid., p. 104.

²¹⁷ Cf. especialmente HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3ª ed., ampliada. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1990 e _____. *Caminhos e fronteiras*. 3ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

um isolamento econômico. Ausentes os fatores interessantes ao mercantilismo português, a sociedade paulista se viu então relativamente livre para se desenvolver de forma autônoma.

Neste ponto aparece uma interpretação que, a meu ver, merece ser destacada por uma certa originalidade. Livre assim das contingências mercantilistas metropolitanas e em função das “sugestões do ambiente”, criar-se-á na capitania de São Vicente uma sociedade de moldes feudais, adaptada ao ambiente americano e relativamente livre do ponto de vista econômico. O valor de um potentado medir-se-ia não pela extensão de suas terras (embora sua ausência desqualificasse o indivíduo), mas pelo tamanho de seu exército, adquirido mediante o apresamento da população indígena. Adota-se então o “instituto feudal” da sesmaria: no entanto, sua localização e tamanho se volta para a economia de subsistência e para os pontos estratégicos no que diz respeito às expedições dirigidas à caça do aborígine.

Outro “instituto feudal” que, segundo Saia, é adotado pela sociedade bandeirista, é a “cruzada contra o infiel”, legitimada após longa fase de experimentação e em disputa direta com os ideais jesuíticos (que foram, segundo o arquiteto, logo vencidos). Para essa empreitada, “inventar-se o mameluco” (num argumento bastante semelhante ao de Sérgio Buarque de Holanda em seu *Caminhos e fronteiras*), fundamental para todos os períodos da evolução regional paulista.²¹⁸

Iniciando a “segunda parte” do capítulo, Saia afirma que “a este período de experimentação social e econômica, a este esforço de adaptação dos conceitos medievais às condições específicas desta parte da Colônia Portuguesa, corresponde uma fase de experimentação arquitetônica”.²¹⁹ Embora trate-se de uma reafirmação do que foi exposto em “Notas sobre a arquitetura paulista do segundo século”, fica mais claro agora algo que, no texto anterior, havia sido considerado quase que intuitivamente: o “declínio” da solução arquitetônica tradicional se liga diretamente ao enfraquecimento do modo de vida paulista, e, o que denota uma contradição imanente do ciclo, tal enfraquecimento se deve justamente à dispersão do paulista impulsionada por seu espírito aventureiro. A concepção dialética do processo histórico começa a se tornar mais explícita nesse texto.

Em “Arquitetura de circunstância”, Saia analisa os exemplares de arquitetura colonial encontrados no litoral norte paulista. As soluções construtivas e plásticas das habitações confrontadas com modo de vida ali existente levaram o arquiteto a defender que não houve, para este caso, um caráter regional próprio que condicionasse sua arquitetura. O povoamento

²¹⁸ SAIA. *Morada paulista*, op. cit., p. 125-126.

²¹⁹ *Ibid.*, p. 127.

dessa região teria nascido do afluxo populacional advindo de São Paulo em direção a Minas Gerais no período da exploração aurífera. Obstaculados pela coroa, essa população acabou por se sediar naquela região, tendo como opção a cultura da cana-de-açúcar. Tem-se então, neste local, uma série de habitações ligadas a engenhos que se diferenciam da arquitetura rural em função de uma ligação mais próxima com o ambiente de trabalho (resguardada, no entanto, a intimidade da família), da proximidade com o mar para o escoamento da produção, da sediação nos vales, para aproveitamento do curso da água como força motriz para os engenhos, e por determinados aspectos plásticos e construtivos, advindos de influências exteriores. No entanto, as habitações ali encontradas puderam ser consideradas “elementos legítimos de diferenciação e peculiaridade”.²²⁰

As residências estudadas em “*Intermezzo roceiro*” ligam-se ao fenômeno demográfico que os autores paulistas denominam “torna viagem”. Este fenômeno relaciona-se com a exaustão das minas de ouro e com a descoberta de terras férteis para além da região originalmente ocupada pelos paulistas. A partir de agora, outro fator é somado aos demais na explicação dos ciclos do processo histórico paulista: o solo. Assim, a arquitetura encontrada nessa região geológica se liga a um modo de vida roceiro, implantado por mineiros, agora responsáveis pelo desbravamento de São Paulo. Esta arquitetura, embora “aburguesada”, ou seja, possuidora de caracteres advindos da arquitetura urbana mineira (a exemplo da estrutura em “gaiolas”, o que possibilita a instalação em terrenos mais “declivosos”), relaciona-se diretamente com a arquitetura bandeirista (compromisso técnico com a taipa de pilão, telhado de duas águas abrigando toda a residência etc.), o que lhe permite, ao contrário das residências encontradas no litoral, inseri-las na linha evolutiva da arquitetura paulista, ainda que como mero “intervalo”.

Em “Economia de sobremesa”, Luís Saia se ampara numa grande quantidade de dados estatísticos e fontes bibliográficas no intuito de dar conta de um fenômeno fulcral em seu esquema evolutivo: as alterações demográficas ocorridas no Estado de São Paulo em função do surto da cafeicultura. Esse artigo trata de uma primeira fase deste novo ciclo, na qual ainda permaneceriam traços tradicionais no que diz respeito à organização social e às soluções arquitetônicas. Contudo, tão logo atingisse a maturidade, essa configuração exibiria seu principal traço, que traria consigo sua principal contradição: a submissão ao capitalismo internacional.

²²⁰ Ibid. p. 153.

Ao fim desta primeira etapa, segundo Saia, “já se pode falar também em arquitetura do café e – *a fortiori* – em residência do café”.²²¹ A fazenda Pau-d’Alho é eleita o modelo clássico, por comparecerem nela, “numa forma-tipo, todos os agenciamentos necessários e suficientes para expressar arquitetonicamente a tese de uma sede de uma fazenda monocultora de café, segundo o estilo que fez praça na área cafeeira brasileira”.²²² Tal estilo conforma, de acordo com Saia, uma solução “mestiça”, na qual comparecem contribuições isoladas, como as dos engenhos de açúcar e atividades de beneficiamento do milho, mandioca e mesmo feijão, agora contando com um elemento novo e original: o terreiro, em torno do qual se disciplinou e hierarquizou todas as unidades, conformando um conjunto todo voltado para a exploração do café. Luís Saia dirige sua atenção, no entanto, para duas dessas unidades: a senzala (para cuja análise teve que lançar mão de fontes escritas, haja vista a carência de vestígios materiais) e a residência principal. Embora atendendo novas funções e adotando novas soluções, essa residência rural poderia ser ligada à linha evolutiva da arquitetura tradicional paulista ou por seu claro aproveitamento das soluções dos engenhos que a precederam, ou pela manutenção da distribuição das funções pela casa: “salas sociais na frontaria principal, camarinhas e quartos de dormir no lanço intermediário e varanda (sala de refeições) no lanço posterior”.²²³

No entanto, não se pode, segundo Saia, falar ainda em uma “arquitetura urbana do café”. Esta começaria a se definir após alguns fatos que preliminarmente a próxima etapa do ciclo: o depauperamento das terras do vale do Paraíba, que demandaria uma expansão territorial da cultura do café; o distanciamento dos portos, que acarretaria na busca por alternativas de escoamento da produção; e a falta de mão-de-obra escrava, que levaria a duas soluções: ou a mecanização ou o emprego de mão-de-obra europeia. Estes fatores teriam concorrido para uma nova configuração territorial, caracterizada por um binômio urbano-rural, que traria profundas consequências tanto para a produção do café quanto para as soluções arquitetônicas.

Enquanto não foi completa a submissão da vida urbana aos interesses capitalistas (processo que, segundo Luís Saia, atinge seu ápice com a instalação das ferrovias), a arquitetura tradicional pôde conviver com as novas técnicas e materiais. Assim, a taipa de pilão, técnica por excelência aristocrática na região, passou a dividir o espaço com vidros e

²²¹ Ibid. p. 183.

²²² Ibid. p. 185.

²²³ Ibid. p. 189-191.

peças metálicas. O alpendre como espaço de contato com o mundo exterior (ainda que agora instalado lateralmente) e a divisão dos espaços de acordo com o modo de vida rural se mantiveram. As residências também se avultaram. Com a explosão do fenômeno urbano (pois, segundo os dados apresentados por Saia, 90% das cidades paulistas nasceram neste período), a construção tornou-se um negócio lucrativo.

Se o tom antes era saudoso, agora passa a ser por vezes irônico e reprovador. As soluções condizentes com o meio e com os gêneros de vida são suplantadas em função dos interesses capitalistas relacionados à exploração do café (ou melhor, no seu escoamento para o mercado europeu). A instalação ferroviária (estabelecida de forma “dendrítica”) condiciona os assentamentos urbanos (organizados territorialmente em forma de “rosários”). As cidades se organizam caoticamente num traçado “hipodâmico” (ou seja, reticulado) que não guarda nenhuma relação com as ideias do arquiteto grego Hipodamo de Mileto. A influência é também cultural, e, já em fins do século XIX, “não houve mais possibilidade de segurar um domínio quase exclusivista do ecletismo que tudo invadiu; desde o gosto para escolher o vinho e a mulher, até a tendência para selecionar tipos de habitação de estilo estrangeiro”,²²⁴ os quais Saia demonstra conhecer com suficiência.

Trata-se, portanto, do fim de uma longa evolução para a qual foram fundamentais as “raízes” rurais paulistas. Essa evolução, que conta com diversos ciclos, desaguaria em outra, agora submetida ao capitalismo internacional. No entanto, o arquiteto parece sentir-se vingado pelo fato de que essa nova configuração geral da sociedade paulista traria em si uma contradição inexpugnável: a concentração do esquema viário no eixo São Paulo-Santos provocaria um intenso processo de metropolização. Como consequência disso, a região adquiriria características próprias, que, em grande medida, fugiriam ao controle daquelas imposições internacionais.

Saia analisa mais detidamente o esquema geral de configuração urbana paulista ocasionado pelo segundo ciclo de exploração cafeeira no capítulo intitulado “Ciclo ferroviário”. Há no entanto que se destacar que, se do ponto de vista puramente arquitetônico, ou melhor dizendo, se tomadas as residências ecléticas individualmente, elas não justificariam sua permanência de acordo com os critérios tornados hegemônicos no âmbito do IPHAN, do ponto de vista urbanístico elas adquiriam especial significado enquanto “fisionomia característica desse período”.²²⁵ Interessaria, portanto, analisar o ecletismo como sendo uma

²²⁴ Ibid. p. 211.

²²⁵ Ibid., p. 221.

espécie de fenômeno cultural urbano, em seu “conjunto”, visto que, individualmente, tais habitações careceriam de maior significado.

Em “Meditação melancólica” (e seu posterior apêndice “Mais quinze anos de crime”), Luís Saia reflete sobre o cenário da arquitetura contemporânea (em 1957 e, na seção adicional, em 1972). Na verdade, trata-se de uma crítica aos arquitetos paulistas que, na sua opinião, se abstinham de aproveitar o que de mais legítimo fora legado por estes quase quinhentos anos de evolução da arquitetura paulista: a capacidade de responder originalmente aos problemas impostos pelo conjunto de determinantes que caracteriza um ciclo de organização social (Saia não utiliza, entretanto, nenhum destes termos neste capítulo, mas é o que pode se depreender de sua leitura). Esse capítulo acaba funcionando, no conjunto da parte reunida sob o título “Notas sobre a evolução da morada paulista”, como uma conclusão, na qual são justificados o uso das fontes, métodos e teorias, e no qual se critica, com o olhar de urbanista e arquiteto preocupado, os rumos que então estavam sendo seguidos pelos profissionais de sua área.

Fecha-se assim a primeira parte e dá-se lugar às “Notas relacionadas com a tetônica demográfica de São Paulo”. De acordo com Luís Saia, parece indispensável “que o arquiteto – especialmente o que trabalha em planejamento – esteja em condições de promover a audiência dos fenômenos e ocorrências compendiados nos mais diferentes ramos científicos”.²²⁶ O arquiteto amplia, desta forma, o leque de conhecimentos necessários para a compreensão do fenômeno arquitetônico, tomando como imprescindível, inclusive para que se evite posteriores “desastres”, o conhecimento sobre as características do solo no qual se instalam a arquitetura e as cidades. Acrescenta assim mais uma ordem de fatores a uma estrutura global, cujas transformações ao longo do tempo são explicadas a partir da perspectiva dialética.

3.3.2 As fontes

A análise que segue foi empreendida com base nas evidências dispostas no livro *Morada paulista*. Pretende-se, portanto, averiguar de que forma foi utilizado, neste livro, o material empírico conseguido mediante o intenso trabalho de pesquisa realizado na regional

²²⁶ Ibid., p. 12.

paulista do IPHAN. Sobre a metódica prática de pesquisa desse órgão, está para ser publicado um artigo que trata mais especificamente do tema, com o conhecimento de causa de quem testemunhou e colaborou diretamente com esse labor investigativo.²²⁷

Morada paulista trata de temas, muitas vezes tomados como hipóteses de trabalho, que mereceriam maior desenvolvimento posteriormente. Assim, não se pode ajuizar de sua leitura uma falta de rigor metodológico no trato relativo às fontes, quando o que se almejou foi a produção de um tipo de texto historiográfico específico, cujo objetivo é fornecer elementos orientadores de uma ação institucional dirigida à preservação de bens materiais dotados de valores nacionais. O que tentarei mostrar a seguir é que não faltam aos textos aqui analisados os aspectos que fazem deles “historiográficos”. O que não é lícito, a meu ver, é tomar como parâmetro critérios adotados para a análise de textos predominantemente acadêmicos, produzidos em contextos específicos, e assim desconsiderar práticas, também historiográficas, voltadas para fins diversos.

É importante lembrar, portanto, que as afirmações que seguem não podem ser estendidas para toda sua obra. No posterior São Luís de Paraitinga, por exemplo, escrito em parceria com o historiador Jaelson Bitran Trindade,²²⁸ o arquiteto toma um extremo cuidado com a explicitação das fontes utilizadas. A própria contratação de Trindade para o IPHAN demonstra a preocupação de Saia com a pesquisa histórica, uma vez que este historiador ficaria a cargo da realização de amplos levantamentos documentais, o que talvez configure atitude pioneira nos órgãos preservacionistas nacionais. Assim, tem-se um exemplo de um trabalho que se pretende um desenvolvimento rigoroso das diretrizes traçadas, já em formato historiográfico, nos artigos reunidos em *Morada paulista*.

Tratando especificamente, portanto, desse livro, dois aspectos relacionados às fontes saltam aos olhos quando de sua leitura: a diversidade do material utilizado e a pouca atenção dada ao seu tratamento. Este último aspecto se deve principalmente à escassez de referências e citações e diz respeito às fontes não arquitetônicas, essas sim, muito bem trabalhadas.

Com relação ao primeiro aspecto elencado, ou seja, a diversidade das fontes, fica claro que ele se deve ao objeto focado. Quando Saia defende, já em sua “Nota prévia”, a existência no Estado de São Paulo de “um excelente e vasto documentário sobre suas residências tradicionais”,²²⁹ ele o faz com o apoio na tese de que sua “validade documentária”

²²⁷ TRINDADE, Op. cit.

²²⁸ SAIA, Luís; TRINDADE, Jaelson Bitran. *São Luís do Paraitinga: Levantamento métrico arquitetônico e fotográfico, e estudos da formação de uma cidade tradicional paulista*. São Paulo: CONDEPHAAT, 1977.

²²⁹ Ibid., p. 15.

e o “nível artístico” por elas atingido se deve às “especialíssimas condições de formação regional”. Relacionando assim a arquitetura à formação regional, Saia se viu obrigado a comprovar a existência e a mutação de processos que denomina ora “ciclos” ora “períodos”, fundamentais para a compreensão de aspectos arquitetônicos não explicáveis por uma perspectiva meramente plástica ou construtiva. Assim, além da análise minuciosa dos “restos” arquitetônicos, Saia lançará mão de uma vasta gama de fontes alternativas relacionadas à economia, à cultura, à demografia e, como foi visto, à geologia e ciências afins. E o mais interessante: cada período analisado (bem como a substituição de um por outro) demandará um tipo de fonte específico.

Uma objeção que já foi feita a Luís Saia se prende ao fato de que, em sua análise sobre a arquitetura bandeirista, o autor teria baseado sua interpretação em apenas doze exemplares arquitetônicos.²³⁰ Embora o teor da crítica não seja falso, devemos notar que Saia demonstra grande preocupação em explicitar e justificar essa limitação.

Em primeiro lugar, o estudo da arquitetura popular, mais interessante para o estudo das “preferências coletivas”, apresentava algumas limitações. Saia afirma que “é no estudo da atual arquitetura popular que se deve procurar, ao que parece, o manancial mais rico de informações para a análise da sua evolução, especialmente quando for possível a manipulação simultânea do documento bibliográfico correspondente”.²³¹ Demonstrando sua formação folclorista, o arquiteto valoriza primordialmente a produção cultural popular, na esteira de Mário de Andrade, no intuito de compreender as feições de um povo. Nesse sentido, como admite, foi pensado o estudo sobre a Aldeia de Carapicuíba, trabalho ao qual já me referi na seção que abre este capítulo. No entanto, juntamente com as habitações do primeiro século da colonização em geral, são escassos os vestígios das habitações populares, e para estudá-las deve-se então recorrer a fontes alternativas (dentre as quais aponta, como possibilidade, a própria arquitetura popular contemporânea, ou “atual”). Não poderíamos esperar de Saia, por exemplo, que lançasse mão de prospecções arqueológicas para a clarificação de aspectos específicos e gerais das habitações populares, visto que só muito recentemente o campo da arqueologia histórica se tem preocupado com esta área de estudos.²³² Desta forma, o arquiteto

²³⁰ Refiro-me às críticas apresentadas em LEMOS. *Casa paulista*. Op. cit. Tratarei melhor desta polêmica no capítulo reservado a esse autor.

²³¹ SAIA, *Morada paulista*, op. cit., 19.

²³² A este respeito, cf. ZARANKIN, Andrés. Arqueología de la arquitectura: *another brick in the wall*. *Revista do Museu Paulista de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, Suplemento 3, 1999, p. 124. Conheço também um estudo histórico sobre habitação popular baseada em inventários (FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Fontes textuais e vida material: observações preliminares sobre casas de moradia nos Campos dos Goitacases, sécs. XVIII e XIX. In *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, Nº 1, p.107-129, 1993) e outro, com um conjunto

destaca que “para o estudo da habitação popular, guardadas as devidas reservas, impostas pela ausência de ‘restos’, se encontra um documentário razoável na bibliografia, na iconografia e, especialmente, no estudo da arquitetura popular da atualidade”.²³³ No entanto, faltaria sistematização à grande quantidade de material bibliográfico disperso, e a iconografia, além de parca, seria pouco confiável, como demonstra em uma análise que faz dos desenhos de Thomas Ender, realizados em 1817, que, confrontados, por exemplo, com os trabalhos de restauração na Igreja de São Miguel Paulista, demonstrariam sua irrealidade.

Luís Saia não se arriscou, no entanto, a estudos nos quais não pudesse lançar mão da análise de fatos arquitetônicos concretos. Isso denota ao menos uma preocupação do autor: a importância que confere à relação com a experiência no presente para a validação de suas hipóteses, ainda que se afirme por alguns autores que esta concretude material tenha sido muitas vezes manipulada pelo próprio arquiteto.²³⁴ Este aspecto pode ser ainda notado em seu *Morada paulista* pelo grande número de fotos, ilustrações e mapas que nele comparecem. A visualidade que demanda a narrativa tecida pelo arquiteto, pelo fato de se apoiar num tipo de fonte que deve ser sobretudo visto, conta necessariamente com uma série de figuras a validar seus argumentos.

Quanto ao fato de trabalhar fundamentalmente com residências pertencentes às classes dirigentes, Saia se justifica da seguinte forma:

Não importa que o ponto de partida para uma análise abarque a totalidade do fenômeno regional, se restrinja ao estudo de uma capela, prefira o exame de um estabelecimento rural, especule o significado de uma residência ou se detenha a dissecar a expressão de um elemento decorativo; o essencial é que exprima um pensamento crítico filosoficamente lastreado em segura linha de pesquisa e solidamente fundamentado em fenômenos legítimos da formação social, econômica e política; que seja profissionalmente correto e operante, *tecnicamente disciplinado pela experiência e pelo longo trato do material manipulado; que seja historicamente extraído da documentação mais qualificada; que seja pedagogicamente veraz na sua fundamentação e nos seus exemplos, artisticamente sincero na estimativa da justa medida em que devem ser entendidos os valores do patrimônio tradicional e, especialmente, que seja dignificado pela preocupação de encontrar as soluções para os problemas equacionados pela comunidade.*²³⁵

mais diversificado de fontes (MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAIS, Fernando A. Novais [org. geral da coleção]; SEVCENKO, N. [org. do volume]. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998). No entanto, ainda assim se tratam de metodologias só recentemente empregadas na área.

²³³ SAIA. *Morada paulista*, op. cit., p. 17.

²³⁴ É o que se pode depreender das conclusões dos trabalhos críticos já mencionados no início desta seção (LEMONS, op. cit.; LEMOS; MORI; ALAMBERT, op. cit.; ANDRADE, O nariz torcido... op. cit., e GONÇALVES, *Restauração arquitetônica*, op. cit.).

²³⁵ SAIA. *Morada paulista*, op. cit., p. 260 [grifo meu].

Nessa passagem, percebe-se que Saia se preocupa em selecionar suas fontes em função dos valores que norteiam sua ação junto ao SPHAN e com base em pressupostos teóricos que considera seguros, ou seja, num “pensamento crítico filosoficamente lastreado”. Isso lhe permite, então, advogar em favor dos relativamente escassos vestígios materiais que se lhe encontram disponíveis para a tarefa de conferir, narrativamente, sentido à ação do órgão preservacionista em São Paulo.

Luís Saia não descarta, como bom engenheiro-arquiteto, uma análise minuciosa dos “restos arquitetônicos”. Para cada solução técnica procura ressaltar sua relação com o que se costumava fazer nas construções situadas anteriormente na linha evolutiva da qual fazem parte, demonstrando um grande conhecimento de causa. Saia garante a validade de suas hipóteses amparado na autoridade de quem há anos trabalhava cotidianamente com a preservação e restauração de edifícios antigos. Certamente por isso o capítulo “Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século” se inicia com os seguintes dizeres:

Desde o início das atividades no Estado de São Paulo tem o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional encontrado, entre as peças recenseadas no planalto, um tipo de residência rural que várias razões induzem a considerar como solução arquitetônica típica para os fazendeiros mais abastados do século XVII, naquela região. *De fato, a experiência de vários anos de pesquisas, além de acusar para os exemplares desse tipo de construção uma identidade de época, técnica e funcionamento, não ofereceu base para qualquer argumento razoável, contrário a esta hipótese.*²³⁶

Saia demonstra também uma grande erudição historiográfica. No entanto, não tem a mesma preocupação em tratar e explicitar suas fontes neste campo, embora cite vez ou outra historiadores, viajantes, biógrafos etc. O conhecimento histórico entra como uma espécie de dado “objetivo”, cuja função seria fornecer as informações necessárias para a compreensão dos processos determinantes da arquitetura. Não há assim, ao que tudo indica, um critério de seleção do que seria válido ou não como conhecimento histórico, dando a impressão de que Saia ia pinçando aleatoriamente o que conhecia e o que subjetivamente considerava aceitável para a sustentação de suas hipóteses. Ora a autoridade dos autores fortalece seus argumentos, ora estes dados são apropriados sem menção alguma à fonte.

Deste modo, de fato, *Morada paulista* se aproxima mais do gênero “ensaio histórico” que de uma “historiografia acadêmica”, muito embora possa, a meu ver, ser ainda considerado uma “obra historiográfica”. A forma como trabalha com as fontes permite, razoavelmente,

²³⁶ Ibid., p. 62 [grifo meu].

uma “referência à experiência”, mobilizando, assim, fontes “objetivas” a fim de conferir sentido a uma experiência do tempo relacionada à arquitetura tradicional paulista.

3.3.3 A relação com os valores

Morada paulista está repleto do tempo presente de Luís Saia. Este arquiteto se mostrou bastante imbuído de um sentimento que se tornou cada vez mais notável no meio arquitetônico brasileiro:²³⁷ a crença de que o arquiteto tinha em suas mãos importantes ferramentas de modificação social, ou seja, este profissional passava a ter o dever de construir uma sociedade mais justa por intermédio da intervenção no espaço habitado (individual e coletivo).

Para Luís Saia, seria necessário analisar com seriedade a evolução regional paulista a fim de que fossem desvendadas as reais possibilidades de mudanças. Assim, a constituição de um “sentido” passa a ter uma função transformadora. No entanto, essa função, diferentemente do que se poderia esperar de um leitor de Marx, não seria responsabilidade da classe trabalhadora (ou apenas dela), mas também e principalmente dos arquitetos. Saia adota, portanto, uma postura que poderia ser considerada elitista ou mesmo vanguardista. Os arquitetos teriam assim uma grande parcela de responsabilidade sobre os rumos da sociedade, cabendo a esse grupo identificar os principais problemas urbanos (numa escala inicialmente regional) para, então, intervir de forma eficaz, visando um uso mais igualitário das cidades.

Saia se lançou a tal propósito em algumas das frentes de atuação profissional que se abriam ao arquiteto em sua época. Dentre elas, destaco a preservação patrimonial, o planejamento urbano e a docência, sendo que, em maior ou menor medida, todas elas compareceram na área menos estudada de sua atuação: a da produção historiográfica.

A preocupação de Saia com este último campo de ação se prende certamente ao fato de que o sentido de suas práticas arquitetônicas somente pode ser construído narrativamente. A narrativa historiográfica, por conseguinte, é capaz de conferir veracidade, dotando sua atuação

²³⁷ Sobretudo depois da apropriação que Lucio Costa fez da obra de Le Corbusier. Creio que para encontrarmos este aspecto na obra do arquiteto suíço seja suficiente a leitura da Carta de Atenas e de LE CORBUSIER. *Mensagem aos estudantes de arquitetura*. São Paulo: Martins, 2006. No que tange aos contatos de Lucio Costa com a obra (e pessoa) de Le Corbusier, cf. NOBRE, Ana Luísa et. al. [Orgs.]. *Um Modo de ser moderno. Lucio Costa e a crítica contemporânea*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

no campo do patrimônio, do planejamento urbano e da docência de maior eficácia e legitimação. Dessa forma, ficam claros os valores que orientaram a produção historiográfica de Luís Saia, a qual tentarei relacionar a cada um dos campos de atuação mencionados.

3.3.3.1 O patrimônio

Saia escolheu alguns de seus objetos de pesquisa numa relação direta com o trabalho da regional paulista do SPHAN, e seu *Morada paulista* fornece elementos claros em relação a isso. A respeito das “Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século”, por exemplo, o arquiteto escreveu que elas “foram organizadas a pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade e visavam fundamentar as iniciativas de tombamento e proteção dos exemplares de morada da época das bandeiras, inventariadas pelo então Serviço do PHAN”.²³⁸

A fundamentação então intentada tentou mostrar a especificidade da atuação do órgão paulista, à qual já havia sido feita menção numa carta de Mário de Andrade remetida a Rodrigo Melo Franco de Andrade:

e há o problema geral de S. Paulo. Você entenderá comigo que não é possível entre nós descobrir maravilhas espantosas, do valor das mineiras, baianas, pernambucanas e paraibanas em principal. A orientação paulista tem de se adaptar ao meio: primando a preocupação histórica à estética. Recensear e futuramente tomar o pouco que nos resta seiscentista e setecentista, os monumentos onde se passaram grandes fatos históricos. Sob o ponto de vista estético, mais que a beleza propriamente (esta quase não existe) tomar os problemas, as soluções arquitetônicas mais características originais. Acha bom assim?²³⁹

Essa passagem não deve ser entendida como uma lamentação de Mário de Andrade em função da pobreza artística de São Paulo. Trata-se antes da explicitação da forma pela qual a intelectualidade paulista conseguiu uma inserção (vedada na esfera municipal e estadual pelas medidas centralizadoras do governo de Getúlio Vargas) no principal órgão cultural de então em nível federal, procurando agir com a anuência e apoio deste (o que se expressa, por exemplo, no “acha bom assim?” de Mário de Andrade).

Os poucos funcionários da regional paulista do SPHAN foram formados nos quadros

²³⁸ Saia, *Morada paulista*, op. cit., p. 8.

²³⁹ ANDRADE. Op. cit., p. 69.

do Departamento de Cultura e da Sociedade de Etnologia e Folclore, instituições nas quais se desenvolveu uma concepção ampliada de “cultura”, conforme já mostrado, ainda que de passagem, anteriormente. Noutra oportunidade, Mário de Andrade se expressa da seguinte forma, a respeito do papel do Curso de Etnografia:

organizado sob bases eminentemente práticas, teve como intenção principal formar folcloristas para trabalhos de campo. Com efeito, o que nos prejudica muito em nossos museus, é que suas coleções, por vezes preciosas como documentação etnográfica, foram muito mal recolhidas, de maneira antiquada, deficiente e amadorística, não raro inspirada no *detestável critério de beleza ou da raridade do documento*.²⁴⁰

Fica claro, portanto, que se trata muito mais do dever de selecionar e preservar os documentos relacionados aos modos de vida de um povo, a respeito dos quais os padrões estéticos elitistas teriam pouco a dizer.

No entanto, Mário de Andrade não se lançou à tarefa de armar um quadro teórico que orientasse a seleção dos artefatos significativos para a cultura nacional. Partindo da leitura do Anteprojeto que elaborou a pedido de Gustavo Capanema, vê-se que Mário possuía uma concepção bastante ampla de cultura. Contudo, não havia nesta concepção, ao menos de forma suficientemente elaborada, um *sentido* que se mostrasse útil à orientação da vida presente. Esse trabalho coube a seu sucessor no comando do SPHAN, e seu *Morada paulista* é uma fonte privilegiada para que tal aspecto seja captado.

Saia defende então uma originalidade cultural que se prende aos “esquemas de formação histórico-sócio-econômica” regionais (em discreta oposição, portanto, a Gilberto Freyre, cujo modelo, achava-se, ele pretendeu ver em todo o Brasil). Por outro, reconhece uma situação de dependência cultural, ligada a uma lógica de divisão internacional do trabalho, na qual a explicação das manifestações culturais regionais é feita a partir do que seria considerado “bom, belo e verdadeiro” pela ótica do dominador. Tais esquemas interpretativos, segundo Saia, “não apresentam valor operativo algum capaz de socorrer à composição de armaduras teóricas úteis ao esforço de nossa valorização histórica e instrumentação cultural”,²⁴¹ e serviriam apenas para sustentar uma posição de inferioridade da ex-colônia, que ainda se encontrava numa incômoda posição subalterna no âmbito global

²⁴⁰ Idem. *Folclore*. In: MORAES, Rubens Borba de; BERRIEN, William (orgs.). *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1949, p. 209. Apud ANDRADE, *Cartas de trabalho*, op. cit., p. 27 [grifo meu].

²⁴¹ SAIA. *Morada paulista*, op. cit., p. 23.

(Saia não utiliza o termo “imperialismo”). A cultura adquire caráter instrumental, útil ao esforço de superação da dependência em relação às nações ricas. Trata-se, portanto, de identificar e valorizar os dados culturais que indicassem soluções regionais capazes de promover um desenvolvimento legítimo, com base nas necessidades reais de um povo.

Deste modo, a elaboração de uma interpretação assentada na noção de “evolução regional paulista” adquiriu importância inquestionável no âmbito preservacionista daquele Estado. Ao lado da minuciosa descrição dos diversos ciclos ou períodos da evolução regional paulista, há um esforço de ligar-lhes às edificações preservadas pela 6ª Região do SPHAN, justificando assim seu trabalho em bases teóricas bem definidas. Tal é o caso dos doze exemplares de habitação tradicional paulista analisados em “Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século”: mesmo que já houvessem sido anteriormente arroladas sob o comando de Mário de Andrade, é a precisa datação e descrição das técnicas construtivas, relacionadas a um esquema construtivo típico e a um recorte temporal preciso (a “casa bandeirista” que se consolidou entre 1611 e 1727), que legitimará a proteção de alguns deles pelo órgão federal. O mesmo se pode dizer em relação à fazenda Pau-d’Alho no que diz respeito ao ciclo do café e a tantas outras habitações estudadas pelo arquiteto.

3.3.3.2 O planejamento urbano

Com relação às preocupações urbanísticas de Luís Saia, já expus, no início da subseção que trata da estrutura da *Morada paulista*, o fato de que o referido livro foi organizado a partir de textos escritos quando o arquiteto estava preocupado em “recolocar certos problemas de planejamento”. E, de fato, tomando *Morada paulista* como um todo, percebemos que sua produção historiográfica se relaciona, de forma direta, com sua definição de planejamento urbano.²⁴²

Ora, *Morada paulista* não se ocupa somente das residências paulistas, mas de uma série de fatores regionais relacionados à ocupação do solo de uma forma geral, sendo tal ocupação apreendida ao longo de um processo explicado dialeticamente. Não é só o contexto que explica a habitação, sendo a outra direção, ou seja, a habitação explicando o contexto,

²⁴² A respeito do conceito de “plano diretor” empregado por Saia, cf. MOTA. Op. cit., 2004, p. 90.

igualmente válida. A investigação da formação regional paulista pela perspectiva dialética serve também ao propósito de resolver os problemas contemporâneos urbanísticos daquela região, uma vez que não seriam redutíveis a modelos que se pretendem universais. Além de entender a origem de tais problemas, situados num tempo passado – como os problemas urbanos trazidos pela exploração do café, por exemplo –, uma investigação histórica resgataria soluções autênticas de desenvolvimento perdidas em função de interesses alheios à realidade regional, a exemplo dos anseios capitalistas. O capítulo “Notas para a teorização de São Paulo” expressa de forma clara esta preocupação, haja vista que, analisando o processo de ocupação urbana da capital paulista desde seus primórdios, atrelando-o às condições gerais de desenvolvimento regional e nacional, procurando compreender os motivos que levaram a rupturas de sistemas estabelecidos e às causas da situação contemporânea, chega a conclusões surpreendentes para a época sobre temas até hoje preocupantes, a exemplo das enchentes que volta e meia voltam a afligir os paulistanos.

3.3.3.3 A docência

A investigação dos problemas urbanos paulistas conduz Luís Saia à constatação da má formação dos arquitetos contemporâneos. Tratava-se de uma continuidade em relação à formação profissional dos arquitetos surgida nos últimos anos do século XIX, ou seja, no período em que as cidades se ampliavam assustadoramente em função do sucesso econômico representado pela exploração cafeeira. O curso da Escola Politécnica teria sido montado para funcionar na entressafra do café”. Ainda segundo Saia, “o urbanismo era então matéria de ordenamento do espírito e, para os mais sérios, uma espécie de muro das lamentações das desgraças urbanas”.²⁴³

Luís Saia então propõe um modelo alternativo de ensino, que passa pela “análise de arquitetura tradicional”. Essa análise, portanto necessariamente histórica, tornaria os arquitetos capazes de enfrentar

com propriedade e adequação, as questões de ordenamento do espaço; esclarecida o suficiente para a escolha dos esquemas construtivos mais satisfatórios para cada

²⁴³ SAIA. *Morada paulista*, op. cit., p. 251.

caso, apurada na sensibilidade para selecionar os resultados plásticos verdadeiramente expressivos, fatores esses que conferem aos projetos maior significado social, maior validade artística e maior adequação filosófica.²⁴⁴

Desta forma, Saia combate um ensino de arquitetura meramente “decorativista”, que sonharia aos alunos de arquitetura uma “maior cota de racionalidade, característica da arquitetura moderna”, defendendo, por outro lado, um “processo criador peculiar da arquitetura, para o qual concorrem igualmente os modelos de programa, espaço organizado, esquema construtivo e resultados plásticos, devidamente instrumentados pelas noções de Tese e Partido”,²⁴⁵

A necessidade de uma ampla formação do arquiteto profissional se imporia sobretudo nos dias atuais. Se, anteriormente, a “ação do arquiteto esteve confinada ao exercício decorativo de interesse quase exclusivo das classes mais abastadas”, bastando ao arquiteto, portanto, servir aos interesses individuais da classe dominante, Saia vê agora a necessidade de uma formação urbanística para o arquiteto, “tanto no estudo dos edifícios como no remanejamento das cidades e reimplantação de novos núcleos urbanos”, atribuindo ao arquiteto responsabilidades sociais bem mais vastas. Saia parecia prever os problemas urbanos recentes, alertando os arquitetos para os problemas que hoje se expressam num tráfego urbano quase impraticável não só nas grandes cidades, como também nas médias e até mesmo pequenas, e a ocupação desordenada dos espaços, acarretando problemas cada vez mais graves relacionados a enchentes e deslizamentos de terra.

Assim, essa reflexão sobre o ensino de arquitetura, colocado num livro de história, permite esclarecer uma clara “importância cultural” para a pesquisa histórica e apresentação historiográfica presente em *Morada paulista*: munir os arquitetos contemporâneos de um conhecimento eficaz para a orientação das práticas arquitetônicas presentes.

3.3.4 O sentido

Tentei descrever na subseção anterior, relativa ao significado, os problemas do presente que compareceram na construção de *Morada paulista*. Tais problemas dependem

²⁴⁴ Ibid., p. 261.

²⁴⁵ Ibid., p. 261.

diretamente de como o autor os percebe em sua realidade imediata. Poderia dizer que todos os problemas trabalhados por Luís Saia se prendem a um outro mais amplo, ou seja, a uma *carência de sentido* gerada por uma espécie de dever de compreender e modernizar a nação. Esse sentido precisa ser construído a fim de que as decisões a serem tomadas “de agora em diante” o sejam de forma racional, amparadas num conhecimento de uma verdade que não pode ser universal, mas “relativa” a um momento histórico e a um recorte espacial peculiares.

A partir da leitura de *Morada paulista*, depreende-se que, para seu autor, são “verdadeiras” aquelas experiências cuja eficácia se liga à relação guardada com uma determinada ideia de processo histórico, segundo ele passível de ser conhecido objetivamente. Por outro lado, o passado também comporta ações consideradas equivocadas, cujas consequências podem ser percebidas no presente. Esse conjunto de experiências, “boas ou más”, dependendo de quem as acione, só se encontra disponível por intermédio daquilo que podemos chamar “tradição”. Este conceito melhor se define, para os fins da presente reflexão, como sendo um complexo de experiências passadas disponíveis no presente e prontas para que sejam transformadas em “história”. Assim, tais experiências já foram trabalhadas de forma a serem legadas às gerações vindouras como constituintes do tempo histórico, e não mais do tempo natural.²⁴⁶ A tradição, portanto, também é fruto de lutas e imposições.

Enquanto tradição, esse caldo de experiências não pode, por si só, orientar condutas. É necessário, primeiramente, que tais experiências sejam recolhidas a partir de um significado imputado subjetivamente (o que, no caso da obra em questão, relaciona-se com o que Saia considerou importante para a prática arquitetônica em seus variados nichos). Por outro lado, é preciso também que estas experiências possam ser consideradas verdadeiras, sejam elas equivocadas ou acertadas, algo que chamamos anteriormente de “pertinência empírica”. Por fim, para orientar eficazmente a ação dos “indivíduos alvo”, no caso todos os atores, principalmente arquitetos e urbanistas, ligados às práticas preservacionistas e projetivas, isso tudo deve ser narrado de modo que “faça sentido”.

Saia encontrou esse sentido numa ideia de processo histórico construída a partir dos diversos componentes que constituíam o complexo cultural de sua época. Essa ideia de sentido, que ora descreverei com base em seu *Morada paulista*, possibilitou ao arquiteto “separar o joio do trigo”, indicando quais seriam as experiências acertadas e equivocadas do passado e mostrando como o presente é fruto dessas ações pretéritas. Além disso, este sentido,

²⁴⁶ Uma definição melhor trabalhada para o termo “tradição”, na qual se baseia o que foi dito a respeito, pode ser encontrada em RÜSEN. *Razão histórica*, op. cit., p. 73-77.

expresso na forma de uma “evolução regional”, possibilitaria uma interferência no processo histórico por intermédio do conhecimento de sua suposta racionalidade. O futuro poderia ser então alterado, para melhor, por intermédio de uma correta intervenção no presente.

Em primeiro lugar, convém notar que Saia não se prende a modelos pré-estabelecidos ao analisar a sociedade paulista em seus diferentes recortes cronológicos. São considerados assim os processos específicos regionais em conexão com processos de maior amplitude. As peculiaridades são percebidas em seus elementos mesológicos, mediante um olhar etnográfico que relaciona cultura e sociedade às condições de economia e meio. No entanto, não se trata de uma análise puramente estrutural: importa conhecer os motivos pelos quais a sociedade paulista tradicional se alterou a ponto de, no presente, dever ser como que “resgatada”, sob o risco de desaparecimento das “soluções regionais”, consideradas as mais indicadas para um correto desenvolvimento regional e nacional a partir do presente.

Neste ponto impõe-se um questionamento fundamental para a compreensão da ideia de sentido presente na obra de Luís Saia. Essa “evolução regional paulista” seria natural ou dependente da criatividade subjetiva? Isso desloca a reflexão para os debates em torno da concepção marxista de “dialética”. Tudo leva a crer que Saia tenha tido à sua disposição, inicialmente, textos produzidos por uma vertente bastante próxima do pensamento positivista e evolucionista. Foi o caso das primeiras traduções brasileiras, realizadas na década de 1930, das obras de Nicolau Bukharin, além da própria produção nacional. A partir da década de 1960, existem evidências (apresentadas na subseção “2.3” deste capítulo) que demonstram o interesse de Saia por um aprofundamento das questões relacionadas à dialética marxista, o que se traduziu em seus textos escritos a partir de então. De qualquer forma, Saia nunca buscou no marxismo modelos nos quais pudesse ser enquadrada a sociedade paulista, mas uma ferramenta que pudesse explicar de forma eficaz o seu processo histórico.

É no capítulo “Quadro geral dos monumentos paulistas” que se pode encontrar a explicação mais acabada de como é compreendido o processo que denomina “evolução regional paulista”. Saia divide a sociedade paulista, tomada em sua instância temporal, em “períodos” ou “ciclos” classificados de acordo com as soluções que lhes foram predominantes. O foco da análise incide em dois pontos: na descrição desses elementos predominantes de cada ciclo (economia, forma de ocupação territorial – consideradas as condições do terreno –, relações sociais, cultura e, por fim, arquitetura) e os fatores que levaram às mudanças dessas preferências.

O movimento diacrônico da análise de Saia é possibilitado pelo confronto daquilo que chama de “teses”. A partir da oposição entre os interesses econômicos e as condições do meio emergiria uma síntese expressa nos modelos predominantes de exploração econômica, ocupação territorial e arquitetura. Sobre essas “teses”, Saia escreve o seguinte:

cada período característico da formação regional contém pelo menos uma tese principal e uma família de teses ancilares. É possível que a hierarquização dessas teses acolha controvérsias, mas é certo, por outro lado, que é sempre possível distinguir, não só em relação à tese principal, como no que diz respeito às teses ancilares, um jogo dialético de oposições que desembocam em decididas preferências por soluções características, partidos dominantes, esquemas endossados pela maioria ou mesmo por uma quase unanimidade coletiva. Em certos casos, a proposição-tese é tão clara que o simples enunciado dela é bastante esclarecedor; em outros casos é indispensável uma análise crítica para extrair dos fatos aquele travamento ou aquelas aproximações que lhes conferem significados expressivos, os quais de outra forma permaneceriam despercebidos.²⁴⁷

É justamente a partir dessa compreensão do processo histórico Saia pôde elaborar o “quadro teórico” que possibilitou a periodização exposta na “Tabela 1”.

Pode-se afirmar, portanto, que, para Luís Saia, a evolução de um processo histórico não é nem puramente objetiva nem subjetiva, mas um confronto entre essas duas forças. Exemplo disso é o “quadro” no qual situa os monumentos paulistas. O primeiro período da evolução regional paulista, por exemplo, caracterizar-se-ia, como já foi visto, pelo confronto entre a “tese mercantilista” (ou seja, uma espécie de “teoria” que orienta a ação colonizadora, para a qual interessaria a exploração da cana-de-açúcar para a exportação) e sua “negação” (as condições topológicas e pedológicas do litoral santista), do qual emergirá uma síntese expressa numa outra tese, a da “mestiçagem intensiva”, “de tudo, de gente, de técnica militar, de dieta alimentar, de linguagem, de estilo de vida”,²⁴⁸ o que teria possibilitado uma penetração mais eficaz no interior do continente e a criação de soluções econômicas e materiais mais propícias ao meio. Desse modo, “ao sentido carismático da ação religiosa (...) se opôs, em São Paulo, uma ação colona de sentido dessacralizante, fundada na montagem de uma estrutura social de caráter feudal-militar”.²⁴⁹

A ação metropolitana seria negada pelas reais condições do meio, às quais os colonizadores tiveram que se adequar por intermédio de soluções inovadoras. O meio não determinaria assim o processo social, mas influiria decisivamente nas soluções encontradas.

²⁴⁷ SAIA. *Morada paulista*, op. cit., p. 224.

²⁴⁸ *Ibid.*, p. 27.

²⁴⁹ *Ibid.*, p. 28.

Da mesma forma, a “ação criativa dos sujeitos” encontra no meio limitações às quais deve adequar-se.

A partir do que foi exposto, tem-se uma sucessão de períodos ou ciclos que vão se engendrando de forma “dialética” (lembrando que se trata de uma leitura bastante particular da literatura marxista). Do confronto entre uma tese e sua antítese (ou seja, sua negação), nasceria uma síntese, caracterizada pela aceitação, por parte da maioria dos indivíduos da comunidade, das soluções mais propícias a determinado momento do processo histórico. Dependendo das contingências sociais e ambientais, emergiria a contradição até então abafada pelas condições predominantes, levando a situação de equilíbrio a um novo jogo de oposições. Em outras palavras, ocorreria uma alternância entre o domínio de soluções características, expresso em ciclos ou períodos bem demarcados cronologicamente, e a emergência de contradições sistêmicas que conduziriam à ruptura de um ciclo e ao surgimento de outro. Em cada um destes períodos é possível identificar teses principais, ancilares e teses que foram negadas (mas que, no entanto, podem continuar existindo de forma mitigada, até que, por alguma contingência, retomem sua força acarretando a ruptura do ciclo). As sínteses identificáveis em cada período (não excluídas suas novas antíteses) levariam não só à compreensão dos partidos arquitetônicos adotados, mas de toda configuração social da região analisada em função de seus determinantes estruturais então predominantes.

A fim de tornar mais claro como a noção de “evolução regional paulista”, entendida portanto como um processo, conduz a narrativa produzida em *Morada paulista*, seria interessante descrever de modo sucinto a forma que ela toma nesse livro. Inicialmente, o caráter errante do paulista (estabelecido naquele modo de vida de origens feudais mas adaptado ao meio já dominado pela população autóctone) o conduziria à busca por metais preciosos nos sertões de Minas Gerais e Goiás, o que teria causado um esvaziamento da capitania e levado a arquitetura típica paulista do segundo século da colonização a um declínio. A exaustão das minas teria trazido os mineiros de volta a São Paulo, surgindo assim um esquema construtivo de base agrícola propício ao plantio da cana de açúcar. A produção agrícola voltada para a exportação teria conduzido o povo paulista à exploração do café tão logo este se mostrasse mais lucrativo, o que transformaria o partido arquitetônico voltado para a produção da cana de açúcar e ainda dotado de características tradicionais em outro, agora condicionado pelo café e caracterizado pelo terreiro central. O enriquecimento auferido pela cafeicultura conduziria a um crescimento urbano descontrolado, que acabaria se tornando o

principal inimigo das elites rurais e assim por diante.

Desta forma, a meu ver, é sempre a iniciativa de um sujeito histórico (o “paulista”), buscando novas formas de produção e trabalho e engendrando, por conseguinte, novos modos de exploração social, que ocasiona as mudanças de ciclos dentro da evolução regional, muito embora o “povo paulista” esteja sempre condicionado pelas condições reais de vida (modos de exploração econômica, relações sociais pré-estabelecidas, disponibilidade e qualidade do solo etc.). Aqui é possível portanto, reconhecer mais uma diferença em relação ao marxismo, visto que não se trata de uma luta de classes propriamente dita, mas da disputa entre paulistas (tanto dominadores quanto dominados) e a metrópole. A relação deste mesmo sujeito histórico com as condições objetivas de existência e a consequente criação cultural advinda dessa relação remete, por sua vez, muito mais a autores como Freyre e Buarque de Holanda, que também pensaram a história nacional de forma “evolutiva”, embora o termo preferido pelos historiadores modernistas seja “formação”.

A evolução regional paulista tampouco deve ser pensada de forma unilinear, mas em conexão com processos mais amplos. Os compromissos com uma “economia colonial” nunca são esquecidos, seja no período bandeirista ou no ciclo cafeeiro. Nos primeiros séculos da colonização, a sociedade paulista, embora tenha alcançado uma relativa autonomia em relação à metrópole, teria se constituído num contexto de exploração comercial europeia e em resposta às suas tentativas mal sucedidas de colonização na zona meridional brasileira. A partir do século XIX, por sua vez, a dependência em relação à economia metropolitana seria ainda maior, determinando inclusive a adoção de costumes e gostos europeus.

Um exemplo dessa situação de dependência seria a posição subordinada ocupada pela colônia na “divisão internacional do trabalho”, situação que somente no século XX passaria a ter condições de ser modificada. No período bandeirista, essa divisão teria levado a técnica, de um modo geral, a uma involução limitada ao nível do artesanato. Essa situação só não teria correspondido a uma maior pobreza técnica e artística pelo fato de que, dadas as condições de relativa autonomia em relação à metrópole, a sociedade paulista pôde selecionar de forma mais livre, através do que Saia denominou “inteligência coletiva”, as soluções mais indicadas ao meio e ao modo de vida.²⁵⁰ Tal situação não se repetiria no período cafeeiro, uma vez que todas as soluções técnicas e tecnológicas foram postas a serviço dos interesses da “economia

²⁵⁰ Embora essa ideia se assemelhe a um processo de seleção natural, nos moldes de um possível “evolucionismo histórico”, é necessário lembrar que seleção natural não se confunde com “seleção social”, de acordo com as considerações tecidas em ELSTER, Op. cit.

colonial”, em prejuízo de soluções regionais “autênticas”. A situação de dependência em relação à economia e cultura europeia é a contradição a ser superada, segundo se depreende da leitura de *Morada paulista*, do momento inicial da colonização até seu presente imediato.

Se não é possível indicar com clareza o grau de profundidade da reflexão teórica efetuada por Luís Saia, ao menos pode-se compreender melhor a noção de “evolução regional paulista” à luz do complexo teórico que lhe estava disponível. Reconhecer nessa noção um processo dialético evita confundi-la com um evolucionismo determinista, o que reduziria em muito a compreensão da ideia que orientou as práticas preservacionistas paulistas no período analisado. Trata-se de uma ferramenta analítica que, segundo acreditou Saia, tornaria possível reconhecer os sucessivos estágios da realidade histórica paulista e, dessa forma, orientar com mais eficácia a ação da regional do IPHAN. A narrativa histórica produzida por Saia, norteadada pela noção de “evolução regional paulista”, pode ser traduzida num sério esforço de assegurar a validade do trabalho ao qual se lançou com tanto afincamento ao longo de seus últimos 38 anos de vida.

3.4. AS PRÁTICAS PRESERVACIONISTAS

Já mostrei anteriormente que a produção historiográfica é tomada, neste trabalho, como uma modalidade de ação individual que objetiva a produção de efeitos. Embora essa longa análise do livro *Morada paulista* seja necessária para a compreensão do objeto aqui abordado, ela não é suficiente para que seja abarcada a realidade mais ampla de uma ação racional efetuada num texto de história. Isso também demanda a análise dos efeitos dessa ação. É imperativo, portanto, investigar o nível normativo da produção historiográfica (ou seja, a forma pela qual ela delimita identidades e orienta condutas a partir da organização da consciência histórica) no âmbito prático ao qual se destina. No caso em tela, a produção historiográfica deve ser relacionada, a fim de que seu papel normativo seja corretamente compreendido, às práticas preservacionistas paulistas.

Não obstante a preservação de monumentos históricos já compusesse, desde pelo menos 1924, os projetos culturais da intelectualidade modernista paulista, foi após a atuação de Luís Saia que estas práticas se cristalizaram em São Paulo, vigorando inalteradas até o ano

de sua morte e influenciando a geração posterior. Esta sedimentação se deu em função do estabelecimento de critérios históricos mais precisos possibilitados pela obra historiográfica do arquiteto, haja vista que, em São Paulo, a proteção dos monumentos históricos se pautou mais pelo caráter histórico que pelo estético, conforme adiantou Mário de Andrade já no início das atividades da regional paulista do SPHAN. Nesta última seção, analisarei como tais práticas se deram, no Estado de São Paulo, dos momentos que antecedem a atuação de Saia até sua morte.

3.4.1 A “proto-história”²⁵¹ do SPHAN em São Paulo

1924 foi, de fato, um ano importante dentro da história das práticas preservacionistas nacionais. É neste ano que José Mariano Filho envia seus alunos da Escola Nacional de Belas-Artes (ENBA) a Minas Gerais para o estudo da arquitetura tradicional. Dentre eles encontrava-se Lucio Costa, que ainda não havia se “convertido” ao modernismo, mas que, a partir de então, teria em mãos os elementos que lhe permitiriam visualizar um vínculo entre arquitetura tradicional e moderna. No mesmo ano, Olívia Guedes Penteadó, Godofredo da Silva Teles, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade e seu jovem filho e Mário de Andrade acompanharam Blaise de Cendrars numa viagem às cidades históricas mineiras. Espantados tanto com a riqueza plástica dos monumentos daquelas cidades quanto com o estado periclitante em que se encontravam, estes intelectuais modernistas desejaram constituir uma “Sociedade dos Amigos dos Monumentos Históricos do Brasil”, cujo estatuto chegou a ser redigido por Cendrars. Embora fosse proposta neste documento uma entidade privada, a amplitude do que seria protegido o assemelharia em muito ao Anteprojeto escrito por Mário de Andrade em 1936, sobretudo em função da “vertente antropológica” na qual se amparava.²⁵²

Segundo Carlos Augusto Calil, a “Revolução de 5 de julho”²⁵³ teria ocasionado a

²⁵¹ Termo criado por RUBINO. *As fachadas da história*, op. cit.

²⁵² A respeito desta viagem e das propostas deste grupo, cf. CALIL, Carlos Augusto Machado. Sob o signo do Aleijadinho: Blaise Cendrars precursor do Patrimônio Histórico. In: ANDRADE, Antônio Luís Dias [et al.]. *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2006.

²⁵³ Considerada o maior conflito bélico do Estado de São Paulo, essa segunda revolta tenentista, ocorrida em 1924, também conhecida como “Revolução Esquecida”, “Revolução do Isidoro” ou “Segundo 5 de julho” (o primeiro foi dois anos antes, quando da “Revolta dos 18 do Forte de Copacabana”), foi uma tentativa armada, encabeçada pelo general reformado Isidoro Dias Lopes, que almejava depor Carlos Campos, então Presidente

dispersão desordenada do grupo para o interior do Estado e o conseguinte abandono do projeto. Todavia, a discussão sobre a preservação dos monumentos históricos nacionais precede, no âmbito jurídico, esta tentativa,²⁵⁴ e, até os primeiros anos da década de 1930, não houve força política suficiente para a aprovação de um texto legal de abrangência nacional referente ao tema. A partir de então, as iniciativas neste sentido passaram a se concretizar: Ouro Preto é erigida, em 1933, a “monumento nacional”; são redigidos decretos, no ano de 1934, relativos ao tema, e a Constituição do mesmo ano, em seu 148º artigo, fazia menção à proteção dos “objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país”, atribuindo responsabilidades à União, aos Estados e aos Municípios. Além da urgência representada pelo tema da proteção dos monumentos históricos em face da grande expansão urbana ocorrida no período (aspecto este notado por uma parcela cada vez maior da intelectualidade nacional, sobretudo a paulista, para a qual o problema da urbanização era ainda mais premente), dispunha-se agora de força política conseguida pela maior centralização do poder nas mãos de um grupo também bastante preocupado em forjar uma memória e uma identidade nacionais.

É neste quadro que Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde Pública, solicita a Mário de Andrade a elaboração de um ante-projeto de lei que organizaria um serviço responsável pela proteção do patrimônio artístico nacional.²⁵⁵ Seguindo a linha de atuação esboçada no recém criado Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo, Mário de Andrade dotou o órgão, que se chamaria SPAN (Serviço do Patrimônio Artístico Nacional), de um caráter mais etnográfico, trabalhando com um conceito bastante ampliado de arte, para o qual as edificações de valor artístico e histórico seriam apenas uma parte de um todo mais abrangente. Mais adiante, por intermédio do Decreto-Lei nº 25 de 30.11.1937, foi organizado o SPHAN, com uma atuação mais restrita, voltada para a proteção dos bens nacionais móveis e imóveis, dotados de valor artístico e histórico (no qual os arquitetos modernos encontrariam um espaço privilegiado de ação).

do Estado.

²⁵⁴ Cf. *Ibid.*, p. 85. A respeito das discussões sobre o tema anteriores à implantação do SPHAN, conferir os interessantes quadros fornecidos por RUBINO. *As fachadas da história*, op. cit., e RODRIGUES, op. cit..

²⁵⁵ A íntegra deste texto encontra-se disponível na REVISTA DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL nº 30 e em ANDRADE. *Cartas de trabalho*, op. cit.

3.4.2 O SPHAN em São Paulo

Mário de Andrade foi então procurado pelo amigo Rodrigo Melo Franco de Andrade (responsável pela elaboração do texto do Decreto-Lei e convidado por Capanema para dirigir o recém-criado órgão), que lhe propôs o cargo de Assistente Técnico da 6ª Região do SPHAN, cuja abrangência incluía os Estados de São Paulo e Mato Grosso. Empolgado (e ocupado) com o Departamento de Cultura, Mário, a princípio, relutou em aceitar o cargo, indicando, primeiramente, o amigo Paulo Duarte (que inclusive desejou implantar um órgão nos moldes do SPAN em São Paulo, mas, em função das contingências políticas, acabou perseguido pelo Governo Vargas e abortando o plano). Ante a negativa de Rodrigo, Mário de Andrade aceitou o cargo, tratando desde logo de inventariar os bens passíveis de tombamento no Estado de São Paulo, instrumento jurídico inovador no que tangia à proteção dos bens culturais nacionais.

Em carta já citada, Mário de Andrade deixa clara, no entanto, uma condição: “a orientação paulista tem de se adaptar ao meio: primando a preocupação histórica à estética”. Mais do que um lamento ante a pobreza artística tradicional do Estado, como já argumentei, trata-se de uma firme postura intelectual, pautada no trabalho desenvolvido anteriormente na Sociedade de Etnologia e Folclore e no Departamento de Cultura. Se o SPHAN não abria espaço para a investigação e proteção do que então se entendia por “cultura popular”, englobando arte, saberes, objetos etc., o que mais se aproximaria disso seria, portanto, o aspecto “histórico” dos bens móveis e imóveis a serem tombados. Saíram então Mário de Andrade, os assistentes Nuto Sant’Ana e Luís Saia e o fotógrafo “Germano” a inventariar, na capital e arredores, em automóveis cedidos pela prefeitura (às vezes o próprio prefeito Fábio Prado acompanhava Mário de Andrade nestas viagens), os bens que interessassem ao órgão recém criado.

Neste primeiro momento, os critérios históricos ainda não estavam claramente definidos. Pautava-se a escolha pela ligação do bem a ser tombado aos nomes e feitos dos bandeirantes (dada a importância que passou a lhes ser atribuída em função do papel central que estes homens teriam prestado à expansão territorial e prospecção de riquezas), pela iminência da perda deste bem, pelo valor artístico impregnado nas construções e, finalmente, pelo seu simples valor de anciandade, sobretudo se inserido no período colonial. Isso se encontra claramente expresso no “Primeiro Relatório enviado pelo Assistente Técnico de

Diretoria do SPHAN” (datado de 16 de outubro de 1937).

Com base no levantamento realizado em 2007 por Carlos Lemos,²⁵⁶ Vitor Hugo Mori aponta que dos mais de 90 bens mencionados nesse relatório elaborado por Mário de Andrade em 1937, 24 foram tombados pelo órgão federal, sendo que somente 3 deles durante o período no qual foi chefiado por Mário de Andrade (Igreja de São Miguel Paulista, em São Paulo, Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Residência Jesuítica Anexa, em Embu, e Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária, em Itu). Dentre os demais, todos foram tombados durante a gestão de Luís Saia, com exceção da Capela da Venerável Ordem Terceira do Carmo, em São Paulo (tombada em 1999). Isso indica que nos primeiros anos de atuação do órgão regional a maior preocupação foi dirigida ao levantamento dos bens passíveis de tombamento.

Seria ainda interessante mencionar que dos 58 tombamentos realizados pela regional paulista até 2007, 50 se deram no período de atuação de Luís Saia. Importa, contudo, para os fins deste trabalho, averiguar em que medida a obra historiográfica do arquiteto influenciou na seleção e proteção destes bens.

Como foi mostrado anteriormente, a produção historiográfica levada a efeito por Luís Saia se intensificou na década de 1950, quando a questão urbana se torna fundamental em sua obra. No entanto, o arquiteto já havia publicado dois importantes artigos: “Os alpendres nas capelas brasileiras”, de 1939, e “Notas sobre a arquitetura rural paulista no segundo século”, de 1944, além de ter contribuído com o artigo de Mário de Andrade sobre a capela de Santo Antônio, publicado em 1937. Do total dos bens tombados durante a atuação de Luís Saia, 17 tombamentos foram realizados até o final da década de 1940. Isso indicaria que todos esses bens foram tombados sem o apoio dos critérios históricos elaborados mais consistentemente após a década de 1950, ou seja, sem estarem amparados na construção teórica fundamentada na noção de “evolução regional paulista”.

Não creio, no entanto, que este dado seja suficiente para que esta última hipótese seja sustentada. Mostrei anteriormente que, até a década de 1940, Saia já havia interiorizado todos os elementos que lhe permitiriam defender a especificidade regional paulista a partir de um olhar predominantemente etnográfico. Com exceção da Barraca de Euclides da Cunha, em São José do Rio Pardo, todos os demais tombamentos dentre os 17 realizados nesse primeiro período (ou seja, até a década de 1950) se ligam ou à arte religiosa jesuítica (influência mariodeandradiana corroborada por Lucio Costa) ou às atividades bandeirantes. De qualquer

²⁵⁶ LEMOS. Op. cit., 2007.

modo, todos os demais 16 tombamentos se referem ao período seiscentista. Ora, o artigo de 1944, escrito com o intuito de justificar os tombamentos realizados neste período, define claramente, como já foi mostrado, uma espécie de ciclo bandeirista, apontando inclusive os motivos que teriam levado a um novo ciclo, relacionado ao tipo de trabalho predominante no período em que o modo de vida bandeirista entra em declínio e é favorecida a exploração de cana de açúcar no litoral norte paulista.

Assim, se aparentemente não há, até fins da década de 1940, uma produção historiográfica consistente por parte de Luís Saia, capaz de conferir um sentido claro às práticas preservacionistas paulistas, existe já uma *consciência histórica* firmemente constituída, capaz de imputar uma espécie de “proto-sentido” para a formação regional paulista, rematado, a partir da década de 1950, com a aplicação do conhecimento urbanístico e da sua perspectiva processual particular. Por “consciência histórica” compreendo aqui a forma pela qual o indivíduo organiza interiormente passado e futuro, experiência e expectativa, de modo a conferir sentido à sua ação no presente. Isso ajuda a entender porque neste momento praticamente todos os bens tombados pertencem ao período bandeirista: até então, ao que tudo indica, já estava claro para o arquiteto que aquilo que posteriormente seria definido como “ciclo bandeirista” seria fundamental para a compreensão da especificidade paulista; o que talvez ainda não estivesse claro é a forma como este ciclo evoluiria para outros, abrangendo um processo mais amplo da evolução regional paulista.

A partir da década de 1950 amplia-se o lapso temporal no qual estão inseridos os bens tombados pelo IPHAN. Com exceção dos ciclos mais recentes (ou seja, aqueles posteriores à expansão ferroviária ocorrida no território paulista), todos os demais possuem ao menos um representante típico tombado. Da “arquitetura de circunstância”, é possível citar a “Casa Sede da Fazenda Engenho d’Água”, em Ilhabela; do ciclo cafezista (“economia de sobremesa”), foi tombada, entre outros edifícios, a “Fazenda Pau d’Alho”, considerada um tipo “clássico” do período pelo arquiteto; do ciclo ferroviário, a “Casa de Prudente de Moraes”, em Piracicaba, ou o “Edifício do Museu Republicano da Convenção de Itu”. Do período chamado “*intermezzo* roceiro”, talvez se pudesse incluir a “Casa Natal de Oswaldo Cruz”, em São Luís do Paraitinga, que se ligaria mais àquele “5º ciclo” apresentado em “Quadro geral dos monumentos paulistas” (vide “tabela 1”), ao qual pertenceu esta cidade.

Falta ainda responder a uma questão fundamental: em que medida esses tombamentos se diferenciam daqueles enquadrados no conhecido “patrimônio pedra e cal”? Não teria Luís

Saia privilegiado também monumentos arquitetônicos isolados pertencentes privilegiadamente à arquitetura religiosa colonial? Para tentar responder a estas perguntas, é necessário tecer antes algumas considerações.

Luís Saia foi um funcionário público, e, como tal, teve que ceder a uma série de imposições, visto que possuía uma autoridade limitada dentro do órgão. Isso não significa que o arquiteto trabalhasse a contragosto. Muito pelo contrário: assim como uma grande quantidade de intelectuais do período, Saia parece ter visto no SPHAN um espaço para a implementação de ideais progressistas de modernização nacional. No entanto, este espaço oferecia uma limitação básica: seriam tombados os bens móveis e imóveis dotados principalmente de valor *artístico* e *histórico*. Não havia lugar (nem recursos) no SPHAN para a ampla investigação cultural, amparada no que havia então de mais avançado em termos de teorias e métodos antropológicos e folclóricos, conforme pretendido pela intelectualidade paulista reunida em torno da USP e do Departamento de Cultura. E, dadas as características centralizadoras do Estado Novo, não havia, a partir de 1937, *outro lugar* para tal atuação no campo da preservação cultural.

Desta forma, Saia apenas pôde preservar, no SPHAN, um grupo restrito de vestígios do passado que indicariam os rumos de uma modernização pertinente, atenta às necessidades locais. Além disso, segundo Cristiane Gonçalves “a grande tarefa colocada aos colaboradores regionais era, além de identificar e coletar dados acerca do patrimônio de bens móveis e imóveis, proceder às medidas cabíveis para efetivação dos tombamentos e restauração dos respectivos monumentos”.²⁵⁷ Como apontei acima, essa atuação deveria ainda se conter aos bens que apresentassem valores artístico e histórico.

O domínio artístico englobava, em São Paulo, principalmente a arte jesuítica, analisada por Mário de Andrade (que também estudou a fundo a obra do padre Jesuíno do Monte Carmelo, na verdade carmelita) e Lucio Costa (que publicou, no número 5 da *Revista do SPHAN*, um célebre artigo dedicado à arte jesuítica no Brasil). Assim, o grosso da arte religiosa colonial paulista já havia sido estudado pelos dois intelectuais supracitados, e isso não foi alvo de questionamento de Saia, que respeitou a autoridade dos mesmos e se limitou a tomar o que por eles foi analisado e a propor alterações no âmbito restrito dos aspectos construtivos.

Foi, contudo, no âmbito histórico que Luís Saia conseguiu atuar de forma mais

²⁵⁷ GONÇALVES. Op. cit., 2007, p. 56.

interessante. Graças a essa sua atuação, foram tombados bens que provavelmente não encontrariam lugar dentro dos critérios cunhados pelo órgão central. O arquiteto estabeleceu, com clareza, em que medida as técnicas construtivas e partidos locais adquiririam relevância nacional ao ligá-los ao modo de vida dos bandeirantes, grupo este já legitimado dentro da história da nação.²⁵⁸

Assim, o fato de um edifício ter sido construído com taipa de pilão nas paredes externas acabou se tornando um forte argumento favorável ao seu tombamento, sobretudo após o artigo escrito em 1944, ou seja, o já aludido “Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século”. Da mesma forma, uma casa que contasse uma planta constituída de desenho retangular, faixa fronteira (composta por pretório, quarto de hóspedes e capela) e sala central posterior ladeada por alcovas, seria uma candidata quase certa ao tombamento. Seriam vários os exemplos a serem arrolados, mas bastaria aqui a menção às casas do Sítio do Mandu e do Padre Inácio, ambas em Cotia, à Casa e Sobrado situada na Praça da Matriz de Santana de Parnaíba, às casas do Sítio Morrinhos e do Tatuapé, ambas em São Paulo, e à casa do Sítio de Santo Antônio e Capela Anexa, em São Roque.

A vinculação a “grandes nomes” de “nossa história” serviu também, algumas vezes, como pretexto para proteção de edifícios significativos do ponto de vista da “evolução regional paulista”. Esse é o caso da Casa do Conselheiro Rodrigues Alves, em Guaratinguetá. Segundo Carlos Lemos, a região do alto Vale do Paraíba do Sul “nunca chegou a possuir um exemplar de casa rural, que normalmente chamamos de ‘bandeirista’, como aquelas encontráveis na bacia do alto Tietê”,²⁵⁹ não obstante ter sido a região povoada desde o “segundo século”. No entanto, a residência representa os períodos iniciais da expansão cafeeira, muito bem delineada por Saia no artigo “Economia de sobremesa”. Se não fosse pelo pretexto de ter sido berço de um “grande nome”, esse período da “evolução regional paulista” não contaria com seu testemunho material. O mesmo pode ser dito em relação à casa de Oswaldo Cruz, em São Luís do Paraitinga. Preservou-se assim ao menos um remanescente do núcleo urbano cujo tombamento só muito recentemente tem sido cogitado com seriedade, não obstante os esforços do próprio Saia e de seu então jovem assistente, o historiador Jaelson Bitran Trindade.²⁶⁰

²⁵⁸ A respeito da construção da figura do bandeirante, Marly Rodrigues diz o seguinte: “esta fora construída desde o final do século XIX no interior do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo por uma elite que pretendia estruturar a República. Como registra [Lilian Moritz] Schwarcz, construiu-se uma história regional que procurava dar conta da totalidade brasileira”. RODRIGUES, Op. cit., p. 35.

²⁵⁹ LEMOS. Op. Cit., 2007, p. 119.

²⁶⁰ SAIA; TRINDADE. Op. cit. (este capítulo foi escrito antes da realização de um pormenorizado relatório

O pequeno número de bens tombados em São Paulo (em comparação ao total de tombamentos efetuados pelo IPHAN) poderia indicar a pouca relevância do trabalho da regional paulista para a definição de uma memória e identidade nacionais. No entanto, este argumento não é condizente com a autoridade que Saia conquistou no meio preservacionista, nem com o lugar que a arquitetura bandeirista adquiriu na história da arquitetura brasileira. Acredito que o número limitado de bens protegidos se deva muito mais à falta de recursos e material humano. As cartas de Mário de Andrade ao seu superior e amigo Rodrigo indicam claramente essa escassez (o polígrafo teve que pagar os seus assistentes – dentre eles Luís Saia – com seus próprios “cobres”,²⁶¹ além de abrigar inicialmente a regional paulista do SPHAN em sua própria casa!). A esse respeito, há o interessante relato de Nestor Goulart Reis Filho, que dá sustentação a este argumento:

era muito difícil, uma dificuldade de acesso, sem estradas etc., havia muito pouca coisa. Então a ação era muito limitada nesse sentido. Eles pegavam... O Saia especialmente. Ele achava que só ia fazer aquilo que ele pudesse cuidar. Então tombava o mínimo indispensável. E aí se dedicava àquilo. Não tinha essa visão de tombamentos extensivos, abrangentes. E aí pegava cada projeto, discutia para investir, e tinha muito pouco dinheiro a cada ano. Ficavam numa obra aqui, ali. Às vezes, quando terminava, quando achava que tinha terminado o projeto anterior, tinha que começar de novo, que os cupins atacavam, ou o arquivo estava arruinado, quem devia tomar conta era um convento, o convento não cuidou, deixavam infiltrar, tinha que começar tudo de novo. Era um universo limitado. Não era muito grande, mas era isso que eles faziam. Ele era bastante independente, nesse sentido técnico, do órgão central.

O relato supracitado toca num aspecto importante para a compreensão das especificidades das práticas preservacionistas paulistas, ou seja, a independência dessa regional em relação à direção geral do SPHAN. É partindo deste aspecto que se torna possível mensurar a real margem de inovação à disposição das regionais estaduais, permitindo a relativização do poder de coerção alcançado pela “formação discursiva hegemônica” institucionalizada e legitimada em nível nacional.

Em relação aos restauros, a autonomia da regional paulista também era limitada.²⁶² A

sobre São Luís de Paraitinga por Jaelson Trintade, que, por um feliz acaso, foi concluído antes das desastrosas enchentes ocorridas no final de 2009, responsáveis pela destruição da quase totalidade do centro histórico dessa cidade).

²⁶¹ ANDRADE. *Cartas de trabalho*, op. cit., p. 67.

²⁶² Segundo ainda o relato de Reis Filho, “[a autonomia] era relativa, veja: na parte dos restauros tinha que mandar os projetos para o Dr. Lucio que era o Diretor. Os projetos eram mandados para o Rio, eram discutidos na correspondência. (...) Mas eles discutiam muito cada projeto. O Dr. Lucio centralizava um pouco as decisões, mas ao mesmo tempo as informações. E eles se correspondiam, eram todos amigos, para saber o que estavam achando, como é que era. (...) Não era, não havia esse desembaraço de fazê-lo sem ouvir. Nem ousaria. Era muito consenso também, não é? Era muito consenso. As pessoas trocavam idéias, havia um

decisão final de fato cabia ao Diretor de Estudos e Tombamentos, ou seja, Lucio Costa. Isso demonstra o caráter centralizador da burocracia vigente durante o Estado Novo: Vargas confiou uma série de poderes a Gustavo Capanema, que, por sua vez, delegou alguns deles a Rodrigo Melo Franco de Andrade que, por fim, confiou a Lucio Costa as decisões sobre todos os aspectos ligados ao tombamento e à manutenção dos bens tombados. Assim, pode-se depreender que o aparato burocrático do governo Vargas estruturou-se por intermédio de uma série de redes interpessoais que garantiam um relativo controle das decisões políticas e administrativas nas mãos do Presidente da República. Entre a atuação de Saia e o gabinete ditatorial havia apenas três homens, todos da mais estrita confiança do presidente.

No entanto, essa consistente rede não é suficiente para assegurar um total controle das ações de todos os indivíduos subordinados ao poder central. A análise das ações individuais se mostra assim fundamental para uma averiguação mais correta do funcionamento de aparatos institucionalizados como este no qual Luís Saia se inseriu. Trabalhos como o já citado artigo “O nariz torcido de Lucio Costa”, de autoria de Antônio Luís Dias de Andrade e sobre os trabalhos de restauro realizados na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, situada no município de Embu,²⁶³ e o livro *Restauração arquitetônica*, de Cristiane Souza Gonçalves, sobre outras quatro intervenções de Saia,²⁶⁴ mostram o grau de arbitrariedade conquistado nas restaurações levadas a cabo pela regional paulista sob a chefia do arquiteto paulista. Mesmo que com o “nariz torcido”, ou seja, ainda que a contragosto, Lucio Costa acabou acatando, por exemplo, as sugestões de Saia para os beirais e torre sineira da Igreja de Embu.²⁶⁵ Da mesma forma, foi aceita a ideia para o gradil lateral da Igreja de São Miguel Paulista, a demolição da “casa do Barão”, no Sítio de Santo Antônio em São Roque, a extensão total da casa grande restaurada na mesma localidade e a feição do alpendre de sua capela (sempre com a desconfiança de Lucio Costa).²⁶⁶ Nem mesmo a autoridade de Paulo Tedim Barreto, que publicou um artigo versando sobre a tipologia das casas de câmara e cadeia brasileiras,²⁶⁷ foi suficiente para impedir que Saia se baseasse na sua teoria sobre a evolução regional paulista e restaurasse a Casa de Câmara e Cadeia de Atibaia da forma como ela se encontra atualmente nessa cidade, em oposição a técnicos influentes da Direção Central do SPHAN, a exemplo do próprio

corpo de conhecimento mais ou menos comum entre eles. E às vezes um saía de um estado, ficava algum tempo num estágio, no outro. (...) Mas eram muito dependentes do Rio de Janeiro. Temos pouca coisa. Senão ele não poderia... O Dr. Lucio não poderia controlar. Era pouca coisa”.

²⁶³ ANDRADE. Op. cit., 1992.

²⁶⁴ GONÇALVES. Op. cit., 2007.

²⁶⁵ Cf. ANDRADE. Op. cit., 1992.

²⁶⁶ Cf. GONÇALVES. Op. cit., 2007.

²⁶⁷ BARRETO, Paulo Tedim. Casas de Câmara e Cadeia. In: *Revista do Patrimônio*, n. 26, p. 362-443, 1997.

Barreto e de Edgard Jacintho da Silva.²⁶⁸

Esses episódios são capazes de demonstrar que, mais que a imposição de um consenso por parte da direção central do órgão estatal, o SPHAN estruturou sua atuação (e a base de conhecimento para as atuações posteriores) na acomodação de dissensos. Para tanto, realizou-se um acordo em torno de um consenso mínimo (ou seja, a incessante pesquisa das raízes da nacionalidade e a utilização prática disso para a modernização do país) e do estabelecimento de consensos secundários com base na autoridade demonstrada pelos atores em questão. Luís Saia conquistou sua autoridade neste campo através das pesquisas que levou a cabo e, sobretudo, pela apresentação historiográfica de suas ideias, produzindo, como diria Lucio Costa, uma “argumentação lógica” de difícil refutação.

Enfim, para que seja respondida a questão sobre a relevância da produção historiográfica no que diz respeito aos tombamentos paulistas, poderia dizer o seguinte: o que se tombou em São Paulo, entre 1938 e 1975 (e até mesmo posteriormente), foi a história da evolução regional paulista conforme narrada por Luís Saia. Diria ainda mais: a capacidade de suprir carências de sentido pela prática dos tombamentos não repousa somente nas mãos do Conselho Consultivo, como defende Marize Santos, por exemplo. Depende muito mais, conforme creio ter sido suficientemente demonstrado, da autoridade discursiva dos indivíduos que se empenham em demonstrar, sobretudo no âmbito historiográfico, quais bens são dignos de tombamento. Assim, raramente o Conselho Consultivo do SPHAN questionou os pareceres de Lucio Costa, da mesma forma que o próprio Costa se rendeu boa parte das vezes à autoridade de Luís Saia no que diz respeito à arquitetura tradicional paulista. Fica claro, por fim, que esta autoridade baseia-se, como foi mostrado, na capacidade de demonstrar cientificamente um sentido para as práticas preservacionistas, o que só pode ser feito narrativamente, ou melhor, historiograficamente.

3.4.3 O CONDEPHAAT

Os parâmetros consolidados na regional paulista se estenderam ao Conselho de Defesa

²⁶⁸ GONÇALVES. Op. cit., 2007, p. 147-150.

do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo – o CONDEPHAAT -, principalmente nos seus primeiros anos de vigência. Já me referi, no início deste capítulo, à criação e consolidação desse órgão. Isso foi possível num contexto em que se buscava uma maior descentralização na proteção dos bens culturais da nação, atribuindo maiores responsabilidades aos estados e municípios, descentralização esta possibilitada pela gestão de Renato Soeiro à frente da então Diretoria do Patrimônio Artístico e Nacional. Marly Rodrigues, que estudou a trajetória do CONDEPHAAT, afirma que este conselho “foi criado no momento em que se acelerava a expansão do consumo e da cultura de massas no país”,²⁶⁹ daí a letra “T”, de “Turístico”, completando a sigla. Além disso, os momentos iniciais desse órgão foram marcados pelas divergências entre seus membros (opondo inicialmente um corpo técnico, composto principalmente por arquitetos, a outro, de cunho tradicionalista, do qual fazia parte principalmente membros dos Institutos Históricos e Geográficos locais), e pela falta de recursos materiais e administrativos para que os tombamentos estaduais fossem efetivados.

Embora não tenha presidido o Conselho, Saia ocupou a cadeira reservada ao IPHAN até o ano de sua morte. Segundo Rodrigues, “desde logo conhecedores dos fazeres técnicos e de conceitos relativos à preservação, os conselheiros arquitetos procurariam desempenhar papel central no estabelecimento da metodologia do novo órgão, que acabou por tornar-se herdeiro e reproduzidor da ortodoxia do SPHAN”.²⁷⁰ Para essa historiadora, tal continuidade refere-se especificamente ao “excessivo cuidado com a História da Arquitetura”,²⁷¹ à consideração dos “ciclos” da história paulista como critério para tombamento, incluindo aqueles relativos ao café e à industrialização, e a um certo academicismo, pelo qual “a estratégia de documentação permitia comprovar os valores históricos e estéticos nacionais e universais, o que revestia os tombamentos de um caráter de utilidade pública”,²⁷² sendo este último argumento retirado das já comentadas hipóteses de Marize Santos.

Não obstante Rodrigues constate corretamente a marcada influência que Saia exerceu nos primeiros anos de existência do CONDEPHAAT, creio que a adoção de algumas premissas a conduzem a críticas por vezes excessivas. Segundo Rodrigues,

palavra que envolve idéia de progresso, decadência e sucessão contínua de

²⁶⁹ RODRIGUES, Op. cit., 57.

²⁷⁰ Ibid., p. 60.

²⁷¹ Ibid., p. 65.

²⁷² Ibid., p. 57.

atividades exclusivas, o ciclo afigurava-se como forma de situar um bem material nos limites do tempo e do espaço dando-lhe historicidade, embora restrita, pois o critério econômico não atende à complexa rede de relações culturais presentes em um período histórico.²⁷³

Desta forma, a autora não demonstra levar em conta a utilização, por parte de Luís Saia, de uma perspectiva processual particular, inspirada em alguns aspectos na dialética marxista, na qual considera a conexão de vários processos, dentre eles o econômico, que compõem um processo mais amplo, ou seja, o da evolução regional paulista. Assim, o “ciclo bandeirista”, por exemplo, não diz respeito apenas a uma cultura de subsistência, mas a um modo de vida que depende das formas de ocupação do solo (distribuição concêntrica de fazendas em torno de Piratininga), de heranças culturais (a influência feudal) e de apropriações e outras culturas (a “criação” do mameluco por intermédio da miscigenação com a população autóctone), da adaptação ao meio (criação de uma cultura material – a exemplo da casa – que possibilitasse o aproveitamento do novo espaço, formas de alimentação, de comunicação etc.), dentre outros aspectos que conformam processos específicos e interconectados de apropriação, adaptação, criação e obsolescência. Como Saia demonstra, o poder do bandeirante nem ao menos girou em torno de uma exploração econômica, mas de um apresamento indígena que lhe conferiria poderio militar. As mesmas considerações podem ser estendidas aos demais ciclos.

Com relação ao “academicismo” destes órgãos, não discordo da ideia de que isso contribua para que estes funcionários sejam revestidos de uma autoridade discursiva, conforme sustenta Marize Santos. No entanto, não se trata apenas disso. A construção de uma nacionalidade gera uma carência de sentido que, como é sabido, necessita de um rigor metodológico quanto mais se procure um saber “verdadeiro”. Ora, “academia”, na acepção utilizada por estas autoras, poderia ser perfeitamente definida como um espaço institucional no qual se tem por consenso mínimo o emprego de ferramentas metodológicas de eficácia demonstrada cujo intuito é a busca de respostas racionais (verdadeiras) para hipóteses de relevância coletiva. De fato foi isso que se praticou e se pratica no IPHAN. As próprias autoras fazem parte deste mundo, desde que pretendam, com rigor científico, dizer algo “verdadeiro” ou “racional” sobre qualquer objeto de pesquisa. Se houve uma democratização, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1970, na definição de diferentes identidades (passou-se então a valorizar a heterogeneidade cultural nacional), é porque diferentes grupos passaram a ter acesso às ferramentas metodológicas necessárias para a

²⁷³ Ibid., p. 64.

definição de suas respectivas identidades. Não só os arquitetos, mas agora historiadores, antropólogos, sociólogos. Não só brancos, mas negros, filhos de imigrantes, descendentes de mamelucos etc. Assim, a questão do “academicismo” parece estar, ainda hoje, mal colocada. Não houve uma mudança fundamental, de 1937 para cá, das formas de se definirem uma nacionalidade e a(s) identidade(s) dessa nação.

3.5 CONCLUSÃO

O intuito deste capítulo foi demonstrar que não é possível reduzir as práticas preservacionistas implementadas pelo IPHAN a um *corpus* conceitual cristalizado, muito embora esse tenha que ser levado em conta em qualquer análise desse tipo. Contudo, mesmo definir o que vem a ser esse *corpus* se torna tarefa complicada, quanto mais se encarado a partir de um número restrito de atores.

Desta forma, quis mostrar que, para a compreensão destas práticas, é fundamental que levemos em conta as ações individuais dos sujeitos nelas envolvidos. A história da historiografia se mostrou, a meu ver, um domínio privilegiado para este fim, à medida que permite alcançar as noções e conceitos alternativos formulados no único meio que lhe pode conferir eficácia, ao menos no caso em questão, ou seja, a narrativa historiográfica.

Com essa meta específica delineada, evitei tecer qualquer espécie de juízo de valor alheio a ela. Creio, dessa forma, que certas críticas, ainda que pertinentes, devam ocupar estudos à parte. Refiro-me, por exemplo, à forma pela qual Saia mitiga o extermínio da população autóctone americana, seja englobando toda a diversidade de etnias hoje extintas no dissolvente conceito de “índio”, seja relegando sua contribuição apenas àquilo que tais etnias forneceram à cultura paulista, esquecendo-se de que o genocídio pelo qual passaram não foi total, ainda que devastador.²⁷⁴ Poderia mencionar também o caráter elitista que confere à ação revolucionária, talvez influência do binômio “cultura erudita/cultura popular”, tão influente no pensamento de Mário de Andrade.

É forçoso dizer também que alguns aspectos interessantes infelizmente não puderam

²⁷⁴ No campo da historiografia, uma boa leitura no que diz respeito a relação entre paulistas e *brasis*, como prefere Mário Maestri (MAESTRI, Mário. *Terra do Brasil: a conquista lusitana e o genocídio tupinambá*. São Paulo: Moderna, 1993), é MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ser contemplados neste capítulo, isso em função das limitações naturais de um trabalho como este. Exemplo disso é o papel das questões concernentes à estética na reflexão realizada pelo arquiteto. É possível encontrar em sua biblioteca obras que vão de Plotino a Suzan Langer, passando por Kant, Hegel etc. Todavia, a exploração de mais essa possível fonte excederia a capacidade de trabalho prevista para esta dissertação, além de muito provavelmente não contribuir com nenhum argumento além de demonstrar, mais uma vez, a amplitude reflexiva e a força individual da produção historiográfica de Saia.

O arquiteto em questão também não elaborou a única concepção de evolução arquitetônica influente no Estado de São Paulo. Afirmar isso seria negar as premissas apresentadas no capítulo anterior. No entanto, no período em que esse arquiteto atuou, suas interpretações foram, de fato, pouco discutidas. Essa situação começou a mudar, sobretudo, a partir de 1974, ano em que ocorreu o Curso de Conservação e Restauro, ministrado por vários professores, na USP. Nesse momento, outros atores percebem a possibilidade de ocupar o promissor e prestigiado(r) local até então dominado por Saia, que já contava com 63 anos de idade e viria a falecer no ano seguinte.

4 NESTOR GOULART REIS FILHO E A “EVOLUÇÃO URBANA”: AS NOVAS DEMANDAS DO PATRIMÔNIO PAULISTA (1964-1986)

A 6ª Região do IPHAN, sob o comando de Luís Saia, logrou inserir São Paulo no “mapa do Brasil passado”.²⁷⁵ Contudo, os recursos financeiros e humanos de que dispunha esse órgão eram limitados e, nos últimos anos de vida desse arquiteto a demanda pela preservação do patrimônio cultural brasileiro começava a se expandir significativamente. Essa expansão acompanhava o crescimento urbano e industrial, a ampliação do conceito de patrimônio cultural e a diversificação dos grupos interessados no controle desses bens culturais.

Esse fenômeno não ficou restrito ao Brasil. Com a destruição em larga escala ocasionada pela Segunda Guerra Mundial, os problemas envolvendo a conservação e restauração ganharam destaque. Um dos principais documentos gerados por essas discussões foi a Carta de Veneza, cujos ecos logo se fizeram perceber por aqui. Vários técnicos da Unesco foram trazidos ao Brasil principalmente por intermédio da gestão de Renato Soeiro junto ao IPHAN, e tomou-se assim conhecimento de uma série de novos objetos e critérios de conservação e restauração a serem incorporados na problemática da preservação do bens culturais nacionais. Além disso, essa nova demanda passou a exigir a descentralização cada vez maior das ações preservacionistas, que passaram a ser atribuições também de estados, municípios e mesmo da sociedade civil. A tudo isso somar-se-ia ainda a percepção do potencial econômico desses bens culturais.

As ações individuais que ora serão analisadas indicam muito bem as possibilidades de atuação e inovação no campo das práticas preservacionistas nacionais desse novo período. Se Nestor Goulart Reis Filho não se destacou tanto quanto Luís Saia no âmbito paulista (até porque passaria a ter que dividir o campo de ação com um número muito mais expressivo de atores), deve-se reconhecer que sua atuação, dentro dos limites impostos, foi responsável por modificações significativas notadas a partir de então nas ações preservacionistas paulistas e nacionais. Tais alterações relacionam-se sobretudo com os fenômenos de explosão urbana observados a partir de então, que acabaram por repercutir de forma direta no campo das políticas de proteção de bens culturais. A obra de Reis Filho possibilitou uma consistente

²⁷⁵ Cf. RUBINO. Op. cit., 1992 e 1997.

orientação para a preservação dos “conjuntos” históricos, que passavam a encabeçar a lista dos itens de maior importância como vestígio material dos processos definidores de identidades coletivas.

O êxito da empreitada empreendida por Reis Filho se deve certamente ao fato de que ele se lançou, primeiramente, ao campo mais importante das ações de construção de memória e identidade de um “povo”, ou seja, a “produção de sentido”. A noção de “evolução arquitetônica” diretamente atrelada à de “evolução urbana” se mostrará, como veremos, uma importante ferramenta para a orientação das ações preservacionistas nesse período. Neste capítulo procurarei mostrar como se deu essa produção de sentido, isto é, a partir de quais significados ou motivações e em quais efeitos implicou essa ação.

Para tanto, mantereí o mesmo esquema aplicado ao capítulo anterior. Serão analisadas a inserção acadêmica e profissional que abrangem e permitem uma compreensão das ações de Reis Filho, a produção historiográfica desse autor e como, a partir dela, foi possível imputar sentido à arquitetura nacional (assegurando-lhe o posto de importante vestígio material num contexto de expansão dos objetos a serem preservados) e, por fim, os efeitos, nos variados campos que se abriram à ação preservacionista, das práticas que passaram a possuir novos significados.

4.1 INSERÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL

Boa parte dos dados que serão elencados nesta primeira seção foram extraídos de uma entrevista gentilmente cedida pelo próprio Nestor Goulart Reis Filho, ainda em plena atividade junto ao Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação – o LAP – da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP – a FAU.²⁷⁶ Esse tipo de fonte, a oral, como é sabido, traz suas vantagens mas também suas dificuldades. No entanto, creio ser perfeitamente possível elaborar um quadro confiável relativo à formação intelectual e profissional deste arquiteto, desde que realizado o devido confronto com outros tipos de fontes.²⁷⁷ Assim, as citações sem referências foram retiradas da entrevista.

²⁷⁶ Embora esteja aposentado desde 2001, Reis Filho continua na atividade docente junto ao Programa de Pós-Graduação da FAU-USP.

²⁷⁷ Para a realização da mencionada entrevista me baseei, principalmente, em MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5ª Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2005. Elaborei inicialmente um questionário

Destacarei aqui apenas os dados significativos enquadrados principalmente entre os anos de 1964 e 1986, que correspondem, respectivamente, ao início da efetiva atividade docente na FAU e à atuação junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU). Nesse curto período já é possível encontrar o desenvolvimento de uma noção particular de evolução arquitetônica. Esta se liga diretamente à evolução urbana e é constituída no ambiente possibilitado pela atividade docente na FAU, efetivando-se nas práticas preservacionistas paulistas, que a partir da criação do CONDEPHAAT e do Curso de 1974 cada vez mais ficam a cargo dos professores dessa Faculdade (numa disputa diretamente travada com as práticas institucionalizadas no IPHAN paulista).

Nascido em 1932, na cidade mineira de Cataguases, Nestor Goulart Reis Filho ingressou no curso de arquitetura da FAU em sua quarta turma, ou seja, em 1951. Esta faculdade havia sido criada em 1948, e, neste início de atividades, ela ainda não oferecia uma formação teórica consistente. Seu currículo era inovador para a época, na qual haviam apenas sete cursos de arquitetura, a maioria deles funcionando ou como um anexo das escolas de engenharia ou de acordo com o modelo das “Escolas de Belas Artes”.²⁷⁸ No entanto, o curso da FAU voltava-se principalmente para a prática projetiva com ênfase em arquitetura moderna, em detrimento dos aspectos teóricos e acadêmicos. O “único teórico possível” de acordo com Reis Filho, o arquiteto Luiz Ignácio de Anhaia Mello, que afastara-se da Faculdade após um desentendimento com o conselho dessa instituição, “desarvorando” os alunos da FAU no que diz respeito a este tipo de formação.

Já havia na FAU, segundo Reis Filho, o Centro de Estudos Folclóricos, fundado por alguns alunos, dentre eles o arquiteto Antônio Carlos Alves de Carvalho. Mas a sede por conhecimento teórico de Reis Filho e de seus colegas, sobretudo nas atividades desenvolvidas no Grêmio Estudantil da FAU – o GEFAU –, levou esses jovens alunos a conhecerem o trabalho que vinha sendo realizado no SPHAN. Isso se deu, em primeiro lugar, por intermédio

fechado com perguntas sobre o relacionamento de Reis Filho com os demais autores e sobre as instituições preservacionistas paulistas. No entanto, Reis Filho acabou fornecendo um rico quadro num relato, cuja transcrição totaliza 29 páginas. Para confrontar os dados que foram narrados pelo autor, utilizei outras entrevistas também fornecidas por ele a outros entrevistadores (sobretudo a disponível em <http://www.arcoweb.com.br/entrevista/entrevista52.asp>), além do currículo fornecido pela Plataforma Lattes.

²⁷⁸ Em São Paulo, além do curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica (a respeito do qual tratei no capítulo anterior), havia o da Universidade Mackenzie, de viés academicista, sendo os demais cursos de arquitetura em Escolas de Belas Artes, como a do Rio de Janeiro, que foi a “matriz”, Porto Alegre, Salvador e Recife. Somente em Belo Horizonte havia uma Faculdade de Arquitetura independente (na qual se destacaram nomes como, por exemplo, Sylvio de Vasconcellos, sendo que o próprio Luís Saia se tornou professor livre-docente desta Faculdade). (Dados fornecidos pelo próprio Nestor Goulart Reis Filho em seu depoimento. Cf. também FICHER. Op. cit.).

de uma das atividades do grêmio, na qual os trabalhos teóricos disponíveis sobre arquitetura (sobretudo os textos da *Revista do SPHAN*, no que diz respeito à arquitetura tradicional) eram copiados, editados e apostilados, sendo que a seleção dos textos era feita por indicação dos “mais velhos”. Reis Filho também menciona o trabalho pioneiro desses alunos no que se refere à montagem de um acervo fotográfico, a cores, sobre arquitetura, o único disponível inclusive para os professores da época.

Por outro lado, esses jovens estudantes trabalharam diretamente com Luís Saia, como no caso das comemorações pelo 4º Centenário da Cidade de São Paulo, ocasião na qual Reis Filho relata ter realizado, junto com dois outros colegas seus, um trabalho, sob a orientação daquele arquiteto, sobre a história urbana do Estado de São Paulo. Estes alunos levantaram cerca de 50 mapas, o que, sem dúvida, foi extremamente significativo para a formação de Reis Filho. Assim, em função do interesse desses alunos, tanto pela arquitetura “moderna” quanto pela “tradicional”, muito influenciados pelas leituras dos textos produzidos por Lucio Costa e outros intelectuais do SPHAN, Reis Filho afirma que “as fontes, a meu ver passavam pelo Patrimônio, que era onde as duas tradições [ou seja, a arquitetura tradicional e a moderna] se encontravam”.

Além de Luís Saia, Reis Filho tomou contato, desde a época de estudante de arquitetura, com outros nomes importantes da arquitetura moderna brasileira. O arquiteto narra, por exemplo, que, com dezenove anos, foi para o Recife junto com alguns colegas seus e o engenheiro Airton Carvalho. Foram para o nordeste de automóvel e assistiram às aulas ministradas pelo “Dr. Airton” nas ruas de Olinda, com a câmera fotográfica em mãos e muita curiosidade. Airton de Carvalho foi figura importante dentro da história do IPHAN, tendo sido diretor da regional de Pernambuco e composto um grupo, no mesmo Estado, de importantes figuras, como o calculista e poeta Joaquim Cardoso (que trabalhou ao lado de Oscar Niemeyer) e o arquiteto mineiro Luiz Nunes.²⁷⁹

Reis Filho se forma arquiteto em 1955, passando a atuar um mês depois como professor assistente na FAU. Em 1958 decide prestar concurso para o quadro de professores efetivos daquela Faculdade. A banca foi composta por Sylvio de Vasconcellos, Diógenes Rebouças (conceituado arquiteto baiano, também ligado ao IPHAN) e Lourival Gomes Machado (que, segundo Reis Filho, era o “grande historiador de arte”). Tendo sido mal

²⁷⁹ Reis Filho ainda lembra que Airton de Carvalho vinha de família tradicional, era historiador, curiosamente monarquista, possuía formação de direita católica além de ser figura curiosa e inteligente, pela qual demonstra muito respeito.

sucedido nessa tentativa, o arquiteto percebeu que a formação oferecida pela FAU seria insuficiente para sua carreira de professor, motivo pelo qual ingressou, logo em seguida, no curso de Ciências Sociais da USP, sem abandonar, contudo, a docência. No entanto, o arquiteto confessa que sua formação historiográfica foi obtida, na verdade, nos trabalhos do IPHAN, visto que o curso de Ciências Sociais não oferecia nenhuma disciplina na área de história.

Após ter se formado em Ciências Sociais em 1962 (num contato direto, portanto, com o grupo de Florestan Fernandes), Reis Filho se torna finalmente, em 1964, professor livre-docente da FAU, com uma tese intitulada *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana no Brasil (1500-1720)*.²⁸⁰ A FAU acabara de passar, em 1962, por uma importante reforma curricular, adotando moldes que persistem até hoje. A alteração mais significativa é que essa Faculdade passou então a contar com três departamentos: Projetos, História da Arquitetura e Tecnologia da Arquitetura. Reis Filho terá então um papel importante na consolidação da FAU como um local privilegiado para a produção da história da arquitetura, tanto paulista quanto nacional.

Muito embora possua uma carreira bastante diversificada, Reis Filho se dedicou, principalmente, à pesquisa e à docência. Entre 1968 e 1972 Reis Filho assume o cargo de chefe do Departamento de História da Arquitetura e Estética da FAU-USP. Logo em seguida, torna-se o primeiro diretor ex-aluno dessa Faculdade, cargo no qual permanecerá até 1975. Concomitantemente à direção da FAU, entre 1973 e 1975, assume a presidência da Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, o que demonstra engajamento nessa área de atuação.

Relacionado diretamente à pesquisa histórica, é importante destacar a criação do já mencionado LAP. Em torno deste laboratório de pesquisa, Reis Filho tem realizado e coordenado importantes estudos sobre arquitetura, urbanização e preservação, tanto em nível local como nacional. Além de trabalhar num número expressivo de pesquisas, Reis Filho tem sido responsável pela orientação de uma série de outros pesquisadores naquele laboratório, cujos trabalhos são regularmente publicados nos *Cadernos do LAP*.

Com relação à atuação na área da preservação e conservação patrimonial, Reis Filho

²⁸⁰ REIS FILHO, Nestor Goulart . *Evolução Urbana do Brasil: 1500-1720*. São Paulo: Pioneira, 1968. v. 1. 138 p. Em 1967, Reis Filho adquire seu segundo título de professor livre-docente, com a tese *Urbanização e Teoria - Contribuição do Estudo das Perspectivas Atuais para o Conhecimento dos Fenômenos de Urbanização*. (REIS FILHO, Nestor Goulart . *Urbanização e Teoria*. São Paulo: FAU-USP, 1967. v. 1. 127 p.).

tem atuado diretamente nesta área desde, pelo menos, 1963, quando propôs, numa sessão pública, a criação de um órgão estadual, o que lhe teria custado, segundo narra, uma desavença com Luís Saia. Em 1969, quando é criado o CONDEPHAAT, Reis Filho é indicado a ocupar a cadeira destinada à USP no seu Conselho Deliberativo. A indicação não partiu da FAU, mas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP – a FFCL –, então dirigida pelo historiador Eurípedes Simões de Paula.

Reis Filho presidiu o Conselho entre os anos de 1975 e 1980, quando o órgão passou por algumas mudanças em relação aos primeiros anos de sua existência (tratados no capítulo anterior). Segundo Marly Rodrigues, o CONDEPHAAT sofreria o impacto das novas ideias debatidas no Curso de Conservação e Restauro oferecido na FAU, em 1974, sobretudo no que se refere à noção de “patrimônio cultural” trazida por Hugues de Varine-Boham. Além disso, a participação cada vez mais efetiva da sociedade (considerando o início de um processo de abertura política a partir do final da década de 1970), as mudanças nas políticas preservacionistas ocorridas no plano federal e a participação efetiva de acadêmicos advindos de outras áreas do conhecimento (a exemplo de Aziz Ab'Saber, na área da Geografia, e Ulpiano Bezerra de Menezes, na área da arqueologia e história), colocariam novas questões em pauta.²⁸¹ No entanto, creio que a produção historiográfica dedicada à questão do urbanismo tenha sido igualmente importante para a adoção de novas posturas, afinal, a importância adquirida pela noção de “patrimônio ambiental urbano”, como destaca a própria autora, não pode ser desvinculada desta produção preocupada com uma investigação relativa aos problemas de evolução urbana.

Não obstante a postura então adotada pelo CONDEPHAAT, visando uma ampliação da noção de patrimônio, este órgão se viu em grande parte tolhido em sua ação devido a empecilhos políticos e administrativos, o que ocasionou uma perda de credibilidade não somente em relação à sociedade, mas também aos membros do Conselho Deliberativo, que, em 1982, chegaram a pedir uma demissão coletiva quando da demolição em massa dos casarões antigos situados na Avenida Paulista.²⁸²

Reis Filho também procurou vias alternativas de atuação. Em 1975, foi empossado vice-presidente da Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), e, em 1979, tornou-se presidente do mesmo órgão. A EMURB foi criada, em 1971, como uma empresa pública com o intuito de elaborar estudos de planejamento visando intervir no espaço urbano. Esta empresa

²⁸¹ RODRIGUES. Op. cit.

²⁸² Cf. Ibid.

se mostrou uma ferramenta mais eficaz que o próprio CONDEPHAAT no que diz respeito à preservação de núcleos urbanos, fornecendo instrumentos reais de intervenção e de adaptação desses ambientes aos usos contemporâneos.

Em 1986 tornou-se membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU). O CNDU foi um desdobramento da Comissão Nacional de Política Urbana (CNPUR), criada durante a presidência de Ernesto Geisel, a partir do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Neste período o país passava por graves problemas de urbanização, causados principalmente pela migração em massa. Foi, contudo, a partir do Governo de Tancredo Neves que esses problemas urbanos passaram a ser enfrentados com mais seriedade. Cria-se, nesse período, o Ministério de Habitação e Desenvolvimento Urbano, ao qual ficou subordinado o BNH – Banco Nacional da Habitação. Segundo Reis Filho, “estávamos convencidos de que o meio técnico brasileiro havia amadurecido ao longo daqueles anos, inclusive nas universidades, mas o meio político, refletindo uma visão provinciana e muito ultrapassada dos problemas, não se mostrava preparado para incorporar essas contribuições”.²⁸³

No mesmo ano, funda e coordena, até 1990, a Comissão de Patrimônio Cultural da USP – CPC –,²⁸⁴ responsável pela proteção dos edifícios pertencentes à Universidade e por uma série de atividades culturais. Embora essa comissão possuísse um escopo de atuação mais limitado,²⁸⁵ sua criação faz parte de uma tendência que não escapou a Reis Filho: a crescente pulverização dos instrumentos de preservação de bens culturais. Dadas as limitações políticas e administrativas apresentadas pelos órgãos preservacionistas estaduais e federais, fez-se necessária a criação de diversos órgãos descentralizados, visto que a expansão urbana, industrial, demográfica e imobiliária ameaçava progressivamente os bens culturais coletivos. Além disso, ampliava-se a noção de patrimônio (aumentando o número de bens a serem salvaguardados) e um número cada vez maior de grupos percebia o valor desses bens tanto para o desenvolvimento econômico quanto para reaver uma cidadania tolhida pelo regime militar.

Só muito recentemente Reis Filho participou diretamente do IPHAN, tendo se tornado membro de seu Conselho Consultivo entre os anos de 1999 e 2009. No entanto, em 1974, ao

²⁸³ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Urbanização e planejamento no Brasil – 1960/1983*. São Paulo: FAU-USP, 1999, p. 6. (Cadernos de pesquisa do LAP).

²⁸⁴ Atualmente “Centro de Preservação Cultural”.

²⁸⁵ A CPC possuía, inicialmente, “a incumbência de propor a fixação de diretrizes gerais quanto à destinação do patrimônio da universidade de São Paulo, sob o ponto de vista cultural” (Portaria nº 39 da Reitoria da USP).

lado de Luís Saia (representando o IPHAN) e Ulpiano Menezes, Reis Filho montou o Curso de Especialização em Conservação e Restauro, numa parceria entre IPHAN, FAU e CONDEPHAAT. Por um lado, esse curso atendia uma exigência de cooperação entre o IPHAN e as Universidades públicas, mostrando-se um fruto da gestão de Renato Soeiro e das diretrizes estabelecidas pelo Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio, ocorrido em 1971 na cidade de Salvador, BA. Por outro, abria espaço para a construção do Programa de Pós-Graduação da FAU, que ainda não contava com cursos de mestrado e doutorado.

No que se refere especificamente às suas pesquisas relacionadas às áreas da arquitetura, urbanismo e patrimônio, além de numerosos artigos publicados em periódicos acadêmicos e outros tipos de revistas e jornais, de várias participações em livros diversos, de uma extensa produção de trabalhos técnicos e da coordenação dos *Cadernos de pesquisa do LAP*, nos quais também possui um grande número de trabalhos publicados, Reis Filho possui ainda uma significativa lista de livros publicados. Dentre eles poderíamos mencionar o *Catálogo de iconografia das Vilas e Cidades do Brasil Colonial: 1500/1720*, de 1964, que reúne o material utilizado na defesa de sua primeira tese de livre-docência, publicada em 1968 sob o título *Evolução Urbana do Brasil: 1500-1720* (com sua 2ª edição publicada em 2000). Um ano antes publicou sua segunda tese de livre-docência, intitulado o livro *Urbanização e teoria: contribuição ao estudo das perspectivas atuais para o conhecimento dos Fenômenos de Urbanização*. Em 1970 publica seu *Quadro da arquitetura no Brasil* (que hoje já atinge sua 8ª edição), em seguida *São Paulo, Guia dos bens tombados* (1982) e *Aspectos da História da Engenharia Civil em São Paulo: 1860-1960* (1989). Na década de 1990 publica *São Paulo e outras cidades - produção e degradação dos espaços urbanos* (1994), *100 Anos de Ensino de Arquitetura e Urbanismo em São Paulo* (1996) e *Racionalismo e Proto-Modernismo na Obra de Victor Dubugras* (1997). Nesta última década, Reis Filho ainda publicou *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial* (2000), *Restauração do Palácio Campos Elíseos - Um Marco na História de São Paulo* (2002), *Parque Cientec - Parque da Ciência e Tecnologia da USP - Restauração do Conjunto Arquitetônico de Importância Histórica para Abrigar Atividades de Difusão de Ciência e Tecnologia* (2003), *Leituras Cartográficas Históricas e Contemporâneas* (2003), *São Paulo: Vila, Cidade, Metrôpole* (2004), *Victor Dubugras - Precursor da Arquitetura Moderna na América Latina* (2005), *Notas sobre Urbanização Dispersa e Novas Formas de Tecido Urbano* (2006), *Dispersão Urbana - Diálogo sobre*

pesquisas - Brasil – Europa (2007), *Brasil: estudos sobre dispersão urbana* (2007) e *Sobre dispersão urbana* (2009).²⁸⁶

4.2 CONTEXTO INTELECTUAL DE FORMAÇÃO

4.2.1 Os anos 1950 em São Paulo

Terminada a Segunda Guerra Mundial, o país se viu em condições de alavancar um processo de industrialização sem precedentes. São Paulo foi o estado que mais se aproveitou desse momento, superando o Rio de Janeiro na posição de principal centro industrial brasileiro e conhecendo, conseqüentemente, uma grande expansão urbana.

Esse também foi um período de efervescência cultural, no qual uma série de importantes centros culturais foram criados com o dinheiro advindo da industrialização. Assim, em 1947, funda-se o Museu de Arte de São Paulo (MASP), idealizado pelo empresário e jornalista Assis Chateaubriand (que atualmente empresta seu nome ao museu) e pelo *marchant* Pietro Maria Bardi, cuja esposa, Lina Bo Bardi, foi responsável pelo projeto do prédio do atual museu, situado na Av. Paulista, hoje tombado pelo IPHAN. No ano seguinte é fundado o Museu de Arte Moderna (MAM), que reunia um valioso acervo doado por Francisco Matarazzo Sobrinho (o “Ciccilo”) e sua esposa, Yolanda Penteado, sendo que foi instalado, inicialmente, da mesma forma que o MASP, no prédio dos “Diários Associados”, cujo proprietário era o próprio Chateaubriand.²⁸⁷ Ainda em 1948, o empresário italiano Franco Zampari funda o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), tendo importado para tanto atores e técnicos italianos de alta qualidade.²⁸⁸ Franco Zampari ainda cria, com o apoio, mais uma vez, de Ciccilo Matarazzo, a Companhia Cinematográfica Vera Cruz, que, sustentada por empresários paulistas, produziu 22 filmes no espaço de quatro anos, tornando-se o primeiro

²⁸⁶ Não foram mencionados os livros sobre redes ferroviárias. Para uma listagem completa, cf. <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizaev.jsp?id=K4787848T3>> Acesso em 09.06.2010.

²⁸⁷ O conselho de administração do MAM foi inicialmente composto pelos arquitetos Villanova Artigas e Luís Saia e os críticos Sergio Milliet e Antonio Cândido Mello e Souza, entre outros. A 1ª Bienal ocorreu em 1951, com a participação de 21 países, em edifício adaptado por Luís Saia e Eduardo Knesse de Melo. Em 1963, a Bienal se separa do MAM, Ciccilo Matarazzo extingue a sociedade que sustentava o museu, e seu acervo é então doado à USP, que cria o Museu de Arte Contemporânea (MAC).

²⁸⁸ Cacilda Becker e Paulo Autran são dois exemplos de atores brasileiros formados no TBC.

estúdio cinematográfico brasileiro em moldes profissionais.

Nestor Goulart Reis Filho relata o quão significativo foi este período em sua trajetória. Quando o MASP foi fundado, Reis Filho acabara de se formar num colégio de padres. Segundo ele, em função disso, foi reprovado no vestibular para o curso de arquitetura da FAU-USP, que havia sido fundado naquela mesma época e, então, começou a frequentar um curso de desenho no teatro da cidade. Reis Filho conta que então “ficava por lá” visitando os museus e participando dos cursos que neles eram oferecidos. O acervo disponibilizado por esses museus era algo até então impensável no país. O futuro arquiteto fez também cursos com o cenógrafo Aldo Calvo, do TBC, e se interessou pela parte de arquitetura envolvida na produção de cinema da Companhia Vera Cruz.

Segundo Reis Filho, esse clima de efervescência cultural é importante para que se entenda porque “uns meninos de 18 e 20 anos saíam lendo certas coisas, visitando certas coisas, estudando”. O contato com este grande acervo de arte, sobretudo arte moderna, mas, sem dúvida, boa arte (chegada em São Paulo pelo “mecenato” dos principais industriais da metrópole) fixou o padrão estético que levaria jovens como Reis Filho à FAU e ao IPHAN, onde essa linguagem melhor se expressou em termos arquitetônicos.

4.2.2 A FAU e o SPHAN

Após aprovado no curso de arquitetura da FAU, Reis Filho reconheceu desde logo o caminho profissional que iria seguir por toda sua vida. Como já foi mencionado, o arquiteto até hoje se dedica ao ensino e à pesquisa naquela faculdade. Desde cedo interessado pela estética moderna, ao buscar essa linguagem no meio arquitetônico acabou compreendendo a necessidade de estudar detidamente a arquitetura tradicional brasileira, o que levou Reis Filho ao contato com o SPHAN. No entanto, somente isso não explica as fontes que tornaram esse arquiteto um estudioso da história do urbanismo nacional.

Como vimos, a FAU careceria, nos seus primeiros anos, da formação teórica que Reis Filho e alguns de seus colegas procuravam. No entanto, o arquiteto chegou a frequentar as aulas de Anhaia de Mello na FAU, o mesmo que havia sido professor de Luís Saia na Escola Politécnica. Assim como influenciaram Saia, as aulas de Anhaia Melo despertaram certamente

em Reis Filho o interesse pela temática do urbanismo.

Reis Filho teve então que recorrer ao que havia disponível no campo da teoria e da história da arquitetura, produção esta quase que exclusivamente advinda do SPHAN. O arquiteto narra ter ficado profundamente marcado por um artigo de Paulo Tedim Barreto, sobre a arquitetura tradicional piauiense,²⁸⁹ no qual o autor, segundo Reis Filho, “com adequada visão de conjunto”, abarca a escala urbanística e as políticas urbanizadoras do século XVIII, “como parte da política colonizadora portuguesa nas administrações de D. João V e de Pombal”.²⁹⁰ Este estudo abriu então os olhos de Reis Filho para uma perspectiva que iria explorar adiante, numa postura distante de autores como Sérgio Buarque de Holanda e Robert Smith. Isso significa dizer que Reis Filho passou a defender a existência de uma política urbanizadora e de formas de planejamento urbano durante o período colonial, ao contrário de uma suposta lassidão portuguesa relativa às cidades, expressa no pouco interesse pela ordem em contraposição à colonização espanhola.

Outros autores ligados ao SPHAN foram igualmente significativos para a formação intelectual de Reis Filho, principalmente no que diz respeito a aspectos arquitetônicos e urbanísticos regionais. O arquiteto cita, por exemplo, os trabalhos de Joaquim Cardoso sobre o Recife²⁹¹ e de Sylvio de Vasconcelos sobre a formação das vilas mineiras.²⁹² Além desses, lembra-se ainda de Ayrton de Carvalho (PE), José Reis (RJ), Alcides Miranda da Rocha (RJ) e Luís Saia, “com Lucio Costa à frente”. Embora nos estudos sobre arquitetura civil esses autores tenham ampliado “em muito os conhecimentos sobre os aspectos intra-urbanos de nossas vilas e cidades coloniais”, não teriam eles se voltado especificamente para a História do Urbanismo e da Urbanização.²⁹³

No entanto, para o caso de Luís Saia, creio que a influência exercida sobre Reis Filho tenha sido mais significativa, embora o autor não o arrole de maneira destacada quando faz alusão a seu referencial teórico. Mencionei há pouco que os caminhos de Reis Filho cedo se cruzaram com os de Luís Saia. De fato, em várias ocasiões este último parece ter oferecido oportunidades de trabalho aos mais jovens. Antônio Luiz Dias de Andrade, que sucedeu Saia

²⁸⁹ BARRETO, Paulo Thedim. “O Piauí e sua arquitetura”. *Revista do SPHAN*. Rio de Janeiro, n. 2, p. 187-223, 1938.

²⁹⁰ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Notas sobre a evolução dos estudos de história da urbanização e do urbanismo no Brasil*. São Paulo: FAU-USP, 1999, p. 25. (Cadernos de Pesquisa do LAP, n. 29).

²⁹¹ Especialmente CARDOSO, Joaquim. Observações em torno da história da cidade do Recife no período holandês. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 4, p. 383-405, 1940.

²⁹² A exemplo de VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1956.

²⁹³ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Notas sobre a evolução...* op. cit., p. 24.

na regional paulista do IPHAN, iniciou lá sua carreira como estagiário. O primeiro contato com Carlos Lemos também teria sido amistoso.²⁹⁴ O historiador Jaelson Bitran Trintade também iniciou sua carreira no IPHAN em sua mocidade, e se recorda de Saia com admiração. Talvez esse modo de tratar os mais jovens seja um reflexo da convivência com Mário de Andrade, que demonstrou a mesma abertura ao então “jovem engenheiro”. Parece ter sido comum a presença de jovens estudantes de arquitetura estagiando no IPHAN, e foi numa dessas oportunidades que Reis Filho conheceu Luís Saia. Foi naquele já mencionado trabalho, no qual Reis Filho e seus colegas ficaram a cargo de realizar um levantamento cartográfico do Estado de São Paulo, que o jovem estudante de arquitetura teve um dos primeiros contatos com este tipo de fonte, ou seja, com plantas e mapas urbanos, além dos materiais iconográficos, cabendo recordar o quão importante esse material se tornaria posteriormente para a obra desse arquiteto. É pouco provável que Reis Filho desconhecesse os principais textos de Saia, no qual a ocupação rural e urbana tiveram papel cuja importância já foi destacada no capítulo anterior. É também clara a utilização de uma periodização semelhante à proposta por Saia para a evolução regional paulista. Embora Reis Filho tenha deixado claro o interesse em explorar algumas áreas que não chamaram muito a atenção do arquiteto do SPHAN, é difícil escamotear as semelhanças que se evidenciam, por exemplo, em *Quadro da arquitetura no Brasil*.

Dessa sua época de estudante de arquitetura também foram importantes as viagens que realizou pelo país. Juntando dinheiro para viajar nas férias, enfrentou as precárias condições de locomoção da época para conhecer o Nordeste (tendo se tornado amigo e admirador do arquiteto Ayrton de Carvalho no Recife), Minas Gerais e Rio de Janeiro (principalmente Parati), até onde é possível saber. Assim como aconteceu com vários outros intelectuais brasileiros (e mesmo estrangeiros), foi a partir do contato com os testemunhos materiais de outras épocas que, sem dúvida, Reis Filho se indagou sobre a evolução das configurações urbanas, passando a pensar então nos estágios que mediam o processo do qual fazem parte aquela época e a nossa.

²⁹⁴ A respeito de um trabalho seu reprovado na Faculdade de Arquitetura da Mackenzie, Lemos narra o seguinte: “fui procurar Luís Saia na sede do SPHAN, na Rua Marconi, a quem não conhecia pessoalmente, só de nome e por meio da revista daquela entidade, cuja edição de número 8 consultara na Biblioteca Municipal para fazer o meu trabalho. Foi gentilíssimo e, como era vaidoso do seu saber naquele campo em que não havia mais ninguém interessado, resolveu fazer uma candente defesa do meu projeto, demonstrando grande erudição”. LEMOS, *Viagem pela carne*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 140.

4.2.3 O Curso de Ciências Sociais da USP

A primeira tentativa de ingresso no quadro de professores efetivos da FAU mostrou a Reis Filho a necessidade de aprofundamento no conhecimento dos processos sociais, sem o qual, como notaram os principais arquitetos nacionais (dois deles, como vimos, compuseram a banca a que se submeteu Reis Filho), é impossível compreender os problemas de arquitetura. Por esse motivo ingressou no curso de Ciências Sociais da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL – da USP. Acabou assim imerso num importante espaço de discussões sociológicas que marcaram as ciências humanas no Brasil. Faz-se então necessário caracterizar sumariamente a segunda geração da “Escola Sociológica Paulista”, pensando em alguns aspectos importantes para a compreensão da produção historiográfica de Reis Filho.

Um trabalho que permite tal caracterização é o relativamente recente artigo de Luiz Carlos Jackson, intitulado “Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969)”.²⁹⁵ Segundo esse autor, “quase toda produção acadêmica nas ciências sociais tinha como foco o problema da *modernização* brasileira”, o que levou a uma ênfase nas análises dos “processos constitutivos de nossa *formação* – social, econômica, política e cultural”.²⁹⁶ Esse período caracterizar-se-ia também pela existência de projetos acadêmicos conflitantes, “orientados pela convicção nas possibilidades de intervenção pela sociologia no processo de modernização brasileiro”.²⁹⁷ No caso específico paulista, a produção acadêmica na área de sociologia polarizou-se nos núcleos representados pela Escola Livre de Sociologia Paulista (ELSP), criada em 1933 e que, no período analisado, destacava-se por pretender “realizar um amplo panorama empírico da realidade brasileira por meio dos ‘estudos de comunidades’”,²⁹⁸ conforme projeto encampado por Donald Pierson, e pela FFCL-USP, fundada em 1934, que poderia ser então caracterizada pelo projeto encabeçado por Florestan Fernandes (à frente da cátedra “Sociologia I”, após 1954), na linha de uma “sociologia do desenvolvimento”.

Florestan Fernandes ocupou uma posição importante dentro da segunda geração de sociólogos da FFCL. De acordo com Jackson, embora não tenha sido responsável pela edição

²⁹⁵ JACKSON, Luiz Carlos. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). *Tempo social*. Revista de Sociologia da USP. V. 19, n. 1, p. 115-130, jun. 2007. Além de tratar especificamente do período no qual Reis Filho foi aluno da FFCL-USP, este artigo possui a vantagem de dialogar com uma significativa literatura sobre a mesma temática.

²⁹⁶ *Ibid.*, p. 115.

²⁹⁷ *Ibid.*, p. 117.

²⁹⁸ *Ibid.*, p. 118.

de nenhum periódico acadêmico, ele compareceu com suas publicações em quase todas as revistas especializadas da época. Sua atuação como docente foi também determinante para o formato adquirido pelo curso de ciências sociais da FFCL a partir de então, embora tenha convivido com posições divergentes dentro do mesmo curso.²⁹⁹ Não seria de se estranhar, portanto, a influência que exerceria sobre seus alunos, e alguns dos aspectos de sua obra são realmente reconhecíveis na produção historiográfica de Nestor Goulart Reis Filho. Octávio Ianni oferece no texto publicado sob o título “A sociologia de Florestan Fernandes” um quadro interessante a respeito do trabalho acadêmico desse sociólogo, não obstante o tom laudatório propício à ocasião em que foi proferido.³⁰⁰ Dentro deste quadro, podemos identificar, principalmente, os seguintes aspectos: uma postura crítica, que questiona tanto a realidade social quanto o pensamento produzido sobre ela; o diálogo com as correntes funcionalista (Durkheim), compreensiva (Weber) e dialética (Marx) da sociologia; e o “compromisso com as exigências lógicas e teóricas da reflexão científica”.³⁰¹ Todos estes aspectos podem ser encontrados, ainda que de forma peculiar, na produção historiográfica levada a cabo por Reis Filho.

É importante, no entanto, que se esclareça não só do que se trata a produção acadêmica predominante no curso de Ciências Sociais da USP, mas também a forma pela qual ela se institucionalizou e legitimou. Após assumir a cadeira ocupada anteriormente por Roger Bastide, que desenvolvia com seu grupo, até 1954, trabalhos mais voltados para o folclore e para a questão racial, Florestan Fernandes passou a desenvolver um projeto no qual prevalecia uma orientação “científica”, “centrado na análise sociológica do capitalismo dependente e da formação da sociedade de classes no Brasil”.³⁰² Tal projeto se oporia ao desenvolvido na ELSP, considerado politicamente “conservador” pelos autores da USP. Cabe ainda ressaltar

²⁹⁹ “Disputas mais acirradas ocorreram quando Florestan Fernandes foi indicado por Bastide para substituí-lo em 1954. Nesse contexto, as assistentes Gilda de Mello e Souza e Maria Isaura Pereira de Queiroz transferiram-se, respectivamente, para a Filosofia e para a Sociologia II. Esta (na qual trabalharam Florestan e Antonio Candido, como assistentes, até 1954 e 1958, respectivamente) reuniria, sob a cátedra de Fernando de Azevedo (substituído em 1964 por Rui Coelho), sociólogos com orientações teóricas diversas, como Rui Coelho e Azis Simão, por exemplo. Na Sociologia I, prevaleceu a orientação ‘científica’ imposta por Florestan Fernandes a seus discípulos, entre os quais Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Maria Sylvia de Carvalho Franco e Marialice Forachi. O desenvolvimento da sociologia na USP foi marcado fortemente por essa divisão, pelas disputas entre as cadeiras e internas a elas, sobretudo na Sociologia I, acirradas depois de 1964”. Ibid., pp. 119-120.

³⁰⁰ IANNI, Octávio. A Sociologia de Florestan Fernandes. Estudos Avançados. São Paulo, v. 10, n. 26, abr. 1996. (Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-0141996000100006&lng=en&nrm=iso) Acesso em 18.02.2010). Trata-se de palestra proferida pelo autor por ocasião do “Ato Presença de Florestan Fernandes”.

³⁰¹ Ibid. p. 32-33.

³⁰² JACKSON. Op. cit., p. 124.

que a linha estabelecida pelo grupo da FFCL se consolidou por intermédio de uma série de estratégias acadêmicas, dentre as quais se destacam o sistema de cátedras vigente naquela Universidade³⁰³ e a organização e publicação de periódicos. Dentre essas publicações, poderíamos mencionar as revistas *Sociologia*, que “expressou a liderança exercida até meados dos anos 1950, nas ciências sociais paulistas, por Donald Pierson e Emílio Willems”,³⁰⁴ e o *Suplemento Literário* do jornal *O Estado de S. Paulo*, editado por intelectuais como Antônio Cândido e Lourival Gomes Machado, que, dentre outros, organizaram anteriormente a revista *Clima*.

Reis Filho se aproveitou claramente dessa rede intelectual consolidada na USP. Exemplo disso é que os textos reunidos em *Quadro da arquitetura no Brasil* foram originalmente publicados no *Suplemento Literário* (“por apresentação do mestre e amigo Lourival Gomes Machado”³⁰⁵). A experiência em pesquisa acadêmica adquirida na FFCL certamente também lhe foi útil para a posição destacada que passou a ocupar na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da mesma Universidade. Além das pesquisas desenvolvidas em torno do Laboratório de Pesquisas sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação – o LAP –, Reis Filho utilizou a estrutura do mesmo Laboratório para consolidar um grupo de pesquisa em torno de um esquema um tanto quanto fechado de publicações, conforme pode ser verificado nos *Cadernos do LAP*.

4.2.4 A historiografia

Conforme relata o próprio Reis Filho, o seu interesse por história manifestou-se em três momentos diferentes. O primeiro diz respeito à educação recebida já em casa, para a qual “estudar Brasil era obrigação de todos, inclusive do que quisesse ter o mínimo de formação intelectual”. Assim, estudou, já em casa, história do Brasil, mas no “sentido de formação brasileira”. O segundo momento se relaciona aos anos em que estudou arquitetura na FAU,

³⁰³ Esse sistema fazia com que a carreira acadêmica dos intelectuais dependesse mais diretamente da proximidade com o “chefe” da cátedra, vez que este último é quem nomeava seus assistentes, concorrentes diretos ao cargo de professor catedrático. Assim, relações de afinidade de diversos tipos (social, de gênero, de amizade e de relacionamento amoroso, por exemplo) se tornavam fundamentais para a consolidação das carreiras acadêmicas. Cf. *Ibid.*

³⁰⁴ *Ibid.*, p. 118.

³⁰⁵ REIS FILHO, *Quadro da arquitetura...*, op. cit., p. 9.

sendo que foi buscar nas fontes do SPHAN o conhecimento necessário sobre arquitetura tradicional, conforme já analisado. O terceiro momento se liga aos anos do curso de ciências sociais, quando adquiriu interesse pela análise dos processos sociais e, nos intervalos entre as aulas assistidas (na FFCL) e ministradas (na FAU), “ia para a biblioteca de história ou de geografia ou estudos de administração” a fim de, principalmente, compreender os processos de urbanização.

Pode-se, portanto, tentar reconstituir com base em seu relato as leituras que forneceram ao arquiteto os elementos para a construção de uma narrativa apoiada na noção de evolução urbana, para a qual foi fundamental a compreensão do fenômeno urbano como um processo.

Dado o “sentido de formação brasileira” de suas primeiras leituras historiográficas (realizadas ainda “em casa”), é provável que Reis Filho desde cedo tenha conhecido autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, frequentemente citados por ele. O primeiro fornece principalmente os elementos necessários para a compreensão das mudanças culturais ocorridas no século XIX brasileiro, impressionando Reis Filho principalmente por ser um historiador social, “na linha de Braudel”, conforme ele próprio afirma em seu relato pessoal, e, em função disto, ser muito mais sofisticado que outros autores que igualmente tentaram interpretar a formação brasileira, a exemplo de Afonso Arinos de Melo Franco e Oliveira Vianna. Interessa sobretudo ao arquiteto o livro *Sobrados e Mucambos*, por tratar do urbanismo (de forma mais discreta) e, principalmente, dos primórdios da vida predominantemente urbana do Brasil. Com relação a Caio Prado Junior, o mesmo parece ter servido de fonte sobretudo para a compreensão dos processos sócio-econômicos nacionais.³⁰⁶

Quanto à leitura que fez da obra de Buarque de Holanda, seria interessante transcrever um trecho de uma opinião mais recente sobre *Raízes do Brasil*:

Os textos reunidos em ‘Raízes do Brasil’ procuravam uma forma flexível de explicação para as especificidades sociais do Brasil, contrapondo-se às visões positivistas e às formas de história de celebração da importância de certos setores sociais do passado. Fazendo uso dos recursos lógicos de uma dialética da bipolaridade (que Gilberto Freyre explora em ‘Casa Grande & Senzala’ e ‘Sobrados e Mucambos’), Sérgio Buarque tratou de diversos temas e, entre eles, das características do urbanismo colonial português, em contraposição ao espanhol.³⁰⁷

³⁰⁶ Como em Ibid., p. 146.

³⁰⁷ REIS FILHO. *Notas sobre...*, op. cit., p. 19.

Essa bipolaridade relativa ao urbanismo, expressa principalmente no capítulo “O semeador e o ladrilhador” seria, no entanto, criticada por Reis Filho, que discorda da perspectiva segundo a qual “o urbanismo luso-brasileiro não era visto como um campo de estudo autônomo mas como um campo dependente de comparações com a ação espanhola na América”.³⁰⁸ Todavia, a posição de Holanda não implicaria numa condenação ao urbanismo português, a exemplo da “opinião altamente negativa” de Robert Smith.

Uma alternativa a esta dicotomia equivocada segundo o ponto de vista de Reis Filho (que já havia encontrado plantas de cidades coloniais planejadas) foram as contribuições da Geografia Urbana com suas análises centradas no conceito de “rede urbana”, que seria substituído, segundo o arquiteto, pelo conceito de “sistema urbano”. Reis Filho cita autores como Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, sendo que “a presença de professores franceses na Universidade de São Paulo mas também na Universidade do Brasil e na Universidade do Distrito Federal (de curta duração), levou a uma consolidação progressiva dessa linha de estudos”.³⁰⁹ No que se refere ainda a este tipo de abordagem, Reis Filho também menciona o nome de Aroldo de Azevedo, sobretudo no que se refere ao trabalho “Vilas e Cidades do Brasil Colonial”, publicado em 1955, “que se tornou um clássico, ao qual todos nos reportávamos”.³¹⁰

No entanto, essas últimas abordagens não se desvinculavam de todo do “ceticismo” iniciado por Sérgio Buarque. Assim, a iconografia e a cartografia foram fundamentais para o esforço empreendido por Reis Filho para uma tentativa de superação dessa perspectiva relativa a uma história do urbanismo no Brasil, campo de estudo este até então não delineado de forma autônoma. Suas fontes iconográficas foram as pesquisas realizadas pelo embaixador Joaquim de Souza-Leão Filho, de quem conta ter se tornado amigo, Gilberto Ferrez, Isa Adonias, além de Robert Smith. Contudo, foi o próprio Reis Filho um importante pesquisador nessa área, tendo publicado, já em 1964, um trabalho do tipo dos que serviram de base para suas reflexões posteriores.³¹¹

É importante mencionar também o papel dos historiadores europeus da arquitetura moderna, sobretudo do italiano Leonardo Benevolo, que irão possibilitar a Reis Filho pensar de forma diferenciada a evolução arquitetônica nacional. Esses historiadores, segundo relata,

³⁰⁸ Ibid., p. 20.

³⁰⁹ Ibid., p. 20.

³¹⁰ Ibid., p. 21.

³¹¹ REIS FILHO. *Catálogo de iconografia das vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: FAU-USP, 1964.

“vão buscar o racionalismo no século 18, o que também fizemos”.³¹² Reis Filho parece ter se inspirado em Benevolo (mencionado em alguns trechos de seu *Quadro da arquitetura no Brasil*) ao notar a impossibilidade de se analisar a arquitetura separadamente da cidade. Tratam-se, para ambos os autores, de dois processos (o arquitetônico e o urbano) interligados, descompassados e diretamente relacionados às configurações econômicas e sociais de um dado momento histórico.

No entanto, a correspondência entre sociedade e economia, por um lado, e arquitetura e urbanismo, por outro, também não seria imediata. A industrialização europeia (para Benevolo) e sua repercussão no Brasil (para Reis Filho) apareceriam como momentos privilegiados para a compreensão dos ritmos específicos destes processos interconectados mas particulares. A industrialização possibilitaria a criação de novas técnicas e materiais, mas também engendraria novas configurações sociais e relacionamentos entre grupos. A arquitetura de fato “evoluiria”, alcançando possibilidades técnicas condizentes com as novas condições de existência. O desenvolvimento arquitetônico levaria os teóricos a pensarem em formas mais amplas (urbanas) de reconfiguração dos espaços de vida – as “cidades modernas” de Benevolo. No entanto, interesses políticos e econômicos – a exemplo dos industriais e imobiliários e, no caso específico do Brasil, agrícolas – emperrariam uma transformação possível no nível técnico mas impensável no nível administrativo ou burocrático. Assim, permaneceriam traçados urbanos tradicionais, desenvolvidos para outros momentos históricos, o que impossibilitaria o desenvolvimento e a criação de formas urbanas mais favoráveis à vida contemporânea.

4.3 QUADRO DA ARQUITETURA NO BRASIL

A escolha desse livro, não obstante seja a mais propícia para os fins deste trabalho, apresenta algumas dificuldades. Em face do objeto analisado neste trabalho – ou seja, algumas das alterações semasiológicas e onomasiológicas pelas quais o conceito de evolução da arquitetura tem passado (além de como isso tem ocorrido), no intuito de tornar possível a

³¹² Entrevista disponível em <<http://www.arcoweb.com.br/entrevista/entrevista52.asp>> (último acesso em 14.05.2010).

compreensão das especificidades das práticas preservacionistas nacionais –, o livro *Quadro da arquitetura no Brasil* é o que oferece, dentro da obra de Nestor Goulart Reis Filho, as indicações mais precisas sobre como a arquitetura passa a ser entendida sob a perspectiva do arquiteto, bem como a maneira como tal entendimento vem a influir nas práticas preservacionistas paulistas e nacionais. No entanto, trata-se de um conjunto de textos que o próprio autor considerou “ensaísticos”, o que obscureceria um dos pontos mais importantes a serem analisados para a delimitação da noção de “evolução urbana” e da possibilidade de sua aplicação concreta no âmbito preservacionista, ou seja, os métodos de validação científica aos quais o arquiteto procura submeter seu trabalho, encontráveis, isso sim, em outros trabalhos seus.

A isso soma-se o fato de que *Quadro da arquitetura no Brasil* é um desenvolvimento de uma série de proposições teóricas e metodológicas apresentadas em *Evolução urbana do Brasil: 1500-1720*. Por isso, creio ser necessário voltar a elas a fim de compreender como foram elaboradas as ideias apresentadas em *Quadro da arquitetura no Brasil*, até para que a qualificação “ensaística” não sirva, erroneamente, para desqualificar o esforço científico do qual emanaram.

4.3.1 Evolução urbana do Brasil: 1500/1720

Logo no início da introdução desse livro, Reis Filho denota a preocupação em “demonstrar que as formações urbanas brasileiras devem ser objeto de interesse científico; que não constituem um conjunto de dados aleatórios mas são parte de uma estrutura dinâmica - a rede urbana - que deve ser *compreendida*, quando se almeja o conhecimento daquelas”.³¹³ Nota-se, portanto, desde o princípio, a orientação pelo rigor científico pregado pela segunda geração de sociólogos da USP, e o emprego do conceito de “rede urbana”, buscado, como vimos, na Geografia Urbana de extração francesa. Tratam-se de premissas básicas de uma análise que, não obstante voltada, neste livro, para as políticas urbanizadoras do período colonial (em clara contradição com o “desleixo” apontado por Sérgio Buarque de Holanda e

³¹³ REIS FILHO, Nestor Goulart. Introdução. In: *Evolução urbana do Brasil 1500/1720*. 2ª ed. - São Paulo: Editora Pini Ltda., 2000. Disponível em <<http://www.usp.br/fau/dephistoria/lap/puevourb.html>> Acesso em 20.02.2010. [Itálicos meus].

seguidores), procura “determinar os mecanismos das mudanças ocorridas nesse processo, ou seja, contribuir para o conhecimento dos mecanismos da Evolução Urbana do Brasil”.³¹⁴

O conceito de rede urbana refere-se, na verdade, a um dos níveis em que são tratados os “fatos urbanos” ou os “processos de urbanização”. A “rede” é então concebida como “conjunto ordenado dos elementos espaciais” num nível mais amplo. Refere-se, portanto, a um “sistema social”, a uma “política urbanizadora” (no caso, aquela prevista pela Coroa para sua Colônia) e ao conjunto de cidades como “produto da ordem social”. O outro nível, mais restrito, é o que se refere aos núcleos, entendido como “parcela ordenada e unidade daquele conjunto”. É nesse nível que se dará a análise da arquitetura, a exemplo da que será empreendida em *Quadro da arquitetura no Brasil*, ou seja, de acordo com a maneira segundo a qual ela se “insere no quadro social e espacial dos centros urbanos”.

Embora essa análise de níveis assemelhe-se a uma análise estrutural, Reis Filho procura afastar-se do funcionalismo, ou, ao menos, relativizá-lo. Isso é feito mediante a utilização de uma perspectiva processual, mais afeita à análise dialética, para a qual o que é típico é o que muda, o que está em formação.³¹⁵ Assim como Luís Saia, Reis Filho proporrá a análise da arquitetura em sua instância histórica, processual, evolutiva, sendo a arquitetura um processo em conexão a outros processos mais amplos, como o urbano, o econômico, o social, o político e mesmo o cultural.

Um exemplo de como tradições sociológicas se mesclam na interpretação de Reis Filho é a apropriação dialética que faz, de acordo com o que ele próprio afirma, do método compreensivo weberiano. Reis Filho toma então como mais eficaz a teoria de Weber sobre a origem das cidades, pois ela procuraria “demonstrar a origem social do fato urbano, como um todo organizado, em termos de comunidade, incluindo necessariamente aspectos econômicos, sociais, político-administrativos, militares, demográficos, psicológicos, etc., em configurações peculiares”. Segundo Reis Filho, Weber baseou-se largamente na Cidade-Estado para estabelecer as “condições básicas para a existência do centro urbano”. No entanto, o arquiteto

³¹⁴ Ibid. Como no texto disponibilizado na internet não se faz menção a número de páginas, suprimirei as referências relativas a essa obra nesta subseção.

³¹⁵ Num outro trabalho, Reis Filho afirma que “essa discussão pode nos levar diretamente a um paralelo com os debates que se travaram há algumas décadas, sobre as diferenças entre o que é típico em sociologia, para a corrente funcionalista, que estuda as sociedades em equilíbrio, e a corrente dialética, que tende a considerar como típico o que muda. Liga-se também à busca de uma perspectiva histórica, na qual se procura estabelecer uma visão de conjunto da urbanização como um processo, sem lacunas e cortes abruptos, sem descontinuidades absolutas, ainda que se tenha em vista que o processo se caracteriza exatamente pela mudança, considerando sempre que as mudanças devem ser explicadas no quadro do processo”. REIS FILHO. *Notas sobre...*, op. cit., p. 51-52.

considera necessário introduzir algumas alterações nesta teoria (ou “tipo ideal”), como, por exemplo, considerar a urbanização como um *processo* social. Segundo ele, “seu desenvolvimento provoca o aparecimento e a transformação de núcleos, como consequência das interações humanas em que implica”. Além disso, Weber focalizaria o fenômeno urbano em sua escala local, não o considerando enquanto constituinte de uma “rede” mais ampla. Para o período estudado por Reis Filho, esse elemento tornar-se-ia fundamental, pois “o processo de urbanização, em escala nacional, corresponde não ao centro urbano, mas a um nível organizatório mais complexo, que é a rede urbana. Desse modo, são enfrentadas todas as formas de aglomeração urbana em um país, como um conjunto, ao nível do processo”.

Outro exemplo dessa confluência de tradições, agora inspirada diretamente em Florestan Fernandes, é o emprego do conceito de “função urbana”, “indispensável no conhecimento dos centros urbanos e do processo de urbanização em uma região”. Reis Filho evita a “conotação biológica” oferecida pela geografia urbana, preferindo a definição de seu professor, na qual o conceito assume claramente o significado de “função social”.³¹⁶ Tal ferramenta permite então que o arquiteto analise os núcleos urbanos e a arquitetura neles implantada em relação com as redes urbanas mais amplas. Assim, “o processo de urbanização é encarado a partir de sua origem, ou seja, do processo de urbanização da Europa medieval-renascentista e as ligações entre ambos como constituídas pela política de colonização e, como parte desta, pela política de urbanização de Portugal no Brasil”.

É importante ainda destacar que, nessa introdução ao livro *Evolução urbana no Brasil*, Reis Filho se preocupa em detalhar o método de análise das fontes, tanto “primárias” quanto “secundárias”, algo que não fará em *Quadro da arquitetura no Brasil*. No entanto, entendo que o exposto capítulo introdutório ora analisado forneceu a esse último livro as premissas necessárias para sua realização. Os referenciais teóricos, os aportes metodológicos e o trato com as fontes apresentados serviram de base para a análise do nível mais restrito que compreende os núcleos urbanos e seus edifícios. Passemos então à análise de *Quadro da arquitetura no Brasil*, nos moldes do que foi realizado no capítulo anterior.

³¹⁶ Fernandes define o conceito da seguinte forma: “é a conexão que se estabelece quando unidades do sistema social concorrem, com sua atividade, para manter ou alterar as adaptações, os ajustamentos e os controles sociais de que dependam a integração e a continuidade do sistema social, em seus componentes nucleares ou como um todo. Por unidade do sistema social deve-se entender todo e qualquer elemento (ação, relação, posição, personalidade, grupo, instituição, camada, etc.), que possa fazer parte de conjuntos interdependentes de fenômenos sociais e desempenhar dentro deles, independentemente de sua própria constituição ou complexidade, uma influência característica”. FERNANDES, Florestan. *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959, p. 268, *apud* REIS FILHO. *Op. cit.*, 2000.

4.3.2 A estrutura de *Quadro da arquitetura no Brasil*

Como já foi dito, esse livro é uma reunião de ensaios produzidos a partir de 1962, publicados entre 1963 e 1969, primeiramente no *Suplemento Literário* de *O Estado de S. Paulo* e, em seguida, na revista *Acrópole*. Segundo Reis Filho, tratavam-se de textos “com os quais procurávamos delinear um quadro de referências básicas para o estudo da arquitetura no Brasil, revelando um esquema, a partir do qual vínhamos desenvolvendo nossas pesquisas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo”.³¹⁷ A publicação do conjunto de ensaios contou, mais uma vez, com a rede intelectual estabelecida na USP, uma vez que “a generosidade de Aracy Amaral e dos demais críticos e artistas, que compõem o Conselho Editorial da Coleção 'Debates', conseguiu encontrar interesse em reuni-los sob a forma de um livro”, dada a “linha comum de desenvolvimento” que apresentavam.³¹⁸ Desnecessário mencionar novamente o apoio de Lourival Gomes Machado quando da publicação desses textos no *Suplemento Literário* do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Muito embora saliente ao final de sua “Nota prévia” (uma espécie de introdução a seu livro) o caráter de ensaios dos textos apresentados, “mais do que de obras com tratamento metodológico sistemático”³¹⁹ (o que visava, segundo o arquiteto, atender o interesse dos não especialistas), Reis Filho deixa claro também que esses textos surgiram das pesquisas de cunho científico produzidas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Infelizmente não tece maiores detalhes acerca dos aspectos metodológicos dessas pesquisas, resumindo-se a apenas especificar aqueles de cunho teórico desta análise mais voltada para a arquitetura. A única menção que faz a essas pesquisas é a seguinte:

Tentando encarar os fenômenos arquitetônicos com a objetividade de uma abordagem científica, tínhamos necessidade de superar os limites das análises de problemas puramente formais, para relacionar a arquitetura com um quadro mais amplo, especialmente com as estruturas urbanas e com as condições de evolução social e cultural do Brasil, isto é, tínhamos necessidade de deixar de encará-la como simples transposição de arquitetura européia, para reconhecer a evolução de suas condições de produção e uso no país.³²⁰

Não obstante a falta de rigor de *Quadro da arquitetura no Brasil*, o relacionamento da

³¹⁷ Ibid., p. 9.

³¹⁸ Ibid., p. 10.

³¹⁹ Ibid., p. 11-12.

³²⁰ Ibid., p. 9.

arquitetura “com um quadro mais amplo”, ou seja, com as “estruturas urbanas” e com as “condições de evolução social e cultural do Brasil”, torna esse conjunto de textos um prolongamento ou um desenrolar do trabalho iniciado em *Evolução urbana do Brasil*, no qual pode ser encontrado uma maior rigor metódico ou científico.

Quadro da arquitetura no Brasil foi dividido em três partes (“Lote urbano e arquitetura no Brasil”, “Arquitetura brasileira no século XIX” e “Sobre o patrimônio de cultura”). Tentarei descrever cada uma delas, no intuito de tornar mais claras as proposições de Reis Filho e, em seguida, analisá-las de modo a ressaltar os aspectos que mais interessam a este trabalho.

4.3.2.1 A arquitetura e o lote

Na primeira parte, Reis Filho relaciona os “modelos de arquitetura” utilizados no Brasil, desde o período colonial até a década de 1960, com as estruturas urbanas nas quais estão inseridas, isso é, nos tipos característicos de lotes onde os edifícios foram implantados. O arquiteto o faz “indicando simultaneamente as diretrizes seguidas pela evolução, no tempo, desse conjunto de reações e as formas que atingem na atualidade, bem como suas perspectivas de desenvolvimento”.³²¹

No capítulo “Lote urbano e arquitetura”, Reis Filho faz uma espécie de exposição teórica sobre o que será escrito posteriormente. O arquiteto trata da interdependência entre a arquitetura e o lote no qual ela está implantada. Desta forma, mostra como um processo “puxa” o outro, ao mesmo tempo em que a resposta do âmbito urbano em relação às mudanças técnicas no campo da arquitetura se dão de forma defasada. Este capítulo é de suma importância para a compreensão de como o “sentido” é construído nesse trabalho.

Os demais capítulos desta parte tratam das formas de relacionamento entre arquitetura e lote urbano para cada momento do processo sócio-econômico e cultural do país. Com relação ao período colonial, tratado no primeiro desses capítulos, o tipo de lote urbano brasileiro guardaria características medievais portuguesas, no qual se baseariam casas construídas também de modo uniforme, construídas sobre o alinhamento das ruas e com as

³²¹ Ibid., p. 10.

paredes laterais nos limites dos terrenos. Além das imposições das Cartas Régias referentes às dimensões e números de abertura das casas, essa padronização parecia também agradar aos proprietários. O primitivismo das técnicas construtivas espelharia uma mão-de-obra assentada no trabalho escravo. O fornecimento de água, o serviço de esgoto e o abastecimento ficariam assim por conta dos cativos, dispensando então inovações tecnológicas relativas ao funcionamento das habitações e das cidades. A vida urbana seria intermitente, pois os sobrados urbanos dos núcleos intermediários seriam habitados apenas em dias de festa, girando todo o restante do tempo em torno do mundo rural, do qual dependia as cidades. Os tipos de habitação refletiriam a posição dos moradores (os sobrados para os ricos e as casas térreas para os pobres) e as cidades brasileiras seriam, desse modo, uma transplantação das cidades portuguesas com algumas adaptações.

O próximo capítulo trata do relacionamento entre arquitetura e lote urbano vigente no século XIX. Esse século assistiria a novos esquemas de implantação da arquitetura urbana, num esforço de adaptação aos padrões europeus agora tão ansiados pela jovem nação. Enquanto durou o esquema escravista, teriam persistido os velhos padrões de arquitetura e implantação (segundo Reis Filho, continuariam a vigorar a marcante “monotonia” da arquitetura tradicional). As primeiras tentativas de mudança, visando “civilizar” a ex-colônia, apareceriam no Rio de Janeiro, com a presença da Missão Cultural Francesa. Contudo, a persistência do trabalho escravo e a dependência de material e mão-de-obra estrangeiros fariam com que, até o início da segunda metade do século XIX, essas mudanças se processassem de forma lenta.

Teria sido a partir da segunda metade do século XIX, com a progressiva substituição do trabalho escravo pela mão-de-obra imigrante, com a facilidade dos transportes e com a expansão industrial, que as modificações no cenário urbano passariam a ser sentidas com mais vigor. O desejo de imitação dos hábitos europeus somado à disponibilidade de mão-de-obra conhecedora de suas técnicas tornaria predominante o gosto pelo ecletismo, que faria com que as casas recuassem nos lotes, distanciando-se das ruas, algo que se tornou cada vez mais comum. Com o afastamento inicialmente lateral dos lotes (as casas passavam a conhecer corredores e jardins laterais) e, posteriormente, frontais, as habitações puderam contar com novas soluções de arejamento e contato com o mundo exterior. Aperfeiçoavam-se também os hábitos higiênicos com a instalação, por exemplo, dos primeiros banheiros com água corrente,

substituindo assim os velhos “tigres”³²² transportados por escravos. No entanto, essas alterações, ainda discretas, dar-se-iam apenas no nível das relações entre o edifício e o lote no qual se implantava, persistindo as soluções urbanísticas tradicionais. As cidades cresciam com o aparecimento de novos bairros, mas o sistema viário, por exemplo, mantinha-se o mesmo. Os lotes sofreriam alterações, mas apenas em suas dimensões, não correspondendo, portanto, a verdadeiras inovações urbanísticas.

Neste ponto é necessário relativizar a linearidade do esquema proposto por Reis Filho. Os mesmos fatores que teriam desencadeado esses diversos aperfeiçoamentos no campo da arquitetura gerariam contradições sociais e problemas urbanísticos que só agravariam a difícil relação entre cidade tradicional e vida moderna. Se no mundo colonial a diversidade sócio-econômica expressava-se, no domínio da arquitetura urbana, na diferença entre sobrado (dos ricos) e casa térrea, de chão batido (dos pobres), sendo que apenas o tamanho das residências variaria, não tanto os esquemas, a partir do século XIX as contradições se tornariam gritantes. As massas egressas do campo ou adensariam o tecido urbano tradicional, ocupando precariamente os antigos sobrados (os “cortiços”), ou acorreriam às favelas, vivendo em habitações e em condições de higiene precárias. Tais problemas se agravariam crescentemente, tendo em vista a forma negligente pela qual teriam sido tratados, por parte das autoridades, esses problemas urbanos, deixados de lado em favor de interesses capitalistas, principalmente imobiliários.

O próximo capítulo trata da implantação da arquitetura no século XX. No início desse século, surgiriam algumas soluções urbanas diferenciadas, sobretudo nos bairros das classes mais abastadas, a exemplo de Higienópolis e Campos Elísios em São Paulo, e nos bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro. As soluções arquitetônicas, então mais complexas, demandariam amplos jardins, para os quais se transfeririam “os antigos preconceitos da fachada e hierarquia dos espaços, da arquitetura tradicional”.³²³ Algumas diferenças far-se-iam notar também nos conjuntos populares (a exemplo das “vilas”) e nos prédios destinados agora exclusivamente à atividade comercial.

Todavia, maiores alterações seriam conhecidas no período entre-guerras. O desenvolvimento industrial e a ampliação da mecanização atingiriam a arquitetura,

³²² Grandes vasos nos quais os escravos transportavam os excrementos da família de seu senhor.

³²³ *Ibid.*, p. 58. O autor se refere à diferenciação, encontrável na arquitetura tradicional de todo território nacional, entre os espaços destinados ao contato com o mundo exterior e aquele reservado à família e à intimidade do lar, como a divisão entre “faixa fronteira” e “zona da família” encontrada nas casas bandeiristas.

favorecendo o transporte vertical e, por conseguinte, a construção dos primeiros arranha-céus. A ampliação da indústria e da mão-de-obra assalariada significaria o abandono definitivo das técnicas construtivas tradicionais. No entanto, no nível urbanístico, seriam ainda aproveitados os velhos esquemas tradicionais, numa procura apenas por adaptação aos novos edifícios, sem uma resposta eficaz às necessidades contemporâneas. Apenas os ricos conheceriam a novidade dos “bairros jardins”, de larga aceitação por conciliar os antigos sobrados com as possibilidades das chácaras. A arquitetura surgida nesses bairros ricos mostra visíveis avanços, no entanto permaneceriam os hábitos tradicionais de segregação social dos espaços. Por outro lado, o êxodo rural observado no período faria com que crescessem desmesuradamente os bairros periféricos, que atingiriam uma grande densidade de construções, sobretudo em função dos interesses imobiliários. O aproveitamento extremo dos lotes tradicionais, despreparados para tal carga populacional, somado às parcas condições financeiras de uma parcela cada vez maior da população urbana, favoreceria o surgimento de tipos precários de habitação, conformando assim as “malocas, invasões, mocambos ou favelas”.

O próximo período, compreendido entre os anos de 1940 e 1960, corresponderia a um vertiginoso desenvolvimento industrial, com o conseqüente avanço na área arquitetônica. Os avanços técnicos, a exemplo do concreto armado, permitiriam aos arquitetos modernos “explorar amplamente as possibilidades de acomodação ao terreno, em que pese à exiguidade dos lotes em geral”.³²⁴ A “planta livre” se mostra então superior à orientação “frente-fundos”, predominante por todo o período precedente.

Todavia, somente Brasília representaria um esforço sério de resolver conjuntamente os problemas de arquitetura e planejamento urbano, o que foi exposto em capítulo específico. Ter-se-ia enfim superado, pelo planejamento de Lucio Costa, a velha noção de arquitetura como algo separado do lote urbano. A funcionalidade é posta em primeiro plano na construção dos edifícios (o que já vinha sendo demonstrado desde a construção, em 1936, do prédio do Ministério da Educação e Saúde Pública); contudo, Reis Filho critica a omissão do paisagismo para a conformação de uma paisagem urbana naquela cidade, igualmente importante segundo sua ótica.

Reis Filho fecha então sua exposição sobre a evolução da arquitetura brasileira pensada como interconexão de dois processos distintos, porém inseparáveis, ou seja, o

³²⁴ Ibid., p. 88.

arquitetônico e o urbanístico, com o capítulo intitulado “Uma nova perspectiva”. Trata-se, afinal, da defesa de um urbanismo racionalista (tema tratado aprofundadamente em seu livro *Urbanização e teoria*³²⁵), que, segundo o arquiteto, “pode ser visto como a última etapa de um longo processo para libertar as estruturas urbanas contemporâneas dos modelos herdados de outras épocas, que dificultam a sua adaptação às exigências da sociedade industrial”.³²⁶

4.3.2.2 A arquitetura novecentista

A segunda parte do livro tratará especificamente da arquitetura do século XIX, numa tentativa de superar uma lacuna deixada, segundo Reis Filho, pela tradição do SPHAN, mas também de dotar a história da arquitetura nacional de um novo significado, para o qual São Paulo surge como principal manifestação.

Na primeira metade do século XIX, os grandes centros do litoral, cujas vidas encontravam-se ligadas mais diretamente ao mundo europeu, conheceriam o aparecimento do neoclássico. No primeiro capítulo dessa parte, Reis Filho distingue os dois tipos de arquitetura urbana nesses centros: o das classes mais abastadas, no qual se poderia verificar um nível mais complexo de arte e arquitetura, integrando-se de fato aos padrões de correção formal europeus; e uma arquitetura mais modesta, que conservaria os mesmos traços da arquitetura colonial. Não obstante já estivessem surgindo casas com porão alto (uma forma de desviar o olhar do desconhecido, bem como de alojar os escravos e a criadagem) e jardim lateral, com preceitos plásticos neoclássicos, as formas de implantação seguiriam ainda o modelo tradicional.

Em seguida, Reis Filho se dedica a mostrar a apropriação dessa nova linguagem arquitetônica nas províncias. Tratar-se-ia de uma cópia imperfeita da arquitetura dos grandes centros, pois os proprietários mais abastados dessas províncias, ocupando cargos na administração pública central, ao retornarem às suas terras trariam consigo novas ideias arquitetônicas, fator importante de diferenciação social. No entanto, essas pessoas não disporiam nem de mão-de-obra qualificada nem dos materiais necessários, o que acarretaria apenas numa apropriação superficial do neoclássico. Persistiriam, assim, as soluções

³²⁵ REIS FILHO. *Urbanização e teoria*. Op. cit.

³²⁶ REIS FILHO. *Quadro da arquitetura...*, op. cit., p. 106.

tradicionais condicionadas pelo esquema escravista.

Em “Interpretação do neoclássico”, Reis Filho relaciona esse quadro de difusão do neoclássico a uma estrutura política mais ampla. A adoção desse estilo arquitetônico possuiria uma significação política, vez que demonstraria uma espécie de “grau de civilidade” de seus moradores, os representantes políticos de cada localidade. O crescente “aburguesamento” das elites cumpriria uma espécie de função simbólica, indicando quais indivíduos seriam, portanto, dignos da ocupação dos principais cargos políticos por sua proximidade daquilo que era considerado padrão de civilização, tomado em comparação à sociedade europeia.

Em seguida, Reis Filho trata das modificações pelas quais a arquitetura da segunda metade do século XIX passou, relacionando-as com as novas condições sócio-econômicas e tecnológicas de então. No entanto, a arquitetura não é tomada como sendo consequência dessas condições, mas como parte integrante ou parcela importante dessas transformações. Tratar-se-ia não só da expansão da oferta de novos materiais, do transporte e da modificação do tipo de mão-de-obra, mas também de uma nova mentalidade empresarial recém surgida. Com a crescente formação de mestre-de-obras, oficiais mecânicos e artífices no Brasil, o setor da construção civil teria se tornado menos dependente da mão-de-obra e dos materiais importados, favorecendo a expansão da arquitetura europeia no Brasil. Além disso, os agentes sociais responsáveis por essa transformação na vida brasileira, influenciados principalmente pelo pensamento evolucionista e positivista, empenhar-se-iam em romper com a tradição escravista republicana, ao mesmo tempo que se tornariam entusiastas de uma arquitetura cada vez mais atualizada e tecnicamente elaborada. Esses fatores, somados à migração do campo para as cidades, teriam favorecido um grande desenvolvimento urbano, com a ampliação do número de bairros nos entornos das cidades, o que, como já foi mencionado, acarretaria também uma série de problemas. A vida citadina passaria a ter mais importância que a rural, e a arquitetura do campo se tornaria cada vez mais semelhante à das cidades.

O próximo capítulo trata do nível então atingido pelas técnicas construtivas, oferecendo um verdadeiro rol de materiais e técnicas disponíveis com as facilidades de importação e transporte. Em seguida, Reis Filho mostra como essas alterações impuseram mudanças à composição arquitetônica. Dessa forma, a estética pregada pelo ecletismo teria possibilitado a realização de novas experiências espaciais, como as alterações nos esquemas de circulação, os novos problemas de relação entre o interior e o exterior em função do aparecimento dos jardins, a redução da altura dos porões com o afastamento da rua etc.

No último capítulo da segunda parte Reis Filho reflete sobre os motivos da difusão do ecletismo no Brasil, de forma semelhante ao que fez em relação ao neoclássico. Primeiramente, chega à conclusão de que o ecletismo representou um acordo entre diversas correntes arquitetônicas, de forma semelhante a uma espécie de conciliação filosófica, político-social e estética ocorrida tanto na França como no Brasil, conforme leitura que faz da obra do historiador das ideias João Cruz Costa (também de origem uspiana). Por outro lado, o arquiteto paulista procura mostrar que o caráter de imitação do Ecletismo tinha sua razão de ser. A cópia exata do que se produzia na Europa cumpria uma função social já assinalada anteriormente, ou seja, a demonstração simbólica de uma posição política. Assim, a arquitetura deixa então de ser compreendida como “consequência direta das condições sociais”. Pelo contrário, a arquitetura seria então

uma forma de viver, de ir ao encontro da realidade, procurando transformá-la segundo os alvos sociais dos agentes. Pode, portanto, adquirir significados contraditórios, segundo os grupos sociais pelos quais é utilizada. Mas sempre e necessariamente, se não é o caso particular, isto é, se é utilizada por grupos sociais e tem generalidade, é porque adquiriu significado social para o grupo.³²⁷

4.3.2.3 O “patrimônio de cultura”

A última parte do livro é dedicada ao que Reis Filho chama de “patrimônio de cultura”. Neste ponto o tom ensaístico de fato predomina, haja vista que os escritos baseiam-se no “trato com os problemas da arquitetura brasileira”, o que lhe teria trazido “uma certa familiaridade com as questões relativas à preservação de seus exemplos mais significativos”.³²⁸ São essas impressões que lhe servem como base empírica para o tratamento da questão, levando-o a tecer uma série de considerações que se coadunam bem com os anseios preservacionistas de sua época.

Dois aspectos se mostram centrais nessa sua reflexão: a utilização do patrimônio já preservado como uma espécie de referência para a vida cultural no presente (adiantando assim as discussões travadas a partir de 1974 no curso de Conservação e Restauro oferecido na

³²⁷ Ibid., p. 186.

³²⁸ Ibid., p. 192.

FAU-USP em parceria com o IPHAN e CONDEPHAAT e, a partir de 1975, no Centro Nacional de Referência Cultural) e como fonte de recursos financeiros para a área cultural. Essa carência financeira é citada inclusive como motivo de uma concentração da atuação do IPHAN em áreas como Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Não se trata, portanto, de um ataque ao IPHAN, como se verá adiante com Carlos Lemos e seus epígonos na USP, mas da tentativa de modificação dos usos do patrimônio já (“heroicamente”) preservado, bem como da inclusão de bens que até então teriam despertado pouco interesse do órgão federal de preservação (sobretudo os edifícios e a malha urbana erigidos no século XIX, abundantes em São Paulo e em vias de desaparecimento, à época, em função da intensa expansão urbana e da consequente ação imobiliária depredatória). Manifestações culturais como as surgidas à época do café e com o início da industrialização, por exemplo (cujo centro foi São Paulo), tornam-se relevantes num nível nacional.

Outro aspecto interessante é que o patrimônio cultural também é pensado numa escala urbana. São Paulo, na condição de metrópole, deveria criar condições de uso dos bens culturais para toda sua região de influência cultural. A intensa vida urbana paulistana estaria destruindo um rico caldo cultural rural, cada vez mais desorganizado pelo contato com o meio metropolitano, sendo então substituído por “elementos mal coordenados de cultura de massa, fornecidos com objetivos comerciais de menor alcance”.³²⁹ O poder público local (especialmente o metropolitano) teria a obrigação de organizar e possibilitar uma programação cultural, ligada à disseminação do patrimônio preservado e à proteção daquilo de significativo ainda não protegido, que permitisse a integração da população metropolitana, egressa principalmente do campo. Esse patrimônio, por sua vez, não é pensado na escala restrita do edifício, mas em sua expressão urbana, ou seja, como fenômeno social constituído processualmente, sendo que tal processo pode ser compreendido pelos vestígios materiais que dele ainda restam, a saber: os núcleos urbanos construídos em outras épocas e ainda preservados.

³²⁹ Ibid., p. 199.

4.3.3 As fontes

É em *Evolução urbana do Brasil* que encontramos, mais uma vez, uma sistematização satisfatória do trato relativo às fontes. No entanto, temos a possibilidade de observar, no livro *Quadro da arquitetura no Brasil, como essas fontes são utilizadas*.

Reis Filho divide os “dados coletados” em fontes *primárias* e *secundárias*. Com relação às primeiras, o arquiteto se vale, principalmente, de fontes cartográficas, iconográficas e documentais. Utilizo aqui o termo “fonte documental” num sentido estrito, relativo a documentos oficiais disponibilizados em arquivos públicos ou publicações, haja vista que, conforme o sugerido por Jacques Le Goff em seu *Documento/Monumento*, o termo “documento” adquire então uma significação ampliada.³³⁰

Quando Reis Filho percebe o potencial das fontes iconográficas e cartográficas para a análise da arquitetura e da evolução urbana, ele se depara com uma escassez de estudos na área. Segundo seu relato, não havia mais publicações que aquelas que já foram mencionadas, neste trabalho, em subseção anterior, e, dessa forma, teve ele mesmo que se lançar à pesquisa dessas fontes. Fruto dessas investigações foi o já mencionado *Catálogo de iconografia das vilas e cidades do Brasil colonial*, que, no entanto, está recortado entre os anos de 1500-1720.³³¹ Nesse trabalho Reis Filho selecionou desenhos que pudessem servir ao estudo dos núcleos urbanos, demonstrando especial preocupação em “verificar com maior cuidado as datas originais de cada informação ou evento” e “procurar determinar, com clareza, os núcleos urbanos aos quais se referiam, pois os resultados poderiam sofrer diferenciações, segundo as regiões e as épocas consideradas”.³³² Além disso, Reis Filho toma o cuidado de proceder a uma “análise interna” das fontes a fim de garantir a originalidade dos desenhos com os quais trabalha, isso porque “quase todas as reproduções que ilustram obras de História e mesmo de especialistas em cartografia, são constituídas dessas cópias e sua utilização pode conduzir a enganos de datação de edifícios ou etapas de crescimento, que, em certos casos, chegam a atingir a um século”.³³³

³³⁰ LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: Enciclopédias Einaudi. Vol. 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 95-106. Com este comentário, pretendo apenas lembrar que a partir desse trabalho houve uma fixação semântica bem sucedida, ampliando, portanto, a significação do termo “documento” em relação àquele empregado pela tradição à qual os historiadores dos Annales pretendem se opor.

³³¹ REIS FILHO. *Catálogo de iconografia...* Op. cit.

³³² Idem. *Evolução urbana...*, Op. cit.

³³³ Idem. *Catálogo de iconografia...* Op. cit.

Com relação às fontes “documentais”, embora já tenha afirmado nunca ter sido “historiador de arquivo”, diferenciando assim a prática de pesquisa relativa a documentos escritos e a documentos iconográficos e cartográficos, Reis Filho afirma ter utilizado em seu *Evolução urbana do Brasil* crônicas e documentos publicados pelos arquivos públicos, como as Cartas Régias, “mas principalmente as Atas das Câmaras, que abrigam as mais úteis informações”.³³⁴ A escolha dessas fontes obriga o arquiteto a tratar de uma limitação: tais atas foram publicadas, na época em que escreveu o livro supracitado, somente em relação às cidades de São Paulo, Salvador e Ouro Preto. Reis Filho se preocupa com o fato de que a utilização de fontes restritas a localidades específicas poderiam introduzir “distorções nos resultados da investigação”. Contudo, o objetivo de sua pesquisa minimizaria o problema:

como o objetivo é a *captação dos mecanismos da evolução do processo, nos seus aspectos gerais*, a probabilidade de que isso ocorra é pequena e, mesmo, a diversidade de informações enquadradas atua mais como uma verificação do esquema explicativo do que como ameaça ao mesmo; o risco inverso, de haver influência das características homogêneas pareceu-nos extremamente remoto, dada a diversidade de condições de formação e evolução de cada um desses centros.³³⁵

Desse modo, pode-se concluir que, diferentemente de Luís Saia, Reis Filho se preocupa em esboçar um método de tratamento das fontes “primárias”. Os dados iconográficos e cartográficos são analisados e criticados diretamente. Com relação às fontes escritas, o cuidado é um pouco menor, não só pelo fato de que o arquiteto confessadamente não domine a leitura paleográfica, mas porque elas se prestam principalmente, como se pode depreender, ao cruzamento de dados. Essa análise cruzada tem dois objetivos primordiais: um deles é testar a veracidade dos desenhos e mapas; o outro se refere ao relacionamento de certas constâncias formais às políticas urbanizadoras portuguesas, amparando portanto suas hipóteses, contrárias, por exemplo, às de Sérgio Buarque e Robert Smith, em sólida documentação primária.

Em *Quadro da arquitetura no Brasil*, essas pesquisas são apresentadas apenas como resultados, sem indicação às investigações que conduziram a tais conclusões. Dessa forma, por exemplo, a “monotonia” da arquitetura colonial urbana é primeiramente relacionada às imposições formais da corte, sendo que “dimensões e número de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamentos com as edificações vizinhas foram exigências correntes no século

³³⁴ Ibid.

³³⁵ Itálicos meus, Ibid.

XVIII. Revelam uma preocupação de caráter formal, cuja finalidade era garantir para as vilas e cidades brasileiras uma aparência portuguesa”.³³⁶

Todavia, as “políticas de urbanização” portuguesas, por si só, não explicariam, por exemplo, o caráter dessa etapa da evolução arquitetônica e urbana brasileira, assim como não dariam conta dos motivos que teriam levado ao surgimento de novos modos de habitar e conviver. Com o intuito de desvendar essas outras variantes, Reis Filho lança mão daquilo que chama de “fontes secundárias”. Elas servem tanto para tratar diretamente dos traçados urbanos, como no caso específico de *Evolução urbana do Brasil*, quanto para o fornecimento de dados de caráter mais geral.

Desse modo, dados sócio-econômicos, culturais, políticos e tecnológicos são buscados nas obras de diversos autores. Para “alguns trabalhos de caráter histórico sobre determinados centros urbanos”,³³⁷ Reis Filho utiliza historiadores tradicionais como Afonso de Taunay sobre São Paulo, Thales de Azevedo sobre Salvador, Pizarro e Vieira Fazenda sobre o Rio de Janeiro, dentre outros. Em relação aos relatos de viajantes, expõe a dificuldade de encontrá-los, pois, a partir do século XVII são impedidos de entrar no Brasil. No entanto, para o século XIX, são conhecidos os relatos de Saint-Hilaire, Von Martius e L. L. Vauthier, por exemplo, que lhe fornecem importantes dados não só sobre as cidades e a arquitetura, mas sobre os hábitos de seus habitantes.

Reis Filho ainda arrola vários autores, mais recentes, que tratam de aspectos urbanísticos, tanto nacionais quanto portugueses (dado importante para a compreensão que o arquiteto propõe a respeito dos fenômenos urbanísticos coloniais brasileiros, estritamente dependentes, segundo ele, da tradição medieval portuguesa e das políticas urbanizadoras daquela nação), em cuja descrição pormenorizada não irei me ater. Cabe destacar, no entanto, o apoio na historiografia pós-década de 1930 (sobretudo Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda), utilizada no intuito de compreender os fatores sócio-econômicos e culturais relevantes aos fenômenos urbanísticos, a exemplo do papel fundamental do regime escravista para as soluções tecnicamente primitivas adotadas para a arquitetura e cidades coloniais, da função das habitações urbanas num mundo predominantemente rural (as casas adquirindo assim um papel significativo para o âmbito político), das inter-relações entre arquitetura/cidade e sociedade etc.

Assim, observa-se aqui uma velha divisão entre fontes “primárias” e “secundárias”.

³³⁶ Idem. *Quadro da arquitetura*, op. cit., p. 24.

³³⁷ Idem. *Evolução urbana...*, Op. cit.

Por um lado, isso significa um avanço no tratamento e crítica das fontes “materiais”, no caso iconográficas e cartográficas, sobre as quais recaem e aprimoram-se métodos de crítica e verificação. Por outro, subestima-se o caráter das “fontes secundárias”, que, na verdade, deixam de ser tratadas propriamente como “fontes” para serem reificadas como informações objetivas. Quando tais fontes são criticadas, isso se dá, quando muito, em função da inexatidão referente à interpretação da realidade urbanística, possibilitada pela correta compreensão daquelas fontes “primárias”. Assim, os textos não são encarados eles próprios como “fontes”, ou seja, suas condições de produção não são questionadas ou criticadas. Embora tenhamos que levar em consideração que esse não foi o objeto de análise do arquiteto, essa divisão entre fontes “primárias” e “secundárias” apenas empobrece a potencialidade das fontes escritas, que são ações individuais efetuadas em realidades sociais específicas e, nessa condição, muito têm a dizer, inclusive sobre aspectos como a arquitetura e a cidade.

Por fim, deve ser destacado que a explicitação dos métodos de abordagem das fontes adquire um caráter fundamental dentro da produção historiográfica de Reis Filho, mesmo que isso não esteja explicitado em *Quadro da arquitetura no Brasil*. Os critérios de legitimidade ligados à produção historiográfica já haviam passado por uma mudança fundamental: se à época de Luís Saia o que importava era apenas a reconhecida erudição, ou seja, o extenso conhecimento das fontes e não necessariamente sua crítica, esta última passa a ser primordial dentro dos critérios de cientificidade que agora passariam a vigorar. Pode-se imputar essas alterações a um quadro mais amplo, relacionado às novas configurações institucionalizadas no campo da produção historiográfica. O intuito de explicitar os “mecanismos da evolução do processo, nos seus aspectos gerais”, deve obedecer, agora, ao trato mais rigoroso com as fontes.

4.3.4 A relação com os valores

Para Reis Filho se mostra muito importante, como vimos, contribuir para o que considera o “conhecimento dos mecanismos da Evolução Urbana do Brasil”. Essa escolha influenciou a seleção das fontes “primárias” e nasceu de um claro objetivo: demonstrar a

relevância de São Paulo para a formação nacional. Embora isso já pudesse ser tido como óbvio para a historiografia em geral (pelo lugar de destaque ocupado pelo estado na economia do país após a segunda metade do século XIX), no campo restrito da história da arquitetura essa posição precisava ainda ser conquistada. A pouca relevância a que era relegado o estado de São Paulo na história da arquitetura trazia, por sua vez, consequências no âmbito das políticas culturais. Essas ficavam cada vez mais a cargo do IPHAN, que, como é sabido, foi montado predominantemente por arquitetos. Assim, São Paulo acabava ficando de fora de boa parcela das políticas culturais federais, enquanto que, segundo notou Reis Filho, o rico acervo cultural do estado acabava por se perder por falta de recursos e interesse.³³⁸

“Faria sentido” então investir em políticas preservacionistas para São Paulo, tão “pobre” no que diz respeito à arte e à arquitetura colonial, de acordo com o que foi notado pelo próprio Mário de Andrade?³³⁹ Luís Saia já havia respondido satisfatoriamente a essa pergunta, mas, com a crescente metropolização de São Paulo, a restrita atuação do IPHAN suscitava novas questões. Outro tipo de arquitetura (a neocolonial e a eclética) começava a desaparecer em decorrência do surto industrial e econômico paulista, os velhos espaços passavam a ser pressionados pelo desenvolvimento urbano, a ânsia por progresso ameaçava então as já velhas construções do século XIX.

Para a geração de Reis Filho, a relação com a arquitetura pretérita possuía certamente um outro significado. Nas décadas de 1930 e 1940 o ecletismo era ainda um fenômeno recente (senão contemporâneo), representando um obstáculo, no que tange à atuação dos arquitetos modernos, para a construção de uma estética original brasileira, para a qual seria necessário o rompimento com os laços de dependência cultural em relação à Europa. Na década de 1950 essas disputas já haviam sido superadas e a hegemonia do discurso arquitetônico moderno (em suas variadas concepções) já era clara. Assim, a arquitetura eclética surge, pela primeira vez, como “coisa do passado” e, como tal, passava a pedir explicações ou interpretações. Passou-se a questionar por que aquela arquitetura estava ali e, além disso, se ela deveria continuar ali.

Reis Filho foi um dos primeiros a se lançar nessa empreitada. Para tanto, seguiu os passos indicados por Luís Saia, ou seja, encarar a arquitetura como resultado de um processo ligado a outros, sobretudo o urbano, o econômico, o social e o cultural. Saia já havia alertado

³³⁸ Principalmente no capítulo “Sobre o patrimônio de cultura”, em Idem. *Quadro da arquitetura...* op. cit., 1983.

³³⁹ Cf. Capítulo 2.

para o valor da arquitetura eclética, desde que pensada como conjunto, haja vista que, individualmente, seu caráter de cópia faria dela objeto desinteressante. Imbuído então dos questionamentos da geração das décadas de 1950 e 1960, Reis Filho percorre exatamente os caminhos apontados por Saia, mas, no entanto, chega a uma conclusão bastante diversa: a arquitetura eclética não seria inferior à colonial. O desenvolvimento da arquitetura estaria atrelado a um desenvolvimento tecnológico, possibilitado no século XIX pela nova posição brasileira no mercado internacional. Além disso, a arquitetura neoclássica (relacionada mais diretamente ao início da cafeicultura no estado) e a arquitetura eclética (ligada ao período áureo do café e à industrialização) representaria o momento em que São Paulo se tornou um dos principais centros econômicos do país (ainda ao lado do Rio de Janeiro), adquirindo assim *valor* ou *significado* histórico.

Todavia, esse significado necessitaria ser historiograficamente construído. Uma das primeiras tarefas a que se lança então Reis Filho é a de dotar a arquitetura novecentista de importância histórica. A observação da sucessão dos traçados urbanos no tempo apontava para o surgimento progressivo de novas soluções. Encontrados esses “mecanismos” de desenvolvimento, seria possível analisar de que forma as mudanças urbanísticas influíam na arquitetura. Por outro lado, esses dois processos, em conjunto, passaram a ser tratados como partes de processos sócio-culturais e econômicos mais amplos. Assim, por exemplo, o regime escravista explicava as opções técnicas e tecnológicas (“primitivas”, segundo Reis Filho) vigentes no período colonial (e mesmo durante o Império, ou seja, enquanto persistiu o regime), ao mesmo tempo em que as facilidades oferecidas aos grupos dominantes por esta situação social (os modos e espaços de morar e conviver como fator importante), contribuiriam para a persistência do mesmo regime. Esse modelo interpretativo poderia ser estendido aos períodos posteriores, num inter-relacionamento íntimo entre arquitetura, cidade, tecnologia, sociedade, economia e cultura.

Dessa forma, a arquitetura do século XIX, bem como o tecido urbano no qual se implantou, passaram a ser objetos de estudo da história da arquitetura e do urbanismo e, como tal, alvos das políticas culturais, para as quais a casa sempre foi um tipo de bem material privilegiado. Essa arquitetura não apenas representaria as alterações sócio-culturais e tecnológicas daquele século, mas também ajudaria a explicá-lo. O desejo de alguns de demonstrarem simbolicamente uma posição social e política encontraria sua principal forma de expressão nas residências, que procurariam ao máximo imitar a arquitetura europeia como

símbolo de “cultura” ou “civilização”. Esse desejo de imitação, por sua vez, demandaria novas técnicas e materiais, bem como mão-de-obra qualificada. Esse quadro ajudaria a explicar (ainda que não explicasse por completo), a expansão das importações de objetos manufaturados de outros centros, a exemplo da Inglaterra e França, a crescente substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada, o desejo pela industrialização etc. Posteriormente seriam a abolição da escravidão, a substituição das importações por uma indústria local e a criação de cursos de formação técnica (a exemplo do Liceu de Artes e Ofícios, criado por Ramos de Azevedo³⁴⁰) que corroborariam essa tese. A mesma, no entanto, não deve ser mal compreendida: não se trata de uma espécie de determinismo, no qual a arquitetura seria o principal elemento na explicação desses fenômenos; ela apenas contribuiria para o sucesso dessas alterações mais amplas, ao mesmo tempo em que seria profundamente influenciada por elas. Seria desnecessário dizer que para a questão da escravidão, do desenvolvimento industrial, técnico e educacional e da nova posição brasileira confluíram outros fatores de muito maior importância. No entanto, a arquitetura surge como um desses fatores, talvez até com uma vantagem sobre eles: trata-se de um vestígio material cuja utilização como “lugar de memória” seria perfeitamente possível: a grandeza conquistada por São Paulo pelo café e pela industrialização serviria, ao lado da história bandeirante, como instrumento de construção de memória e identidade não apenas local, mas também nacional.

Ao lado da re-significação que adquire a arquitetura novecentista, outro fator ainda confere importância ao trabalho de Reis Filho: a questão urbana. A década de 1960 é marcada por novas discussões no âmbito das políticas culturais e preservacionistas, com ênfase nos problemas relacionados aos conjuntos arquitetônicos, ao potencial turístico e econômico do patrimônio cultural e à adoção de critérios de conservação e restauração diferentes daqueles pregados pela Carta de Atenas. Num nível internacional, estes problemas foram tratados, principalmente, nas Normas de Quito e na Carta de Veneza, e suas recomendações passaram a ser observadas por um número cada vez maior de países. No Brasil, a gestão de Rodrigo Soeiro à frente da DPHAN (1967-1979), que se ampliou tornando-se então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, refletiu essas discussões, o que se expressou na criação do Programa Cidades Históricas (PCH) e nos Compromissos de Brasília e Salvador. Tais ações significaram tanto uma aceitação das recomendações da Unesco quanto uma resposta às novas configurações urbanas e sociais brasileiras. Com a súbita industrialização

³⁴⁰ A este respeito cf. FICHER. Op. cit.

observada nas décadas de 1950 e 1960 e a expansão urbana principalmente das capitais, além da crescente percepção da dependência econômica brasileira, as políticas preservacionistas passam a voltar seus olhos para os conjuntos urbanos e para o potencial turístico do patrimônio preservado para o desenvolvimento econômico e social.

As discussões em torno do patrimônio histórico e artístico passaram a transcender assim o âmbito de estudo ao qual tradicionalmente se restringiam (salvo exceções) os arquitetos: o estudo de edifícios isolados. A posição deste grupo profissional no âmbito das práticas preservacionistas se vê, portanto, ameaçada. Reis Filho então oferece uma resposta consistente a essas novas imposições históricas, atrelando evolução urbana à arquitetura e devolvendo rapidamente a autoridade relativa aos assuntos patrimoniais aos arquitetos. A arquitetura não poderia mais ser pensada desvinculadamente do lote urbano e vice-versa. As práticas preservacionistas necessitariam extrair sentido de um novo campo da historiografia: a história do urbanismo, que, no Brasil, começava a ser desenvolvida e estabelecida metodologicamente nos trabalhos de Reis Filho. Não foi este autor o único nem o primeiro a tratar desses problemas, no entanto, a preocupação relativa a um trato “científico” de seu material conferiu a seu trabalho a consistência necessária para tornar *Quadro da arquitetura no Brasil* uma obra importante, que chega hoje à sua oitava edição e serviu (e tem servido) como referência a diversos tombamentos em São Paulo e no Brasil.

4.3.5 O sentido

A noção de “evolução urbana” surgiu desse modo como instrumento a partir do qual se buscou investir de sentido as práticas preservacionistas paulistas e nacionais (uma vez que se pretende elaborar um modelo interpretativo amplo), contribuindo para devolver aos arquitetos uma autoridade ameaçada no que diz respeito à interpretação e gestão do passado material nacional, seus usos no presente e as modificações a serem produzidas no futuro por meio dele. Operou-se, portanto, uma organização historiográfica da consciência histórica mediante uma noção, mais uma vez, processual.

Possuindo origens medievais portuguesas, o urbanismo brasileiro teria evoluído até alcançar as condições de aplicar um urbanismo ideal, o “urbanismo racionalista”, que “pode

ser visto como a última etapa de um longo processo para libertar as estruturas urbanas contemporâneas dos modelos herdados de outras épocas, que dificultam a sua adaptação às exigências da sociedade industrial”.³⁴¹ Trata-se, portanto, de uma concepção teleológica de evolução, o que não pressupõe, todavia, uma simples sucessão de etapas. Existiriam na verdade processos paralelos, interdependentes e possuidores de temporalidades particulares, o que acarretaria na defasagem de um processo em relação ao outro. Este descompasso faria com que o desenvolvimento de um processo forçasse o outro a alterações e assim sucessivamente, até que surgissem novas condições de acomodação ou equilíbrio, não necessariamente naturais. Isso pode ser claramente verificado nas diferentes relações entre processo arquitetônico, urbano, econômico, social e cultural estabelecidas em cada período da história brasileira, conforme elaborado na primeira parte de *Quadro da arquitetura no Brasil* e descrito aqui na subseção sobre a estrutura do mesmo livro.

O desvendamento dos processos de urbanização brasileira se torna então o objeto da “história do urbanismo brasileiro”, disciplina ainda não explorada seriamente e que começa a se institucionalizar, da mesma forma que a história da arquitetura, nos escritórios e departamentos de arquitetura. Segundo o próprio Reis Filho, em suas *Notas sobre a evolução de História da Urbanização e do Urbanismo no Brasil*,³⁴² a história do urbanismo nacional apenas irá se consolidar como disciplina científica após os trabalhos realizados na FAU-USP, ou seja, por arquitetos. Se as cidades brasileiras já haviam sido objeto de estudos isolados, isso teria ocorrido no seio de áreas como a historiografia preocupada com a formação nacional ou a Geografia Urbana, mas nunca antes como disciplina específica. O estabelecimento de um “sentido”, via noção de “evolução”, para o urbanismo e, por conseguinte, para a arquitetura brasileira, passa a ser o próprio objetivo da “história da urbanização e do urbanismo”, que tratará de estabelecer métodos específicos, desejosamente científicos, para a análise da urbanização, compreendida como um “processo social”.

No intuito de fundar uma nova disciplina no Brasil, Reis Filho terá de se posicionar em relação à tradição anterior relativa à história da arquitetura. O que estava fazendo era realmente diferente do que já havia sido feito no SPHAN? Se diferente, em que medida? A leitura das primeiras obras de Reis Filho deixa clara a influência dos trabalhos desenvolvidos naquele órgão federal. Mas, ao mesmo tempo, procura romper com ele em alguns pontos fundamentais.

³⁴¹ REIS FILHO. *Quadro da arquitetura...*, op. cit., p. 106.

³⁴² Idem. *Notas sobre...*, op. cit., 1999.

No artigo intitulado “Algumas raízes”, o arquiteto procura esclarecer esse problema, posicionando-se em relação à “tradição do Patrimônio”. Por um lado, Reis Filho se reconhece devedor dos arquitetos modernos. Segundo esse arquiteto, eles “não conseguiram encontrar um modo de ensinar e sobretudo de pensar Arquitetura e Urbanismo, fora da História”.³⁴³ Eles também haveriam percebido que “a arquitetura certamente tinha bases sociais e sua compreensão dependia de um estudo mais aprofundado das condições de desenvolvimento da sociedade brasileira”.³⁴⁴ No intuito de difundir suas ideias modernistas, Lucio Costa e seus seguidores teriam se apoderado do SPHAN e lá desenvolvido estudos sistemáticos, de base empírica e nunca antes realizados pela academia, no intuito de determinar quais seriam as reais contribuições da arquitetura colonial nacional, que estes profissionais defenderiam e na qual se inspirariam para elevar a arquitetura contemporânea brasileira ao lugar de destaque que ocupou no cenário mundial. Esses “estudos sistemáticos de base empírica” realizados no SPHAN influenciaram muito mais a geração de 1950-1960, à qual pertenceu Reis Filho, do que aquilo que os cursos de arquitetura então ofereciam.

Todavia, Reis Filho se distanciará desses profissionais pelas limitações que segundo ele estariam presentes em suas concepções de “História”. Na verdade, segundo Reis Filho, esses arquitetos des-historicizariam a arquitetura por não a considerarem um “processo”, mas uma “sucessão de estágios independentes entre si”.³⁴⁵ Isso permitiria, por exemplo, que a arquitetura do século XIX e início do século XX fosse percebida como um bloco homogêneo e assim descartada, dada a suposta falta de talento dos arquitetos daquele período. Os arquitetos modernos passariam assim ao largo de importantes obras levadas a efeito naquele período, a exemplo da de Victor Dubugras, segundo Reis Filho o verdadeiro introdutor da arquitetura moderna no Brasil. Além disso, a arquitetura moderna ou modernista brasileira deixaria de ser percebida como fruto de um processo de amadurecimento iniciado no século XIX: sua origem passaria então a ser narrada, pelos seus próprios atores, como fruto de uma alteração súbita, possibilitada pela aparição de uma grande personalidade, que iluminaria os caminhos da “verdade” e da “razão”, seguidos a partir de então pelos arquitetos modernos. Segundo Reis Filho, “torna-se claro que a presença de Le Corbusier foi utilizada na época como um recurso político, para assegurar um respaldo publicitário externo para as novas posições dos grupos brasileiros, cujas ideias já vinham amadurecendo nos anos anteriores,

³⁴³ Idem. Algumas raízes. In: *Notas sobre a História da Arquitetura e aparência das vilas e cidades*. São Paulo: FAU-USP, 1997, p. 6 (Cadernos de Pesquisa do LAP nº 20).

³⁴⁴ Ibid., p. 10.

³⁴⁵ Ibid., p. 8.

para não dizer nas décadas anteriores”.³⁴⁶

Essa necessidade de posicionamento e identificação acaba criando, no entanto, alguns problemas, para os quais Reis Filho não encontrou uma resolução clara. O movimento moderno de arquitetura é alcunhado pelo arquiteto, como um todo, de “tradição do Patrimônio”. Todavia, o próprio movimento moderno traz em seu seio especificidades que não permitem a redução de toda a produção intelectual dos arquitetos ditos “modernos”, realizada entre as décadas de 1930 e 1950, em um único grupo. Dessa forma, Reis Filho dirige as críticas acima elencadas ao que denomina “grupo do Rio” (classificação essa já bastante conhecida), enquanto que arquitetos como os paulistas Vilanova Artigas e Luís Saia e o mineiro Sylvio de Vasconcellos, são considerados à parte. Fica claro que, para Reis Filho, Artigas já “procurava expor um esquema de continuidade”,³⁴⁷ mas com relação a Vasconcellos e Saia a impressão que fica é que os mesmos, embora possuíssem uma orientação mais “democrática” e uma concepção mais “antropológica” de cultura, padeceriam também do mal da “a-historicidade” relativa ao rompimento com o século XIX. Ora, foi mostrado anteriormente que, embora Saia rejeitasse de fato a arquitetura do século XIX, tal rejeição se dava apenas no nível plástico, e esse período foi sim contemplado pelo arquiteto, e contemplado dentro de uma concepção dialética de processo histórico.

Novamente se referindo à “tradição do Patrimônio”, Reis Filho encontra nela a fusão de duas tendências:

de um lado, uma busca nacionalista, de afirmação das raízes culturais do Brasil. Do outro, uma tendência de fundo esquerdista, de acreditar que a cultura popular, devidamente decantada, criaria soluções plásticas de grande valor, que deveriam ser os pressupostos da arquitetura modernista.³⁴⁸

No entanto, esta “tendência esquerdista” seria a mesma para todos os arquitetos modernos? O comunismo (de “carteirinha” ou não) de Artigas, Saia e Vasconcellos guardaria alguma relação com o posicionamento ideológico de Lucio Costa, Ayrton de Carvalho e outros? Mesmo entre Saia e Artigas perceberíamos diferenças teóricas e filosóficas fundamentais, que implicariam em formas de atribuição de sentido divergentes ou até contraditórias.

Assim, em alguns momentos parece conveniente abarcar tudo na confortável denominação “tradição do Patrimônio”, enquanto que em outros, quando necessita reconhecer

³⁴⁶ Ibid.

³⁴⁷ Ibid., p. 7.

³⁴⁸ Ibid., p. 9.

a dívida ou mesmo se “filiar” à corrente de pensamento, as coisas são mais ou menos destrinchadas. Essa dificuldade em distinguir claramente o “igual” e o “diferente” acaba criando problemas na definição da disciplina da qual o arquiteto se pretende o fundador. Se essa comparação com a “tradição do Patrimônio” se pretendeu um instrumento metodológico de definição das fronteiras de uma “nova história urbana e do urbanismo”, é necessário dizer então que esses limites não ficaram claros. Se entender o fenômeno urbano como “fato social” e, por conseguinte, como “processo” (fusão de tradições sociológicas certamente influenciada pelo grupo de Florestan Fernandes) é fundamental na definição da nova disciplina, como pretende, essa noção de processo deveria ter sido melhor explicitada, ou seja: é igual ou diferente à de Saia, por exemplo? Isso, no entanto, não fica claro.

Apesar disso, interessa notar que o “sentido”, entendido como um “processo”, é fundamental tanto para a compreensão da urbanização e da arquitetura nacionais, quanto para uma ação efetiva visando a melhoria das condições de vida da população urbana. O esforço “científico” a partir do qual se almejou “desvendar os mecanismos da Evolução Urbana do Brasil” teve (e continua tendo) o intuito de conduzir a um correto desenvolvimento urbano que, para ser “funcional”, deve estar assentado nos reais aspectos da coletividade a que servirá. Para tanto, é necessário compreender em que sentido os processos sociais, culturais, econômicos e políticos têm se desenvolvido e tendem a se desenvolver, a fim de que sejam encontradas as melhores soluções. O modo de garantir esse correto desenvolvimento seria coletar e preservar as evidências de um real processo de evolução urbana, de modo a fornecer as referências culturais e identitárias necessárias a um correto planejamento urbano e à inserção de toda a população na vida da cidade. A atuação direta de Reis Filho no campo das práticas preservacionistas se orienta justamente por esse sentido.

4.4 AS PRÁTICAS PRESERVACIONISTAS

Embora tenha atuado, mais recentemente, no nível federal, participando, na década de 1980, de atividades orientadoras da ação de órgãos financeiros e planejadores, como o Banco Nacional de Habitação e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, além de compor, principalmente no início deste século, o Conselho Consultivo do IPHAN, a atuação no âmbito

das práticas preservacionistas por parte de Nestor Goulart Reis Filho restringiu-se principalmente ao âmbito paulista, sobretudo no recorte temporal abarcado por este trabalho. Sua ação pautou-se, principalmente, pela estadualização da proteção dos bens culturais e pela ampliação desta proteção aos edifícios do século XIX e aos conjuntos urbanos de forma geral. Embora não tenha sido o único responsável por estas alterações, creio que o papel deste arquiteto foi fundamental nesse sentido, tendo em vista que sua produção adquiriu a consistência e força necessária para a orientação das ações que então passaram a ser realizadas, em grande parte ainda tolhidas pelas limitações institucionais consolidadas em mais de trinta anos.

4.4.1. O contexto

Tentei mostrar no capítulo anterior que Luís Saia consolidou, em São Paulo, o trabalho iniciado por Mário de Andrade à frente do SPHAN. As práticas preservacionistas paulistas passaram então a gravitar, a partir de 1945, em torno da polêmica figura de Saia, que, por intermédio de sua produção historiográfica, conseguiu orientar todos os esforços de proteção do patrimônio considerado de relevância nacional na ampla área jurisdicional da “6ª região”.

Contudo, a atuação da regional paulista do SPHAN era limitada pela escassez de verbas e de recursos humanos. A atuação desse órgão se restringia, necessariamente, aos bens mais antigos e de preservação mais urgente. Era impossível, do mesmo modo, dar conta de conjuntos urbanos, ficando a ação preservacionista reduzida aos edifícios isolados, que por si só demandavam muito trabalho e dinheiro. A partir das décadas de 1950 e 1960, com a expansão industrial e urbana encabeçada por São Paulo, os bens culturais tanto da capital como de outros locais do estado passam a ser ameaçados num grau muito mais ampliado. Os bairros expandiam-se desordenadamente, sem o mínimo de respeito às condições tanto culturais quanto do solo, causando assim problemas sociais cada vez mais graves. Parcelas cada vez maiores da intelectualidade paulista percebiam que São Paulo se tornava uma cidade crescentemente industrial e capitalista, estilhaçando uma rica tradição cultural peculiar constituída ao longo dos séculos de sua formação.

Aos poucos o setor intelectual foi tomando consciência de que boa parte desses

problemas poderia ser solucionado a partir de intervenções no tecido urbano e de ações políticas no âmbito cultural. No entanto, o governo federal ainda não oferecia instrumentos eficazes de intervenção urbana, e seu principal órgão cultural, o IPHAN, concentrava sua atuação principalmente em outros estados da federação, não possuindo condições de (ou interesse em) arcar com o grosso dos problemas paulistas. Por outro lado, havia muito dinheiro circulando em São Paulo, como efeito da expansão do setor industrial, mas não havia interesse por parte desse grupo, a não ser em casos isolados, em investir na área da cultura. São Paulo era considerada por essas pessoas (e pelo poder público em geral, por conseguinte) uma cidade industrial, destituída de atrativos turísticos, motivo pelo qual esse tipo de investimento seria mais propício a cidades como Rio de Janeiro e Salvador. Reis Filho narra como esse tipo de mentalidade se impôs como empecilho às atividades que propunham.³⁴⁹ As ações culturais ficavam na dependência, portanto, do capital advindo do mecenato de alguns industriais, como Ciccilo Matarazzo ou Franco Zampari.

Por outro lado, com o início da gestão de Renato Soeiro no IPHAN, como já foi mencionado anteriormente, se não houve propriamente uma “revolução” dentro do órgão, como defende Paulo Ormino de Azevedo,³⁵⁰ abriu-se a possibilidade de expandir e descentralizar as práticas preservacionistas nacionais com o apoio do governo federal. Iniciava-se então uma “nova política de tombamentos, dirigida mais para a preservação de conjuntos”.³⁵¹ A preservação dos “valores tradicionais” é aliada ao desenvolvimento econômico das regiões, e o potencial turístico do patrimônio passa a ser explorado.

Mas, se por um lado, a crescente atividade turística possibilitava ganhos à municipalidade, por outro esse quadro, aliado à expansão das indústrias, trazia sérios problemas à proteção dos bens culturais nacionais. Em função disso, estreitou-se o contato com órgãos internacionais como a UNESCO e ICOM (Conselho Internacional de Monumentos), que trataram de enviar técnicos estrangeiros a fim de aparelhar os nossos profissionais para esse novo uso do patrimônio: o turismo. A gestão de Renato Soeiro possibilitou um maior contato com as discussões internacionais na área da conservação e preservação de bens culturais. Esse arquiteto participou, além disso, da preparação de importantes documentos internacionais, sendo, inclusive, um dos signatários das Normas de

³⁴⁹ Idem. “Sobre patrimônio de cultura”. *Quadro da arquitetura...*, op. cit.

³⁵⁰ AZEVEDO, Paulo Ormino de. *Homenagem do Conselho Consultivo do IPHAN a Renato Soeiro*. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=363>> Acesso em 04.04.10.

³⁵¹ BRASIL. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura; Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Fundação Nacional Pró-Memória, 1980, p. 32.

Quito da OEA, de 1967.

Assim, logo tomou-se conhecimento por aqui, por exemplo, das recomendações da Carta de Veneza, elaborada em 1964 a fim de orientar, em nível internacional, as obras de conservação e restauração de sítios e monumentos históricos. Além da apresentação de novos critérios para a conservação e restauração de monumentos arquitetônicos, artísticos, arqueológicos e documentais, esse documento trouxe logo em seu primeiro artigo o seguinte texto:

Artigo 1º – A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.³⁵²

Amplia-se, portanto, em nível internacional, a noção de monumento histórico, que passa a abranger os edifícios isolados e os conjuntos, as obras de vulto e as criações populares. Já as Normas de Quito, de 1967, orientavam a “conciliação” entre desenvolvimento econômico e industrial e conservação de monumentos históricos. Esses monumentos passaram então a ser vistos como fonte de riquezas, e sua correta utilização acarretaria no progresso econômico de regiões pouco “desenvolvidas”. Declarou-se como pressuposto que

os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos da mesma forma que as riquezas naturais do país. Consequentemente, as medidas que levam a sua preservação e adequada utilização não só guardam relação com os planos de desenvolvimento, mas fazem ou devem fazer parte dele.³⁵³

Nesse mesmo período foram organizados no Brasil encontros semelhantes a esses, nos quais procurou-se estabelecer as diretrizes nacionais relativas à proteção do patrimônio do país. Os Compromissos de Brasília (1970) e de Salvador (1971, este sendo um complemento do primeiro) recomendaram, dentre uma série de outros pontos: uma maior participação de estados e municípios nas ações preservacionistas; a criação de órgãos descentralizados nestes níveis administrativos; a preservação de bens naturais; a organização de cursos de formação nas áreas de interesse para essas políticas culturais; a colaboração entre IPHAN e

³⁵² Carta de Veneza, 1964. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>> Acesso em 04.03.10.

³⁵³ Normas de Quito, 1967, p. 4. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>> Acesso em 04.03.10.

universidades; a proteção mais eficiente dos “conjuntos”; a colaboração de órgãos financiadores e a criação de fundos; a adoção de medidas que permitissem a utilização dos bens culturais como fonte de renda por meio do turismo etc. Na verdade, todos esses aspectos já vinham sendo pensados anteriormente, em maior ou menor grau, de forma isolada. As recomendações estabelecidas nesses encontros representaram um maior respaldo político e institucional para as tímidas iniciativas que aos poucos procuravam adaptar as práticas preservacionistas às novas necessidades, como ocorreu no estado de São Paulo.

4.4.2. A criação de um órgão estadual e o CONDEPHAAT

A partir da década de 1950 ficam cada vez mais nítidas as limitações encontradas pela DPHAN no que diz respeito à proteção dos bens paulistas. Essa situação torna-se ainda mais evidente quando os edifícios do século XIX, os conjuntos urbanos e as paisagens naturais tornam-se interessantes para os atores envolvidos nas práticas preservacionistas do estado. Tem-se, ao lado dessa ampliação de objetos a serem preservados, a urgência de sua proteção, tendo em vista a rápida expansão urbana e imobiliária possibilitada pela industrialização.

Como vimos, o próprio Luís Saia já havia atentado para essa necessidade, propondo a criação de um órgão estadual, subordinado ao federal, na década de 1950. No entanto, esse projeto foi “engavetado” e, em 1963, foi a vez de Reis Filho trabalhar em torno da criação de um órgão estadual, mas com outro caráter. Essa proposta ocasionou, segundo narra o próprio Reis Filho, uma “troca de desaforos” entre ele e Saia, e também não foi implementada. Seria somente em 1969 que os dois arquitetos voltariam a trabalhar juntos, em função de acontecimentos alheios cujo desfecho foi a criação do CONDEPHAAT.

4.4.2.1 Os primeiros anos no CONDEPHAAT (1969-1975)

Reis Filho relata que via inicialmente com desconfiança o papel que poderia ser desempenhado pelo CONDEPHAAT. Esse órgão foi criado por iniciativa de Lúcia

Falkenberg, membra do Instituto Histórico e Geográfico de Guarujá-Bertioga e, segundo Reis Filho, amiga da esposa do então governador do Estado, Roberto de Abreu Sodré. Dessa forma, uma “dama da sociedade” conseguira fazer aquilo que os arquitetos e intelectuais paulistas não tiveram êxito em realizar, ou seja, a construção de um órgão estadual de preservação patrimonial, o primeiro do país, antecedendo as discussões que se dariam no âmbito nacional. Uma linha “tradicionalista”, imprimida pelos representantes dos “IHGs” do estado (além de Lucia Falkenberg, havia o representante do IHGSP, Aureliano Leite, e ainda um representante da Curia Metropolitana de São Paulo, Arnaldo D’A. Florence), possuía inicialmente bastante força dentro do órgão. Eram comuns, dessa forma, pedidos de tombamentos de túmulos pertencentes a famílias tradicionais paulistas, o que a presença de nomes como o próprio Reis Filho, Luís Saia e Paulo Duarte (representante do Instituto do Pré-História) por sorte não permitiu que ocorresse. É Reis Filho quem conta uma anedota, segundo a qual esses intelectuais ficavam desconfiados em relação a um órgão que começava com “conde” e falava sobre “patrimônio turístico”. Mas o órgão estava montado e eles precisavam então ocupar o único espaço disponível para a preservação daquele patrimônio regional que cada vez mais se via ameaçado.

Nestor Goulart Reis Filho atuou no CONDEPHAAT de sua criação até 1980, tendo ocupado papel destacado nesse órgão. Vimos no capítulo anterior que, até 1975, a experiência do trabalho da DPHAN foi aproveitada nos tombamentos estaduais. A partir dessa data o arquiteto assumiu a presidência do órgão e algumas mudanças puderam ser então verificadas. É mais uma vez o detalhado trabalho de Marly Rodrigues, único sobre o assunto,³⁵⁴ que fornecerá os dados sobre a atuação desse arquiteto no CONDEPHAAT.

Membro do Conselho Deliberativo desde sua criação, Reis Filho compôs, ao lado de Eurípedes Simões de Paula (que, como vimos, indicara Reis Filho à cadeira do Conselho destinada à FFCL da USP) e Carlos Lemos, em 1971, a *Comissão Técnica de Estudos e Tombamentos*. Na tentativa de definir o campo de atuação dessa comissão, esses conselheiros elaboraram um documento no qual hierarquizava-se os tombamentos por sua relevância regional ou municipal, estadual e nacional (o que seria mais recentemente criticado pelo próprio Reis Filho em entrevista cedida pessoalmente), e estabelecia-se que o CONDEPHAAT deveria prestar auxílio técnico às prefeituras e tomar *ex-officio* os bens tombados pela DPHAN. O CONDEPHAAT deveria concentrar-se nos bens de interesse

³⁵⁴ RODRIGUES, Marly. Op. cit.

estadual, com ênfase ao relacionamento destes com a história sócio-econômica paulista. Embora criticado por Rodrigues, esse ponto merece destaque pelo fato de permitir, a partir de então, a consideração de objetos pertencentes aos “ciclos” cafezista e industrial paulistas (a autora critica o próprio conceito de “ciclo”, o que já foi debatido no capítulo anterior). A concepção “processual” da arquitetura, da forma como a compreendeu Reis Filho, passava a ser abrigada agora pelo CONDEPHAAT. No entanto, a falta de recursos e pessoal faria com que as análises e fiscalizações que ficariam a cargo da Comissão ficassem prejudicadas, da mesma forma que a realização de um inventário dos documentos históricos, iconográficos e das fontes para a história da arte no Brasil e catalogação de arquivos oficiais e particulares.

Embora para o período ora focado Rodrigues critique também a atuação do CONDEPHAAT no que se refere à proteção dos conjuntos urbanos, visto que a instituição utilizaria ainda “procedimentos anacrônicos”,³⁵⁵ Reis Filho nos expressa uma opinião diversa, talvez pelo entusiasmo e contribuição relativos ao estudo e proteção dos núcleos urbanos. Segundo ele,³⁵⁶ o fato de estarem protegidos automaticamente 300 metros de entorno dos bens tombados pelo CONDEPHAAT teria garantido que a quase totalidade dos bairros antigos de São Paulo ficasse sob a proteção desse órgão.

4.4.2.2 O Curso de Conservação e Restauro (1974)

Antes de assumir a presidência do Conselho, Reis Filho ainda foi, ao lado de Luís Saia e Ulpiano Bezerra de Menezes, um dos coordenadores do Curso de Conservação e Restauro, organizado em 1974, numa parceria entre IPHAN, CONDEPHAAT e USP. Os trabalhos que se referem a esse curso o apresentam como uma espécie de “divisor de águas” dentro das práticas preservacionistas paulistas.³⁵⁷ Isso teria sido possibilitado pela noção mais abrangente de patrimônio proposta por Hugues de Varine-Boham, consultor da Unesco, na qual são contemplados o meio ambiente, o conhecimento e todos os “bens culturais”, compreendidos como sendo “tudo que o homem fabricou”.³⁵⁸ Assim, Varine-Boham teria apresentado,

³⁵⁵ Ibid., p. 66.

³⁵⁶ Na entrevista que me foi concedida.

³⁵⁷ Pode-se citar, por exemplo, RODRIGUES. Op. cit., ANDRADE. Op. cit., LEMOS; MORI; ALAMBERT. Op. cit. e LEMOS, Carlos A. C. *O que é Patrimônio Histórico?* 5ª ed. - São Paulo: Brasiliense, 1987.

³⁵⁸ Ibid., p. 73.

segundo Rodrigues, uma “definição antropológica” de patrimônio. Além disso, os cursos ministrados por Benedito Lima de Toledo e Augusto da Silva Teles teriam apontado as falhas das práticas de restauro e conservação aplicadas até então, trazendo à tona os preceitos ainda não aplicados da Carta de Veneza.

Por um lado, a realização desse curso atendia às recomendações dos compromissos de Brasília e Salvador, que mencionavam a realização de cursos de especialização na área de preservação e conservação e a realização de parcerias entre o IPHAN e as universidades. Por outro, preparava a FAU para a implantação de cursos de pós-graduação em arquitetura e urbanismo, inexistentes à época no país. Contudo, a principal consequência trazida por esse curso talvez não tenha sido prevista por seus organizadores (principalmente por Luís Saia), e para que seja possível compreender essa afirmação é necessário levantar alguns questionamentos à literatura que trata do assunto.

Não restam dúvidas de que esse curso foi de fato marcante no campo das práticas preservacionistas paulistas, e talvez até mesmo nacionais (vez que antecede em um ano a grande reviravolta ocorrida no IPHAN com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural – o CNRC –, liderado por Aloísio Magalhães). Personagens importantes desse território, a exemplo do próprio Nestor Goulart Reis Filho, Carlos Lemos e Antônio Luiz Dias de Andrade em vários momentos lembraram como esse curso foi importante em suas respectivas trajetórias individuais e para o “Patrimônio” em São Paulo, em geral. Todavia, em que pese a real alteração nos quadros preservacionistas paulistas, seria interessante analisar em que medida essa mudança se deve, de fato, a renovações conceituais. Isso não representaria muito mais à entrada da USP, sobretudo da FAU, na disputa por este espaço de atuação tão caro à atividade profissional do arquiteto? Não seria esse “discurso da mudança”, isso sim, uma estratégia narrativa a fim de consolidar a hegemonia da FAU (representada, além dos três arquitetos que citei logo acima, por Silva Teles e Lima de Toledo, entre outros), num campo extremamente representativo para a institucionalização do ensino de arquitetura, ou seja, o domínio sobre a história da arquitetura? Há razões para acreditar que sim, sobretudo se estivermos de acordo em relação ao fato precedente de que a própria Arquitetura Moderna Brasileira se consolidou através do espaço conquistado por Lucio Costa no SPHAN.

A partir de então, a USP, sobretudo a sua Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, passa a se colocar como alternativa à história da arquitetura produzida no âmbito do IPHAN. Os “novos trabalhos” defendem um maior rigor metodológico em oposição aos trabalhos

supostamente mais amadorísticos e inexperientes do IPHAN, sobretudo os de Luís Saia. Carlos Lemos seria o fundador dessa postura, adotando uma definição mais “antropológica” de cultura e baseando-se na leitura de documentação “primária”. Seus “epígonos” tratariam de reafirmar a invenção dessa nova tradição, conformando assim uma estratégia de legitimação e institucionalização de um *locus* de autoridade discursiva. Assim o fizeram, por exemplo, Antônio Luiz Dias de Andrade, Lia Mayumi, Marly Rodrigues e Cristiane Gonçalves, reforçando a eficácia da estratégia discursiva.

No entanto, essa suposta superioridade da produção da FAU em relação à do IPHAN não pode ser sustentada, a não ser, talvez, do ponto de vista quantitativo. Em relação à questão do trato com as fontes, logo será publicado o artigo de Jaelson Bitran Trindade, intitulado “A investigação histórica no IPHAN em São Paulo, uma abordagem territorial”,³⁵⁹ no qual o autor desfaz todos esses mitos relativos ao suposto desconhecimento, por parte de Luís Saia, acerca de documentação primária sobre o patrimônio cultural paulista.

O outro ponto no qual se apoia Carlos Lemos (e toda a “nova história” da arquitetura da FAU), ou seja, a novidade de um enfoque “antropológico”, também não consegue permanecer de pé. Segundo o arquiteto, “o que nos interessa mesmo é saber ‘como’ esse programa é ou foi satisfeito, a partir das condições ou das disponibilidades locais em determinada época. Essa é uma abordagem da competência da antropologia cultural”.³⁶⁰ O autor utiliza, de fato, trabalhos de autores como Gilberto Freyre e Ernani Silva Bruno. No entanto, as demais referências relativas a antropólogos são muito mais raras que no caso do próprio Luís Saia, que tem a seu favor a densa formação em etnologia e folclore adquirida com Dina Lévi-Strauss e o convívio com intelectuais como Roger Bastide, Claude Lévi-Strauss, Mário de Andrade etc.³⁶¹ Desnecessário relembrar aqui o que já foi visto pormenorizadamente no capítulo anterior, ou seja, a preocupação de Saia com a cultura popular, com a investigação de campo, com o ancoramento das interpretações relativas ao processo de interpretação arquitetônica na realidade social e cultural etc.

Assim, mais que uma real superação da contribuição de Luís Saia e do IPHAN para a

³⁵⁹ TRINDADE, op. cit.

³⁶⁰ LEMOS. *Casa paulista*, op. cit., p. 20.

³⁶¹ Não me parece concebível acreditar que Lemos desconhecesse a formação de Luís Saia. Conforme mostra em *Viagem pela carne*, Lemos recorreu a Saia já nos seus tempos de estudante, a fim de conferir legitimidade a um trabalho da faculdade reprovado por seu tradicionalista professor de história da arquitetura. Com a ajuda de Saia, o trabalho foi imediatamente reconsiderado. Lemos conviveu com Saia também nos tempos do CONDEPHAAT, tendo trabalhado como técnico nesse órgão e no curso ministrado em 1974 na FAU. Assim, Lemos dá a impressão, pela análise de seus escritos, de omitir alguns dados a fim de tornar mais consistente sua argumentação, que se torna cada vez mais explicitamente estratégica.

história da arquitetura paulista, trata-se de uma estratégia de legitimação da produção uspiana a partir do eclipsamento do trabalho desse arquiteto. Esse argumento foi, desse modo, a partir de então, reafirmado por todos aqueles que pretenderam retirar autoridade dessa posição aparentemente “vencedora”. O próprio Reis Filho mostra partilhar, em entrevista pessoal, dessa perspectiva. Embora ele próprio se mostre devedor dos trabalhos teóricos desenvolvidos no IPHAN, numa postura menos agressiva que a de Lemos, por exemplo, acaba reificando os argumentos desse arquiteto, apontando o maior rigor metodológico dos trabalhos desenvolvidos na USP contra a inexperiência dos trabalhos precursores daquela instituição federal, além da falta de recursos e possibilidades com as quais ela sempre sofreu na proteção dos bens culturais do Estado de São Paulo. Dessa forma, é possível afirmar que esse curso, do qual Reis Filho foi um dos organizadores, acabou contribuindo para uma mudança fundamental nas práticas preservacionistas paulistas: a progressiva ocupação de um espaço disponível nesse campo pela FAU, espaço estratégico quando o que importa é a autoridade na produção e no ensino da história da arquitetura.

4.4.2.3 A presidência do CONDEPHAAT (1975-1980)

Em 1975, portanto, Reis Filho passou a presidir o Conselho Deliberativo do CONDEPHAAT, cargo que ocupou até 1980. A partir de então, uma série de mudanças passaram a ser observadas nas práticas desse órgão, tanto em função da nova presidência (não mais nas mãos dos IHGs paulistas) quanto do novo cenário nacional. Percebe-se também a ampliação das discussões em torno do tema do patrimônio, com a participação de atores advindos de diversas áreas de formação.

No âmbito nacional, destacaram-se a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PRCH). O primeiro representou uma abertura para a ampliação do conceito de patrimônio, agora englobando toda a atividade cultural, produzida historicamente, com importância para o desenvolvimento presente, seja ele social, econômico ou cultural. O segundo criou a possibilidade de financiamentos voltados para projetos de reconstrução e desenvolvimento de áreas urbanas detentoras de acervo histórico e cultural. Além disso, a sociedade brasileira em

geral passava a perceber de forma crescente o potencial do patrimônio como objeto para expressão da cidadania, o que, num contexto de recente cerceamento de boa parcela da liberdade individual e coletiva, constituía-se como uma forma consistente de luta contra a ditadura militar, consolidando uma abertura política e social que a partir de então podia ser aos poucos verificada.

No âmbito regional, um novo grupo tomou a dianteira das ações preservacionistas paulistas. Com a morte de Luís Saia em 1975, o grupo egresso do Curso de Conservação e Restauração realizado na FAU-USP se constituiu como a nova vanguarda responsável pela preservação do patrimônio cultural do Estado. Antônio Luiz Dias de Andrade, que iniciou sua carreira no campo do patrimônio cultural como estagiário de Luís Saia, se tornou professor da FAU e, carregando essa nova rede de relações acadêmicas, profissionais e afetivas, ocupou a direção do IPHAN paulista, após substituição interina do arquiteto Armando Rebolo. Os demais arquitetos desse grupo da USP passaram a ocupar outros cargos da administração pública municipal e estadual, como a Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep), a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (Emplasa) e a Empresa Municipal de Urbanização (Emurb). O CONDEPHAAT acabou se tornando uma espécie de centro de convergência desses atores, adquirindo uma maior força política por acabar se responsabilizando pela elaboração dos critérios relativos à intervenção urbana que viesse a envolver o patrimônio cultural do estado.

Como corretamente aponta Rodrigues, “o CONDEPHAAT adotaria novos objetos de proteção”, sendo que “o tombamento passou a ser adotado como medida de proteção ao meio ambiente e, por essa vertente, o patrimônio passaria a ser entendido em sua dimensão urbana, tornando-se instrumento de elevação da qualidade de vida”.³⁶² A autora considera que essas mudanças devam ser atribuídas à conjunção de fatores externos expressa na posição intelectual de alguns dos membros do Conselho, a exemplo de Ulpiano Menezes, Aziz Ab’Saber e Carlos Lemos, e aponta como central para este período a adoção do conceito “patrimônio ambiental urbano”, que passará a nortear as ações do órgão estadual.

Todavia, Rodrigues dá pouco destaque à figura de Nestor Goulart Reis Filho nas alterações gerais sofridas pelo órgão no período. Toda a obra de Lemos é voltada para a compreensão da evolução arquitetônica a partir da análise de suas funções internas, ou seja, de como ela seria utilizada com base em informações acerca dos hábitos e costumes de seus

³⁶² RODRIGUES. Op. cit., p. 80.

moradores, hábitos estes adquiridos com base na cultura produzida pela sociedade na qual se inseria a família habitante. Há, portanto, pouco destaque para o fator urbano, ainda que não esteja de todo ausente, em clara oposição ao trabalho de Reis Filho, por exemplo. Com certeza o adjetivo “ambiental” é, em grande medida, devido ao eminente geógrafo Ab’Saber, reconhecido internacionalmente na área da geomorfologia mas igualmente importante por diversos outros estudos ecológicos. Não que “ecologia” e “ambiente” não incluam o fator humano, muito pelo contrário, mas a ênfase da atuação desse intelectual recaiu mais para as paisagens e conjuntos naturais e sua relação com a expansão (depredatória) urbana. A Menezes poderia ser imputado o destaque ao “urbano”, no entanto, esse historiador e arqueólogo concentrou suas pesquisas, como indica a própria Rodrigues, nos valores simbólicos da cidade e nas suas diferentes representações sociais,³⁶³ o que não chegou a ser exatamente aplicado pelo órgão, ao menos no período ora focado.

Não pretendo assim negar a contribuição individual desses atores, o que significaria contradizer os próprios métodos de análise empregados neste trabalho. Não obstante ela tenha sido concreta, não é possível negar (ou menosprezar) a efetividade da produção historiográfica de Reis Filho na orientação das ações levadas a cabo, ao menos no período de sua presidência, no âmbito do CONDEPHAAT e, conseqüentemente, das práticas preservacionistas paulistas de forma geral. Sua concepção processual do urbanismo, considerado um “fato social”, ligada ainda à “tradição do Patrimônio” (ou seja, do IPHAN), mas modificada sobretudo com base no arcabouço teórico constituído pelo grupo de cientistas sociais da USP, pode ser claramente observada nas realizações levadas a cabo pelo CONDEPHAAT de então, sobretudo se as compararmos com as concepções de Reis Filho conforme foram decodificadas, em termos “patrimoniais”, no capítulo “Sobre o patrimônio de cultura”.

A mudança das formas de atuação do CONDEPHAAT foram expressas em dois documentos elaborados logo no início da gestão de Reis Filho, em 1976. O primeiro deles, intitulado *Proposta e roteiro para a atuação do novo Conselho Deliberativo do CONDEPHAAT*, “previa a definição de programas a curto e a médio prazos, constituídos por arrolamentos, atividades de obras e serviços, projetos de reabilitação urbana”, além da “proteção e valorização do patrimônio ambiental”.³⁶⁴ Outros pontos dessa proposta ainda são

³⁶³ Ibid., p. 90-91.

³⁶⁴ Ibid., p. 93-94. O último aspecto, ou seja, o relativo ao patrimônio natural, foi tratado detalhadamente, segundo Rodrigues, no documento *Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no Estado de São Paulo*, elaborado por Aziz Ab’Saber.

destacados por Rodrigues: no âmbito das obras e serviços, passam a ser privilegiados os “projetos de reabilitação urbana” e de “proteção e valorização do patrimônio histórico, arqueológico e artístico no contexto do patrimônio ambiental”; desejou-se também a divulgação das ações do CONDEPHAAT por intermédio de exposições, seminários, jornais, publicações, rádio e televisão.

Muito embora as novas metas do CONDEPHAAT tenham esbarrado numa verdadeira “barreira política”, Rodrigues reconhece que, “apesar das limitações institucionais, o CONDEPHAAT experimentava um relativo avanço em sua prática preservacionista, especialmente no que se refere a alguns aspectos urbanísticos”.³⁶⁵ A autora menciona a aproximação com empresas de planejamento para preservação de áreas urbanas, a realização de estudos para a preservação de “ambientes urbanos como o Parque da Independência” e conciliação da preservação com a melhoria das “condições funcionais das regiões mais deterioradas de bairros centrais da capital”, não obstante tenha se mantido, segundo a autora, a “ortodoxia” no tratamento das questões arquitetônicas.³⁶⁶

Com relação aos tombamentos realizados, algumas alterações, ainda que sutis (visto que muda a presidência, não a composição, de forma geral, do Conselho), podem ser verificadas.³⁶⁷ Nos tombamentos de residências urbanas, por exemplo, verifica-se mais uma mudança qualitativa que quantitativa. Se no período anterior as residências urbanas eram tombadas pela ligação que possuíam com ícones da elite econômica, política e artística paulista, a partir da gestão de Reis Filho passaram a ser alvo de proteção vilas e residências cujo significado se liga mais à história urbana e da arquitetura que à história tradicional, preocupada com as “grandes personalidades”. Se não há tombamentos de conjuntos é porque eles passaram a ser protegidos por órgãos de planejamento urbano municipais e estaduais, sob a orientação do CONDEPHAAT.

Reis Filho permaneceu no Conselho Deliberativo do CONDEPHAAT até janeiro de 1980, quando foi substituído por Eduardo Corona na cadeira destinada ao Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAU-USP (vaga implantada desde 1976, durante a gestão de Reis Filho, e ocupada inicialmente por Benedito Lima de Toledo). Rodrigues aponta que, a partir de 1979, o Conselho Deliberativo do CONDEPHAAT passa a ter uma nova composição, para a qual o mais importante seria a construção de uma imagem

³⁶⁵ Ibid., p. 96.

³⁶⁶ Ibid. p. 96-97.

³⁶⁷ O mesmo livro de Rodrigues traz um levantamento completo dos bens tombados e pedidos de estudo de tombamento arquivados entre 1969 e 1987.

de eficácia administrativa, evitando os constrangimentos entre as esferas estadual e federal de governo. Esse fato acabou criando posteriormente algumas dificuldades às mudanças que se desejou implementar, realocando a discussão teórica, que foi um grande ganho da gestão de Reis Filho, para um segundo plano.

Além disso, a disputa de interesses em torno de alguns tombamentos demonstrou que o órgão estava ainda longe de gozar da efetividade que dele esperavam seus idealizadores. O sítio arqueológico do Pátio do Colégio, em São Paulo, por exemplo, que possuía vestígios do início da ocupação do território paulista, foi destruído pelos jesuítas, após contenda política e judicial envolvendo a Sociedade Brasileira de Educação, para dar lugar à construção de uma réplica da igreja construída em 1671, a terceira erguida pela ordem naquele local. O tombamento da Estação da Luz, efetivado apenas em 1982, também seria inicialmente sustado em função de interesses diversos, sobretudo o econômico, de acordo com os quais se pretendia levar a cabo uma obra de metrô sem considerar os vestígios históricos daquele local. Mas o caso emblemático foi o ocorrido na Avenida Paulista. Ainda em 1979 cogitou-se a proteção de uma série de edifícios antigos situados nesse logradouro, e, antes mesmo de serem abertos os processos de tombamento, os proprietários daqueles edifícios realizaram a demolição em massa dos mesmos, sem que o poder público pudesse tomar qualquer atitude. Isso demonstrou a fragilidade do órgão, cujo Conselho pediu demissão coletiva em 1982.³⁶⁸

4.4.2.4 Instituições alternativas

Reis Filho deixa o Conselho Consultivo do CONDEPHAAT, portanto, num momento em que as práticas preservacionistas passam por mudanças quantitativas e qualitativas significativas. O governo militar promoveu políticas econômicas e habitacionais que proporcionaram uma enorme e desordenada expansão urbana e imobiliária. Ao lado disso, expandiu-se a noção de “patrimônio”, que, passando a abranger um maior número de bens materiais e imateriais, tornou-se objeto de disputa de um número maior de grupos e começou a ser encarada como ferramenta de desenvolvimento econômico e social.

Por mais que alguns atores individuais tenham tentado coordenar ações no sentido de

³⁶⁸ O CONDEPHAAT ficou inativo entre setembro e novembro de 1982, quando voltou a funcionar sob a presidência de Aziz Ab'Saber.

aparelhar os órgãos preservacionistas estatais para essas novas demandas, as políticas culturais quedariam ainda num segundo plano. As políticas públicas nessa área continuariam sendo consideradas supérfluas, ou no máximo secundárias, e a quantidade de investimentos seria ainda insuficiente para dar conta da demanda relativa à proteção do patrimônio cultural, sobretudo aquele de relevância regional e local. A percepção desse problema leva a uma crescente pulverização das práticas preservacionistas, seja por intermédio das associações de classe, das universidades ou das autarquias públicas.

Reis Filho destacou-se nesse movimento, tendo ocupado o posto de vice-presidente da Emurb entre os anos de 1975 e 1978, até tornar-se presidente dessa empresa no ano seguinte. A Empresa Municipal de Urbanização é uma empresa pública municipal criada em 1971, com o objetivo de replanejar e intervir no espaço urbano. Dessa forma, com a importante participação de arquitetos como Reis Filho, Jorge Wilhelm e Carlos Lemos, a preservação de sítios históricos passou a integrar as políticas urbanas da capital paulista no que se refere a seu planejamento, algo que certamente não teria condições de ocorrer somente por intermédio do CONDEPHAAT ou do IPHAN.

Entre 1986 e 1987, Reis Filho torna-se também membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano. No entanto, esse arquiteto já havia elaborado, em 1984, dois textos para um convênio entre a FAU-USP e esse Conselho, cujo objetivo era avaliar o Programa Nacional de Cidades Médias e que foram publicados, posteriormente, no 11º número dos *Cadernos de Pesquisa do LAP*.³⁶⁹ Segundo Reis Filho,

naquele momento estávamos preocupados em demonstrar que, no seu conjunto, o processo de urbanização no Brasil estava assumindo proporções extraordinárias, de caráter explosivo. Não se tratava mais da expansão de uma ou de algumas metrópoles mas da urbanização em massa de um país populoso. As medidas adotadas pelo governo federal, alguns anos antes, com relação à Previdência Social no setor rural, haviam promovido imediata expulsão dos que habitavam nas fazendas e sua transformação em boias-frias ou migrantes. Os fluxos migratórios em direção às cidades e em direção às metrópoles assumiram proporções incomuns mas eram - e continuam a ser interpretados como consequência de uma explosão demográfica, quando na verdade eram muito mais a consequência de uma forma autoritária de planejamento.³⁷⁰

Antes disso, em 1978, Reis Filho escreveu um texto no qual pretendia sugerir linhas de ação para o Banco Nacional de Habitação (BNH). Num momento em que o arquiteto

³⁶⁹ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Urbanização e planejamento...* Op. cit. (Introdução disponível em <<http://www.usp.br/fau/dephistoria/lap/cad1120.html>> Acesso em 13.03.2010).

³⁷⁰ Ibid.

terminava um trabalho de inventariamento e recuperação de escolas e estações ferroviárias paulistas, pareceu-lhe urgente mostrar a necessidade de aliar a preservação cultural ao desejo de rentabilidade de grandes empresas públicas e privadas. É, portanto, a partir de órgãos que nada tinham a ver com a área cultural, que surgiram as melhores oportunidades de intervir na preservação do patrimônio cultural, para o qual o estudo e a defesa do espaço urbano passam a ser, de fato, um dos principais alvos. Ainda segundo Reis Filho, tratando do CNDU, “pela primeira vez, tínhamos reunidos sob uma só autoridade política um órgão de orientação, uma agência financeira e um órgão executivo da administração federal, para o desenvolvimento de nosso campo de trabalho”.³⁷¹

Ainda em 1986 Reis Filho cria, junto com o então reitor da USP, José Goldemberg, a Comissão de Patrimônio Cultural da USP. Reis Filho foi nomeado coordenador da Comissão, que contava ainda com Ulpiano Menezes, Léa Goldenstein, Walter Zanini e Lúcio Marcos Gonçalves Prado. Inicialmente a Comissão fixaria diretrizes relativas à destinação do patrimônio da USP. Reis Filho relata que prédios antigos e importantes obras escritas estavam se perdendo por mero descaso: ele nos conta o divertido caso em que as bibliotecárias de uma das bibliotecas da USP, ao notarem que de alguns livros antigos começavam a surgir larvas, teriam ficado com nojo e jogado aquelas raridades no lixo. O clima de crescente conscientização da necessidade de proteção de objetos culturais antigos, causado principalmente pela rápida expansão urbana e consequentes efeitos sobre monumentos e documentos antigos, teria favorecido a criação dessa Comissão, que se tornou, em 2002, Centro de Patrimônio Cultural da USP.

4.5 CONCLUSÃO

Assim como Luís Saia, Reis Filho se viu impelido a conferir sentido às práticas relacionadas aos bens culturais pertencentes à nação ou a recortes identitários mais restritos. Interessante notar que, num espaço tão curto de tempo e numa mesma realidade espacial, a noção de evolução arquitetônica passou por re-significações nada desprezíveis, sendo que as que foram vistas aqui são apenas alguns dos exemplos mais importantes. Poderia estender

³⁷¹ Ibid.

essa análise a outros autores paulistas, como Carlos Lemos, Ulpiano Bezerra de Menezes, Antônio Augusto Arantes, ou mesmo extrapolar os limites estaduais e pensar na ação de indivíduos como Gilberto Freyre, Sylvio de Vasconcelos, Paulo Tedim Barreto etc. Contudo, o caso de cada um dos arquitetos cujas obras foram analisadas basta para indicar a existência de uma pluralidade de sentidos presentes nas práticas preservacionistas nacionais e a forma pela qual a ação individual pode influir em suas mudanças mais significativas.

Antes de lidar com o patrimônio cultural nacional e paulista, Reis Filho refletiu sobre a arquitetura colonial, depois sobre a moderna, em seguida sobre a eclética. Encontrou nesses objetos, aparentemente naturalizados por uma tradição discursiva suficientemente cristalizada, alguns problemas possibilitados pelo confronto direto com a realidade na qual estava inserido. Essa atividade reflexiva lhe mostrou que alguns desses enunciados legitimados e naturalizados sobre a arquitetura e o passado nacional careciam já de sentido, que devia ser novamente perseguido a partir dos significados de seu presente.

Mais uma vez a produção historiográfica se mostrou a ferramenta mais eficaz para a ação de produção de sentido cujos alvos foram as práticas dos órgãos públicos responsáveis pela proteção dos bens culturais coletivos. Mas as condições para essa produção já não eram as mesmas que à época de Luís Saia. Os novos critérios encabeçados pelas ciências sociais traziam consigo, por exemplo, a exigência de um maior rigor conceitual, e a posição de Reis Filho, no seio da Escola Sociológica paulista, foi para isso estratégica. Por outro lado, este arquiteto pôde adentrar com facilidade num campo antes dominado pelos arquitetos modernos, dada a proximidade e afinidade que guardava com a produção clássica sobre a arquitetura tradicional brasileira.

O sentido historiograficamente produzido por Reis Filho passou a exigir, todavia, uma carga maior de responsabilidade que aquela com a qual poderia arcar o IPHAN, soberano até então no que diz respeito à proteção dos bens culturais nacionais. A própria esfera federal já se dava conta desse movimento (alertado não só por Reis Filho), sugerindo a criação de órgãos preservacionistas estaduais. O CONDEPHAAT significou um primeiro passo para a pulverização que seria vista nas políticas culturais, e Reis Filho foi um dos principais atores dessas mudanças, principalmente no âmbito estadual.

O novo (embora não radicalmente diverso) sentido que propôs para a arquitetura nacional acabou mostrando a importância da compreensão dos processos de urbanização para a interpretação da própria arquitetura. Não que Saia não houvesse dito isso. Contudo, a

reformulação da noção de evolução arquitetônica operada por Reis Filho mostrava que a arquitetura do XIX fazia parte de um mesmo processo evolutivo, que se relacionaria diretamente com os processos urbano, social, econômico e cultural. Desse modo, essa arquitetura não seria, como pensava Saia e quase toda a intelectualidade modernista egressa da década de 1930, uma inserção alienígena no seio nacional, ou seja, uma espécie de “ideia fora do lugar”. Demonstrado isso historiograficamente, as arquiteturas neoclássica e eclética passam também a interessar às políticas preservacionistas, e os instrumentos então oferecidos pelo IPHAN se mostram insuficientes para essa nova geração de “preservadores”.

5 CONCLUSÃO

Desde o início deste trabalho procurei deixar claro que o mesmo possui algumas limitações. Trata-se de algo natural numa pesquisa que guarda uma certa distância com seu objeto. Do alto das montanhas mineiras dirigiu-se o olhar para o planalto paulista, como uma ave de rapina que, procurando observar de cima, com a maior acuidade possível, algo que lhe interesse no solo, às vezes deixa escapar sua presa num de seus rasantes. Se, por um lado, tem-se assim uma melhor visão de conjunto, por outro uma maior imersão no objeto pode fazer com que um ou outro detalhe não passe despercebido. No entanto, esse posicionamento é algo que está além de nossas vontades.

Todavia, procurei não apenas ficar sobrevoando o objeto de pesquisa. No decorrer desta investigação tive a oportunidade de conhecer de perto o ambiente de trabalho outrora percorrido com paixão por Luís Saia. Lá fui recebido de coração aberto pelos atuais funcionários da 9ª Superintendência Regional do IPHAN, que não esconderam a satisfação de verem seu velho mestre ser alvo do interesse de jovens pesquisadores. Pude perceber também uma certa vontade de que minha presença fosse a objetivação de uma esperança por eles guardada, ou seja, de que algumas injustiças sistematicamente produzidas a respeito daquele arquiteto fossem notadas por alguém ainda não contaminado pelas disputas locais paulistas. Assim, pude me emocionar diante das anotações produzidas pelos punhos de um indivíduo cuja biografia ia se descortinando diante de meus olhos, mostrando um homem extremamente erudito e empenhado em combater certas injustiças sociais através de uma séria atuação em diversos órgãos públicos.

Embora essa experiência tenha sido de fato muito enriquecedora, abrindo-me os olhos para uma série de dados que não havia conseguido até então enxergar à distância, apenas por intermédio de textos, não poderia deixar que se perdesse aquilo que deveria ser a marca deste trabalho: o “olhar de fora”. Desse modo, arrisquei-me ainda mais conferindo o mesmo espaço ao outro representante da historiografia que pretendi apresentar neste trabalho. Fui então ao belo prédio da FAU-USP, situado no campus do Butantã, a fim de entrevistar pessoalmente Nestor Goulart Reis Filho. Pela seriedade de seus escritos não poderia imaginar o quão amistosa e descontraída seria aquela figura, que desde o primeiro contato se mostrou muito acessível e, quando da entrevista cedida, discorreu durante horas sobre o tema que tanto me interessava. Mais uma vez me via diante de uma série de novos dados e de uma grande

proximidade em relação ao objeto de pesquisa.

Mas, voltando à alegoria proposta no início dessas páginas conclusivas, não poderia deixar que essa relação afetiva com objeto afetasse a meta de “devorar as presas”. Fez-se então necessário um maior cuidado com a explicitação dos métodos de análise, que mereceram capítulo específico nesta dissertação. Assim, desejei utilizar as informações obtidas nesses “voos rasantes” de modo que pudessem responder às questões colocadas no início deste trabalho, relativas aos papéis da produção historiográfica e das ações individuais no âmbito das práticas preservacionistas. A admiração provocada pelo objeto de pesquisa contribuiu desse modo apenas para aumentar o prazer pelo trabalho, e não prejudicar os resultados.

No primeiro capítulo foi possível apresentar dois esforços que talvez possam emergir como contribuições a este campo de investigações. Na sua primeira parte fez-se o que talvez seja a primeira revisão historiográfica ou análise do “estado da arte” dos estudos relativos às práticas preservacionistas nacionais. Como salientei naquele capítulo, não se tratou de uma análise exaustiva dessa produção, que mereceria, inclusive, um estudo a parte. Não obstante, essa breve investigação permitiu situar tais estudos em relação à própria dinâmica institucional do IPHAN e, assim, lançar luz tanto em suas reais contribuições quanto em suas limitações.

O segundo esforço desse primeiro capítulo foi pensar numa estruturação metodológica que permitisse abordar o tema de uma nova perspectiva. Recorri então a alguns pressupostos que considero importantes para a análise das ações individuais, da linguagem e da produção historiográfica, três níveis distintos cuja análise é imprescindível, a meu ver, para a compreensão das inovações operadas no contexto específico das políticas públicas de preservação patrimonial.

O capítulo sobre Luís Saia permitiu argumentar a favor de uma nova percepção das práticas preservacionistas durante a “fase heroica” do IPHAN, que se mostrou então menos coesa do que se imaginava. O caso paulista demonstra que a coerção do discurso central produzido pelo corpo dirigente do SPHAN no Rio de Janeiro não foi assim tão eficaz, oferecendo um considerável espaço para inovações, além de estar destituído da força necessária para limitar completamente ações motivadas por interesses diversos ante a autoridade individual de seus agentes. Mostrou-se necessário o “acordo entre dissensos”, de modo que a elite intelectual paulista, em vários momentos perseguida por Vargas, pôde deixar

a marca da “paulistanidade” no rol dos monumentos nacionais tombados.

O capítulo sobre Reis Filho possibilitou, por sua vez, enfatizar a importância do período que, normalmente, é considerado como sendo meramente de “transição”. Mostrou também como as discussões em torno do urbanismo provocaram alterações nas práticas preservacionistas paulistas e nacionais, somadas às novas demandas sociais, políticas e econômicas. Além disso, restou demonstrado que, para a efetivação dessas mudanças, foram de suma importância os debates historiográficos desenvolvidos em torno da noção de evolução arquitetônica, seja ela tomada a partir de seu viés regional ou urbano.

A produção historiográfica foi analisada como um tipo específico de ação individual e de linguagem escrita, capaz de orientar condutas e delimitar identidades. Trata-se de uma ação racional que, como se sabe, não necessariamente produz os efeitos pretendidos, pois depende de um contexto que envolve interesses alheios, individuais e coletivos. As inovações produzidas a partir de motivações individuais podem, no entanto, efetivarem-se, desde que haja uma convergência entre as partes envolvidas ou, não sendo isso possível, que a parte inovadora seja mais poderosa que a que se lhe opõe. É óbvio que isso ocorre de formas distintas de acordo com o campo que se investiga. Se no âmbito das práticas preservacionistas, por exemplo, isso pode ser claramente observado e se dá de forma mais “rápida”, no da linguagem, por seu turno, as mudanças são no geral mais lentas e dependem de fatores diversos, embora possamos notar, como no caso da noção de “evolução arquitetônica”, inovações semasiológicas e onomasiológicas ocorridas num espaço relativamente curto de tempo. O mesmo poderia ser dito em relação ao conceito de “patrimônio”. No entanto, cabe ressaltar que “inovação” não significa aniquilação da parte momentaneamente vencida, sendo perfeitamente possível a coexistência de sentidos e significados contrastantes, que ora ou outra entram em conflito em função de conjunturas específicas.

Ainda assim, um novo significado assim estabelecido pode ou não conformar o caldo da “tradição” disponível às gerações posteriores e, desse modo, tomar posteriormente formas imprevisíveis. Se as ações de Luís Saia (analisadas sobretudo a partir de sua produção historiográfica) alcançaram algumas de suas metas, as mesmas sofreram alterações significativas com as gerações posteriores. Isso adveio principalmente da necessidade de ocupar um “posto” vago sem com isso abrir mão da autoridade de seu antigo ocupante. A história da arquitetura em São Paulo não poderia ser a mesma que a de Saia, no entanto não

poderia também perder seu espaço privilegiado. Não se tratava então de abandonar a ferramenta, mas de torná-la “mais eficaz” a fim de dar conta das novas “normas” do jogo.

Deste modo, não obstante as limitações do trabalho, foi possível mostrar que a produção historiográfica ocupa uma posição central no conjunto das práticas preservacionistas, sendo, ela própria, uma forma de ação. Além disso, pude sugerir, através da análise das ações individuais de dois arquitetos/historiadores, que o IPHAN e outros órgãos preservacionistas somente puderam se sustentar com base nos acordos entre vozes em muitos pontos discordantes, impossibilitadas de abrir mão dos espaços previamente institucionalizados para levar a cabo seus interesses individuais e dos grupos que representavam.

BIBLIOGRAFIA

- AMOROSO, Marta. Sociedade de Etnografia e Folclore (1936-1939). Modernismo e Antropologia. In: CENTRO DE CULTURA DE SÃO PAULO. *Catálogo da Sociedade de Etnografia e Folclore*. São Paulo, 1993. Disponível em <http://www.centrocultural.sp.gov.br/livros/pdfs/sef.pdf>. Acesso em 08.06.2001.
- ANDRADE, Mário de. *Folclore*. In: MORAES, Rubens Borba de; BERRIEN, William [orgs]. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1949.
- _____. *Cartas de trabalho: Correspondências com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981.
- ANDRADE, Antônio Luís Dias de. O nariz torcido de Lucio Costa. *Sinopses*. São Paulo, n. 18, p. 5-17, dez. 1992.
- _____. Comentário. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 60 anos: A revista*. [Brasília], n. 26, p. 68-69, 1997.
- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Esquema de Lucio Costa. In: NOBRE, Ana Luiza et. al. (Orgs.). *Um Modo de ser moderno. Lucio Costa e a crítica contemporânea*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- _____. Nas asas da razão: ética e estética na obra de Lucio Costa. In: NOBRE, Ana Luiza et. al. (Orgs.). *Um Modo de ser moderno. Lucio Costa e a crítica contemporânea*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- AZEVEDO, Paulo Ormindio de. *Homenagem do Conselho Consultivo do IPHAN a Renato Soeiro*. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=363>> Acesso em 04.04.10.
- BARRETO, Paulo Thedim. “O Piauí e sua arquitetura”. *Revista do SPHAN*. Rio de Janeiro, n. 2, p. 187-223, 1938.
- _____. Casas de Câmara e Cadeia. In: *Revista do Patrimônio*, n. 26, p. 362-443, 1997.
- BATISTA, Marta Rosseti. Introdução. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: IPHAN, n. 30, p. 06-24, 2002.
- BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 18ª ed. – Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOAS, Franz. *Race, language and culture*. New York: Macmillan, 1948.
- BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista, SP: Ed. Universidade de São Francisco, 2001.
- BOUDON, Raymond [dir.]. *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BRASIL. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura; Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.
- BURGER, Thomas. Max Weber Interpretative Sociology, the understanding of actions and motives, and a Weberian view of man. In *Sociological Inquiry*. V. 47 n. 2, p. 127-132, s.d.

- CALIL, Carlos Augusto Machado. Sob o signo do Aleijadinho: Blaise Cendrars precursor do Patrimônio Histórico. In: ANDRADE, Antônio Luís Dias [et al.]. *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2006.
- CANTUÁRIA, Adriana Lech. *A Escola pública e a competência escolar: o caso do Colégio Culto à Ciência*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Hector Perez. *Os métodos da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- CARDOSO, Joaquim. Observações em torno da história da cidade do Recife no período holandês. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 4, p. 383-405, 1940.
- CARONE, Edgar. “Notícias sobre ‘brasilianas’”. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*. Universidade Estadual Paulista, Ano I, Vol. I, n. 1, 1976.
- CAVALCANTI, Lauro. Encontro moderno: volta futura ao passado. In: CHUVA, Márcia. (org.). *A Invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.
- _____. O cidadão moderno. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. [Brasília], n. 24, p. 106-115, 1996.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3ª ed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi*, v. 4, n. 7, jul.-dez. p. 313-333, 2003.
- COSTA, Lucio. Razões da nova arquitetura (1936). In: XAVIER, Alberto (org.). *Lucio Costa: sobre arquitetura*. Porto Alegre, Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.
- CROZIER, Michel. *O fenômeno burocrático: ensaio sobre as tendências burocráticas dos sistemas de organização modernos e suas relações, na França, com o sistema social e cultural*. Editora Universidade de Brasília, 1981.
- EISENSTADT, S. N. & RONIGER, L. *Patrons, clients and friends: interpersonal relations and the structure of trust in society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- ELSTER, John. *Peças e engrenagens das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Fontes textuais e vida material: observações preliminares sobre casas de moradia nos Campos dos Goitacases, sécs. XVIII e XIX. In *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, Nº 1, p.107-129, 1993.
- FERNANDES, Florestan. *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Fapesp: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. A política federal de preservação nos anos 70 e 80. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Op. cit., 1996.
- _____. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro; UFRJ: IPHAN: 1997.

- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.
- FRANCO, A. C. Entre o Racional e o Pitoresco: O Plano Diretor de Luis Saia para Águas de Lindóia, 1956. In: V Seminário Nacional DOCOMOMO. São Carlos. Anais do V Seminário Nacional DOCOMOMO, 2003.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 8ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954, V. 1.
- _____. *Mucambos do Nordeste*. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, [1937] (Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 1).
- GOMES, Angela Maria de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GONÇALVES, Cristiane Souza. *Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.
- GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3ª ed., ampliada. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- _____. *Caminhos e fronteiras*. 3ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octávio. A Sociologia de Florestan Fernandes. Estudos Avançados. São Paulo, v. 10, n. 26, abr. 1996. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-01411996000100006&lng=en&nrm=iso> Acesso em 18.02.2010.
- JACKSON, Luiz Carlos. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). *Tempo social*. Revista de Sociologia da USP. V. 19, n. 1, p. 115-130, jun. 2007.
- KONDER, Leando. *A Derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- _____. *Intelectuais brasileiros & marxismo*. Belo Horizonte: oficina dos livros, 1991.
- KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LAHUERTA, Milton. *Elitismo, autonomia, populismo: os intelectuais na transição dos anos 40*. (Dissertação de Mestrado). Campinas, SP: Unicamp, 1992.
- LE CORBUSIER. *Mensagem aos estudantes de arquitetura*. São Paulo: Martins, 2006.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: Enciclopédias Einaudi. Vol. 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *O que é Patrimônio Histórico?* 5ª ed. - São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- _____. *Viagem pela carne*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira; MORI, Victor Hugo; ALAMBERT, Clara Correia d'. *Patrimônio: 70 anos em São Paulo*. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2008.
- LUCKMANN, Thomas. Nueva sociología del conocimiento. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. S.I. 1996.
- LÜBBE, Hermann. *Filosofia práctica y teoría de la historia*. Barcelona: Editorial Alfa, 1983.
- MAESTRI, Mário. *Terra do Brasil: a conquista lusitana e o genocídio tupinambá*. São Paulo: Moderna, 1993.
- MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAIS, Fernando A. Novais [org. geral da coleção]; SEVCENKO, N. [org. do volume]. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5ª Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. Por uma sócio-história do Estado no Brasil. In: CHUVA, Márcia (org.). *A Invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOTA, Carlos Guilherme. São Paulo no século XIX (1822-1889): esboço de interpretação. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo, v. 4, n. 1, p. 9-16, 2004.
- _____. Da cidade ibero-americana: temas, problemas e historiografia. Disponível em <http://www.aedificandi.com.br/aedificandi/N%C3%BAmero%201/1_especial_da_cidade_iberoamericana.pdf> Acesso em 27.03.2010.
- MOTA, Juliana Costa. *Planos diretores de Goiânia, década de 60: a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilhelm no campo do planejamento urbano*. Dissertação (mestrado). – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2004.
- MUSSE, Ricardo. A dialética como discurso do método. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 17, n. 1, junho de 2005.
- NEME, Mário [org.]. *Plataforma da Nova Geração*. Porto Alegre: Globo, 1945.
- NOBRE, Ana Luísa et. al. [Orgs.]. *Um Modo de ser moderno: Lucio Costa e a crítica contemporânea*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.
- PINTO, João Alberto da Costa. Caio Prado Júnior: a derrota do marxismo no Brasil. *Revista Espaço Acadêmico*. N. 70, março/2007. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/070/70esp_pinto.htm#_ftnref2> Acesso em 08.06.2010.
- POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

- PONTES, Heloisa. Entrevista com Antonio Candido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 16, n. 47, Out. 2001, p. 9. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092001000300001&lng=en&nrm=iso> Acesso em 03.04.2010.
- PUNTONI, Pedro. A casa e a memória: Gilberto Freyre e a noção de patrimônio histórico nacional. In: FALCÃO, J. e ARAÚJO, R. M. B. de. (orgs.). *O Imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Colégio do Brasil; UniverCidade; Fundação Roberto Marinho; Topbooks, 2001.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (org.). *Roger Bastide: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- REIS FILHO. *Catálogo de iconografia das vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: FAU-USP, 1964.
- _____. *Urbanização e Teoria*. São Paulo: FAU-USP, 1967.
- _____. *Evolução Urbana do Brasil: 1500-1720*. São Paulo: Pioneira, 1968.
- _____. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 5ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 1983.
- _____. Algumas raízes. In: *Notas sobre a História da Arquitetura e aparência das vilas e cidades*. São Paulo: FAU-USP, 1997, p. 6 (Cadernos de Pesquisa do LAP nº 20)
- _____. *Urbanização e planejamento no Brasil – 1960/1983*. São Paulo: FAU-USP, 1999, p. 6. (Cadernos de pesquisa do LAP).
- _____. *Notas sobre a evolução dos estudos de história da urbanização e do urbanismo no Brasil*. São Paulo: FAU-USP, 1999, p. 25. (Cadernos de Pesquisa do LAP, n. 29).
- RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969-1987*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado: CONDEPHAAT: FAPESP, 2000.
- RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: as origens, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1936-1967*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1991.
- _____. Mapa do Brasil Passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. [Brasília], n. 24, p. 97-105, 1996
- _____. A memória de Mário. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. [Brasília], n. 30, p. 138-155, 2002.
- _____. Entre o CIAM e o SPHAN: diálogos entre Lucio Costa e Gilberto Freyre. In VOLFZON, Ethel et. al. (orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.
- _____. *História Viva*. Brasília: Unb, 2007.
- SAIA, Luís. O alpendre nas capelas brasileiras. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 3. Rio de Janeiro, 1939.
- _____. Escultura popular brasileira. *A Gazeta*, São Paulo, 1944. Apud FICHER. Op. cit.
- _____. *Morada Paulista*. 1ª reimpr. da 3ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 2005.
- SAIA, Luís; TRINDADE, Jaelson Bitran. *São Luís do Paraitinga: Levantamento métrico arquitetônico e fotográfico, e estudos da formação de uma cidade tradicional paulista*. São Paulo: CONDEPHAAT, 1977.

- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SANT'ANNA, Nuto. A Igreja dos Remédios. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 1, p. 127-138. Rio de Janeiro, 1937.
- SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a academia SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. [Brasília], n. 24, p. 77-95, 1996.
- SCHÜLTZ, Alfred. *Fenomenologia del mundo social*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1972.
- SKINNER, Quentin. *Visions of politics: regarding method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- SODRÉ, João Clark A. A casa bandeirista de Luís Saia no IV Centenário de São Paulo: Restauração e Preservação da Identidade Paulista. In: V Seminário Nacional DOCOMOMO. São Carlos. Anais do V Seminário Nacional DOCOMOMO, 2003.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. *Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre Silvío Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- TRAVASSOS, Elizabeth. Mário e o Folclore. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: IPHAN, n. 30, p. 90-109, 2002.
- TRINDADE, Jaelson Bitran. "A investigação histórica no IPHAN em São Paulo: uma abordagem territorial". *Revista do IPHAN*. N. 34 [Brasília, 2010], no prelo.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1956.
- ZARANKIN, Andrés. Arqueología de la arquitectura: *another brick in the wall*. *Revista do Museu Paulista de Arqueologia e Etimologia*. São Paulo, Suplemento 3, 1999.